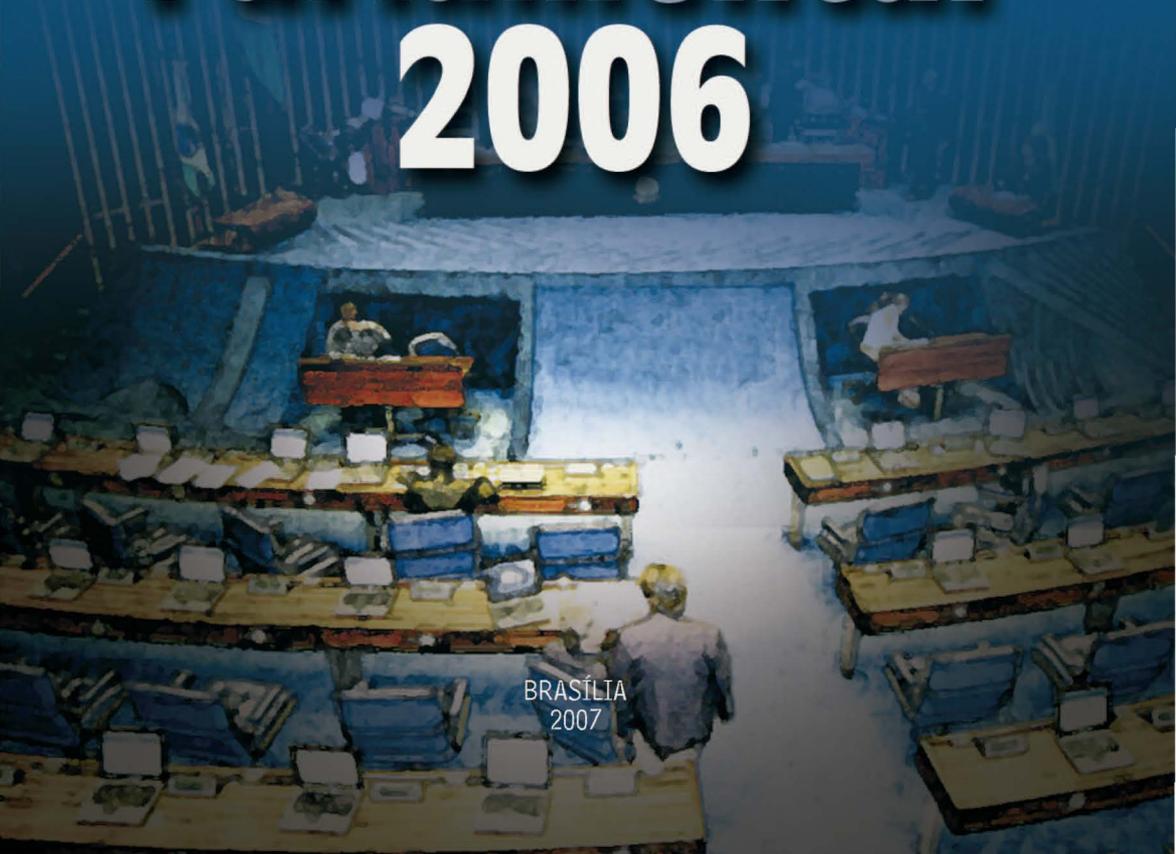




SENADO FEDERAL

SENADOR
ARTHUR VIRGÍLIO

ATUAÇÃO Parlamentar 2006



BRASÍLIA
2007



SENADO FEDERAL

Senador ARTHUR VIRGÍLIO

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

2006

BRASÍLIA – 2007

Sumário

	Pág.
No Brasil já não há Governo: o Governo Lula findou-se	7
A hora do adeus a um presidente falante (só falante)	15
Sobre votação do Orçamento	18
Muitos erros na política fiscal de Lula	23
Menina-dos-olhos do Governo Lula, o Programa 1º Emprego foi a pique	33
Arthur Virgílio, em defesa das florestas, propõe volta dos itens vetados por Lula	34
Lula ouviu da OAB que precisa ouvir para saber que seu governo criou clima de desconfiança no País	35
Que vergonha, Lula!	40
Novos avanços tecnológicos no Pólo Industrial de Manaus.....	41
Ano-novo, escândalos novos e velhos, e corrupção já tradicional no Governo Lula	43
Condenada a “atitude desleixada” do Ministério da Justiça no caso de conta secreta de Duda	46
PSDB vota em peso pela extinção da remuneração extra nas convocações	48
Lula: uma candidatura fadada ao fracasso	52
Leviandade com salário mínimo ajudou na eleição de Lula	58
Arthur Virgílio relata no Senado ação preventiva da Suframa contra fraudes	62
Homenagem a Juscelino	71
Arthur Virgílio estranha que juiz demitido do BB condene ex-diretores..	74
TV Digital e falsa “lista de Furnas”	75
Cabe ao Ministério da Justiça esclarecer a “lista de Furnas”	90
Decepção com a Carta de Palocci	96

Por enquanto, Zé vira articulista e depois, se Lula se reeleger, ganha anistia.....	100
Em Goiás, errar não é humano. Delúbio, um dos metralhas petistas, foi indicado.....	101
Condenação do uso eleicoeiro da auto-suficiência.....	102
Abuso de Lula é um despudor e um crime eleitoral impune.....	107
Os Rábulas do PT.....	110
Não há como comparar alhos com bugalhos	111
Piadista que conta uma piada sem graça, conta cem. É Lula cometendo novas gafes.....	113
Governo petista e o jeito burróide de recadastrar	114
A última luta de Carlson Gracie	115
A gafe na Inglaterra.....	115
“Este é o governo das invasões de terras”.....	116
O Rio em pé de guerra e Lula, de Londres, fica telefonando para Parreira sobre Ronaldo.....	122
Guerra do Rio pode virar eclosão	132
Aplausos ao arcebispo de Manaus pelo uso que faz da comunicação.....	135
Lula prometeu (e não cumpriu) o linhão de Tucuruí, a Ceam	136
O Congresso deve ter serenidade sem ser submisso	137
Divulgação da lista de Furnas por <i>e-mail</i> do Presidente da Funarte	141
Antes, ribeirão-pretana; e agora corja palocciana.....	142
Para ser presidente é preciso ter pensamento elevado e conduzir a administração com seriedade.....	143
Sigilo do caseiro: agora o PT quer desviar a culpa do Governo para a Oposição	146
É urgente a definição do sistema de TV Digital.....	161
Persiste a indecisão do Governo Lula na questão da TV Digital.....	163
O sindicalista preso pela Ditadura. Lula vira o Presidente com esquizofrenia autoritária e frágil, flébil e arrogante	164
Embora poupado, relatório da CPI diz que Lula sabia.....	174
Arthur Virgílio denuncia manobras governistas para “melar” relatório da CPI.....	178
Parque do Mindu, reserva ecológica no coração de Manaus, recebe melhoramentos e se torna o mais novo parque urbano do País	193

	Pág.
Assentados sob risco	195
O mundo petista	196
Querem desestabilizar o PIM	201
Arthur Virgílio elogia idéia para desenvolver a Amazônia	206
Arthur Virgílio diz ser constrangedor falar em “porteira fechada”	207
Hospital universitário	208
Maués, de rara beleza e terra do guaraná, completa 173 anos de existência	213
Arthur Virgílio apóia preocupação com a transferência de presos	214
Dante de Oliveira foi um ícone que se inscreveu na história política do Brasil.....	215
O Amazonas passará por uma reforma administrativa de peso.....	222
Mr. Eliasch insiste em comprar toda a Amazônia. Ela é nossa e não está à venda.....	227
Defesa da Amazônia precisa ser revista	228
Orquestra sinfônica de Manaus	229
O guaraná do Amazonas é forte item da economia de Maués e ganha o mundo na forma de refrigerante	230
Governo põe calamidades sob “Cartilha” da burocracia.....	234
Constituinte agora é do agrado dos espiroquetas do PT	236
Na segunda etapa, a CPMI tem de examinar as ligações com o Executivo.....	239
Arthur Virgílio avisa que obstruirá tudo no Senado se atentarem contra a Zona Franca	246
As baixarias de Lula	260
Amazonas faz 117 anos	266
Está criado no Brasil o sistema petista, para espalhar mentiras e dividir o Brasil	267
Nazistas petistas	270
Capitão Armindo sonhava com a Amazônia. E veio a chefiar equipe de resgate das vítimas do acidente com avião da Gol.....	273
Estelionato eleitoral	274
Engodo	279
Jornais indicam vantagem de Lula, mas cerco aperta sobre seu Governo.....	282

Infra-Estrutura é mais uma fálacia do Governo Lula	294
Apagão inquieta povo brasileiro	314
Governo gasta muito e mal.....	316
Jussara, a pequena vítima do apagão aéreo	320
O povo não tem a quem apelar	330
Uma piada: Okamoto é mantido no Sebrae	337

NO BRASIL JÁ NÃO HÁ GOVERNO: O GOVERNO LULA FINDOU-SE

31-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro José Dirceu, quando se manifesta, chega a ser pândego. *O Jornal do Brasil* publica hoje um artigo seu, e eu tenho pedido a publicação dos seus artigos nos *Anais* todas as sextas-feiras. Ele escreve quatro artigos, recebe R\$20 mil por mês, são R\$5 mil por artigo. Trata-se de um dos jornalistas mais bem remunerados do País.

O Ministro José Dirceu diz aqui que, no passado, quebraram sigilos. Então, por isso, pode-se quebrar sigilo. No fundo, é isso. Vai para os *Anais* o artigo dele, junto com a lembrança de que ele tentou retomar o seu mandato, foi ao Supremo Tribunal Federal, que, liminarmente, lhe negou o direito que evidentemente ele não tinha e que evidentemente ele sabe que não tinha.

O Governo Lula está desmoralizado – essa é a verdade –, literalmente desmoralizado. O núcleo duro desapareceu. O Presidente Lula está só, está colhendo o que plantou, está colhendo todas as tempestades dos ventos que semeou. Faz um governo corrupto, completamente descalibrado do ponto de vista da ética e incompetente do ponto de vista administrativo. Não tem mais nada.

O José Dirceu, cassado, hoje brinca de escrever num jornal. Antonio Palocci, espinha dorsal do equilíbrio administrativo do Governo Lula, acabou. Luiz Gushiken todos os dias é acusado de uma coisa diferente, todos os dias apresenta uma desculpa nova. O primeiro amigo do Presidente Lula, Paulo Okamoto, fica agora brincando de jogador de futebol, habilidoso, de Ronaldinho Gaúcho, driblando o oficial de Justiça. O fato de o Presidente do Sebrae correr de oficial de Justiça demonstra realmente o nível baixo a que chegou a República brasileira.

Então, não há mais Governo. O Governo acabou. É um fim antecipado, essa que é a verdade. Se olharmos os jornais, se presenciarmos os noticiários das tevês, é notícia depreciativa uma atrás da outra.

Outro dia, eu dizia a um grupo de jornalistas que dialogava comigo que o nível de desmoralização a que este Governo submete o País, Senador Alvaro Dias, é tão grande que se o Governo fosse acusado de três ou quatro casos de corrupção teria caído. Como ele é acusado de quatrocentos casos de corrupção, parece que houve uma certa anestesia. Corrupção demais, eu já percebi que também segura governo desse tipo.

Prossigo, Senhor Presidente. Após mais de cem dias de discussão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprova o projeto do Governo, com todas as mexidas que já aconteceram por lá. A proposta de Orçamento segue agora para votação no plenário do Congresso, o plenário bicameral, as duas Casas reunidas. O espantoso é que a equipe econômica já sinaliza que precisará fazer um corte entre R\$15 bilhões e R\$25 bilhões para garantir o superávit primário de 4,25% do PIB.

Eu não sou contra o superávit primário, mas sou contra esse desrespeito ao Congresso, sou contra essa organização administrativa que faz com que o Governo priorize erradamente, priorize mal, e transforme o Congresso em uma encenação bufa.

E chamo a atenção de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, para o fato – e aqui não está em jogo nem a discussão ideológica, se tem de haver superávit ou não –, de que ainda não chegou ao plenário do Congresso o Orçamento e o Governo está anunciando que poderá cortar de R\$15 bilhões a R\$20 bilhões. Então, por que vamos votar, se vai cortar? Para que vamos votar, se estão nos avisando que o que votarmos aqui não vale?

O corte, pasme V. Ex^a, deve atingir principalmente os investimentos. Os investimentos públicos no País são os mais baixos desde o Governo Collor. Os investimentos haviam passado de R\$14,3 bilhões para R\$21 bilhões pela proposta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agora, o Relator do Orçamento, Deputado Carlito Meres, do PT de Santa Catarina, admite que esses cortes poderão ficar perto de R\$20 milhões.

Não é um especulador que está falando, não é uma pessoa franco-atiradora, é o Relator-Geral do Orçamento, do PT, pessoa ligada ao Governo, que diz que o que votarmos aqui não vale, porque o que votarmos aqui estará sujeito a prováveis cortes da ordem de R\$20 milhões. Durma-se com um barulho desses!

Muito bem. Gostaria de avisar que não estou disposto a participar dessa farsa. Vou procurar o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, e dizer-lhe que não participo dessa farsa. Tenho muito apreço por ele, como tenho apreço pelo Deputado Carlito Meres, e mais apreço do que tudo pelo Senador Gilberto Mestrinho, do meu Estado, que, para aprovar

na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a proposta, ameaçou inclusive renunciar.

O Governo fez lá o grande gesto com o salário mínimo – que bom que o salário mínimo é melhor do que poderia ter sido –, mas vai cortar investimento agora? O Governo tem lá uma reserva de R\$1,5 bilhão para reajuste dos servidores públicos. Prometeu mundos e fundos aos servidores ao longo da campanha e, agora, para dar essa ínfima reparação aos servidores públicos tem de cortar investimentos? O Governo não soube se adaptar a um Orçamento realista, que procurasse casar suas propostas, esse que é um governo sem nenhuma autocrítica com a verdade.

E existe algo muito importante para todos do meu partido, que tem muitos governadores que precisam tocar seus projetos. O projeto aprovado pela Comissão inclui, ainda, R\$3,4 bilhões para pagamentos aos estados referentes à chamada Lei Kandir, e R\$2 bilhões de renúncia fiscal, referentes ao reajuste da tabela de Imposto de Renda – isso é importante –, rubricas que não tinham previsão de gastos na proposta original do Executivo. O que ele vai cortar? Vai cortar a reparação à classe média no episódio do Imposto de Renda ou vai cortar o compromisso com os governadores em relação à Lei Kandir ?

E ainda, Senadora, antes de conceder a V. Ex^a o aparte, devo dizer uma coisa muito simples. V. Ex^a estava aqui, estávamos sentados na primeira fila, quando, no ano passado, foram votados alguns projetos de crédito. E percebi que R\$141 milhões, Senador Paulo Paim, eram os recursos destinados, em um dos projetos de crédito, ao gasoduto Coari–Manaus. Em Manaus, o Governo já fala como se o gasoduto já tivesse sido inaugurado. Digo, mais uma vez, que em nenhum estado do País o Presidente Lula é tão forte eleitoralmente como no Amazonas. É incrível. É incrível! As pessoas dizem que fez o gasoduto, mas não fez gasoduto nenhum, não saiu do papel o gasoduto. Continua às voltas com os problemas ambientais. A diferença é que o atual governador não se opõe ao gasoduto; anteriormente, havia problemas entre o então governador e a Petrobras. Por isso, o gasoduto não saiu no Governo passado, que queria fazê-lo a todo preço. Lá, a propaganda é tanta, os *outdoors* são tantos, o clima bajulativo em relação ao Presidente é tanto, que o Presidente é muito forte.

Estou dizendo isso como senador pelo Amazonas que, na última eleição, teve inclusive muito mais votos que o Presidente. Naquele Estado, já dão como certo o gasoduto. E aqui – isso o povo do Amazonas não sabe – eles tungam o dinheiro do gasoduto Coari – Manaus e o jogam para outra região, para não sei onde.

Avisei, com toda a tranqüilidade, que não passa o Orçamento nesta Casa, a não ser que seja por cima de mim, se não restituírem os R\$110 milhões que tungaram do gasoduto Coari–Manaus, que precisa de R\$800

milhões para concluir a etapa até Manaus. Está longe de isso acontecer. Prometeram que fariam isso ao longo do Governo Lula. E já está se vendo que sequer tiraram o projeto do papel.

Semana que vem, o Orçamento chega a esta Casa, e iremos nos reunir. De novo, estou avisando, com toda a tranquilidade, que o Governo cuide de colocar maioria aqui porque, na hora da votação, como eu sei fazer conta, eu vou olhar. Há o dinheiro do gasoduto Coari–Manaus? Beleza! Eu o aprovo. Não há? Pedirei verificação de quórum. Se não houver quórum, podem se queixar a todos os bispos, pegarem-se a todos os santos, subirem com o astronauta, descerem de pára-quadras, como quiserem, porque não vou permitir a aprovação do Orçamento, a não ser que haja maioria para enfrentar a obstrução que vou fazer. Quero de volta um dinheiro que pertence ao futuro do meu povo, e vou lutar por isso.

Ouço o aparte da Senadora Heloísa Helena, em seguida, o do Senador Mão Santa, e concluirei.

A Sra Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, como eu estava aqui naquelas reuniões da Comissão Representativa do Congresso que tratava do Orçamento, testemunho que V. Ex^a, já naquela época, tinha deixado bem claro que estava possibilitando a aprovação de alguns créditos justamente para garantir que aquilo que pertencia ao povo do seu Estado poderia ser recompensado. Fico muito impressionada com o debate que faz V. Ex^a sobre a política econômica até porque, quando fui Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, durante quatro anos nesta Casa – na época eu era do PT –, batíamos de manhã, de tarde e de noite no projeto neoliberal, na ortodoxia monetária. Imagino que o Ministro Martus Tavares, o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan, devem dar grandes gargalhadas ao lembrar o papel que eu e alguns outros cumprimos na Oposição ao Governo passado. Hoje, vemos o PT, o Governo Lula, fazendo exatamente isso. Fico impressionada. Logo no início do Governo, o que eu imaginava? Imaginava que, pela incompetência, pela insensibilidade, pela desestruturação da base da Esquerda brasileira, a ambivalência não levaria a nada. Um setor do partido queria a democratização da riqueza, da terra, do espaço urbano, das políticas sociais, e outro queria dar continuidade ao projeto neoliberal iniciado pelo Governo Fernando Henrique. Por isso, eu imaginava que havia um problema de ambivalência. Como a ambivalência não serve para formar o caráter de uma pessoa, ou seja, não serve para nada – o Senador Mão Santa conhece uma passagem muito bonita da Bíblia que diz que não se pode servir, ao mesmo tempo, a Deus e a Mamom, a Deus e ao dinheiro, a Deus e ao diabo –, eu imaginava que era apenas um problema de ambivalência que acabaria criando problemas. Depois descobri, Sena-

dor Mão Santa, que o problema não era de ambivalência, mas de definição. O Governo Lula decidiu aprofundar o projeto neoliberal. Se gradação houvesse da ortodoxia monetária, teríamos de dizer que a ortodoxia monetária implementada pelo Governo Lula consegue ser maior do que a que era implementada pelo Governo Fernando Henrique. É no mínimo escandaloso para qualquer pessoa imaginar o que está acontecendo. Então, foram três anos de arrocho fiscal, aprofundando o do Governo passado. Ainda no início deste ano, ficou apresentado na liberação de recursos, no empenho, na relação promíscua com a base de bajulação aqui, no Congresso Nacional, um ano de libertinagem financeira e eleitoreira. Três anos de arrocho fiscal, mas um ano de libertinagem financeira, de caráter meramente “eleitoralista”, para, na televisão, fazer muita publicidade de inauguração de obras, lançamento de pedras fundamentais e outras coisas mais, com o objetivo de ludibriar a opinião pública. E, agora, entra no debate orçamentário. Só que a população, de uma forma geral, Senador Arthur Virgílio, no Governo passado ou no atual, não entende esse negócio de orçamento, não. Ela não consegue decifrar os mistérios sujos que estão por trás do debate orçamentário. Nós ficamos aqui fazendo pose de que mexemos no Orçamento. Nós não mexemos no Orçamento. Sabe V. Ex^a que, um trilhão, seiscentos e setenta bilhões, oitocentos e quarenta milhões, é intocável porque são destinados aos juros e serviços da dívida. Se V. Ex^a quiser destinar dinheiro para o gasoduto ou qualquer obra relevante para dinamização da economia do seu Estado, ou eu para minha Alagoas, ou o Senador Mão Santa para o Piauí, nós vamos garimpar recursos, tirando-os de outras áreas – é o que nós fazemos. É uma situação dramática porque, como oitocentos e quarenta bilhões são intocáveis, para eu conseguir recursos para a educação, para a saúde, para área de investimentos, para as políticas públicas de uma forma geral, só retirando dinheiro de outros setores. Então, isso realmente é uma infâmia. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é muito importante e nos alerta para que possamos, na discussão do Orçamento, que pode ou não ser na próxima semana... Se o povo brasileiro soubesse o que ocorre na discussão do Orçamento, teria de cassar o Presidente da República e derrubar o Congresso. O que acontece na discussão do Orçamento? Primeiro, um debate de alta complexidade técnica, e nós acompanhamos esse debate porque temos a obrigação constitucional de fazê-lo. Aí ficam aquelas centenas de destaques para a votação em separado, e cada um vai disputar no debate orçamentário não o futuro dos estados, o futuro das regiões, o futuro do País, mas emendas a ou b, que favoreçam as suas relações promíscuas com um ou outro setor empresarial. Então, realmente é um fato muito grave. Com muita tristeza, digo que nunca me esqueço de uma discussão acalorada que tive com o Senador Geraldo Melo e o Senador Artur da Távola, pessoas extremamente preparadas, competentes, mas muito serenas para fazer o grande debate ideologizado, programado. Mas

nunca esqueço uma briga que tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos, ocasião em que falávamos sobre a política econômica, ortodoxia monetária, reforma tributária. S. Ex^a quase que profetizava ao dizer pra mim: “Senadora, quero ver o que vai acontecer se o seu Presidente ganhar. V. Ex^a vai derramar muitas lágrimas, porque vai ver que eles não vão ser capazes de fazer o que a senhora e os outros estão aqui disputando, condenando, com veemência, quanto ao Governo Fernando Henrique Cardoso”. É com muita tristeza que digo isso; sinceramente, com muita tristeza. Mas fica o alerta: estaremos cumprindo nossa obrigação, acompanhando esse debate da quase mistura da farsa técnica e da fraude política em relação ao Orçamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Heloísa Helena, a elaboração do Orçamento está um absurdo mesmo. Sigo a proposta do Senador Sérgio Guerra, preconizando o fim da Comissão Mista, para que as matérias sejam encaminhadas, na Câmara e no Senado, para as Comissões temáticas ligadas a cada item. Por exemplo, saúde: Comissão de Saúde; educação: Comissão de Educação. E vamos votando isso sem aquela solenidade, já que um pequeno grupo tomou conta daquilo mesmo e está para dar uma confusão feia, como já deu certa vez.

Sou a favor do Orçamento impositivo implantado progressivamente. Por exemplo, no que toca ao Congresso, o que ele deliberar quanto às emendas parlamentares, tudo aquilo, que seja impositivo, não poderia haver contingenciamento. Haveria, sim, um cronograma, e, em alguns anos chegaríamos ao Orçamento completamente impositivo.

Quanto ao arrocho, uma das razões fundamentais de eles serem capazes de um arrocho maior do que outros governos e do que o Governo passado é a enorme futilidade?? enorme: gastam desvairadamente, do Arolusa a cartões de crédito corporativos do Palácio do Planalto; gastam de um jeito que reflete mesmo essa mistura que eles fazem entre o público e o privado.

Mas muito obrigado a V. Ex^a. Foi muito importante o seu testemunho a respeito de eu vir lutando há tanto tempo pelo gasoduto e do aviso que tenho feito a eles. Parece que essa gente vive dormindo. A impressão que dá é que este Governo fuma ópio; fica dormindo. Então, estão pensando que na hora “h” vão me levar na conversa. Avisei com clareza que só passa o Orçamento, a depender de mim, se devolverem os R\$110 milhões. Vamos ver. Tomara que estejam prontos a me atender nisso, porque estarão atendendo a meu Estado. Agradeço a V. Ex^a.

Cedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, vinha no carro e ouvi V. Ex^a comentando os artigos do José Dirceu. Olha, essa televisão nos torna também conhecidos. Mas quero contar um fato pitoresco. Senadora Heloísa Helena, eu andava num *shopping* e uma senhora me perguntou: Mão Santa, esta aí é a Adalgizinha? Disse: é a mesma. Então, ela disse o seguinte: “Eu queria um cartão seu, porque eu tenho uma vizinha que o ouve e é sua fã”. Atentai bem, Senador Arthur Virgílio, ela disse: “Eu mesma sou fã é daquele bonitão do Amazonas”. Então, qualquer dia...

A Sra Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tem gente que tem mau gosto. (Risos.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora, vou... Bahia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, V. Ex^a qualquer dia pode ir para a Belíssima, da Rede Globo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Bonitão não é o Senador Alvaro?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, era do Amazonas. Mas atentai bem, V. Ex^a disse que ele mentiu muito no Amazonas. Digo que o erro do Presidente Lula foi sobretudo isso. Até lamento, porque disse que o pai se separou da sua mãe. Eu apanhei muito do meu pai por causa de mentira. Mentira era no cinturão e ele dizia: “Quem mente rouba”. Ontem, orgulhosamente, na OAB, o piauiense Francenildo dizia, agradecendo a avó, que apanhou muito – não era de cinturão – para dizer sempre a verdade. A Senadora Heloísa Helena, que tem a Bíblia na cabeça, na gaveta e no coração, sabe da palavra de Deus, que diz: de verdade, em verdade, eu vos digo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Shakespeare, Senador Arthur Virgílio, escrevendo *Hamlet*, dizia que havia algo de podre no reino da Dinamarca. Ele dizia: palavras, palavras, palavras. Se ele fosse escrever aqui seria: mentira, mentira e mentira. Senadora Heloísa Helena, sou orgulhoso da minha cidade, Parnaíba, a mesma de Evandro Lins e Silva, de Reis Veloso. Em 1940, já tinha aeroporto. Lá, dois irmãos se tornaram um mito religioso. Eles vieram do Ceará, numa seca, para a minha cidade, que tem água, é banhada pelo rio Igaruçu. Eles iam acompanhando o trilho para ir para a praia e ficaram embevecidos vendo um avião pousar – isso em 1940. Olha a mentira do Lula, olha aí. Embevecidos vendo um avião pousar em 1940. Aí vinha um trem para a praia, o maquinista bem devagarzinho, diminuiu,

apitou, diminuiu a dez, cinco quilômetros, pensando que aquelas eram pessoas normais e saíam do trilho. Pois eles foram atropelados, massacrados e, hoje, num cemitério, fazem milagres. Isso aconteceu em 1940. Arthur Virgílio, atentai bem, estudei no Rio, conheci a terrinha e fiquei vaidoso. Então meus pais me botavam no avião, para estudar no Rio, eu saía por aí no pinga-pinga na Pan Air, na Aerobrias(?), na Aeronorte, na Paransense – tem alguém do Pará aqui? –, ele chamava PTA – Prepara Tua Alma –, porque caía muito. Então, pousava em Fortaleza, a gente saltava para tomar o avião. Pousava lá em Natal. Eu dizia que conhecia a sua Maceió, mas, sentado no aeroporto, não via nada, só umas meninas bonitas que apareciam no aeroporto. Salvador era – isso, eu criança –, atentai bem, o descaramento Arthur Virgílio, foi lá um aeroporto nacional. Nunca deixou de ter uma linha nacional e agora não tem mais. Esse é o PT! Os aviões, que eram nacionais, agora não são mais. Ele foi lá, tomou banho, sujou a água, mentiu, mentiu, falando em vôos internacionais, mas nunca sofreu essa consequência. Não tem nenhuma linha aérea. Eu governei aquele Estado e, todos os dias, dava os meus pulos e arrumava uma linha, eu e os outros, uma linha nacional. Heloísa Helena, não tem nenhuma nacional. Ele sujou as nossas águas e o clima, dizendo para o Brasil que lá tem aeroporto internacional. A mentira dele não é internacional, é universal e vai levá-lo até o outro mundo, aos infernos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Mão Santo, agradeço muito o seu aparte, como sempre, fraterno.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo menção a um artigo publicado na *Folha de S. Paulo* hoje pelo Sr. Tarso Genro, ex-Presidente do PT, ex-Ministro da Educação, ex-Prefeito de Porto Alegre, e agora nomeado para a articulação política do Governo. Acabei de dar uma entrevista para a Rádio Gaúcha, para a Ana Amélia Lemos e para o Ranzolin. Eu dizia a esses dois excelentes jornalistas que, desta tribuna, eu havia dito que o Governo perderia tempo se mandasse para cá o nome do Sr. Tarso Genro como indicado para o Supremo Tribunal Federal, porque não passaria: faleceria nele a isenção para ser Ministro do Supremo Tribunal de verdade, embora não desconheça seus méritos como advogado trabalhista nos foros do Rio Grande do Sul. Mas ressaltei também que, se isso fosse verdade, eu via nele uma pessoa de nível, de gabarito, uma pessoa de diálogo que era, naquele mar de mediocridade em que se transformou o Ministério do Presidente Lula, o Sr. Tarso Genro, de qualquer forma, era certa luz. Esse artigo de agora que acabei de ler é um absurdo, uma infâmia. Pura e simplesmente, o Sr. Tarso Genro procura revolver, e de maneira mentirosa, fatos anteriores ao Governo Lula para justificar esta lama que está aí. Virou agora arauto de defesa da corrupção que envergonha o País. O PT ganhou esta mania de dizer que se Fu-

lano matou antes, então agora o PT quer matar, se é que Fulano matou. Diz que Fulano matou e que quer o direito de matar também. Fulano roubou, eles querem o dinheiro de roubar também. É algo realmente infame. O artigo é infame. Já queria voltar a falar à Rádio Gaúcha para dizer que retiro o que disse a respeito do Dr. Tarso Genro porque não revela a ponderação que me parecia ser da personalidade dele. Não revela. E vejo que vai indo pelo caminho do Ministro da Justiça. Com ele, vai fazer uma boa dupla: vai ser um inventador oficial de desculpas para as estripulias deste Governo completamente desconexo, desconectado da realidade e desconectado do sentido ético da melhor forma de fazer política, que é o Governo Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

A HORA DO ADEUS A UM PRESIDENTE FALANTE (SÓ FALANTE)

11-4-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o provérbio latino *agere, non loqui* cai como uma luva para avaliar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parece feito de encomenda para definir esse Governo que aí está: *atos, não palavras*.

O boca-rotta chegou ao Palácio do Planalto e, até aqui, não percebeu que de um presidente exige-se que fale menos e faça mais. Lula só fala. Não fala menos. Fala muito.

Pior, e ainda a propósito do ditado latino, Lula fala e fala, no pior estilo. Nada à altura de um Presidente. Quanto aos seus atos, são todos de improbidade administrativa, de um governante rodeado por uma quadrilha afeita a roubos e corrupção. Sabe de tudo e diz que de nada sabe.

Sabe, sim. É só seguir outro dito popular, este bem brasileiro, carioca da gema: *Pergunte ao João!* João é o cidadão brasileiro. E o cidadão brasileiro vai responder que Lula sabe de tudo.

E dirá mais: dirá que Lula é o chefe de todos esses desmandos, incluindo aparelhamento, mensalões, República de Ribeirão Preto, valerioduto, Okamoto, aerolula e até dólares na cueca. Chefe, sim. Sim e Sim!

A roubalheira que faz a festa da quadrilha petista que tomou de assalto o Governo merecia até figurar do *Guinness*, o livro dos recordes.

Lula tem tudo a ver com o *Guinness*, em mais de um verbete: roubalheira, aparelhamento, corrupção, desrespeito ao cidadão comum (leia-se

Francenildo), mesmo não sendo ele o executor direto da pilhagem petista, de que é o mandante ou o responsável, por dolo ou por omissão.

Ele, Lula, chega ao *Guinness* com pontos percentuais de fazer inveja a Collor de Melo, o defenestrado Presidente.

Por muito menos, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Por muitíssimo menos, o Presidente Getúlio Vargas cometeu suicídio.

Os pontos percentuais de Lula para o ingresso triunfal no *Guinness* seriam mais do que suficientes para justificar o seu *impeachment*.

Mas não será preciso. Faltam apenas oito meses para o fim desse desastrado quadriênio, o quadriênio perdido. Melhor será o *impeachment* popular, pelo voto democrático, o mesmo voto que elegeu Lula quando ele inspirava confiança. Quando inspirava confiança!

Quando o 31 de dezembro chegar, será a hora de acabar com a farsa implantada por Lula, a pretexto de presidir a Nação. Ele não preside a Nação, ele a amarfanha e enxovalha.

Para a felicidade geral da Nação, diga a ele que vá.

Já é possível vislumbrar o fim desse imenso pesadelo com que Lula presenteou os brasileiros, fazendo-se passar pelo governante que distribui alimentos em vez de criar empregos, do falho dirigente que compra avião de luxo para seus giros internacionais. E que persegue um simples caseiro que ousou revelar o que sabia sobre a festiva casa do Lago Sul de Brasília.

De seu Governo, se é que assim pode ser chamado o que temos aí, não há o que dizer. Este é o Governo que mente e se mantém na crista da onda graças a um aparato de propaganda. Com propaganda, ele segue tapeando os brasileiros incautos.

A mais recente tapeação é essa história do vôo espacial do brasileiro Coronel Marcos Pontes à estação ISS. Ele, o coronel da FAB, como bom militar, cumpriu seu dever. E foi escolhido para o vôo pela sua disciplina, capacidade e dedicação aos estudos.

No fundo, porém, tudo não passou de uma farsa. Mais uma! É o turismo espacial, que custou ao Brasil 10 milhões de dólares.

Para quê? Para propaganda eleitoral de Lula, no seu vale-tudo para tentar se reeleger.

Farsa mesmo. Pura propaganda eleitoral. Se esse Governo fosse decente, bastaria esperar um pouco. Em 2009, um brasileiro poderia ir ao espaço, à ISS, a Estação Espacial Internacional. Poderia, sim, e sem qualquer gasto.

Mas não. Lula optou por jogar 10 milhões de dólares pela janela.

Com esse dinheirão todo, jogado fora, repito, o astrônomo Rogério de Freitas Mourão calcula que poderiam ser formados 290 doutores no Brasil ou 150 em universidades estrangeiras.

Para Lula, no entanto, mais importante é a sua propaganda eleitoral.

Um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* afirma que esse turismo espacial apenas *pôs a nu as deficiências e o atraso do Programa Espacial Brasileiro, que o Governo Federal sistematicamente tem relegado a segundo plano na sua política – se é que ela existe – de desenvolvimento científico e tecnológico.*

Esse é o Governo que Lula exhibe ao País, ao mesmo tempo em que deixa as estradas intransitáveis e inunda a Nação de propaganda.

A propaganda, esta sim, é bem-feita. E só.

No fundo, no fundo, saiba o Presidente, o povo está infeliz. A propaganda tapeia, não alimenta nem cria emprego.

Ainda esta manhã – e aí desço ao varejo, que é importante, porque toca de perto no povo – recebi um telefonema. Era um cidadão simples, um aposentado, que denunciava:

– Senador, o Governo Lula não está vacinando os idosos contra a gripe, como sempre ocorria nos meses de abril.

Diz esse brasileiro, o Sr. Milton Gomes, morador da cidade de Piraju, no interior paulista, que até agora nem notícia da vacinação. E ninguém dá a menor informação.

Para mandar um astronauta ao espaço, o Governo Lula tem 10 milhões de dólares.

Para vacinar os idosos, nada, nenhum centavo, nenhum vintém!

Aqueles 10 milhões de dólares do turismo espacial bem que poderiam honrar o compromisso da vacinação dos idosos.

O que ocorre é que Lula tudo faz em nome da propaganda oficial e deixa o povo a ver navios, sem assistência, sem nada.

Não é por acaso que a avaliação do desempenho de Lula continua despencando.

Em março de 2003, no comecinho desse Governo, a avaliação positiva do Presidente era alta, 45,0%. Foi caindo, caindo. E a avaliação negativa só subiu: passou de 7,9% em março de 2003, para 24,1% neste mês de abril de 2006.

O Governo Lula não tem consistência. Se uma pesquisa pedir ao povo que indique três obras de Lula, garanto que ninguém saberá dizer. E nada há de mistério nisso. Afinal, Lula nada realizou. Só falou, só inaugurou pedras fundamentais e até andou inaugurando obras inauguradas e até es-

cada de aeroportos, sem falar no lançamento de editais de licitação para obras que só Deus sabe quando serão construídas.

Encerro, com um dado da economia do Brasil da era Lula, no industrial:

– A indústria brasileira despencou para a penúltima posição no *ranking* de aumento de produtividade, segundo dados da CNI divulgados hoje, com uma lista de 23 países.

Faço uma comparação:

Hoje o Brasil é o semilanterninha (está no 22º lugar entre os 23 países). E em crescimento de PIB está em último lugar na América. Só ganha do Haiti e o Haiti está em guerra interna.

Nos anos 90, portanto incluindo os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o crescimento da produtividade no Brasil foi um dos maiores da história. Acima de muitos países. Isso, aliás, contribuiu para o bom desempenho das exportações brasileiras nesses últimos anos.

Essa queda, que levou a era Lula a colocar o Brasil na semilanterninha, é explicável. Para crescer, é preciso trabalhar. E o Governo Lula não trabalha, é preguiçoso. Prefere ficar numa boa, curtindo as delícias do poder fácil. E o País que se dane!

A essas alturas, já não adianta alertar com um acorda, Lula!. Já passou da hora. Melhor é deixar Lula nesse *dolce farniente*, que mostra um senhor (Monsieur Le Président Lulá) a descansar à sombra frondosa do lazer continuado e persistente.

Encerro, com outro dito, aquele do dorme, Lula, dorme. Dorme, que o País (que não vela por ti) já enxerga o fim da republiqueta petista.

Dezembro vem aí. E em janeiro, mais do que nunca despertos, os brasileiros vão respirar aliviados, para o adeus, Lula, adeus!

Era o que tinha a dizer.

SOBRE VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO

18-4-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, refiro-me a voto de aplauso que dirigi ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pela inauguração, hoje, 18 de abril de 2006, do Fórum Desembargador Lucio Fonte de Rezende, que foi um grande jurista, homem de bem, uma das mais ilustres figuras dos meios jurídicos do meu País. Portanto, estendo esta

homenagem a ele, já falecido, e a sua família, e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Desembargador Arnaldo Carpinteiro Péres que, por sinal, é irmão do nosso querido Senador Jefferson Carpinteiro Péres.

Mas, Sr. Presidente, estamos tentando votar o Orçamento Geral da União. Evidentemente que é do interesse de todos os brasileiros responsáveis votá-lo. Não podemos, no entanto, permitir que o Orçamento vire uma peça aparelhada pelo Governo ou pelo partido do Governo. Não podemos. O Orçamento deve servir ao País, ao seu desenvolvimento. Cada investimento deve ter uma razão estratégica forte. Tenho ouvido e tenho visto reclamações graves, por exemplo, da Bahia do Senador Rodolpho Tourinho, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador César Borges, a respeito de dois projetos de irrigação que não têm por que não serem respeitados e contemplados pelo Relator do Orçamento, o competente Deputado Carlito Meross, e eu não quero nunca acreditar que tem a ver com o fato de o Governador Paulo Souto ser um homem de oposição. Do mesmo modo, já tirei da cabeça qualquer temor – porque quero ser justo – de que o Governo não vá ajudar na organização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, como retaliação ao Prefeito César Maia. Não posso acreditar nisso. Isso, para mim, está fora de dúvida. Assim como vi avançar pela conversa correta de que participaram o Ministro Guido Mantega e o Ministro Tarso Genro; vi avançar, de maneira correta – até pela forma correta como essas autoridades do Governo se comportaram –, a discussão com os governadores de estados exportadores em função da Lei Kandir. Há algo extremamente relevante, que é o gasoduto Coari–Manaus.

Eu já li aqui e acolá que o Líder do PSDB estaria sendo paroquial. Não é verdade. Afinal de contas, é um compromisso do Presidente Lula, não cumprido. A obra ainda nem começou. Afinal, é a troca da matriz energética velha, da matriz energética poluente e cara do diesel pela matriz energética verde, farta, que vai gerar empregos, propiciar agroindústria na minha região. Essa do gás natural. Não é questão paroquial.

Mais ainda, no final do ano passado, tomei ciência de projeto de crédito, nesta Casa, de R\$141 milhões para o gasoduto. Quando vi que haviam retirado R\$110 milhões e deixado apenas R\$31 milhões, eu disse: “Vou interromper esta sessão, pedir verificação de *quorum* e a sessão vai cair”. Por todos os santos, pediram-me que não fizesse isso, porque havia dinheiro para as Forças Armadas – combustível, sou a favor –; havia dinheiro para alimentação de projetos sociais – sou a favor –; havia dinheiro para pagamento de pessoal. Quem seria eu para obstaculizar pagamento de pessoal, mas disse: “Quero de volta os R\$110 milhões, que têm tudo a ver com o começo dessa obra tão essencial para o País”.

Vou citar números. Dos R\$129 milhões originais, em 2005, aplicaram apenas R\$8 milhões. Já falei dos R\$141 milhões que viraram R\$31 milhões

no final de 2005, ano em que aplicaram – repito – apenas R\$8 milhões. Em 2006, a resposta chegou a ser afrontosa. O Orçamento previa apenas R\$16 milhões para o gasoduto Coari–Manaus, uma obra que a propaganda oficial dá como quase pronta mas que nem começou. Essa é a verdade. Esse é o primeiro desmascaramento. Essa é a primeira fantasia que precisa ser desmontada; é a primeira máscara que deve ser desafivelada de qualquer rosto oficial. Portanto, estou imaginando que chegaremos a uma solução que contemple o gasoduto Coari–Manaus.

A propósito, recebi uma nota técnica da Petrobras. Devo louvar aqui a forma correta com que se têm havido comigo o Presidente da Petrobras e o Ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia. Essa nota técnica informava que há um desacordo brutal entre as empreiteiras do lote A, lote B-1 e lote B-2 e a Petrobras, que quer pagar menos. É justo que essa empresa pague menos, e quero que ela pague menos. Numa primeira tentativa, estava muito alto o preço das empreiteiras. Na segunda tentativa, duas baixaram o preço, e uma estranhamente o aumentou. Quero que as três baixem o preço e que cheguem, de preferência, àquele estipulado pela Petrobras. Isto é o que eu desejo: obra barata e eficaz. Porém, quero que o dinheiro esteja à disposição da Petrobras, no Orçamento da União, para que, na hora adequada, Senador Gilvam – se chegar e quando chegarem ao acordo –, de começar a obra, que já dão como quase feita e que nem começaram, esse dinheiro esteja pronto e à mão, a favor do meu Estado.

E, se é a favor do meu Estado, eu não tenho nenhuma dúvida de que é a favor do Brasil, até porque eu falo de energia nova, de energia verde, de energia farta, para gerar empregos, atrair indústrias, respeitando a ecologia e o meio ambiente.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, porque as pessoas gostam muito de imaginar que alguém se elege para o Senado, vira líder de um partido e, por isso, não tem mais o direito de falar da sua terra, quando todos nós temos o dever de falar da nossa terra. Por exemplo, sou Líder do meu partido porque me elegi senador. E me elegi senador porque o povo do Amazonas votou em mim. Isso é muito simples, é uma matemática muito simples. Eu não poderia ser Líder do PSDB e não poderia discutir as grandes questões nacionais se eu não tivesse sido votado na minha base, pela minha gente. Isso é algo muito simples de se entender.

Portanto, sempre repito para os meus companheiros que um dos meus lemas é celebrar Fernando Pessoa quando ele diz: “O rio que banha a minha terra é o rio mais bonito do mundo exatamente porque ele é o rio que banha a minha terra”.

Portanto, estou na luta, não iludi ninguém. Eu não concordo com a aprovação da peça orçamentária sem que ela contemple o gasoduto Coari-

Manaus. A vontade de ajudar é muita. Há outras pendências. Estou solidário com o PFL nas pendências todas que envolvem membros desse partido. Estamos, portanto, prontos para o acordo, como estamos prontos para o confronto, a depender do que seja o vento que venha a soprar de lá para cá.

Concedo aparte ao Senador Rodolpho Tourinho e, em seguida, aos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, apóio a luta de V. Ex^a pelo gasoduto Coari–Manaus, que é de fundamental importância não só para a Amazônia, mas para todo o Brasil, pois hoje toda a população brasileira acaba pagando uma conta que não deveria pagar, em função da não-utilização do gás. Então, apóio essa luta, que é perfeita. Agora, essa diferença de preço também denota, seguramente, Senador, a falta de um projeto básico da Petrobras para o gasoduto. E isso remete a um outro tema. Como já se estima um gasoduto que vá da Venezuela até a Argentina se para esse aí, durante tanto tempo – creio que houve três licitações –, não se conseguiu chegar a um consenso em relação ao preço? Como é que a Petrobras sabe o preço de um gasoduto tão grande quanto esse, que tem sido dito e apresentado como uma grande obra, como aquelas grandes obras que acontecem a partir de janeiro de 2003? Nesse sentido, o mundo parece que começou depois da posse do Presidente Lula. E um outro ponto que quero defender aqui, colocado por V. Ex^a, diz respeito aos projetos de irrigação do meu Estado. Cito o do baixo Irecê, que é extremamente importante e pelo qual não podemos, de forma alguma, deixar de lutar, porque significa a redenção de toda a população. Mas agradeço a lembrança de V. Ex^a da Bahia e quero apoiá-lo também na sua luta, em relação ao seu Estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Senador Rodolpho Tourinho, pelo aparte que honra meu discurso e que vem de um dos grandes ministros das Minas e Energia com que este País já pôde contar.

Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, assim como fez o Senador Rodolpho Tourinho, quero também me solidarizar com V. Ex^a, que defende, como tem de ser, o seu Estado, o Amazonas, como todos nós que estamos aqui, que, conforme V. Ex^a falou, fomos eleitos para representar cada um dos estados. Então, temos de defender, evidentemente, os interesses do estado que aqui representamos. E V. Ex^a

demonstra que compromissos foram feitos anteriormente e, lamentavelmente – esta é a verdade –, não são cumpridos por este Governo. No caso do Estado do Pará, temos lutado há mais de 20 anos para ter as eclusas, porque, assim como temos o gás, e V. Ex^a quer levar a energia verde para o Amazonas, quero também fazer a mesma coisa com o Estado do Pará, inclusive fazendo a interligação com o gás lá do Amazonas também para o Estado do Pará. Como o Senador Rodolpho Tourinho sabe, existem recursos na tarifa de energia, na tarifa de gás, para fazer essa ligação com os estados que, hoje, não detêm o uso do gás, como está na lei, como um elemento de energia limpa. Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que conta também com o apoio do Estado do Pará para defender a Amazônia como um todo, de forma única.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Assim como, Senador Flexa Ribeiro, o grande Estado do Pará contará sempre comigo, com muito amor, pois tenho amor pelo povo do Estado do Pará, e V. Ex^a sabe o quanto deploro até aquele tradicional bairrismo que nos tenta separar, quando, na verdade, o que tem de nos unir é a construção de um futuro comum, justo e digno para a nossa gente.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, considero muito importante que haja um entendimento de todos os partidos com os líderes. Testemunhei parte da reunião dos líderes com o Presidente Renan Calheiros, hoje pela manhã, e acredito que está muito próximo de haver esse entendimento para que, até amanhã, possamos votar o Orçamento da União. Ouvei as ponderações de V. Ex^a e considero legítimo que esteja colocando a importância para a região amazônica desse Projeto Coari–Manaus. É mais do que natural que V. Ex^a faça essa indicação. Renovo aqui o apelo: se V. Ex^a já tiver a notícia resultante do entendimento entre os líderes, o Presidente, ambas as Casas, mais o Presidente e o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, seria importante nos transmitir para que todos nós, senadores, estejamos prontos para a votação da matéria e possamos dar a boa-nova ao povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e informo-lhe que as conversas vão bem e contam com a boa vontade de todos, com a solidariedade do Presidente Renan Calheiros e com uma participação muito correta dos Ministros Guido Mantega e Tarso Genro.

Ouço o aparte do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O Sr. *Ney Suassuna* (PMDB – PB) – Nobre Senador Arthur Virgílio, eu não posso de maneira nenhuma deixar de concordar com V. Ex^a no que diz respeito à preocupação que tem pelo seu Estado. Eu também faria o mesmo. Tenho me preocupado também até com problema semelhante, como é o caso do gás e do petróleo na Paraíba. Já descobrimos uma jazida – vai entrar, agora, no leilão – e tenho certeza de que vai ser de muita importância para toda a região. Veja, estou falando de um Estado pequeno, já bastante estruturado, o que é diferente de um Estado gigantesco como o de V. Ex^a, que precisa ter energia para tocar todo um pólo que, hoje, é um dos mais importantes do País. Por isso, concordei com V. Ex^a na reunião de líderes, e o faço aqui publicamente, no sentido de que V. Ex^a está no seu legítimo direito de defender o seu torrão natal com muita galhardia. Estou solidário com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao caro Líder Ney Suassuna pela solidariedade. Não é a primeira vez que ele a manifesta em relação a este seu colega do Estado do Amazonas. Tudo que desejo, daqui até o momento do início da sessão do Congresso, é que todas as mentes, todos os espíritos envolvidos nesse debate se esclareçam e se iluminem para que possamos fazer um Orçamento equilibrado, que não pertença a grupos, mas que veja, sim, o entendimento e o interesse estratégico de uma região como a minha que, se se desenvolver, não será meramente em favor do seu povo – isso já é muito –, será uma região a garantir o futuro mais brilhante para o conjunto da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

MUITOS ERROS NA POLÍTICA FISCAL DE LULA

20-4-2006

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, assinalo a presença, nas dependências da nossa Casa, do Senador Odacir Soares, nosso colega durante a metade da Legislatura de 1990 a 1994, quando S. Ex^a foi 1^o Secretário da Casa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a política fiscal do Governo petista do Presidente Lula não está nada bem e já preocupa os mercados, que passaram a viver em estado de pré-alarme. Nada de exagero nas conclusões que vou fazer, baseadas em estudos da assessoria técnica do meu partido, a começar por José Roberto Afonso e Beatriz Meireles. E tudo isso, de certa forma, já confirmado pela longa entrevista do Ministro Guido Mantega ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

O alarme não é infundado e já acende a luz vermelha acionada pelos mais recentes dados da execução fiscal, com uma grande piora, seguindo uma deterioração que se iniciara já em meados do ano passado.

Há erros? Sim, há erros. E quem admite isso é o Ministro da Fazenda, para quem a gestão orçamentária do ano passado poderia ter sido diferente. O gestor era Antonio Palocci, e o Ministro Guido Mantega ressalva que não se trata de falha do então Ministro. Trata-se – uso palavras do Ministro Mantega – de um estilo de gestão.

Senadora Heloísa Helena, mesmo com essas ressalvas, o Ministro disse – e está na entrevista de hoje – que preferiria uma gestão mais regular. O Ministro Mantega disse que preferiria uma gestão fiscal mais regular. Isso S. Ex^a disse hoje em entrevista a um jornal importante do País. Estou anunciando aqui uma grave crise fiscal que se avizinha com a ganância pública desenfreada que o Governo faz com fins eleitoreiros.

Recorrendo ao estrito significado semântico, parece mesmo que houve erro e não estilo, tanto que o mercado está carregado de preocupações. Ademais, estilo não é sinônimo de erro.

O estudo da assessoria técnica do meu partido define o que está ocorrendo com os gastos públicos e, ao mesmo tempo, faz uma advertência: para 2006, considera-se inclusive a possibilidade de descumprimento da meta de superávit primário, reconhecida pelo Relatório de Estimativas de Receitas e Despesas Primárias divulgadas pela SOF recentemente.

No entanto, Guido Mantega acha que vai garantir o superávit primário previsto de 4,25% do Produto Interno Bruto. E diz, aparentemente seguro de que isso será possível: “O Governo fará o contingenciamento de despesas que for necessário para atingir a meta de superávit fiscal primário em 2006, de 4,25%”.

Para chegar lá, o Ministro anuncia em sua entrevista: “Evidentemente, vamos ter de fazer um contingenciamento, com o corte de despesas que for necessário”.

Com o mesmo tom superlativo de Lula, o Ministro mandou recado “aos analistas e ao mercado, que estão céticos quanto ao cumprimento da meta, já no final deste mês”. De novo essa expressão está aspeada por ser do Ministro da Fazenda.

Pelas palavras de Mantega, nesses próximos dez dias, o Governo entregará a meta quadrimestral de 40% do superávit do ano. É esperar para ver. Estaremos acompanhando e o aplaudiremos se isso vier a se confirmar sem recurso a aumento de carga tributária.

Mais ufanismo de Mantega: “Não estou aqui para dar ao mercado sinais de maior rigor fiscal do que o estipulado nas metas”.

E numa outra e indireta cutucada em Antonio Palocci, e no mesmo diapasão ufanista, acrescenta o atual Ministro: “Não vou fazer, diz ele, uma execução orçamentária irregular, malfeita, só para dar sinais”.

Mais ufanismo ainda: “O próximo governo, diz Mantega, seja quem for o eleito, terá as condições mais favoráveis dos últimos 100 anos”.

O Ministro é mais modesto do que o Presidente Lula, quealaria nos últimos 500 e poucos anos.

Cem anos, portanto, um século, Senador Pavan.

Bem ao estilo grandiloqüentíssimo de Lula. A verdade é que se isso acontecer, tanto melhor. Mas, advirto, um pouco mais devagar com o andar, Ministro Mantega! Prudência não lhe fará mal nenhum.

Faço um parêntese nos números para citar uma frase em que o Ministro, pelo visto, parece não acreditar muito na reeleição de Lula. Ao falar no próximo governo, ele deixou escapar: “Mesmo se for o Alckmin, ele terá essas condições mais favoráveis”.

Agradeço a honestidade do Ministro de reconhecer que é uma possibilidade real a eleição do Sr. Geraldo Alckmin. Portanto, a derrota do Presidente Lula.

Tanto melhor. Para o País; portanto, para os brasileiros. Será o retorno do Brasil à seriedade, exatamente o que falta para a retomada do desenvolvimento. Com tanta condição favorável de fora para dentro. O que atrapalha mesmo é a incompetência administrativa; o que atrapalha mesmo é a corrupção, influenciando negativamente sobre as taxas de crescimento deste País. Será o Brasil sem okamotos, sem valeriodutos ou mensalão; nem, muito menos – aí retomo a expressão do Procurador Antonio Fernando –, quadrilhas de quarenta – e aí eu acrescento: ou de quatrocentos – ladrões.

Volto aos números.

A análise do PSDB entende que, nos dois últimos meses, observamos uma drástica redução do superávit primário em proporção do PIB em relação aos dois primeiros meses de 2005. A explicação está no crescimento dos gastos como nunca se viu, nem mesmo considerando-se que em ano eleitoral os gastos se concentram no início do ano devido às limitações legais.

Aqui, valem superlativos: crescimento dos gastos públicos como nunca se viu.

O Governo Central é responsável por 55,7% da redução do superávit primário entre o primeiro bimestre deste ano e o primeiro bimestre do ano passado. No entanto, o padrão sazonal do Governo Central é um maior superávit primário no primeiro semestre, provavelmente por causa das despesas obrigatórias ao final do ano (décimo terceiro salário) e do comportamento mais homogêneo das receitas ao longo do ano. Na média de 2000 a 2005, 71% dos saldos primários do Governo Central foram obtidos no primeiro semestre. Este dado mostra a quebra de tendência observada no início deste ano.

Diz mais o estudo que, de fato, os resultados recentes indicam uma piora substancial, mas a deterioração fiscal é um fenômeno que vem ocorrendo há algum tempo. Desde a metade de 2005, o superávit primário vem declinando.

Como o superávit primário analisado é acumulado em 12 meses, não há sazonalidade alguma nesses resultados. Na verdade, a desaceleração da economia em 2005 reduziu a quase metade a taxa de crescimento acumulado em 12 meses da receita líquida do Governo Federal – dados do Tesouro Nacional e do INSS – (11,8% para 6,3%), enquanto a redução da taxa de crescimento da despesa primária do Governo Federal foi significativamente menor (10,8% para 7,5%). Os dois maiores itens de gasto do Governo Federal, as OCC e os gastos com Previdência apresentaram forte crescimento em 2005, em proporção do PIB.

E mais: a taxa de crescimento real de curto prazo (bimestre de 2006 contra o mesmo bimestre do ano anterior) da despesa primária do Governo Federal tem se deslocado para cima da taxa de crescimento real de curto prazo da receita líquida desde o quarto bimestre de 2005. No segundo bimestre de 2006, a despesa primária cresce a uma taxa real de 10,9%, enquanto a receita líquida cresce a uma taxa real de 3,6%.

O mesmo padrão pode ser observado para a taxa de crescimento de médio prazo (acumulada em seis bimestres). A despesa primária já cresce a um ritmo mais acelerado que a receita líquida desde o quinto bimestre de 2005. No segundo bimestre de 2006, a despesa primária cresce a uma taxa de 7,4%, enquanto a receita líquida cresce a 5,9%.

Considerando a execução financeira (que inclui despesas com encargo da dívida), a discrepância é ainda maior: a taxa de crescimento real de médio prazo da despesa é de 11,6% no primeiro bimestre de 2006 contra uma taxa de crescimento real de 3,7% da receita líquida.

Comparando as taxas de crescimento de curto e médio prazo, constatamos que as perspectivas futuras são ainda mais negativas. No caso da receita líquida, o fato de a taxa de crescimento de curto prazo estar abaixo

da taxa de crescimento médio indica que a última tende a continuar caindo nos próximos bimestres. Esse padrão já é observado desde o primeiro bimestre de 2005. No caso da despesa primária, a taxa de crescimento de curto prazo já supera a de médio no primeiro bimestre de 2006, o que indica uma tendência de crescimento da taxa de longo prazo da despesa primária para os próximos bimestres.

Simulações do Credit Suisse sugerem que a antecipação dos gastos em 2006 poderá reduzir substancialmente o resultado primário nos primeiros seis meses do ano em comparação com exercícios anteriores, principalmente porque há uma pressão para aumento de gasto decorrente dos efeitos do aumento do salário mínimo sobre previdência, a Loas e o seguro-desemprego.

Para agravar, o novo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse em entrevista ao *Financial Times*, edição de 1º e 2 de abril deste ano, que não há necessidade de reformas fiscais adicionais do sistema de seguridade no Brasil, o que é preciso é um melhor gerenciamento. De acordo com esse jornal americano, a nova política econômica, portanto fiscal, de Guido Mantega representa uma quebra com a política fiscal dura do ministro anterior.

Ainda, segundo o Credit Suisse, a meta de superávit primário para o Governo Central é de 2,45% do PIB em 2006, o que não permite que o volume de investimentos autorizado pelo Restos a Pagar de 2005 e pelo Projeto de Lei do Orçamento de 2006 (R\$25,7 bilhões) seja executado integralmente.

A margem de manobra do Governo Central é muito estreita, 77% das despesas obrigatórias (salários, benefícios da Previdência, transferências constitucionais a estados e municípios).

A única rubrica que confere maior liberdade, a OCC, portanto, cresceu muito em 2005. Além disso, nem todas as rubricas da OCC são flexíveis (há gastos constitucionais com saúde e educação, pagamentos continuados com transferência de renda e gasto com o contingente do serviço militar obrigatório, por exemplo).

Por outro lado, se for decidido pela manutenção dos gastos com investimento, a meta de superávit primário do Governo poderá não ser cumprida já no próximo trimestre, aumentando o risco País.

Se somarmos a isso um déficit da Previdência Social entre 0,25% e 0,30% do PIB, o Governo Central ficaria no limite da meta de 2,45% do PIB estabelecido pelo Orçamento de 2006. Somente um crescimento adicional da carga tributária ou um crescimento das demais despesas em ritmo anterior ao PIB contribuiriam para uma folga maior para investimentos.

Estou anexando a esse pronunciamento o estudo da assessoria do PSDB, para que passe a constar dos *Anais* do Senado da República.

No entanto, antes de encerrar, registro neste mesmo pronunciamento o que constitui o trivial do Governo e, em especial, do Presidente Lula.

Leio o título de uma das notícias do dia, com mais um registro do comportamento de Lula, como sempre fútil e que, ao lado da roubalheira que passou a ser rotina no Governo, mostra a face pândega do seu chefe.

Diz o *Estadão*:

Lula afaga MST e cita ruralistas caloteiros

Movimento social tem de reivindicar, diz ele, na contramão de Rodrigues. (seu Ministro)

Será esse o comportamento desejável para um Presidente?:

Não. Não é, não é mesmo!

É mais uma das brincadeiras pândegas de Lula.

Pior ainda: seu competente Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um dia antes, havia classificado de vandalismo as ações dos sem-terra, as mesmas que levaram o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dirigir agradecimentos aos chamados movimentos sociais, cujo grupo de destaque é o MST.

Em visita a três cidades do Rio Grande do Sul, Lula atacou ontem os grandes fazendeiros, apontando a existência de caloteiros entre eles.

A postura de Lula, que o remete à irresponsabilidade, vai além, como diz esse outro trecho da notícia de *O Estado de S. Paulo*, que passo a ler:

Lula também estimulou os movimentos sociais para fazerem mais reivindicações e criticou seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso. “Não tenham medo de reivindicar”, disse ao discursar durante uma visita a uma aldeia de índios caingangues. “Se têm de reivindicar, aproveitem e reivindicuem no meu governo, pois se eu não atender, muito mais difícil será ser atendido (depois).

Esse é, infelizmente, o homem que diz governar o Brasil. Não governa!

Ele fala destrambelhadamente o que acha mais rentável eleitoralmente, passa a mão na cabeça de transgressores da lei e, no fundo, conserva a face que a Nação não imaginava nele existir: a do Lula autoritário e chefe de um esquema que tem em mente a implantação de um regime autoritário no Brasil.

São freqüentes essas manifestações caudilhescas de Lula.

Num só dia (anteontem), dois novos arreganhos da face autoritária de Lula.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a terá mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu preciso de um pouco mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Dois minutos são suficientes?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Acredito que sim, Sr. Presidente.

São freqüentes essas manifestações caudilhescas de Lula.

Num só dia (anteontem), dois novos arreganhos da face autoritária do Presidente Lula confirmam a suspeita de que a mais forte vontade desse desastrado Governo é a supressão da democracia no Brasil. Lula é, sim, autoritário. Sabe, sim (não é como no episódio do mensalão), que suas bazóffias, com as quais dá vazão a sua vaidade exacerbada e infundada. Pura fanfarrice.

Com essas presunções, supõe o Presidente que consegue encobrir o fraco desempenho de seu Governo(?) – se eu posso chamar isso de governo –, contamina as taxas de crescimento do Brasil.

Por enquanto, o Brasil ainda caminha com a economia até certo ponto, e em alguns setores, mais ou menos razoável. E ninguém tem dúvidas de que esses bons resultados decorrem do quadro saudável com que o Governo anterior entregou o País ao atual Presidente.

Vamos aos fatos, recorrendo ao noticiário de hoje da BBC de Londres. É o relato do Brasil de verdade. Leio a abertura da matéria:

A economia brasileira deve crescer – diz a BBC de Londres – 3,5% ao ano, neste e no próximo ano, de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional, FMI, divulgadas nesta quarta-feira, em Washington.

O que significa isso? Significa que o quadro róseo pintado pelo PT, e que vem sendo assinado embaixo com o dístico do Brasil, um país de todos, não confere com a realidade nua e crua.

Enquanto o Presidente Lula se compraz numa auto-satisfação para deleitar-se e visualizar um quadro ditatorial que seria o de sua predileção, ele se esquece de governar. Essa é a verdade.

Esquece, sim.

Mais ainda, Sr. Presidente, para completar o retrocesso que se iniciou no Brasil a partir do Presidente Lula, leio outra parte da mesma notícia da BBC de Londres:

O crescimento previsto para ao Brasil é mais uma vez menor do que a média mundial, menos do que a média da América Latina e bem menos do que os países emergentes.

A conclusão, para quem lê notícias como a que aqui trago, é somente uma: o Governo petista do Presidente Lula é um fracassado na condução correta e decente do Brasil. Bom ele é apenas no destampatório, nas mentiras e principalmente na propaganda.

Vamos aos arreganhos, que são o objeto principal da predileção do Presidente Lula.

O primeiro arreganho autoritário veio com o anúncio da descabida pretensão de estabelecer, na LDO, regra autoritária que faria o Orçamento entrar em vigor automaticamente, caso não venha a ser aprovado dentro de prazo previsto para sua votação no Congresso.

O arreganho ditatorial 2 ocorreu durante a audiência de Lula com o Presidente da OAB, Dr. Roberto Busato. Nela, o Presidente acusou as CPI de extrapolar funções. E foi além, a ponto de sugerir novas regras.

Dois arreganhos, dois erros, dois absurdos e, principalmente, dois motivos para que o Congresso fique alerta. É desse jeito que começam as ditaduras: um arreganho aqui, um arreganho acolá e, de repente, assume o ditador; no caso, o Presidente transforma-se em caudilho, que é a derivação, por extensão, da figura do ditador.

Antes de encerrar, digo, para que nos acautelemos:

Em geral, um candidato a ditador vai, passo a passo, colocando as mangas de fora, até chegar aonde quer. E quem diz isso não é apenas a oposição. A imprensa em peso aponta os destemperos de Lula. É o que diz a *Folha de S.Paulo*:

Lula comanda ação contra trabalhos da CPI dos Bingos.

Lula decidiu jogar todo o peso do Governo numa estratégia para tentar inviabilizar os trabalhos da CPI dos Bingos, informa Josias de Souza. O primeiro objetivo do Governo é evitar a aprovação na CPI de novos requerimentos contrários aos seus interesses.

Encerro, Sr. Presidente, afirmando que Lula...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Sr. Líder do PSDB, glorioso partido, pediria a V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pelo Regimento eu teria mais tempo do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – É que ainda há vários...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas não temos nada... O nosso dever é ficar aqui até meia-noite, se necessário. Estou concedendo parte do meu tempo. Eu poderia falar até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se pudesse falar até sem interrupção...

Quero o tempo a que tenho direito pelo Regimento. Estou concedendo parte do meu tempo. Essa história de que Fulano vai viajar não é comigo; aqui não é agência de turismo. Aqui a gente fica até meia-noite ou de manhã, se for o caso. Eu preciso falar. Estou denunciando o Governo autoritário e incompetente. É o meu dever como Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a terá todo o tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, por favor, não faça soar essa campanha toda hora. Dê-me o tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Qual o tempo que V. Ex^a necessita?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu preciso do meu tempo, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a tinha dito: dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu tentei acabar, mas falta um detalhe. Já teria acabado se V. Ex^a não estivesse com essa campanha tão ilustre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Mas não foi eu quem colocou essa campanha. Essa campanha é daqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então me dê o tempo, Sr. Presidente. Não discuta uma coisa que é do meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Qual o tempo que V. Ex^a precisa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O General Médici não me calou. Vai ser difícil outra pessoa fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Não vamos calar V. Ex^a. Estou perguntando quanto tempo V. Ex^a precisa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dê-me três, dez, trinta minutos, o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Três minutos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a tem os três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a providência do seu ilustre dedo me concedendo o tempo que permitirá completar o meu pronunciamento.

Encerro, Sr. Presidente, afirmando que o Presidente Lula não tem o direito e nem a autoridade para esse avanço-linha. No momento em que a quadrilha dos 40 ladrões é denunciada, a autoridade moral do Presidente Lula, como o crescimento do Brasil, está para lá de embaixo, fazendo vergonha a Deus e ao mundo, menos para os petistas, que fingem ignorar essa tão triste realidade.

E aqui anexo o trabalho inteiro da assessoria técnica e econômica do meu partido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

MENINA-DOS-OLHOS DO GOVERNO LULA, O PROGRAMA 1º EMPREGO FOI A PIQUE

25-4-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, foi pior do que o naufrágio do Titanic. Anunciado com pompa havia três anos, o Programa Primeiro Emprego foi a pique e, em sua tão longa quanto a duração do Governo Lula, deixa um saldo píffio.

Vamos aos números.

Em vez dos prometidos 260 mil empregos, o malogrado programa não foi além de pouco menos de quatro mil empregos, mais precisamente 3.936 novas vagas.

O Governo petista do Presidente Lula ficou devendo exatamente 240 mil empregos, quase o total da meta anunciada com foguetes e banda de música.

Por que falhou o Programa Primeiro Emprego?

Por que Lula, que vive atrás de qualquer tijolo para seu falatório, por quê, repito, por que Lula não explica que faltou competência para levar a cabo a empreitada?

Em outras palavras, em Governo incompetente não poderia mesmo sobreviver qualquer programa, projeto ou meta mais ambiciosa.

Fica ao menos uma certeza: esse Governo que aí está é mesmo incompetente, tomado por gente incapaz. Este é um Governo mal conduzido e mal dirigido.

Fica, também, uma dúvida: Governo que promete 100 e realiza 0,5% da meta tem salvação? Os dados constam da matéria de capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição do dia 24 último, que estou anexando a este pronunciamento.

No caso de emprego, não há como mentir. Afinal, essa era a menina-dos-olhos de Lula, que anunciou, ao assumir, que criaria 10 milhões de empregos no Brasil.

E como esse Governo o que sabe é apenas mentir, fica o dito pelo não dito. E fica, também, a esperança de que faltam apenas 240 dias para o fim da triste era Lula.

Era o que tinha a dizer.

ARTHUR VIRGÍLIO, EM DEFESA DAS FLORESTAS, PROPÕE VOLTA DOS ITENS VETADOS POR LULA

26-4-2006

Sr. Presidente, com a assinatura também do Senador Jefferson Péres, encaminho à Mesa voto de aplauso pelo 132º aniversário de criação do Município de Itacoatiara, pedindo que isso seja comunicado à população daquele município por intermédio de seu prefeito, o Sr. Mamoud Amed Filho.

Sr. Presidente, ainda no mesmo compasso, com as assinaturas de apoio dos Senadores amazonenses Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres e do Líder do PFL, Senador José Agripino, que aliás foi relator da matéria referente à gestão florestal, apresento hoje projeto de lei que é, na verdade, projeto de lei em favor da Amazônia e da soberania nacional.

Esse projeto restabelece os dispositivos vetados pelo Presidente Lula na chamada Lei das Florestas. Um dos itens torna obrigatória a prévia aprovação do Congresso Nacional para a concessão de área de floresta superior a 2.500 hectares; outro assegura mais recursos financeiros para o Ibama, visando ao aprimoramento e à fiscalização; um outro determina que os nomes indicados para o Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), inclusive o do Diretor-Geral, sejam, como no caso das agências, previamente submetidos à aprovação do Senado Federal.

A Ministra Marina reafirmou-me o compromisso de concordância com o teor deste projeto que aqui está. Eles haviam sido incluídos no projeto de lei quando de sua aprovação pelo Senado Federal por iniciativa do Líder do PFL e relator da matéria, Senador José Agripino. Como o acordo terminou não sendo honrado pelo Presidente, a Liderança do Governo se comprometeu conosco no sentido de que esse projeto aqui tivesse tramitação rápida.

Faço tudo isso em seqüência à denúncia que ontem apresentei à Casa, envolvendo o sueco-britânico Johan Eliasch, que, se dizendo amigo do ex-Senador Gilberto Miranda e do Governador do meu Estado, Eduardo Braga, que se omitiu nesse episódio, adquiriu 160 mil hectares nos Municípios de Itacoatiara e Manicoré, supostamente para preservar a floresta. O Senador Jefferson Péres levantou a hipótese de ser biopirataria. Por que não? O sueco-britânico disse que pretendia ganhar dinheiro, sim, com reserva de carbono, segundo o Protocolo de Kyoto, esquecendo-se ele de que

o citado Protocolo trata dessa concessão para áreas de reflorestamento e não para áreas virgens.

Portanto, este cidadão Johan Eliasch, que teve o desprazer de dizer que, com R\$50 bilhões, magnatas como ele poderiam comprar toda a floresta amazônica, precisa ser melhor examinado pelo Governo Federal.

Por isso, proponho a convocação da Ministra Marina Silva e do General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência. Sugeriram também o convite ao próprio Governador do Estado do Amazonas. O fato é que isso não vai passar em branco.

Apresento o projeto precisamente na hora em que vem para a ordem do dia a discussão sobre o que se deve fazer com a Amazônia. É no mínimo estranho e esquisito esse sueco agora virar dono de uma propriedade dessa monta, ele que diz que outros como ele podem se tornar detentores de toda a floresta amazônica.

Eu sou assim: vou fazendo as coisas de A até Z. Então, fiz o A, agora é o B e vamos chegar ao Z, que é a proteção de nossa região. Nada de xenofobia nacionalista, mas nada de facilitarmos a biopirataria ou de transigirmos em relação àquilo que é essencial, que é a efetiva garantia de soberania brasileira sobre a região que dá mandato a mim, ao Senador Gilberto Messtrinho, ao Senador Jefferson Péres, a V. Ex^a e a tantos homens e mulheres bravos e corretos que têm assento neste Senado Federal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

LULA OUVIU DA OAB QUE PRECISA OUVIR PARA SABER QUE SEU GOVERNO CRIOU CLIMA DE DESCONFIANÇA NO PAÍS

27-4-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de comentar, antes do final desta sessão, a fala de hoje do Dr. Roberto Busato, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na posse da ilustre e digna Ministra Ellen Gracie, fazendo ele o papel que cumpre ao *bâtonnier*, papel que cumpre ao presidente da Ordem dos Advogados, que é, precisamente naquele momento, ser irreverente sim, falar pela sociedade sim.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, e a bem da honestidade intelectual, digo a V. Ex^a que, quando era Líder do Governo Fernando Henrique, fui a uma solenidade como essa. O presidente da Ordem dos Advogados à época era o Dr. Rubens Approbato Machado, que fez um discurso igualmente duro. É claro que os motivos eram outros, mas fez um discurso duro à época, contrário às reformas estruturais, que entendo serem essenciais para o Brasil. Eu me havia sentado ao lado de uma advogada, uma moça inteligente, jovem, a quem disse o seguinte: “Acho estranho não ser dado ao Presidente o direito de defesa nesta hora”. E ela me disse: “Não, o senhor está enganado, deputado – eu era deputado à época. O Presidente fala o tempo todo, tem as televisões à disposição dele, ele tem os eventos; ele fala na hora que ele quiser. A sociedade fala uma vez por intermédio do presidente da OAB, dizendo coisas acertadas ou não, neste momento, e a fala tem de ser necessariamente irreverente; se ela não for irreverente, ela não agrada aos advogados. Ele tem de representar a categoria que o elegeu para presidi-la”.

Foi uma aula de democracia que ela me deu. E eu passei a perceber, a partir dali, que o Presidente da República deve ser alguém munido de paciência e de espírito de tolerância, duas qualidades que, a meu ver, faltam ao Presidente Lula. E não teve nada de mais, nenhum insulto, nenhuma agressão, mas o Dr. Busato foi extremamente forte.

Ele disse, por exemplo, que “a República sofre a pior das crises, há uma corrosão das instituições democráticas e há um risco de fortalecimento de agentes populistas”. Muito grave. Ele disse mais:

“O Brasil vive neste momento uma situação delicada na sua trajetória político-institucional. O papel da Justiça ganha destaque no momento em que os olhos da sociedade se voltam para a nossa República, que padece da pior das crises: a crise da credibilidade e da confiança.”

Da confiança, porque temos um Presidente incapaz de conter a baderna do MST por exemplo; e da credibilidade, porque estava lá também o Dr. Antonio Fernando, o homem que detectou quarenta ladrões, quarenta corruptos, confirmando a tese da CPMI da existência do “mensalão”, desmentindo, portanto, o Presidente, que nunca sabe de nada. Essa conjunção apontada como braços de uma mesma crise, o braço da credibilidade e o braço da confiança, é uma conjunção explosiva, mas, graças a Deus, nossa democracia revela-se forte, revela-se bastante consolidada.

Dr. Roberto Busato disse mais ainda: “Há um comportamento indecoroso de agentes públicos capaz de desgastar as instituições do Estado e aprofundar o descrédito que as fragiliza diante da sociedade brasileira”. E aí

vem uma frase, outra do presidente da OAB, que deve ser repisada por todos nós. Diz ele: “O descrédito é a serpente que se nutre do autoritarismo”.

Se olharmos para Hitler – e não há clima para Hitlers mais no mundo graças a Deus –, vamos nos lembrar da hiperinflação, da moeda desmoralizada. Os trabalhadores tinham folgas de tempos em tempos, na indústria por exemplo, recebiam salário referente a três horas de trabalho e o entregavam a suas esposas e filhos que já estavam esperando ali. O dinheiro era carregado em carrinho de mão porque valia absolutamente nada e ia direto para as compras essenciais das famílias. Ele voltava a trabalhar e, dali a três horas, repetia-se a operação.

A coisa foi a tal ponto, que um sujeito que era tido como desocupado, desacreditado e desmoralizado – Hitler tinha sido preso como vagabundo –, terminou empolgando aquela massa desiludida e impondo aquele regime que sufocou as liberdades não só na Alemanha – país que, embora austríaco, passou a dirigir –, mas em grande parte do mundo, com a sua guerra insana e o seu desejo baseado no racismo – com fundo econômico evidentemente – de impor o que seria o governo do *reich* de mil anos.

Não há nenhuma perspectiva de autoritarismo se as instituições estão fortes e se não há crise de confiança. Quando há crise de confiança, percebemos que essa serpente que se nutre do autoritarismo, como diz o Dr. Roberto Busato, põe a cabeça de fora.

Fez ainda o Dr. Roberto Busato elogios muito merecidos ao Procurador-Geral da República, esse notável homem público que é Antonio Fernando de Souza, pela denúncia que encaminhou ao Supremo Tribunal Federal a respeito dos tais quarenta membros da quadrilha instalada à sombra deste Governo e funcionando com ramificações no Palácio do Planalto.

Segundo nota do *Estadão on-line*, que tenho em mãos, nessa hora houve aplausos na platéia, e o Presidente Lula os acompanhou discretamente. Não deveria ter apoiado, ele disse que não tem “mensalão”, que o Procurador-Geral da República não acertou, que a CPMI foi política, enfim, não sei por que aplaudiu. Ou o Presidente agora virou maria-vai-com-as-outras também? Se os outros aplaudiram, ele foi obrigado a aplaudir? Tudo para ficar bem na foto, para fingir que não é com ele. Estou impressionado.

Se o Presidente da República perder a próxima eleição, não vamos deixá-lo mais ser presidente de PT, nada, nada. Se ele perder essa eleição, ele tem de descansar um pouco antes de o buscarmos para trabalhar em teatro. Ele tem de trabalhar em teatro, porque estamos desperdiçando um grande talento nas artes cênicas e não estamos aproveitando – até porque não há talento – nada do que seria um homem de Estado – *the wrong man in the wrong place* (o homem errado no lugar errado); no

teatro seria: *the right man in the right place* (o homem certo no lugar certo).

O Dr. Busato rebateu ainda críticas que ele e a OAB sofreram desse movimento esquisito, realmente esquisito, e que vive cevado no dinheiro oficial, e cada vez mais cevado no dinheiro oficial nesse Governo que aí está: do MST. Não quer reforma agrária coisa alguma, não tem preocupação com o homem rural coisa alguma, traz pessoas do meio urbano inclusive para, enganando-as, fazer agitação contra pesquisas científicas, contra estabelecimentos que produzem e que são responsáveis pela saúde da balança comercial brasileira.

O MST qualificou a OAB de tresloucada e neoliberal, porque estaria discutindo – e ela tem esse direito – se propunha ou não o *impeachment* do Presidente Lula.

Então, devolve o Dr. Roberto Busato que essa pecha de tresloucada cabe apenas a eles, que agem como golpistas. O Dr. Busato sabe o que o Brasil sabe, que o MST refuga as regras da democracia brasileira que aí está. É uma entidade que nem assume personalidade jurídica própria, porque isso facilita que ela não seja processada. Pode-se processar o José Rainha, pode-se processar o Stédile. E os dois têm tanto processo que dá uma penca. Se transformasse em banana, daria para ficar rico na feira. Eles têm todo tipo de processo.

Mas, sem ter personalidade jurídica própria, fica difícil, fica impossível processar o que não existe. Então, processa-se um ou outro, mas não a entidade. Isso é a propósito, é uma entidade fora da lei que se pretende acima da lei e que está aqui para afrontar a lei brasileira, está aqui para desacreditar as instituições brasileiras e que tem o delírio, o louco delírio de derrubar a democracia que construímos, para implantar um regime autoritário de corte zapatista – ao estilo do que propunha para o México o líder, dito revolucionário, Emiliano Zapata.

E, portanto, chega a ser criminoso o Presidente da República ficar com essa história de pôr boné, tirar boné, passar a mão na cabeça e ainda pedir para reivindicarem mais, para agirem com mais vigor, com mais força. O Presidente Lula é claramente aliado dessa gente, diz tranqüilamente que vai esperar a eleição passar para recrudescer mais do que nunca as invasões de terra. Estão esperando o companheiro deles supostamente vencer as eleições para invadirem com o consentimento do Presidente. Ou estão esperando o companheiro deles perder as eleições para tentarem inviabilizar a gestão do Dr. Geraldo Alckmin.

Portanto, volto ao início do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O Dr. Busato agiu como *bâtonnier*, agiu como o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na melhor tradição. O Presidente Lula

precisa mesmo ter assimilado o que disse e reconhecer seu direito de fazê-lo.

No início, achava que era algo até desproporcional, afinal de contas o Presidente não pôde falar nada. Certa vez, ouvi críticas ao Presidente Fernando Henrique. Fiquei pensando que o Presidente Fernando Henrique não podia falar nada e que estavam criticando. Será que, àquela altura, não estava eu também com a visão caolha de quem olha o poder a partir do poder? Por isso é tão boa a idéia de alternância de poder, porque é tão bom vir para a chuva e para a planície da Oposição, de vez em quando, e voltar mais maduro para o poder quando o povo achar que está na hora. Se entender que não está na hora, não volta. Ceder sempre à única pressão justa: a pressão da vontade popular, da vontade popular legítima.

Mas recorro a jovem advogada que me disse: “O Presidente fala a toda hora”. O Presidente Lula deve dizer a si próprio, hoje à noite, em algum momento de meditação – e espero que o Presidente medite: “Puxa vida, tive de ouvir aquelas coisas, aqueles desaforos calado!”. Em primeiro lugar, não foram desaforos, foram críticas. Em segundo lugar, gostaria de fazer ao Presidente Lula outra pergunta: “Presidente Lula, quantas vezes o Dr. Roberto Busato se sente incomodado ao ouvir Vossa Excelência falar tantos absurdos na televisão, em horário nobre, e não fala nada, porque não tem o mesmo espaço de Vossa Excelência, Presidente Lula? Vossa Excelência está ouvindo uma só vez e está nervoso. O Dr. Busato ouve-o todos os dias sem ter o direito de ficar nervoso. É a democracia, Sr. Presidente!”. Na democracia cabe a irreverência. O Dr. Busato não se portou como súdito diante de um soberano. Portou-se como um Presidente de uma instituição que tem a tradição de lutar por liberdade e pela ordem constitucional. Portanto, foi a fala de alguém com todo o *status* e toda a autoridade para fazê-la.

Faço esse registro com muita alegria, Sr. Presidente, porque esses sinais dão a clara idéia de que a nossa sociedade está viva, não está dormitando, não está adormecida, não está dormente, não está entorpecida, não está alienada. Nossa sociedade está viva, atenta. Ela fala pelos seus representantes legítimos, pelos que defendem o Governo nesta Casa. Ela fala pelos que fazem oposição, como eu, V. Ex^a, Senador João Batista Motta tantos outros aqui no Senado Federal.

A Ordem dos Advogados exercitou o seu papel. Não fez nada mais, nada menos do que isso. Imagine se o ritual da solenidade concedesse a palavra também ao Procurador-Geral da República, e o Dr. Antonio Fernando fosse, sem dúvida alguma, falar sobre os tais 40 ladrões da quadrilha – ele chamou de quadrilha – até então apanhados.

Parabenizo o Dr. Roberto Busato e parabenizo o povo brasileiro por sabermos que temos uma democracia consolidada e forte neste País, uma democracia que já não faz da figura do Presidente algo intimidador, que diz: “Não vou falar porque o Presidente está aqui”. Ao contrário, é um teste à democracia, vai falar porque o Presidente está ali, vai falar porque o Presidente tem de ouvir. O Presidente não é melhor do que ninguém, não. Tem de ouvir, sim, tudo aquilo que precisa ser dito a ele. Ou vai para o Olimpo? Ou vai para a “torre de marfim”? Não vai nem para o Olimpo, nem para a “torre de marfim”. Vai ouvir, sim, o que a sociedade tiver para dizer a ele, pelos parlamentares, pelas entidades que se organizam para defender interesses legítimos, pela Ordem dos Advogados do Brasil, que, brilhantemente, corajosamente, pontuou sua posição contra a anarquia que é liderada pelo MST e tolerada pelo Presidente Lula e contra a crise moral que tem machucado muito a sensibilidade deste País.

Mas quero só fazer uma correção ao encerrar. Eu disse que o Dr. Busato foi brilhante e corajoso. Quero retirar a palavra corajoso. Foi brilhante. Porque nesta democracia ninguém precisa ser corajoso para dizer o que deve dizer. Nem eu sou corajoso, nem V. Ex^a é, nem o Dr. Roberto Busato precisa ser. A democracia brasileira está tão consolidada que basta dizer, porque há garantias constitucionais para se dizer o que se tem de dizer. Então, embora o Dr. Busato seja, sem dúvida, um homem corajoso, graças a Deus não precisamos mais de coragem para cumprirmos com nosso dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

QUE VERGONHA, LULA!

3-4-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do poder! Que vergonha, Lula!

Foi isso o que senti, com estupefação, ao ler em *O Estado de S. Paulo* de hoje a notícia reveladora de *como o SNI seguia os passos de Lula*, quando ele ainda era militante sindical e dirigente do PT.

Se não é surpreendente – pois o Brasil vivia em estado de exceção – a notícia provoca repulsa. É a história da ação subterrânea do Serviço Nacional de Informações, por seus agentes no Rio Grande, no enalço do então líder sindicalista.

O *Estadão* publica pormenores de documento secreto do SNI, intitulado *Atividades de Luiz Inácio da Silva, Lula, no interior do Rio Grande do Sul*. A notícia está incluída neste pronunciamento.

Seria de dar pena se Lula tivesse rasgado esse episódio de triste memória. E o tivesse como exemplo do que não se deve fazer.

Não. Não foi o que houve.

Ele, o perseguido de então, virou, agora que é Presidente, o perseguidor nesse episódio igualmente triste da arapongagem patrocinada pelo Governo petista contra o caseiro da República de Ribeirão Preto.

De nada valeu, Lula.

Quem não aprende é porque não quer aprender.

Encerro, repetindo o que disse ao iniciar este pronunciamento:

Que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do poder! Que vergonha, Lula!

Era o que tinha a dizer.

NOVOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

11-4-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, duas boas-novas para o Amazonas comprovam o avanço tecnológico do Pólo Industrial do Amazonas. Ambas na área de informática, envolvendo investimentos e capacitação técnica.

A primeira envolve a Universidade Estadual do Amazonas – UEAM, e o grupo industrial BenQ, de Taiwan, que lançaram na capital do meu Estado programa de desenvolvimento de *software*, com investimento de US\$5,5 milhões.

O programa prevê a formação de grupos de profissionais do setor, entre engenheiros e técnicos em eletroeletrônica, matemáticos e outros, para o desenvolvimento de *software*.

O grupo BenQ, originário de Taiwan, é sucessor da indústria de telefonia móvel implantada em Manaus pela Siemens.

Essa é uma efetiva e elogiável parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. Ganham o Estado e o setor industrial. E, mais do que tudo, só confirma a firmeza do Pólo Industrial de Manaus, onde é desenvolvida tecnologia de ponta nas indústrias de informática ali estabelecidas. Ganha, pois, também e sobretudo, o povo do Amazonas.

A outra boa notícia, além de significar mais um passo na industrialização de monitores de vídeo, aponta na direção da proteção do meio ambiente e, notadamente, da saúde dos operadores de computadores e de pessoas que ficam por longo tempo diante de televisores, expondo-se à radiação de íons positivos.

Agora, como anuncia a Samsung, serão produzidos no PIM os chamados “monitores saudáveis”. Sem descer a pormenores técnicos, o monitor saudável neutraliza os íons positivos, evitando o estresse nos usuários e, ainda, o envelhecimento dos tecidos das pessoas.

Inicialmente, a inovação vai atingir os monitores de tubo, que representaram, no primeiro trimestre deste ano, 60% das vendas da Samsung. Os outros 40% compõem a linha de monitores de LCD, ou seja, de cristal líquido.

Atualmente, os monitores de LCD produzidos na Coréia do Sul e na China já dispõem da inovação, isto é, a neutralização dos íons positivos. Dos projetos da Samsung inclui-se a fabricação em Manaus também desse tipo de monitor com capacidade de emissão de íons negativos, que não produzem danos à saúde humana.

Com essas notícias, não será exagero afirmar que, em breve, o PIM terá ainda maior relevância na produção de itens de tecnologia avançada. Isso é bom para o Amazonas e merece aplausos e apoio.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ANO-NOVO, ESCÂNDALOS NOVOS E VELHOS, E CORRUPÇÃO JÁ TRADICIONAL NO GOVERNO LULA

16-1-2006

Sr. Presidente, respeitando a regra, o que se consensualizou nesta sessão, ainda assim, eu colocava para o Senador Paulo Paim que tenho uma reunião da Executiva do meu partido no Rio de Janeiro e para lá preciso me deslocar. Assim, com a anuência dele, eu pediria a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Respeitando o que diz o Regimento, Senador Arthur Virgílio, vou conceder a V. Ex^a a palavra e, em seguida, ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável, e à Senadora Heloísa Helena, como oradora regularmente inscrita.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ano-novo, escândalos novos e velhos, corrupção já tradicional neste Governo.

Cito apenas a revista *IstoÉ* desta semana, que publicou que nova conta de Duda Mendonça em Miami teria milhões de dólares no chamado Ocean Bank e que, quanto ao caso Celso Daniel, o assassino confesso do ex-Prefeito voltou atrás, fugiu da Febem e o laudo técnico assegurou que o ex-Prefeito não teria morrido nas condições descritas pela polícia. Portanto, teria sido o chamado crime de mando, algo que ainda vai dar muito o que falar.

A revista *Veja* publicou que Duda Mendonça está cada vez mais envolvido no escuso. Ele é chamado pela revista *Veja* – nem tanto por mim – de marqueteiro bandido. Suspeita-se que a movimentação do marqueteiro oculte um esquema de lavagem de dinheiro para pagamento de suborno e para campanhas petistas. Aliás, as duas revistas *Veja* deste ano publicaram matéria nesse mesmo sentido.

Divulgou, também, que a Petrobras publicou anúncios estapafúrdios em revista do MST e que o Sr. Roberto Teixeira, compadre e amigo do Presidente Lula, mantém valioso hangar no mais cobiçado aeroporto do País, Congonhas, para a Transbrasil, conseguido, a meu ver, à base de tráfico de influência.

Quanto à reeleição, o pacote da reeleição – o Presidente será derrotado – é uma vergonha. São R\$30 bilhões despendidos em obras inúteis ou improvisadas para tentar salvar Lula do vexame que para ele haverá de

ser a próxima consulta popular. E o Presidente Lula, de maneira cândida, em entrevista ao “Fantástico”, ignora praticamente as provas do relatório parcial da CPMI dos Correios. Enquanto isso, a Comissão já prepara um pedido de indiciamento de mais de 100 personalidades deste País.

Finalmente, a revista *Época* faz críticas à operação tapa buracos, que estaria beneficiando empreiteiras que foram condenadas pelo TCU. Esse mesmo Tribunal ameaça o Presidente da República de processo por suposto favorecimento ao BMG, que já enfrenta duas outras complicações nesse período, com oferecimento de crédito consignado. Esse, para mim, foi o caso mais sério, ao qual a revista *Época* deu um destaque talvez modesto.

O Presidente diz – e, aí, mentiu –, no primeiro parágrafo de uma carta que mandou aos segurados do INSS: “Escrevo-lhe porque o Congresso Nacional acaba de aprovar o crédito consignado”. Não é verdade, é inverdade, é inveraz, é mentiroso. Não é verdade. Já funcionava o crédito consignado há muito e desde maio a Caixa Econômica Federal já o operava. A novidade é que o Presidente escreveu duas semanas depois de o BMG estar pronto para operá-lo. O banco ficou sozinho com a Caixa no mercado até dezembro, quando entrou outro banco que – pasmem, Srs. Senadores – é sócio do BMG, é da mesma família empresarial do BMG. Mais adiante, entrou um pequeno banco do Rio do Janeiro, mas, a essa altura, o BMG já havia lavado as burras.

Ouvi – e não posso provar, por isso não declino nomes – fatos graves sobre um banco que teria sido achacado em R\$2 milhões para entrar no crédito consignado. Esse banco, financiador de campanhas de figuras ilustres, as teria procurado e dito: “Não vou pagar coisa alguma”. Estou-me preparando para, depois, dizer o nome do banco. Tenho certeza de que as figuras ilustres vão-se manifestar.

O fato é que no segundo parágrafo o Presidente da República, na carta que faz aos segurados, diz-lhes para buscar o empréstimo com juros compensadores, que vão de zero ponto não sei quanto a um ponto não sei quanto. O Presidente parecia gerente de banco. Aquilo, ou foi a Caixa ou o BMG que lhe informou.

No terceiro parágrafo, Senador José Agripino, ele induz ao endividamento, dizendo: “Vá resolver os seus problemas do cotidiano indo ao crédito consignado”, o que é uma maldade. Empréstimo não foi feito para resolver problema pessoal de ninguém, problema do cotidiano de ninguém. Foi feito para resolver problemas estruturais de uma vida.

Então, aquilo me parece próximo do crime de responsabilidade, sim. Foi a coisa mais grave que vi publicada na imprensa brasileira ultimamente. Parece-me grave, parece-me próximo do crime de responsabilidade, sim, Sr^{as} e Srs. Senadores, e o Presidente, ainda por cima, gasta cerca de R\$7 milhões para

enviar essas cartas. Não se sabia, depois, se seria a Dataprev ou o INSS que as pagaria; ninguém as queria pagar. Queimaram 500 mil cartas que sobraram. Se não houve ilegalidade, por que queimaram as cartas? Se queimaram as cartas pagas com dinheiro público, por que o fizeram? Ou seja, há algo de grave.

Portanto, ao encerrar, Sr. Presidente, volto a dizer que estou com muita disposição. Eu percebo, e não me agrada, um certo desespero no Governo. Essa história de querer misturar as coisas, de querer misturar as pessoas, de querer dar a entender ao País que ninguém presta, essa teoria do gambá – que, aliás, o PT usava muito antes – não sei se funciona com alguém. Ela não funcionará com o meu partido.

Volto para a Sessão Legislativa com vigor redobrado. Não perdoarei um só milímetro de deslize em relação à ética. Nada vai silenciar a minha voz. Nada me vai impedir de dizer que o que vi hoje, na revista *Época*, é algo próximo do crime de responsabilidade, sim, e seria passível até de se examinar processo de *impeachment*, sim, Sr^{as} e Srs. Senadores. É estranho que o Presidente escreva para os segurados do INSS duas semanas depois de o BMG ter entrado em operação. Ele teve de maio até setembro para falar sobre a Caixa Econômica e não falou; quando o BMG entrou em operação, ele pediu que aquelas pessoas todas se dirigissem ao crédito consignado. E sabemos que foi um processo tortuoso.

O Presidente do INSS de então avocou para si o processo do BMG, tirou-o da fila, barrou os demais bancos e privilegiou o BMG. Se o nome disso não é negociata, vou trocar o meu próprio nome! Se o nome disso não é corrupção, troco o meu próprio nome! E se para acreditarmos que, mais uma vez, ingenuamente, o Presidente da República assinou sem ler, pergunto: que País é este, onde o Presidente assina algo tão grave sem ler? Ou, ainda: que País é este, onde o Presidente assina muito bem sabendo aquilo que leu?

O fato é que quero preparar os ouvidos presidenciais. Vim disposto a falar mais do que nunca. Vim disposto a lutar mais do que nunca. Vim disposto a renovar todos os meus compromissos, um a um, mais do que nunca. E não sei se mais do que nunca, mas mais do que sempre, porque é uma exigência do bom senso, da nacionalidade, da coerência, da firmeza, da convicção enfrentarmos essa luta, sem que ninguém da Oposição tenha o direito de, em algum momento, recuar diante de arreganhos. Ninguém.

Devemos tocar a luta no padrão que o Governo propuser. Se quiser ligar um ar-condicionado, até podemos lutar no ar mais fresco; se preferir o caldeirão dos infernos, para mim está muito bom, está muito bom mesmo. O caldeirão dos infernos eu aceito também. Mergulharemos nele e vamos lutar para ver quem emerge: emergirá quem tiver honra, emergirá quem tiver coerência, emergirá quem tiver compromisso com o País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

CONDENADA A “ATITUDE DESLEIXADA” DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NO CASO DE CONTA SECRETA DE DUDA

17-1-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista *Veja* das duas últimas semanas mostra o publicitário Duda Mendonça, conhecido – tenho que aspear – “gênio da propaganda política”, como empresário “bem-sucedido” – estou aspeando de novo – e dono de uma fortuna pessoal bastante significativa.

A revista mostra também o empresário Duda Mendonça com um amplo conhecimento de uma engenharia financeira que envolve a remessa ilegal de recursos para o exterior e até procedimentos de recebimento de recursos oriundos de caixa dois procedentes de campanhas eleitorais.

Inicialmente, o publicitário surpreendeu o Brasil ao comparecer espontaneamente à CPMI dos Correios e admitir que recebeu, no exterior, recursos financeiros referentes a pendências de trabalhos executados na campanha de diversos diretórios e até na campanha do Presidente Lula, em 2002.

Num depoimento de quase dez horas, em que deu seu *show*, com muita habilidade marqueteira, inclusive chorando, ele admitiu que a campanha petista de 2002 custou R\$25 milhões e que parte desses recursos – parte que tocava a ele –, cerca de R\$10,5 milhões, foi depositada em nome de empresa de fachada de nome Dusseldorf, nos Estados Unidos.

Naquela oportunidade, Duda admitiu que aceitou a negociata porque não via outra forma de receber o que lhe era de direito.

Mas todo esse teatro montado por ele na CPMI dos Correios durou pouco. Conforme relato na *Veja*, ele é:

(...) forjado nesse mundo. Ele está envolvido com superfaturamento de contratos com órgãos públicos, remessas ilegais de dinheiro para o exterior, contas secretas em paraísos fiscais, sonegação de impostos e crime eleitoral. Pode-se creditar à sua genialidade a invenção de uma nova categoria da propaganda – o *marketing* bandido. É nessa modalidade que ele é um grande especialista.

As autoridades americanas identificaram uma conta secreta e milionária operada por ele nos Estados Unidos no final do ano passado. A conta foi bloqueada depois que identificaram a filha do publicitário tentando sacar todo o dinheiro. A Polícia Federal e o Ministério Público estão fazendo uma investigação sigilosa para rastrear a nova conta do publicitário.

Mas o que mais surpreendeu foi a atitude desleixada do Ministério da Justiça – em que pese a simpatia pessoal que tenho pelo Ministro, não posso deixar de dizer que sua atitude é desleixada, sim –, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), ambos, o Ministério e o Departamento, comandados pelo jurista Márcio Thomaz Bastos.

Na solicitação de bloqueio dos recursos enviada aos EUA, o documento foi tão desprovido de consistência que até hoje, mais de dois meses, a conta ainda não foi bloqueada definitivamente. A documentação não mencionava nem o banco nem o número da conta.

Estranhamente, a Coordenadora-Geral do DRCI, Sr^a Wanine Santana Lima, que está convocada para depor na CPMI dos Correios, declarou que todas as informações haviam seguido um rito normal de andamento. Mas ela foi contestada por um relatório da Polícia Federal que a acusava de atrapalhar uma missão de delegados e agentes enviados aos Estados Unidos para obter documentos sobre a conta do publicitário.

Enquanto as equipes policiais trabalhavam nas investigações no Brasil e operacionalizavam a ida a Nova Iorque, Wanine encontrava-se no exterior, buscando influenciar as autoridades americanas para não repassarem as informações solicitadas às autoridades de investigação constituídas e legitimadas.

Para surpresa geral da Nação, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declarou desconhecer o caso e informou ter tomado conhecimento do problema ao ler a revista *Veja*, sendo que a Sr^a Wanine já admitira que teria tomado as providências sobre o caso no ano passado.

Pelo que se viu, foi um desleixo total do Ministro/jurista com a função de Ministro de Estado que exerce. Ele nem sequer é informado do que se passa na sua pasta por seus subordinados hierarquicamente. Isso, na melhor das hipóteses.

Será que quando comandava uma poderosa banca de advogados ele era tão desligado assim com seus clientes e para cumprir os prazos na Justiça?

Estaria existindo nesse caso uma excessiva leniência do Governo do Presidente Lula com o publicitário sob os auspícios do Ministro da Justiça?

Está o Governo devidamente orquestrado para poupar Duda Mendonça de uma investigação profunda e contando com a proteção do Mi-

nistro da Justiça para, inclusive, impedir que ele esclareça todas as dúvidas que ainda existem sobre esse vergonhoso esquema de corrupção – sob os auspícios e a proteção do PT e do Governo do Presidente Lula – montado no Brasil?

É esse o verdadeiro papel do Ministro da Justiça?

Sr. Presidente, encerro dizendo que tem razão, sim, o sociólogo Reinaldo Azevedo, da revista e do *site Primeira Leitura*. Estamos sendo governados – e não me refiro à banda correta, à banda decente do PT – por algo parecido com um clepto-stalinismo. Trata-se de uma mistura de cleptomania...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para ser bem claro, como água de fonte límpida, estamos sendo governados por uma mistura de cleptomania – ou seja, o vício de roubar – com o stalinismo das decisões impositivas e do desrespeito às instituições brasileiras.

Estou farto do Governo de clepto-stalinismo que está a assolar a Nação brasileira, por pouco tempo mais. Daqui a pouco, vou começar, Senadora Heloísa Helena, a contar os dias, dizendo: faltam tantos dias para essa figura indigitada deixar o poder. Vamos partir de uma data quebrada e todos os dias comemorar aqui: faltam tantos dias, faltam tantos dias... Até o momento em que não vai faltar um dia mais, e o Brasil estará livre do que se revelou uma chaga de incompetência e de corrupção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PSDB VOTA EM PESO PELA EXTINÇÃO DA REMUNERAÇÃO EXTRA NAS CONVOCAÇÕES

18-1-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me ser esta a medida mais correta, porque é estrutural, repõe as coisas definitivamente nos seus devidos lugares.

Divido a fala em dois itens. O primeiro deles é o que estamos agora deliberando, ou seja, o corte da ajuda de custo para convocações extraordinárias. O raciocínio é simples. Se não se fez ao longo do ano o que deveria

ter sido feito – nem sempre a culpa é do Congresso, pois as medidas provisórias do Governo são exageradas e demais – não é justo que exista a figura da remuneração para se completar um trabalho que deveria ter sido feito ao longo do período ordinário. Nesse ponto, há uma questão: devolver-se ou não. Isso, para mim, não é o cerne. Para uma figura desonesta, afeita à corrupção, ao ganho fácil, ou alguém até rico de nascença, enfim, é simples devolver. Ganha aquela notoriedade momentânea e o problema continua perdurando.

Tenho absoluta consciência do trabalho que faço e das oportunidades que tive de me tornar multimilionário se corrupto fosse. Fui ministro, líder de governo um grande tempo, fui prefeito da minha cidade. Abri mão da aposentadoria de prefeito. Não me aposentei como parlamentar e poderia ter feito isso. Fiz com que não se pagasse aposentadoria aos prefeitos anteriores a mim. Fiz inserir na Lei Orgânica do Município de Manaus a interdição de se pagar aposentadoria a um prefeito que tivesse cumprido quatro anos de mandato. Seria, de fato, uma aberração em relação ao regime dos restantes dos trabalhadores brasileiros. Mas não me senti obrigado a devolver ajuda de custo agora, não. Não me senti mesmo.

Trabalho, e sei o quanto trabalho. Agora, sou a favor de se extinguir isso de uma vez por todas. Pior do que tudo é se destinar a quantia a instituições de caridade, o que dá voto, que dá matéria em jornal, que cria a figura do político benemerente. Pior do que tudo é isto: é se destinar a Fulano de tal. Mais cínico é destinar ao seu partido: “Estou dando para o meu partido”. Quem diz que o seu partido, a partir daí, não lhe financia não sei quantos milhares de calendários? Isso se chama corrupção. Isso para mim é corrupção – pequena, aquela corrupção tipo “bateção de carteira em feira”, mas é corrupção, a meu ver. Então, eu não fiz nem uma coisa nem outra.

Sou a favor de que se votem estes dois pontos: o fim da remuneração por sessão extraordinária e, ao mesmo tempo, a redução do período de recesso. Porque se justificava a figura do recesso longo, Sr. Presidente, ao tempo em que a Corte funcionava no Rio de Janeiro e as províncias mandavam para a Corte os seus representantes, de navio, com semanas para chegar, semanas para voltar. Era um país de tempo mais lento, que contrasta com o País de tempo rápido, Senador Sibá Machado, que faz com que se chegue hoje, em três horas e pouco, no máximo em três horas e cinquenta minutos, no seu estado. Isso, com as escalas. Isso faz com que Manaus esteja a duas horas e quinze minutos, de avião, de Brasília; faz com que Porto Alegre esteja, de Brasília, à mesma distância de Manaus, e Maceió, à mesma distância de Porto Alegre. Então, não se justifica todo esse tempo.

Isso, por outro lado, dá uma certa resposta a uma forma simples, às vezes até, de a imprensa ver a questão. E uma forma muito simples de, às

vezes, se fazer um certo jogo demagógico. Quando eu vejo, na sexta-feira, a Casa vazia – e não há sessão deliberativa às sextas-feiras – lá vem matéria negativa sobre o Congresso, como se o melhor a se fazer no exercício do mandato parlamentar fosse vir para cá ouvir o discurso dos outros. Eu pergunto se o parlamentar que está debatendo em um sindicato ou em uma associação de empresários não está exercitando o seu mandato parlamentar também. Eu pergunto se, quando ele é convidado para ir à Fiesp ou ao Sindicato dos Metalúrgicos, não está exercitando o seu mandato de parlamentar, porque, se não o fosse, ele não seria convidado.

Então, é preciso se convencionar que o mandato parlamentar exercido só aqui fica esclerosado. É fundamental para o parlamentar ter tempo para visitar as bases, sim, para oxigenar o mandato; para voltar com idéias novas; para saber o que estão pensando do mandato que nós exercemos; para saber que recado os nossos eleitores querem que aqui prestemos.

Então, é fundamental olharmos isso tudo com essa compreensão maior. É uma cena batida a do Senado Federal vazio. Mas, se não se está votando nada, então, por que haveria de estar cheio?

Sr. Presidente, o Parlamento alemão funciona duas semanas sim, e duas não – o Bundestag. Atualmente, aqui, na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira, teoricamente, temos sessões deliberativas. Temos visto o funcionamento de um dia e meio, o que dá, em média, seis dias de sessões deliberativas – intensas sessões – por mês. Na legislatura passada – ou na retrasada, não sei –, propus que fizéssemos algo além do que faz o Bundestag. Propus que trabalhássemos aqui de segunda-feira a sexta-feira, com todas as sessões deliberativas e, portanto, com Casa cheia e com corte de jeton, durante três semanas sem parar, deixando a última semana para as visitas às bases e para atender a esses pedidos de conferência. O mundo quase desabou na minha cabeça. Eram as mais simplistas formas de se examinar um projeto que, com toda boa-fé, eu elaborei. Diziam: “Esse deputado quer agora aumentar o tempo de ócio”. Eu disse que estaríamos trabalhando mais que o Bundestag e estaríamos procurando concentrar em três semanas de trabalho ininterrupto, de segunda-feira a sexta-feira, oferecendo, portanto, dezoito dias de votação sem parar, com uma semana para se visitar as bases, para fazer debates, para se cuidar da oxigenação do mandato.

Gosto da discussão quando ela leva a conclusões honestas e quando ela é feita de maneira honesta também.

Portanto, é evidente que eu e meu partido votaremos a favor da matéria. Votaremos a favor tanto do fim da remuneração quanto da redução do período de recesso, pelas condições novas do País.

No entanto, resisti completamente a todas essas pressões. Não me senti, nem de leve, obrigado a devolver dinheiro algum. Se me sentisse, eu o faria. Quem manda em mim é a minha consciência. Apenas cedo às pressões da minha consciência, e a minha consciência não me diz que trabalho pouco. A minha consciência me diz que consegui, ao longo de toda a vida pública, não acumular fortuna pessoal. A minha consciência me diz que eu não devo praticar nenhum gesto demagógico na direção de quem quer que seja. Elegi-me, muitas vezes, para diversos cargos, e não precisei fazer esse jogo rasteiro de fingir coisas. Sou o que sou, sem qualquer fingimento. Portanto, voto com consciência.

A partir de agora, com regras novas – julgo que as regras são mais justas –, espero que o Congresso, cada vez mais, seja capaz de afirmar sua personalidade. Congresso que se acovarda muito é Congresso que não sente que está cumprindo o dever. Congresso que se acovarda muito é Congresso que imagina que está em débito e que não tem efetiva autoridade moral para encarar a sociedade. Tenho efetiva autoridade moral para encarar quem quer que seja: a sociedade, meus pares, meus conterrâneos, meus eleitores, meus não-eleitores, meus adversários e até meus inimigos.

Portanto, optei por não devolver nada. Optei por isso. Respeito quem fez o contrário e não passa pela minha cabeça que desrespeitem a opção que fiz, até porque também não passa pela minha cabeça que alguém me desrespeite. Esse é outro código, é a minha constituição:

Art. 1º Ninguém me desrespeita.

Art. 2º Ninguém me desrespeita.

Art. 3º Ninguém me desrespeita, porque eu me dou ao devido respeito.

Apenas optei com clareza por isso. Agora, voto prazerosamente algo que significa modernização e adaptação do Congresso Nacional a uma sociedade mais exigente e a tempos de comunicação mais velozes, Sr. Presidente.

Portanto, aqui está explicitado o meu voto e o voto da Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em nome de todos os senadores e da Mesa, especialmente, cumprimento V. Ex^a pela coerência e pela coragem.

A propósito do que V. Ex^a acaba de dizer, comunico à Casa e ao País que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio do Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão, em resposta a um agravo de instrumento do Senado Federal, conclui o seguinte:

No que respeita à fixação do número mínimo de sessões [há pouco referida pelo Senador Ramez Tebet], há de se ponderar o espectro da discricionariedade reservada a *praxis* política, a cujos limites deve-se ater a aferição jurisdicional. Em princípio, constitui atividade *interna corporis* do Congresso Nacional fixar o número mínimo de sessões de que o parlamentar deve participar, com a previsão de procedimentos de apuração de responsabilidades, em hipótese de descumprimento.

Do exposto, defiro o pedido.

Comunique-se, com urgência.

É o que estou fazendo como Presidente do Congresso Nacional, razão pela qual não aceitei a citação, porque era uma redundância. Como Presidente do Congresso Nacional, eu estava obrigado exatamente a fazer aquilo que o juiz queria que nós fizéssemos.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite. Sabemos que este é o País da comunicação instantânea, da popularidade fácil, da *instant celebrity*. Alguém se torna conhecido muito rapidamente.

Mas, no caso desse juiz, estou triste, porque continuo sem saber o nome dele. Ele não chegou a se tornar uma pessoa notória.

LULA: UMA CANDIDATURA FADADA AO FRACASSO

24-1-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que é completamente prematura, desnecessária e, para usar a linguagem jurídica, despicienda toda essa discussão sobre eleição. Deixo a agonia da eleição para o Presidente Lula, que deveria governar para tentar se legitimar. Prefere, no entanto, entregar a sua alma na luta insana por uma reeleição que, sinceramente, não vejo atingível. Não vejo atingível por uma razão bem simples.

Senador José Agripino, nós conhecemos a raiz política do País. Quem está com o poder na mão, sobretudo disputando uma reeleição, e não conta com 55%, 57% dos votos, está fadado, sinceramente, ao fracasso. O Presidente Lula, quando candidato em 1998, enfrentou o Presidente Fernando Henrique, candidato à reeleição, que vivia claramente dificuldades de popularidade. E o Presidente Fernando Henrique, em nenhum momento, deixou

de ter menos de 51% de apoio. Sempre teve de 51% a 54%, e derrotou Lula com 54% dos votos no primeiro turno. E não vivia o seu melhor momento de popularidade. O Presidente Lula vive assim como o doente que sai da UTI e volta para a UTI. Numa pesquisa tem 30 e não sei quantos, noutra não chega a 30%. São números que demonstram claramente que Sua Excelência não tem mais uma conformação majoritária para vencer uma eleição.

Senador Antero Paes de Barros, sabemos que haverá um momento em que as candidaturas todas serão postas, as oportunidades de mídia serão equalizadas, serão mais proporcionais, e a tendência é se esvaziar mais e mais uma candidatura que, repito, não tem compleição majoritária.

Se eu fosse jornalista e tivesse de fazer uma pergunta ao Presidente Lula, uma pergunta só ao Presidente Lula numa entrevista coletiva, que ele não concede – então estou sendo surrealista – eu diria: Presidente Lula, Vossa Excelência, se eleito, mais uma vez – Deputado Silvio Torres – governará com quem? Com o seu partido emagrecido pela metade, com sua legitimidade cassada por esses fatos todos arrolados de abril para cá? Governará com parte, no máximo parte, do PMDB? Governará com que partidos? Governará com aqueles que, porventura, escapem das cassações? Qual é a qualidade da governabilidade que Vossa Excelência pode oferecer a esta Nação? Qual é, portanto, a tranqüilidade – Deputado Paulo Magalhães – que Vossa Excelência, Presidente Lula, pode oferecer ao País? Como poderá falar em governo se não tem governabilidade para oferecer?

Este é o fato, Senador Antonio Carlos: não tem governabilidade a oferecer. E, se não tem governabilidade a oferecer, estaria chamando a sociedade para uma aventura. Mas a sociedade brasileira é madura o bastante para não se meter em aventuras. Por isso entendo como um esforço tolo, um esforço inglório do Presidente Lula o de vender a alma ao Diabo para disputar uma eleição que não lhe dará vitória. Mas ele tem o direito de fazer isso. Vamos ver se estou certo ou não quando as urnas se abrirem.

Acredito muito, Senadora Heloísa Helena, no equilíbrio das coisas; acredito muito. Acredito muito que o Brasil, como nação, é uma nação madura, a sociedade é exigente. Mas, até na minha vida pessoal acredito muito no equilíbrio. No momento em que estou equilibrado com a alimentação, equilibrado e harmonioso com a minha família, rendo mais intelectualmente, sinto-me melhor fisicamente. Acredito muito na interação com a natureza, na prática de esportes. Acredito muito na relação afetiva. É preciso ter afeto em torno das pessoas para que elas se sintam bem. Eu, portanto, acredito muito no equilíbrio que o Brasil está a cobrar.

O Presidente Lula deve ser, hoje, uma mente torturada porque o Presidente Lula não tem capacidade de vencer uma eleição. Está fazendo o impossível para se convencer do contrário. Ele não está querendo convencer ninguém, não. Ele quer convencer a si próprio. Quando vai a um canal

de televisão, quando dá uma entrevista e insiste em negar o “mensalão”, insiste em fugir pela tangente diante de tantas acusações tão pesadas que literalmente desmoralizaram o seu Governo, arranharam e rasgaram a sua biografia. Sua Excelência, cada vez mais, perde em conceito.

Eu aprendi que governantes podem ter popularidade ou não, podem perder a popularidade momentaneamente e recuperá-la mais adiante ou podem perder a popularidade para sempre e, ainda assim, saírem populares e respeitáveis de um governo. O que não se pode perder é a credibilidade. O Presidente Lula perdeu a credibilidade diante do seu País, da sua Nação e do seu povo. Senador Juvêncio da Fonseca, esse é o fato irretorquível, inegável e inescapável!

Eu me constranjo com toda essa parafernália de movimentação eleitoral, licitações deixadas de lado. De repente, vê-se a urgência de tapar buracos, como se não fosse urgente antes.

O Presidente Lula diz que não houve nada, que tudo é denunciismo da imprensa, que tudo é injustiça da Oposição. No entanto, seu Primeiro-Ministro virtual cai; no entanto, dezenas de dirigentes de empresas estatais são demitidos por acusações pesadas de corrupção contra eles; duas direções do PT são alteradas em poucos dias. Um *tsunami* varreu a vida e a biografia dessas pessoas. E ele insiste, com ar brutal de cinismo, que não houve nada, que não há nada, que não deve nada, que não tem de explicar coisa alguma e ainda diz que teríamos de pedir desculpas a ele. Fiquei imaginando: pedir desculpas ao Senhor Presidente do que e por quê? Perdoa-me por me traíres? Perdoa-me por teres tratado mal este País? Perdoa-me por teres fraudado a expectativa de 53 milhões de brasileiros? Perdoa-me por não teres resposta adequada para tantas denúncias de corrupção, as mais inusitadas, as mais complexas e, ao mesmo tempo, as mais bem elaboradas e sistêmicas que já se viu nesta República ao longo de todo o seu tempo? O Presidente logo é desmentido por novos fatos, por novas denúncias.

Percebo, Senadora Heloísa Helena, que quando houve esse bombardeio – certamente em parte justo – contra o Congresso nesse episódio da convocação extraordinária, de repente, mudou-se um pouco o foco. Se quiséssemos fazer uma estatística, veríamos que o percentual de notícias negativas do Governo decresceu. A tribuna foi silenciada. Viaja de lá para cá como uma lançadeira. O foco está em cima do Congresso. Melhorou um pouquinho. Mas não vejo onde estão os percentuais convincentes. Nem na pesquisa do Ibope, percentual nenhum foi convincente. Acabei de ver os dados de uma pesquisa feita pelo meu partido, pelo Instituto Ipsos. O Governador Geraldo Alckmin vence no segundo turno com mais de cinco pontos de vantagem. Serra tem 18 pontos de vantagem, no segundo turno, em relação ao Presidente Lula. Vi a pesquisa. Margem de erro para cá, margem de erro para acolá.

Volto a dizer que me lembro, em 1998, quando o Presidente Fernando Henrique, homem sempre respeitável, tinha tudo, menos popularidade.

Não era popular em 1998, mas não teve a menor dificuldade de eleger-se Presidente da República contra o Presidente Lula. Ele jamais teve menos que 51% e ganhou com 54%. E não estava popular. A reeleição é um instrumento muito poderoso nas mãos de quem detém o poder. O Presidente Lula, com tudo o que faz, com toda a falta de escrúpulo para usar a máquina, tem 30% ou 27% numa pesquisa ou 32% noutra pesquisa. Quinhentos cenários contra o Presidente Fernando Henrique, que não é candidato – ele está em Genebra neste momento e candidato tem de estar aqui, não tem de estar em Genebra. O Governador Aécio Neves tem 75% dos votos em Minas Gerais, isso, sim; ele não é candidato a Presidente da República. Contra não sei mais quem, não sei mais quem. O fato é que o Presidente Lula, por parte do PSDB, enfrentará o Governador Geraldo Alckmin ou o Prefeito José Serra. Será um dos dois. Ele perde dos dois no segundo turno, nas pesquisas sérias que conhecemos. Ele perde do Prefeito José Serra, em qualquer pesquisa, até nas menos sérias.

Agora, eu diria para deixar ele brincar de candidatura. Mas isso só atrapalha o País: o uso da máquina. São R\$30 bilhões torrados em ações ditas emergenciais que revelam irresponsabilidade administrativa. São R\$30 bilhões! Jogam por terra parte do esforço fiscal que o País faz, para não se chegar a resultado duradouro qualquer, para não se chegar a resultado duradouro nenhum.

Passando em revista todos os fatos, Deputado Sílvio Torres, vejo que o Brasil – aí tem a crise política no meio, uma excessiva ortodoxia econômica no meio, a paralisia e a incapacidade de se gerenciar a máquina – mas o Brasil cresce, neste ano, certamente menos que 2,2%, menos que a América do Sul, o que é lamentável, menos do que a América Latina, o que é grave, muito menos do que os emergentes, o que tem sido uma praxe, infelizmente. E dois dados começam a aflorar: menos do que a média do mundo, ou seja, menos do que a média entre emergentes e ricos e menos do que os ricos sozinhos, menos do que os Estados Unidos.

O Brasil, portanto, está vendo desperdiçar o mais virtuoso momento da economia internacional de que já tomei conhecimento em toda a minha vida. Poderíamos estar agora, neste momento, atraindo investimentos para infra-estrutura, preparando o País para o crescimento sustentável acima de 5%, por dez anos ou mais. E não soubemos fazer isso, porque faltou lucidez à Ministra Dilma Rousseff ao compor os marcos regulatórios, os quais atrairiam capitais para sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro. Faltou lucidez! E depois a crise econômica estiolou a confiança.

Dizem eles que caiu o risco-Brasil. Está tão bom o momento internacional que o apetite pelos papéis de maior risco está permitindo esse índice. Contudo, a Venezuela do Coronel Chávez apresenta hoje risco menor do que o brasileiro: 279, o Brasil; 272, a Venezuela.

As razões internacionais têm aliviado – e muito – agruras que seriam maiores se este Governo incompetente e incapaz estivesse governando sob crise de fora para dentro.

A máquina não anda. A máquina não funciona. Se essa máquina funcionasse, quem sabe mais 0,5% de crescimento positivo pudesse ser acrescentado ao País. Mas a máquina não funciona, o Governo não governa, o Governo não se governa, o Governo não governa o País. E se a máquina não funciona, nós temos outro dado: a falta de marcos regulatórios convincentes deixa de atrair os capitais que permitiriam ao País um crescimento maior do seu PIB sem inflação adicional.

Portanto, Sr. Presidente, não posso deixar de comentar esse quadriênio perdido. Quadriênio perdido, sim, porque, desperdiçando todas as oportunidades que de dentro para dentro e de fora para dentro jamais se apresentaram tão virtuosos, o Brasil cresce mais do que o Haiti. Esse é o prêmio de consolação de um Governo que é o retrato da falência administrativa.

Os casos e os escândalos se sucedem com desdobramentos; casos novos ou desdobramentos novos para casos velhos. Esse caso de Santo André, por exemplo. Onde está o tal rapaz que disse que não matou ninguém? Desapareceu. Onde está ele? Alguém o está homiziando? Alguém o matou? Onde está esse rapaz?

Hoje esteve aqui o legista e mostrou a deformação que impuseram ao Prefeito Celso Daniel. E todos do partido do Governo dizem: “Ah! Estamos contristados, era nosso companheiro”. Mas não vejo um grande afã em investigar até o final, doa a quem doer. Não vejo. Não vejo uma decisão política firme de investigar até o final, doa a quem doer, custe o que custar, dê no que der, haja o que houver. Não. Ao contrário, a tentativa é de postergar, a tentativa é de desmoralizar as investigações, a tentativa é de impedir que elas cheguem ao seu curso mais profundo, ao seu leito mais profundo.

Portanto, Senador Mão Santa, nós aqui praticamente reabrimos o debate de onde estávamos. Vejo um poder desesperado, que não tem nenhuma razão para se manter a não ser os interesses talvez pouco confessáveis de alguns e o egoísmo de outros tantos. Eles não têm legitimidade para postularem à Nação o retorno a um poder que não merecem, mas quem vai dizer isso é o próprio povo e vai dizer na hora certa. O povo vai dizer o que quer. O povo tem o direito de viver os seus dramas e viver suas soluções.

Sempre digo que o Brasil é um país muito triste, porque temos dramas cotidianos que ainda não deram nos grandes épicos. Eu me refiro, por exemplo, às mulheres de Leningrado. Eu me refiro a tantos heróis que o mundo inteiro canta e louva. Os nossos heróis morrem todos os dias, morrem de alcoolismo pelo desemprego, morrem por causa da prostituição, nossos heróis morrem perdidos no desalento a que lhes lega uma ordem de coisas secular-

mente injusta no País, uma ordem injusta de coisas, que concentra renda em poucas mãos, que procura manter apartadas das possibilidades de ascensão na vida as grandes massas populares. Tudo isso é absoluta verdade. Tivemos uma oportunidade fantástica de dar um grande salto, e o Brasil não consegue mais do que crescer acima do Haiti. O Brasil não consegue mais do que, pelo seu Presidente da República e seus acólitos, dizer que quer investigar, e obstaculiza as investigações. Limita-se a um jogo que nega o mais elementar amor próprio e se satisfaz ao dizer: Fulano do meu partido não presta, mas Beltrano do outro partido também não presta, num jogo de negação quando imaginamos homens públicos que têm orgulho de suas biografias e de suas vidas. O importante para mim é saber que eu presto e é claro que tenho o dever de denunciar quem eu julgue que não presta. Não me consolo em admitir que, porventura, não prestando, Fulano de tal não presta também. É uma decepção muito grande até para aqueles que não votaram no Presidente Lula, uma decepção muito grande.

De repente, os acólitos dizem: “Presidente, com o seu carisma o senhor vai para as eleições. O senhor vai para as esquinas, o senhor fala, a gente libera não sei quanto, até porque, Senador Pedro Simon, querem eleger deputados, querem eleger governadores, querem eleger senadores, até porque estão pouco preocupados com o que vai acontecer com a eleição do tal Presidente Lula. Querem saber de se manterem vivos politicamente. Digo e repito que é insano o que vem fazendo o Presidente: torra R\$30 bilhões, joga ao léu, ao vento, ao lixo, em obras ditas emergenciais, muitas sem licitação, para tentar ganhar uma eleição, não para melhorar a qualidade de vida do povo e não para infra-estruturar o desenvolvimento econômico do País; torra porque tem um projeto que é inconfessável no interesse de alguns e é, ao mesmo tempo, decorrência do egoísmo de outros tantos, a começar pelo próprio Presidente.

Menos agonia e mais governo, é o que o País esperava, mas eu já parei de esperar qualquer coisa desse Governo. Venho e retomo hoje, com muita força, o meu mandato de Líder do PSDB. Venho para dizer com muita clareza que farei oposição denodada, sempre ética, sempre firme, mas denodada a uma ordem de coisas que apodreceu...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... a uma ordem que se revelou incompetente, a um Presidente que perdeu a legitimidade, a uma ordem de coisas a cujos dirigentes tem faltado nobreza, compromisso, seriedade, revelando quase uma incapacidade de olhar nos olhos da Nação brasileira.

Nós vamos fazer como sempre fizemos ao longo de três anos. Mesmo quando muitos julgavam que esse era um trabalho inútil, porque, afinal de contas julgavam que o Presidente da República era um ser inexpugnável,

nós fizemos oposição a ele, e vamos continuar a fazer oposição, porque entendemos que, mais do que nunca, é preciso que vozes se levantem para dizer que o Brasil vai dar um basta ao esquema sistêmico, endêmico, epidêmico de corrupção que se montou neste País e que se alia a monumental incompetência administrativa.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso tem que ser denunciado conjuntamente, firmemente, por todos aqueles que têm legitimidade, caráter e decência para lidar com uma Nação que tem de ser respeitada pelos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

LEVIANDADE COM SALÁRIO MÍNIMO AJUDOU NA ELEIÇÃO DE LULA

24-1-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma frustração para quem acreditou nas mirabolantes promessas de campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva: é o salário mínimo, cujo piso prometera dobrar.

Sua Excelência vai terminar o mandato sem cumprir mais essa promessa.

Quando o Presidente assumiu, em janeiro de 2003, o salário mínimo era de R\$200,00, e ele acaba de anunciar, como se fosse um grande feito do seu Governo, um salário mínimo de R\$350,00. Não conseguiu dobrar o valor nem mesmo nominalmente. Para que a promessa fosse cumprida e o valor realmente dobrado, o salário mínimo, descontada a inflação do período, teria de ir para R\$560,00, muito distante dos R\$350,00 que estarão ainda em vigor, quando, no dia 1º de janeiro de 2007, o Presidente Lula, pela vontade do povo, estará dizendo adeus ao Palácio do Planalto, às pelas na Granja do Torto, ao aerolula, às mordomias, para alegria e felicidade geral da Nação.

Não estou dizendo aqui que o Presidente Lula poderia ir muito além na questão do piso do salário mínimo sem ameaçar, Senador Péres, de quebra, a Previdência Social e criar ônus insuportável para estados e municípios. Não digo isso. Eu me refiro a fraudes, a promessa não cumprida.

Estou apenas apontando que uma coisa é fazer promessas em campanha e outra é cumpri-las. Mais uma esperança depositada na eleição do Presidente Lula vai assim para a vala comum das decepções. Era a promessa de quem não conhecia a realidade brasileira, estava – e continua – des-preparado para gerir os destinos do Brasil. Era apenas demagogia barata, simples caça de votos.

Vemos os governistas falarem que o aumento real proposto será de 12.47%, mas ninguém se apresenta para dizer que o aumento real do mínimo foi de 1.23% e 1.19%, respectivamente, em 2003 e 2004. Evidentemente, podemos constatar mais essa ação eleitoreira e oportunista do atual Presidente. Comprimiu os trabalhadores nos seus três primeiros anos e, agora, faz um gracejo, tentando viabilizar seu projeto de poder de oito anos.

E mais: na campanha de 2002, o candidato Lula prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo, que correspondia a 1,43 cesta básica. O novo mínimo representará 1,91 cesta básica, evidenciando mais uma bravata, matematicamente comprovada, do agora e ainda Presidente da República.

Mas gostaria também de abordar um outro tema que ganhou as manchetes dos jornais de ontem. Refiro-me ao assustador crescimento da dívida pública no ano passado, totalizando R\$979,6 bilhões, conforme dados divulgados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O estoque da dívida aumentou em 20,9%, e os juros são os principais responsáveis por esse crescimento, que, em valores absolutos, significam mais R\$140 bilhões de dívida.

Em três anos do Governo Lula, a dívida passou de R\$623 bilhões para R\$979 bilhões sem resgatar nenhum “esqueleto”. Pura e simplesmente, a conta juros se responsabilizou por esse grande salto, representando isso maior crescimento absoluto e relativo da dívida em função da elevada taxa de juros que asfixia a economia constantemente.

Como os números anunciados referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro, é bem provável que, depois de transcorrido, Senador César Borges, já este mês de janeiro, a dívida – isso é simbólico – tenha alcançado R\$1 trilhão.

Nessas horas, vemos aquele discursinho de sempre: “Mas a dívida, durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, passou de R\$60 bilhões para R\$600 bilhões”. É verdade, nunca neguei isso. Muito pelo contrário. Esse argumento, além de cansativo e pouco inteligente, tornou-se injusto e equivocado, pois é a forma que se encontrou, entre outras coisas, para justificar o fracasso deste Governo, que vive uma crise gerencial e de identidade que tanto preocupa a sociedade.

Repito: este Governo não resgatou nenhum “esqueleto”, não pagou o preço que teve de ser pago, antes, para se consolidar a estabilidade da economia e, ainda assim, estamos com R\$1 trilhão de dívida pública interna, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Pois bem, Sr. Presidente, a dívida cresceu mesmo. Não há como brigar com os números e negá-los, mas vamos fazer a decomposição desse número. A dívida cresceu, no Governo passado, devido aos vários “esqueletos” que foram absorvidos no processo de renegociação de vários compromissos deixados por governos anteriores a Fernando Henrique Cardoso – Embraer, Lloyds, RFFSA, Siderbras etc. –, além das renegociações das dívidas de estados e municípios. É por essa e por outras razões que a dívida cresceu.

Agora, o que fez a dívida crescer entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005? Qual a razão para tanto? Será a exageradamente elevada taxa de juros para cobrir a falta de credibilidade do Governo diante, inclusive, da banca? Atribuir a dívida ao desgoverno do PT é mais uma forma de desconhecer as propostas do Presidente Lula e seus liderados.

Prefiro a definição do Presidente Fernando Henrique sobre a dívida, em seu Governo. A dívida não cresceu no Governo Fernando Henrique, apareceu naquele Governo. A dívida cresceu no Governo Lula.

Portanto, Sr. Presidente – e encerro, falando do salário mínimo –, temos aqui uma manobra que é de absoluto cinismo. O certo seria o Presidente desculpar-se por não ter conseguido dobrar o valor real de compra do salário mínimo. Mas não. Resolve pegar uma meia verdade, dizendo que deu um significativo ajuste no último ano, e tenta transformar em vitória o que, na verdade, é uma derrota. Ganhou votos prometendo dobrar o valor de compra real do salário mínimo – sabia que não podia; se não sabia, era despreparado; se sabia, era leviano – e, agora, se vangloria e busca as manchetes, dando a entender que obrou algo de muito relevante, de muito significativo em favor do trabalhador de salário mínimo.

Repito e encerro. Não estou dizendo que se possa...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se for possível, com muita alegria.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento oportuno para esclarecer a Nação brasileira sobre os dois assuntos que V. Ex^a está abordando. Com relação ao crescimento absur-

do da dívida interna, que a imprensa e todos nós tomamos conhecimento, está beirando a casa de um trilhão de reais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Diz-se que já chegou a um trilhão. Em dezembro, era 979 bilhões. Isso é um recorde. Romário quer fazer mil gols e o Governo já chegou a um trilhão de dívida pública interna.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Com relação ao salário mínimo, é importante, como V. Ex^a colocou no seu pronunciamento, que se esclareça à Nação que o Presidente Lula está muito aquém da promessa de palanque de dobrar, em valores reais, o salário mínimo nos quatro anos. O Presidente vai dar um crescimento real da ordem de 24,7%, mas fica comparando o salário mínimo em dólar, quando sabemos que o real está sobrevalorizado em relação ao dólar.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Há uma comparação de forma incorreta para confundir a opinião pública. É importante que o Congresso Nacional possa ajudar o Presidente, quando o projeto chegar aqui, a se aproximar ou a ficar menos distante da sua promessa, colocando o valor do salário mínimo não em R\$350,00 mas num valor mais digno para o trabalhador brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Encerro, dizendo: demagogia número um: o Presidente Lula deixa o salário mínimo para o final do seu Governo; demagogia número dois: deixa para o finalzinho do seu Governo uma mínima satisfação às classes médias no episódio do Imposto de Renda da Pessoa Física; demagogia número três – essa ainda não foi consumada e ele deveria dar satisfação ao servidor público: prometeu mundos e fundos ao servidor público civil e militar, mas estamos vendo que o Presidente Lula parece até que desistiu de se relacionar com esses dois segmentos, porque os tem massacrado de maneira sistemática.

Se o Presidente Lula tivesse dito algo parecido com o que disse o candidato José Serra em 2002, não teriam razão para votar nele aqueles que acreditavam que o salário mínimo pudesse ser muito maior. O que o Presidente está dando agora é mais ou menos o que José Serra prometera dar àquela altura. Como precisava ganhar votos, levemente o candidato Lula prometeu o que Serra não teria a caradura de fazê-lo, até por ser um economista, competente, preparado e sério. Então, disse: eu vou fazer para

ganhar votos. E aí fez o diferencial eleitoral, eleitoreiro, levou os votos, mas perde em algo que é muito ruim. Perder popularidade é normal para quem está na vida pública; perder credibilidade é terrível, porque credibilidade não se recupera com facilidade. Talvez, na vida pública, quem perca a credibilidade não mereça e não deva recuperá-la jamais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

ARTHUR VIRGÍLIO RELATA NO SENADO AÇÃO PREVENTIVA DA SUFRAMA CONTRA FRAUDES

30-1-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, segurança, confiabilidade e credibilidade são três requisitos – ou até pré-requisitos – de que a Superintendência da Zona Franca de Manaus não abre mão, permanentemente, para que nada escape ao mais rigoroso controle das operações do Pólo Industrial de Manaus, um modelo que deu certo e cujos resultados são alvissareiros. Para a Amazônia e para o Brasil.

A ZFM está consolidada e é a responsável pelos bons resultados do Pólo, no confronto de dados da economia brasileira. A Nação sabe disso e esta Casa também reconhece a seriedade de tudo o que ali se faz, pelo que sempre apoiou esse modelo, como há pouco, no segundo semestre do ano passado, ao aprovar alterações legislativas para a modernização do Pólo.

Por tudo isso, e porque conheço a seriedade do trabalho desenvolvido pela Superintendente da Zona Franca, Dr^a Flávia Grosso, entendi que seria oportuno trazer ao Senado o assunto que passo a analisar, para uma transparência ainda maior do que é feito. Do que é feito com zelo extremo. Zelo que não comporta nenhum tipo de interpretação equivocada.

Apesar de toda essa seriedade e da implacável vigilância com que a Suframa se conduz, foram veiculadas, recentemente, informações que não são corretas, dando conta de ocorrência de fraudes fiscais na sua área de atuação.

O assunto, não há dúvidas, só veio à luz exatamente porque, na sua firme conduta da dirigente da Suframa, a Dr^a Flávia Grosso acompanha passo a passo sua tarefa institucional de fiscalizar e controlar o ingresso de mercadorias na área de abrangência do Modelo Zona Franca. Ela deflagrou investigações ao tomar conhecimento de denúncias de fraudes praticadas por algumas empresas.

O noticiário baseou-se em entrevista do Delegado da Receita Federal da 2ª Região, em Manaus, Dr. Airton Cláudio. As informações sustentavam que aquele órgão havia identificado irregularidades praticadas por empresas nas áreas incentivadas do Pólo Industrial de Manaus.

Para recompor a verdade, esses indícios de irregularidades foram detectados pelas ações da Suframa, em seu afã de evitar distorções no processo de internamento de mercadorias nacionais.

Pela sua superintendência adjunta de operações, a Zona Franca percebeu indícios de irregularidades diversas, como: notas fiscais com seqüencial baixo e contínuo, notas fiscais com valores em seqüência muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias adquiridas; instalações incompatíveis com o volume de mercadorias; empresas não encontradas nos endereços constantes nas notas fiscais.

Esses indícios e levantamentos levaram a Drª Flávia Grosso a adotar procedimentos administrativos imediatos para a suspensão preventiva do cadastro dessas empresas. Em resumo, elas perderam o direito de usufruir dos benefícios fiscais na aquisição de mercadorias do restante do País.

Além disso, a Superintendente passou de imediato a estudos para a instalação de um posto de fiscalização da Suframa em Brasiléia-Epitaçiolândia, no Acre. Será um trabalho em parceria com o Governo desse Estado, para reforçar a atividade fiscalizatória.

E mais: as notas fiscais emitidas para essas empresas, de fornecedores do restante do País, que já haviam sido internadas, foram desinternadas, portanto desabilitadas para o crédito do ICMS e a isenção do IPI.

Mais ainda: esse procedimento, uma rotina na Suframa, foi informado às Secretarias de Fazenda dos Estados de origem das mercadorias, bem como à Receita Federal.

Entre outras ações, a Drª Flávia convidou para uma reunião em Porto Velho técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal. O encontro serviu para planejar ações integradas nas investigações e apurações de possíveis ilícitos.

A reunião de Porto Velho ocorreu no dia 20 de abril do ano passado. Cinco dias depois, uma outra foi realizada em Belém, dessa vez com a presença do Superintendente Regional da Receita, Dr. José Tostes, a quem coube a condução dos debates.

Nessas duas reuniões ficou acertado que seria firmado um Termo de Cooperação Técnica, de ação integrada, a fim de que o Governo Federal pudesse estar sempre à frente dos eventuais fraudadores. Em suma, uma forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do Modelo Zona Franca de Manaus.

O termo prevê também a participação de outros organismos federais, como o Ibama, a Polícia Rodoviária Federal e a Delegacia da Agricultura. Todos já assinaram o termo, faltando apenas a assinatura da Receita Federal, onde o documento se encontra desde abril de 2005.

A ação da Dr^a Flávia vai além do seu zelo permanente. Por sua iniciativa, foram implementadas alterações no processo de internamento de mercadorias, exatamente com o objetivo de coibir fraudes.

Entre outras providências, está em curso uma ação fiscal em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O objetivo é o mesmo: um não às fraudes!

A Suframa aguarda agora apenas a conclusão dos estudos em curso, nas Secretarias de Fazenda dos estados, para que, em caso de fraude, sejam providenciados o desinternamento e a desconstituição do benefício, caso venha a ocorrer algum desvio de procedimento.

Ao concluir, saúdo os termos corretos da nota distribuída pela Superintendência da 2^a Região da Receita Federal. Nela, é feito um reconhecimento público ao trabalho da Dr^a Flávia Grosso, sobretudo os esforços da Superintendente no sentido de zelar pelo modelo Zona Franca.

A seguir, Senhor Presidente, incluo as notas da Suframa e a da Receita Federal, para que passem a constar dos *Anais* do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer

“Ações realizadas pela Suframa na área de Internamento de Mercadorias Nacionais.

1. Em outubro de 2003, a Superintendência Adjunta de Operações da Suframa (SAO) deu início a um trabalho de monitoramento e levantamento de situação do processo de internamento de mercadoria nacional realizado pela Suframa, com o objetivo de verificar a sua segurança, confiabilidade e credibilidade. Nesta tarefa detectou inconsistências que apontavam para indícios de irregularidades, tais como: notas fiscais com seqüencial baixo e contínuo; notas fiscais com valores em seqüência muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias; instalações incompatíveis com o volume de mercadorias adquiridas; empresas não encontradas nos endereços constantes das notas fiscais, entre outros, o que levou a adoção de vários procedimentos administrativos e operacionais visando à segurança do sistema.

2. Em janeiro de 2004, concluídos os levantamentos internos na base de dados do Sistema de Internamento de Merca-

dorias Nacionais (SINN), a Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, procurou a Superintendente da Polícia Federal para relatar o resultado das apurações realizadas e solicitar apoio daquela instituição na investigação policial dos fatos apurados. Na ocasião a Suframa entregou relatório apontando as impropriedades, bem como a documentação fiscal (Nota Fiscal e Conhecimento).

3. Em abril de 2004 a Suframa passou a integrar a Força-Tarefa Mamoré, que investigava, entre outros assuntos, os relatos acima, no Estado de Rondônia mais especificamente nas cidades de Porto Velho e na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

4. Ainda em abril daquele ano, atendendo convite formulado pela senhora superintendente da Suframa, estiveram reunidos na cidade de Porto Velho, técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal e a Suframa, para discussão e planejamento das ações a serem desencadeadas de forma integrada nas investigações e apuração dos possíveis ilícitos. Nesta ocasião, por sugestão do delegado da PF Mauro Spósito, cada órgão ficou de apresentar as informações que dispunha sobre as fraudes já detectadas, situações suspeitas, sugestões de cunho normativo e operacional e as deficiências verificadas. Acordou-se que cada órgão apresentaria, em reunião posterior, os aspectos e situações já conhecidas e que entendesse ser merecedores de providências integradas, com vistas à exposição ao grupo e a formulação de Plano de Trabalho e do instrumento legal respectivo, a ser futuramente firmado pelas autoridades competentes. Uma próxima reunião ficou agendada para o dia 20 de abril, na sede da Receita Federal, em Belém.

5. No dia 25 de abril de 2005, em Belém, o grupo voltou a se reunir, desta vez com o Superintendente regional da Receita Federal, José Tostes, que conduziu a reunião. O grupo concluiu que se fazia necessário firmar um Termo de Cooperação Técnica de atuação integrada contínua para que o Governo Federal pudesse estar sempre à frente dos fraudadores, agindo de forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do modelo Zona Franca de Manaus. O termo prevê a participação ainda de outros organismos do Governo Federal, como por exemplo, Ibama, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia Federal da Agricultura, entre outros. O termo já foi assinado por todos os participantes, exceto a Superintendên-

cia da Receita Federal, onde o documento se encontra, desde abril de 2005.

6. A partir de dezembro de 2004, a Suframa implementou inúmeras alterações no processo de internamento de mercadorias nacionais, com o objetivo coibir práticas de tentativa de fraudes detectadas ao longo do processo de investigação iniciado em janeiro. Algumas das ações implementadas decorreram de sugestões recolhidas nas reuniões técnicas com os órgãos envolvidos.

7. A partir das informações oferecidas pela Suframa, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo está, em parceria com a Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, realizou uma ação fiscal visando apurar a abrangência dos ilícitos detectados pela Suframa e proceder à aplicação das multas cabíveis, bem como a punição dos responsáveis.

8. Atualmente, a Suframa aguarda a conclusão do trabalho das secretarias para que, nos casos em que se constate a efetiva fraude, seja providenciado o desinternamento e a desconstituição do benefício, caso tenha ocorrido.

9. Apesar do consenso quanto à formalização das ações integradas, manifestado nas duas reuniões realizadas em Porto Velho e Belém e que resultou na elaboração do Termo de Referência – documento que aguarda apenas parecer da Receita Federal para ser efetivamente formalizado – em 28 de outubro de 2005, a Suframa foi surpreendida com matéria publicada no jornal *Correio Amazonense*, na qual o Delegado da Receita Federal em Manaus, Airtton Claudino, faz referência à “Operação Notas Suframadas”, realizada pela RF e que teria identificado irregularidades praticadas por empresas nas áreas incentivadas. A propósito desta notícia a Suframa oficiou ao Delegado Claudino, com cópia para o Superintendente da 2ª Região, Sr. José Tostes, manifestando o entendimento de que deveria ter sido informada sobre as ações desenvolvidas, para que pudesse adotar as medidas administrativas cabíveis quanto ao desingresso e desinternamento das mercadorias e, efetivamente, evitar que os fraudadores viessem a lograr bom êxito.

Decorridos mais de dois meses – ofício enviado em 17 de novembro de 2005 – a Receita Federal ainda não se manifestou sobre a solicitação feita pela Suframa.

Manaus, 23 de janeiro de 2006.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em decorrências da publicação pela mídia de informações equivocadas sobre ocorrência de fraudes fiscais na sua área de atuação, vem de público esclarecer fatos que julga necessário para que a sociedade tenha compreensão da verdade sobre os acontecimentos que vêm sendo veiculados.

A Superintendente Flávia Skrobot Barbosa Grosso tranquiliza a sociedade de que a Suframa realiza sua tarefa institucional de fiscalizar e controlar o ingresso de mercadoria na área de abrangência do modelo Zona Franca com seriedade e eficiência, para garantir o correto usufruto do benefício. No desempenho desta tarefa, a Suframa também desenvolve ações preventivas de inteligência visando detectar e combater possíveis tentativas de desvios no usufruto do benefício. Havendo esta constatação, aciona seus parceiros institucionais que têm a tarefa, dentre outras, de atuar nestes casos, como por exemplo, a Polícia Federal e Receita Federal.

As matérias veiculadas trazem informações equivocadas e, portanto, induzindo os leitores a uma avaliação errônea sobre os procedimentos de fiscalização e controle dos incentivos fiscais inerentes ao Modelo ZFM, bem como suscitam a existência de possível confronto de atuação entre os órgãos de governo que, na verdade, trabalham articulados, como pode ser observado na cronologia dos fatos apresentados a seguir:

10. Em outubro de 2003, a Suframa deu início a um trabalho de monitoramento e levantamento de situação do processo de internamento de mercadoria nacional, com o objetivo de verificar a sua segurança, confiabilidade e credibilidade. Nesta tarefa detectou inconsistências que apontavam para indícios de irregularidades, tais como: notas fiscais com seqüencial baixo e contínuo; notas fiscais com valores em seqüência e muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias; instalações incompatíveis com o volume de mercadorias adquiridas; empresas não encontradas nos endereços constantes das notas fiscais, entre outros, o que levou a adoção de vários procedimentos administrativos e operacionais visando à segurança do sistema.

11. O trabalho realizado pelos técnicos da Suframa consistiu em auditar notas fiscais com suspeita de fraudes; vistoria

física das dependências do estabelecimento receptor, com registro fotográfico; entre outros procedimentos apuratórios.

12. Ainda no decorrer das apurações, em janeiro, a Superintendente Flávia Grosso informou, pessoalmente, a superintendente da Polícia Federal dos procedimentos que estavam sendo desenvolvidos pela Suframa.

13. Posteriormente, em abril de 2004, encaminhou os relatórios circunstanciados das irregularidades levantadas, bem como a documentação fiscal (Nota Fiscal, Conhecimento).

14. Em outubro de 2004, a Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, formalizou junto à titular da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, pedido de abertura de inquérito policial para apurar as fraudes detectadas no levantamento constante do relatório produzido pela equipe técnica da Suframa sobre impropriedades no Sistema de Internamento de Mercadorias.

15. Paralelamente, enquanto aguardava o desenrolar das investigações da Polícia Federal, a Suframa procedeu a suspensão, preventivamente, do cadastro das empresas com indícios de irregularidades, ou seja, perderam o direito de usufruir os benefícios fiscais na aquisição das mercadorias do restante do País.

16. Também iniciou estudo de viabilidade para instalação de um Posto de Fiscalização da Autarquia em Brasília/Epitaçiolândia, no Estado do Acre, para reforçar o trabalho de fiscalização, executado em parceria com a Secretaria de Fazenda do Acre, por força de convênio do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), firmado em 1997. Atualmente a Suframa aguarda a aprovação do Plano de Cargo, Carreira e Salário e abertura de concurso para viabilizar a implantação do projeto.

17. Adicionalmente, as notas fiscais emitidas para estas empresas, de fornecedores do restante do País, que já haviam sido internadas, foram desinternadas, portanto, desabilitadas para receber o crédito do ICMS e a isenção do IPI. Este procedimento, como é de rotina, foi imediatamente informado às secretarias de Fazenda dos estados de origem da mercadoria e Receita Federal, através de sistema integrado operacional existente entre os fazendários do País, do qual a Suframa faz parte.

18. Ainda em abril daquele ano, atendendo convite formulado pela senhora superintendente da Suframa, estiveram reunidos, na cidade de Porto Velho, técnicos da Receita Federal, delegados e agentes da Polícia Federal e a Suframa, para discussão

e planejamento das ações a serem desencadeadas de forma integrada nas investigações e apuração dos possíveis ilícitos. Nesta ocasião, por sugestão do delegado da PF, Mauro Spósito, cada órgão ficou de apresentar as informações que dispunha sobre as fraudes já detectadas, situações suspeitas, sugestões de cunho normativo e operacional e as deficiências verificadas. Acordou-se que cada órgão apresentaria, em reunião posterior, os aspectos e situações já conhecidas e que entendesse ser merecedores de providências integradas, com vistas à exposição ao grupo e a formulação de Plano de Trabalho e do instrumento legal respectivo, a ser futuramente firmado pelas autoridades competentes. Uma próxima reunião ficou agendada para o dia 20 de abril, na sede da Receita Federal, em Belém.

19. No dia 25 de abril de 2005, em Belém, o grupo voltou a se reunir, desta vez com a presença do Superintendente Regional da Receita Federal, José Tostes, que conduziu a reunião. O grupo concluiu que se fazia necessário firmar um Termo de Cooperação Técnica de atuação integrada contínua para que o Governo Federal pudesse estar sempre à frente dos fraudadores, agindo de forma preventiva para assegurar o usufruto correto dos benefícios do modelo Zona Franca de Manaus. O termo prevê a participação ainda de outros organismos do Governo Federal, como por exemplo, Ibama, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia Federal da Agricultura, entre outros. O termo já foi assinado por todos os participantes, exceto a Superintendência da Receita federal, onde o documento se encontra, desde abril de 2005.

20. A partir de dezembro de 2004, a Suframa implementou inúmeras alterações no processo de internamento de mercadorias nacionais, com o objetivo de coibir práticas de tentativa de fraudes detectadas ao longo do processo de investigação iniciado em janeiro. Algumas das ações implementadas decorreram de sugestões recolhidas nas reuniões técnicas com os órgãos envolvidos.

21. A partir das informações oferecidas pela Suframa, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo está, em parceria com a Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, realizou uma ação fiscal visando apurar a abrangência dos ilícitos detectados pela Suframa e proceder à aplicação das multas cabíveis, bem como a punição dos responsáveis.

22. Atualmente, a Suframa aguarda a conclusão do trabalho das secretarias para que, nos casos em que se constante a

efetiva fraude, seja providenciado o desinternamento e a desconstituição do benefício, caso tenha ocorrido.

23. A Suframa esclarece que o trabalho de constatação física do ingresso das mercadorias nas áreas incentivadas, por força dos convênios celebrados no âmbito do Confaz, é feito em parceria com as secretarias de Fazenda dos estados recebedores das mercadorias. Assim, o documento (Declaração de Ingresso) que comprova a entrada da mercadoria na área incentivada somente é disponibilizado pela Suframa após a validação pela secretaria da Fazenda de cada estado recebedor. A declaração do Superintendente Adjunto de Operações da Suframa, Elilde Mota de Menezes, foi feita neste contexto. Logo, houve uma compreensão equivocada do repórter quando afirma que o superintendente “culpou as secretarias de Fazenda dos oito estados onde estão instaladas as Áreas de Livre Comércio”. Cabe ainda mais uma correção: a área de atuação da Suframa compreende aos Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá.

Manaus, 26 de janeiro de 2006.

Nota distribuída pelo Superintendente da Receita Federal,
José Tostes Barroso Neto.

A Secretaria da Receita Federal tem por filosofia administrativa trabalhar em parceria e cooperação com os demais órgãos, em todos os níveis governamentais e, através de sua Superintendência na 2ª Região Fiscal, lamenta que tenham sido veiculadas na imprensa matérias que colocam situações e manifestações de possível conflito com a Suframa.

Registra ainda que idênticos esforços de cooperação institucional vêm sendo conduzidos pela atual Superintendente da Suframa, Dr^a Flavia Grosso, que também tem procurado aproximar os trabalhos com os demais órgãos que têm funções complementares com as da Suframa.

O trabalho de apuração das fraudes observadas na simulação de venda para regiões incentivadas teve início com a participação da Receita Federal, Polícia Federal e Suframa que coordenou a primeira reunião e cooperou com o fornecimento de informações de seu bancos de dados que foram utilizadas, a partir de então, pela Receita Federal e Polícia Federal na seqüência das investigações.

O trabalho deve prosseguir e, nas demais fases, essa cooperação deve continuar para que tudo seja esclarecido e as fraudes sejam completamente apuradas com a punição dos responsáveis.

HOMENAGEM A JUSCELINO

30-1-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Maurício Corrêa, Dom José Freire Falcão, Governador Joaquim Roriz, Governador Marconi Perillo, Sr^a Anna Christina Kubitschek, Desembargador José Gerônimo de Sousa, senhoras e senhores, vejo que Juscelino já começa a operar alguns milagres há tão pouco tempo da sua morte: é uma das raras vezes em que subo a esta tribuna sem ser para rebater declarações do Senador Aloizio Mercadante.

O fato é que esta sessão é rica, refletindo a riqueza da grande figura humana que era Juscelino Kubitschek. O Senador Antonio Carlos fez, talvez, o mais feliz pronunciamento, dentre os tantos pronunciamentos felizes de sua lavra que eu tenha ouvido. Elaborou raciocínio tão singular, tão original, aquele de que Brasília é fruto da tenacidade de um, de Juscelino, e da casca de banana do Congresso, por outro lado. Ou seja, “ele não vai construir”, “ele não será capaz”. Portanto, “vamos aprovar porque ele se desmoraliza e chegamos a intentos políticos que desejamos”.

Isso me desperta a nítida impressão de que devo olhar, Senador Paulo Octávio, para Juscelino levando em conta a perspectiva histórica do seu momento.

Tenho acompanhado esta minissérie. Em algum momento ele diz para sua esposa, Dona Sarah, “vamos para os Estados Unidos”, algo corriqueiro nos dias de hoje. À época parecia ao contemporâneo de Juscelino atitude de um pioneiro, de um desbravador. Algumas pessoas dizem: “O que faz esse tal Coronel Licurgo na minissérie?”

Não tem nenhuma ligação com Juscelino, uma ligação mínima, mas, sem dúvida, talvez, a tentativa muito inteligente de contextualizar o momento histórico em que se encaixava Juscelino, comparando-o com a figura aberta que ele era. Ou seja, naquele mundo conservador de então, cabia o brutamonte, o troglodita, que era o Coronel Licurgo, e cabia um homem com a visão do futuro, capaz de compreender o drama da mãe solteira, capaz de ser solidário, aberto na sua relação pessoal, aberto na sua relação com os companheiros, leal e, ao mesmo tempo, inteligente o tempo inteiro.

Ou seja, a partir do discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me pus a pensar sobre o que não aconteceria de bom se, nos tempos de hoje, Juscelino Kubitschek pudesse nos governar, com todas as facilidades de acesso ao conhecimento, com a facilidade de comunicação que faria

sua voz ecoar de Brasil a Brasil em poucos minutos a cada momento que ele quisesse. O Juscelino, que foi exemplo de convicção democrática numa época em que o Brasil ainda vivia ameaçado pelos pronunciamentos militares; o Juscelino, que tinha sua clara definição por um país constitucional e que foi capaz de perdoar os golpistas de Jacareacanga e Aragarças; o Juscelino, que foi firme e inflexível ao defender o seu Governo e, certa ou erradamente, ao processar essa outra grande figura – não cabe aqui o ódio, os ódios ficaram para trás e até a Frente Ampla os sepultou – de parlamentar, de administrador, de homem público que foi Carlos Lacerda.

Quando aqui passamos em revista um Governo que tomou posse há 50 anos, que, como disse muito bem o Senador Paulo Octávio, construiu Brasília em 42 meses, que cumpriu suas metas uma por uma, que teve seus equívocos de política econômica – e quem não os comete? –, que teve seus erros de política administrativa – e quem não os faz? –, mas que tem, no conjunto da obra, um saldo enorme, que começa no democrata e termina no grande realizador. Mais ainda, passou para o País a clara noção de que era possível se realizar, era possível se desbravar, era possível unificar este País e era possível se consolidar a idéia de que a vocação do Brasil, ainda que depois viesse a pairar sobre nós a sombra negra de uma ditadura, era a democracia. (*Palmas.*)

A propósito disso, Sr. Presidente, lembro um episódio extremamente rico que ocorreu na comemoração dos dez anos de Brasília em sessão deste Senado, a mesma Casa que, depois, presenciaria o discurso histórico de Juscelino defendendo o seu mandato e, aliás, despedindo-se da vida pública, cassado que havia sido pelo arbítrio de um ato de força: o Ato Institucional nº 1. No décimo aniversário, aconteceram aqui dois discursos significativos. O Líder da Arena consegue fazer um discurso bem elaborado, desses em que a assessoria se esmera e que ele lê, suponho eu sem ter tropeçado. Discurso bonito na forma, em que conseguiu não citar uma só vez o nome de Juscelino Kubitschek, comemorando o aniversário de Brasília. Depois, a esse se segue um discurso lacônico do Líder do MDB, Nelson Carneiro. Em três ou quatro linhas, ele diz mais ou menos o seguinte: “Homenagear Brasília sem citar JK é como falar nas tábuas e não mencionar o nome de Moisés”. E se calou, deixando calado atrás de si o Plenário inteiro do Senado. Era uma época obscura.

Queria me referir à solidão de Juscelino, porque, nos seus momentos brilhantes, vemos o homem público muito assediado. Sou filho de político, já sou até pai de político, por isso não me encanto muito com essas luzes dos momentos melhores, não me encanto muito com essas luzes. Mas percebo que não há nenhum autor da cena pública que não conheça os seus momentos de mais assédios, de mais prestigiamentos ou os seus momentos de maior solidão.

Juscelino, o Presidente por todos cantado e decantado em verso e prosa, conheceu momentos de absoluta convivência com ele próprio. Eu era menino, meu pai vai numa delegação de senadores a Paris. Havia senadores de todos os partidos. Alguns beijavam diariamente a mão de Juscelino Kubitschek. E havia um deles que não tinha relação pessoal e nem política com Juscelino, que era o Senador Josaphat Marinho. Meu pai disse: “Olha, marquei um encontro com o Presidente Juscelino. Gostaria muito de ir até lá. Vocês estão dispostos a ir comigo?” Foi um silêncio enorme, nenhum foi, a não ser Josaphat Marinho, que não tinha a menor ligação pessoal e política com Juscelino.

Essa solidão lhe doía, porque lhe doía o exílio. Essa solidão não o fez menor porque o fez esquecer as divergências com Lacerda quando celebraram o Pacto da Frente Ampla para enfrentarem o regime de força. Incluiu João Goulart, que era outro coração generoso. A solidão não o fez mesquinho porque a vida inteira ele se apegou ao que o seu espírito pedia: a boa conversa com os amigos, a boa música, a boa dança, a figura da gratidão, aquele que escreve o bilhete de saudades, aquele que, como homem, tinha os seus sonhos e, como homem, ao mesmo tempo, sabia limitar-se ao que era a contingência de um tempo que estava acima dele. Juscelino Kubitschek de Oliveira é um personagem que a nossa história repassa, mas que faz parte daquilo que de melhor possamos ter escrito para trás.

Foi muito feliz a idéia do Senador Paulo Octavio de propor esta homenagem. (*Palmas.*) Nunca é tarde para aprendermos a reverenciar os nossos maiores e até fazemos como os nossos índios e os orientais sabem fazer muito bem: valorizar muito a sabedoria dos que viveram, valorizar sobremaneira a sabedoria dos que fizeram, dos que construíram, aprender muito com os erros dos que erraram, aprender mais ainda com os acertos dos que acertaram e sobretudo registrar as lições de quem fazia da sua força de vontade uma inquebrantável manivela para abrir as portas do futuro. Juscelino Kubitschek sabia abrir as portas do futuro. Sua ascensão foi rápida para alguns; foi sólida para outros. Sua ascensão se deu em cima do que de melhor ele poderia passar primeiro para o povo de Belo Horizonte, depois para o povo das Minas Gerais, depois para o povo brasileiro.

Volto a dizer, Senador Antonio Carlos, como teria sido bom ser governado por Juscelino agora, neste momento de tão radiosa conjuntura internacional, neste momento de tecnologia avançada, neste momento em que ele não teria que dizer mais para a D. Sarah : “Vamos para os Estados Unidos”; neste momento que o mundo estaria nas mãos dele, ao seu alcance, para promover todas as grandes mudanças que este País sugere, as grandes mudanças de que este País necessita, as grandes mudanças que este País requer, que o povo deste País exige, líder de massas sem ser a figura do demagogo, líder de massas e pelo lado positivo. Há o líder

de massas que pode dizer muito bem: “Uso o meu dom de ser o líder de massas para rebaixar a compreensão das pessoas que eu lidero”. Outros dizem: “Sou um líder de massas e uso a compreensão que o povo tem das minhas palavras para ele se elevar ao lado da minha capacidade de me elevar junto com ele”.

Vi em Juscelino, Senador José Agripino, um líder positivo. Eu vi em Juscelino um líder capaz de ser duro, corajoso pessoalmente, corajoso historicamente, corajoso politicamente, mas, sobretudo, alguém que, em todos os momentos da sua vida pública marcou de maneira muito forte a sua presença, marcou a sua presença quando acertou, marcou sua presença quando errou. E considero que foi um equívoco, por exemplo, ele não ter entendido que seu mandato findaria com o alvorecer do regime de força de 1964; marcou sua presença quando acertou, perdendo Carlos Lacerda; e marcou sua presença para todo o sempre nessa história que não paramos de reescrever, porque cada um de nós hoje percebe que o Brasil, dos mais novos aos mais velhos, o Brasil inteiro faz o que uma geração já sentia, que é se apaixonar outra vez, Senador Paulo Octávio, por Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARTHUR VIRGÍLIO ESTRANHA QUE JUIZ DEMITIDO DO BB CONDENE EX-DIRETORES

1º-2-2006

Sr. Presidente, trago à Casa um fato que é de gravidade e que já pode mesmo ser levado – já que estamos falando tanto no meu prezado amigo e ilustre magistrado Nelson Jobim – ao Conselho de Justiça, recém-constituído no bojo da reforma do Judiciário.

Seguem os fatos, Sr. Presidente. Li, hoje, matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* sob o título: “Justiça condena ex-diretoria do Banco do Brasil”.

Ex-diretores do Banco do Brasil foram condenados por suposto envolvimento em operações ilegais de créditos concedidos à construtora Encol. Muito bem. Até aqui, nada de errado.

Se houve irregularidade na operação de crédito, que os responsáveis sejam punidos na forma da lei. Esse é o mandamento que adoto para mim e que me sinto no direito de exigir de todo e qualquer agente público. No entanto,

dois fatos me chamaram sobremaneira a atenção. Peço a atenção de V. Ex^a, porque há algo de estranho nesse reino aqui. E é tão bom dar explicações. Estamos diante de um Governo que não explica nada, que vive acuado, que não consegue levantar a cabeça diante de coisa alguma, de fato qualquer.

O primeiro fato é que esse juiz condenou os ex-diretores, mas não condenou o ex-proprietário da Encol, o conhecidíssimo Sr. João Pedro Paulo de Souza, por administração temerária de recursos de terceiros ou delitos dessa natureza. Não condenou. A Justiça dele estava só com um dos olhos abertos, supostamente.

O segundo fato, Sr. Presidente, é que o Juiz Federal substituto que proferiu a sentença contra os ex-diretores chama-se Cloves Barbosa de Siqueira. E é exatamente aí, Sr^{as} e Srs. Senadores, que reside a maior surpresa do processo. Esse juiz, ex-funcionário do Banco do Brasil, foi demitido dessa instituição financeira a bem do serviço público, pela mesma diretoria que ele agora houve por bem condenar. Teria ele credibilidade para tanto? Não se deveria ter declarado impedido para julgar o feito? Não seria uma retaliação do juiz contra seus algozes? Como esse cidadão, demitido como foi, conseguiu entrar para a magistratura, Senador Ramez Tebet? E a exigência de reputação ilibada? Se ilibado fosse, passaria o feito para que outro juiz o julgasse. Se ilibado fosse, não teria sido demitido do Banco do Brasil do jeito que foi.

Sr. Presidente, era apenas este esclarecimento, em respeito a esse jornal de enorme capacidade de informar, de enorme seriedade, que é o *Correio Braziliense*, para que se coloquem sempre os pingos nos is.

De minha parte, se há equívoco na atuação desses ex-diretores do Banco do Brasil, que sejam todos eles apenados. Não vou bater à porta de juiz Fulano de tal nenhum para não quebrar sigilo de ninguém. Todos, todos devem ser apenados se merecerem.

Agora, estranho muito alguém demitido do Banco do Brasil ser juiz e, mais ainda, estranho alguém demitido pela diretoria do Banco do Brasil achar que tenha legitimidade para julgar pessoas da diretoria que o demitiu. Fica a pergunta no ar. De qualquer maneira, a resposta inicial que a mim me cabia dar já está dada.

TV DIGITAL E FALSA “LISTA DE FURNAS”

2-2-2006

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito, compartilhando também as suas preocupações em re-

lação à execução orçamentária. Infelizmente, é o balcão de negócios sujos e a seletividade das mercadorias parlamentares que definem a liberação de emendas ao Orçamento.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como inscrito, pelo tempo que entender necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr^a Presidente. Sendo assim, vou secionar meu pronunciamento em duas partes. A minha idéia era falar como líder, inicialmente, por um período mais breve, e, em seguida, para analisar essa tal lista de Furnas, a corrupção e a depravação do Governo Lula, em que eu iria usar o tempo de orador inscrito. Portanto, primeiro analiso o tema TV digital do ponto de vista da realidade do meu Estado e, em seguida, falarei desse fato já de domínio da imprensa, que é a tal lista de Furnas.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a televisão digital já é quase uma realidade no Brasil, dependendo apenas da definição sobre o sistema a ser adotado, se o norte-americano, se o europeu ou o japonês.

Anteontem, estive na Comissão de Educação do Senado o Ministro Hélio Costa, que conduz os estudos sobre a questão. S. Ex^a já havia, na véspera, anunciado sua predileção pessoal pelo sistema nipônico.

O assunto é complexo, daí o cuidado do Ministro das Comunicações para evitar que se adote uma decisão apressada.

A TV digital é um sistema de transmissão de dados por meio de um código binário, com a digitalização do som e da imagem e a sua transformação em séries que combinam entre si alguns dígitos. É a mesma linguagem utilizada pelos computadores. Já a transmissão analógica, o sistema atual, se processa por ondas eletromagnéticas.

Entre um e outro sistemas, há uma diferença muito grande. A TV digital ativa os sinais luminosos na tela através de *pixels*, que são minúsculas lâmpadas fluorescentes de espessura equivalente a um fio de cabelo, Senador João Batista Motta, ou seja, uma estrutura extremamente compacta, algo como um quadro para pendurar na parede.

Ao contrário, na chamada TV tradicional, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido dentro de um grande tubo, aquele enorme e pesado equipamento que fica detrás da tela.

Menciono essas especificações mesmo sabendo que, até certo ponto, é assunto de difícil compreensão, a não ser quando se diz que a TV tradicional é cheia de chuvas ou de imagens fantasmas e que a TV digital, ao contrário, tem imagem de filme, límpida, nítida, brilhante e com todas as gradações de cores.

É essa maravilha tecnológica que daqui a pouco passará a compor o cotidiano dos brasileiros. Digo isso porque tive a honra de participar de um governo que promoveu a revolução das telecomunicações com a popularização, por exemplo, do sistema de telefonia celular e com a ampliação da telefonia fixa de maneira brilhante pelo País, o estabelecimento de um marco regulatório que atraiu investimentos e que possibilitou que hoje nós pudéssemos ter as telecomunicações num patamar bem diferente daquele de poucos anos atrás.

Mas é bom, pois, e mais que razoável que o Ministro Hélio Costa, que todos nesta Casa conhecemos, tenha essa postura serena.

O importante, então, é que a tevê digital vem aí. E devo ressaltar que já há no País alguns promissores avanços neste campo.

Eu sempre, para ser universal, como Tolstoi recomenda, canto a minha aldeia. Na minha região, a Rede Amazônica de Televisão, registro com prazer, já produz programas digitais e equipamentos digitais, ou seja, tem tudo pronto para começar a operar dentro do novo sistema, dependendo tão-somente da definição quanto ao sistema a ser adotado.

A futura tevê digital deve contemplar – é bom advertir – sobretudo a TV aberta, com prioridade sobre a TV a cabo, ou seja, a TV paga. A TV aberta é gratuita, e, portanto, a TV digital tem de ser gratuita e aberta. Esta é uma pré-condição para que espalhemos democraticamente pelo Brasil esse avanço, que a tecnologia não deveria propiciar só a alguns, mas sim a todos.

Para a Amazônia, não teria cabimento que não fosse aberto o sistema de TV digital; seria excluir populações e manter algo que, pela via da TV a cabo, poderia levar à inviabilização de todo esse avanço para a minha região. Citei o exemplo da Rede Amazônica de Televisão, pioneira em alta tecnologia no setor, que dispõe de 202 repetidoras naquela área. Por isso, a ponderação que faço, agora, como parlamentar da região, para que a prioridade contemple mesmo a tevê aberta. Só assim a informação será democratizada em favor do Brasil e dos brasileiros.

Sobre esse tema, Sr^a Presidente, era o que tinha a dizer.

Passo, então, a tratar do outro assunto.

Senador João Batista Motta, há semanas que circula uma lista – no mínimo, esquisita – com os nomes de gregos e troianos que se teriam beneficiado de um suposto caixa dois de campanha, organizado pelo Sr. Dimas Toledo, que foi diretor e presidente de Furnas no Governo Fernando Henrique Cardoso e presidente de Furnas no Governo Lula.

Sabemos hoje que, a partir dos recursos que o computador permite, é possível simular as situações mais estranhas. Ainda ontem me dizia uma figura muito ilustre do Governo que se pode simular situação de relação

sexual – entre uma senhora respeitável e um senhor respeitável – a partir de uma fraude montada por uma situação real, envolvendo um prostituto e uma prostituta. Dá para criar uma situação política de desmoralização ou uma situação de inviabilização de um casamento; ou seja, isso vai levar a que se crie a figura do Direito especializado nisso.

Disse-me também, ontem, um especialista em informática que, se a assinatura é com tinta azul, é um perigo. Enquanto não estiver claramente definida a certificação digital, muitas fraudes poderão acontecer, acobertadas sob o manto de uma coisa boa, que é o avanço tecnológico.

Essa lista não foi levada a sério e não está sendo levada a sério pelos jornais, pela imprensa brasileira, mas, como foi noticiada, sinto-me no dever de falar a respeito. Ela não foi levada a sério e não está sendo levada a sério, nem tratada com respeito basicamente porque não apareceu o original. Sem o original, é complicado se dizer se a lista é verdadeira ou falsa. Um carimbinho do cartório não comove ninguém. Em um país onde o suborno não é uma coisa estranha, infelizmente, um carimbo do cartório, Senador Heráclito Fortes, já não convence ninguém.

Muito bem. Não aparece o original, por quê? Se, por outro lado, há a possibilidade da montagem, creio que a primeira atitude a ser tomada por uma autoridade da seriedade que supomos no Ministro da Justiça seria buscar possíveis fraudadores, partindo da premissa da inocência de quem tem de ser considerado inocente até segunda ordem.

Concederei um aparte ao Senador Heráclito Fortes tão logo eu encaideie o raciocínio.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos disse ontem ao Governador Aécio Neves, cujo nome está maliciosamente colocado na lista, que acredita na falsidade da lista. Então, peço ao Ministro que, com clareza, diga que considera a lista falsa ou autorize alguém da Polícia Federal a dizer isso, para não ficar a honra de pessoas exposta a uma situação incômoda.

Até porque, digo a V. Ex^a, Sr^a Presidente, que sou uma pessoa de caráter. Se eu não fosse, poderia fazer uma lista com o nome do Presidente Lula agora. Ou não poderia? Faria igualzinho: falsificaria tudo e pronto.

Já ouço os rumores de que haveria parlamentares – não vou acusar ninguém, não vou dar nomes – do PT nisso. Vamos ver: se houver, vai rolar a cabeça de gente leviana aqui. Se for, vai rolar a cabeça de gente leviana! Já teve um parlamentar enfiado no carro do tal Marcos Valério, aquele vigarista conhecido como Marcos Valério; depois, só faltava se ajoelhar para não ter o processo contra ele prosseguido na Câmara dos Deputados. Ficou um tempo escondido, e espero que tenha continuado em posição de quem aprendeu a lição.

Há duas hipóteses, Senador Heráclito Fortes: ou a lista é verdadeira, e os originais têm de aparecer – aí, de fato, é uma coisa gravíssima, uma hecatombe; ou a lista é falsa, e os culpados têm de aparecer. Se há parlamentar culpado, tem de ser cassado. Se há fraudador dentro do Governo, este Governo vai ter de se explicar de maneira muito mais candente do que até hoje o fez perante a Nação.

Eu li a tal lista. Ali tem o nome de todo mundo, e é visível a vontade de atingir algumas pessoas, com algumas contradições. Simbolicamente, lá está o nome do Líder do meu Partido na Câmara, Alberto Goldman.

Alguém diz assim: mas, se a lista é falsa, por que não tem o seu nome? Penso que eles sabem que, se colocassem o meu nome numa lista dessas, eu morderia a carótida de alguém aqui. Aí, já começam não fazendo isso.

No entanto, há vontade de atingir essa liderança emergente do meu partido, o nosso secretário-geral, figura que se destaca pela serenidade na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, que é o Deputado Eduardo Paes.

Estranhamente, analisei a lista. Eduardo Paes, um jovem deputado, com influência nenhuma no governo passado, R\$150 mil. O ex-chefe de Dimas, presidente de Furnas, Deputado Luiz Carlos Santos, em cuja inocência também acredito – claro que acredito –, metade, R\$70 mil. Então, faltaria lógica numa coisa dessas. Estou tentando só estabelecer a lógica.

O Sr. Dimas Toledo nega a autoria. Então, tem de aparecer o original. O original não aparece; tem de aparecer o original. Ou isso aqui é o novo dossiê Cayman? Ou isso aqui é uma fraude brutal, a revelar o conluio entre chantagistas e um governo que, para se manter no poder, se apegou a chantagistas, perdendo o último dos seus escrúpulos?

Se o Sr. Dimas fez a lista para se precaver, chantagear e se manter no poder, vou analisar com frieza todo esse quadro. Então, ele nega autoria, diz que nunca vão encontrar os originais. Tenho visto as suas declarações públicas. Estava vendo ainda há pouco, no computador, que o primeiro nome da lista é o do filho dele. Quer dizer, se ele é um chantagista, vai chantagear o filho dele? Ou seja, colocar o nome do filho para se defender do filho. Estranho, muito estranho.

Ele nega a autoria, não aparecem os originais, coloca o nome do filho, o Sr. Luiz Carlos Santos teria recebido metade, apesar de ex-chefe de Dimas, do que um jovem deputado que mal aparecia para a vida pública.

O documento se refere a uma expressão que eu nunca tinha ouvido antes. Já tinha ouvido falar em caixa dois; cunhei, certa vez, a expressão caixa três para falar do fato de Lula ter dito que gastou apenas R\$3 milhões na campanha de 1998, quando sabemos que só de camiseta gastou muito mais do que isso. Inventei uma história de caixa três na época para rebater

acusações a suposto caixa dois na campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998.

Essa expressão “recursos não contabilizados”, que consta da lista, foi inventada por um filósofo petista chamado Delúbio Soares, aquela figura bochechuda que ficava dizendo “não sei”, “não vou responder”, a todas as perguntas que lhe faziam na CPMI, protegido por um *habeas corpus* preventivo.

Esse é outro indício enorme e fulminante de fraude, porque estão usando a expressão de algo que se teria passado antes e que teria sido registrado antes em documento, expressão que foi cunhada por alguém que, só muito mais tarde, desse modo, se referiu a essa questão de caixa dois em campanha.

Eu gostei muito da atitude do Ministro Hélio Costa, como vi a negativa veemente do Governador Geraldo Alckmin, do Prefeito José Serra, do Governador Aécio Neves. O Ministro Hélio Costa disse: “Eu renuncio ao meu mandato se isso for verdade”. Gostei muito do que disse o Ministro.

A primeira coisa agora de quem está ofendido é partir mesmo para a Justiça com tudo, partir para a pressão. O Ministro da Justiça não dorme. Se meu nome está nessa lista, o Ministro da Justiça não dorme até eu ver o chantagista preso. Ele não dorme. Ele não dorme. Estou avisando à esposa do Ministro Márcio Thomaz Bastos que ele não dorme mais se o meu nome, um dia, aparecer numa brincadeira dessa. É melhor mesmo que os fraudadores tenham respeito com isso, porque, senão, vou interferir no casamento do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Não dorme mais!

Esses que estão na lista não devem deixar o Ministro Márcio Thomaz Bastos dormir. É preciso prender o tal chantagista, e é preciso, para quem diz que não é chantagem, mostrar o documento original.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, é preciso nos questionamentos que faz sobre esse caso. Recebi essa lista há uns três ou quatro dias, vi rapidamente e me chamou a atenção a grosseria da fraude, porque ela já é encabeçada com a palavra caixa dois, que não era termo usado àquela época. O caixa dois veio a ser usado pelo Delúbio, que discutiu se era caixa dois ou dinheiro não-contabilizado. A questão do caixa dois tomou corpo exatamente nesse período. Naquela época, falava-se em doação de campanha. Quando as doações foram feitas, era sabido que Lula estava eleito e era sabido também que o então Presidente de Furnas iria ficar na empresa, pelo menos em uma diretoria, o que, de fato, ocorreu. Por que não há ninguém do PT nessa lista, Senador? O segundo ponto foi a velocidade com que autoridades do Governo tomaram

providências para investigação da lista apócrifa, se comparada à maneira tímida como procede em alguns casos, inclusive para prestar informações à Comissão Parlamentar de Inquérito. É tido e sabido que autoridades importantes do Governo Federal estão atrasando os documentos. Temos de nos preparar para essa chuva de pedras que vem por aí. Quem tiver couro fino que se prepare, porque esse pessoal está disposto. O desespero chegou a tal ponto que tudo vale. V. Ex^a mesmo nos alertou esta semana para aquele fato da denúncia feita por um juiz federal substituto com relação à diretora do Banco do Brasil. Imediatamente, chegou às suas mãos informação, por meio de um documento exarado pelo próprio Banco, de que o citado juiz havia sido demitido, a bem do serviço público, pela diretoria que ele condenava. Temos de nos preparar, Senador Edison Lobão. Este será um ano de muita assombração e visagem. O espírito do lobisomem vai tentar desestabilizar a vida de muita gente. É preciso tranqüilidade. Concordo absolutamente com V. Ex^a. Se o Governo quer apurar uma lista apócrifa, que a apure, mas que a apure mesmo e puna os fraudadores de maneira exemplar. Não podemos ter aqui a reedição de Cayman, não. Não podemos mais aceitar esse tipo de molecagem em que as pessoas pagam um preço altíssimo pela calúnia, pois, como diz o velho ditado do Dr. Ulysses, “o raio de ação da calúnia é dez vezes maior que o do desmentido”. Não podemos aceitar esse tipo de coisa. V. Ex^a, além de ser preciso em seu pronunciamento, conta com a solidariedade de seus companheiros, independentemente de partido e de qualquer outro tipo de conotação partidária. Cabe ao Ministro da Justiça comandar pessoalmente essas apurações, para que elas sejam claras, o mais rápido possível.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concederei um aparte ao Senador João Batista Motta e ao Senador Edison Lobão, mas, antes, respondendo ao Senador Heráclito Fortes, Sr^a Presidente, dizendo o seguinte: primeiro, se eu subestimasse a inteligência do Senador Heráclito Fortes, certamente me daria mal. Eu tinha guardado para o final exatamente o que sou agora obrigado a antecipar porque S. Ex^a o “pré-antecipou”.

Este é outro dado: se o Sr. Dimas, porventura, se destinasse à chantagem, ele colocaria o nome do filho dele; se, porventura, o Sr. Dimas se prestasse à bajulação, daria uma importância maior à campanha do senhor Fulano de tal do que à do Sr. Luiz Carlos Santos, que foi Presidente de Furnas. Se o Sr. Dimas se destinasse ao arrivismo, ao oportunismo – ele que fez gestões, fez esforços para ficar na Presidência de Furnas –, sabendo que o PT era o novo poder, era o poder que se criava no País, não iria procurá-lo? E o Partido dos Trabalhadores, por sua vez, com essa goela imensa, com essa mandíbula de tubarão, de *jaw*, iria recusar? Não recusou dinheiro de ninguém, iria recusar o dinheiro do Sr. Dimas?

Vamos jurisprudenciar, numa espécie de tribunal da nossa constatação, Senador Heráclito Fortes, Senador Alberto Silva, Senador João Batista Motta, Senadora Heloísa Helena, Senador Edison Lobão. Neste País, nos tempos que correm, lista de corrupção sem o PT não vale. Lista de corrupção sem o PT não existe. Até segunda prova, até me mostrarem as provas cabais, estranho demais ver PT eleito, tudo certo e ninguém na lista. Isso ainda vai dar – quem sabe? – a possibilidade de o feitiço virar contra o feiteiro. Isso causa indignação.

Eu dizia ainda há pouco à Presidente da sessão que, francamente, gostaria muito de ser mais sereno. Estou tratando dos outros. Não sei como me sentiria se o meu nome estivesse numa lista dessa – bem não seria! Tenho uma coisa em mim: quando não me sinto bem, vitimado por uma injustiça contra mim, procuro logo fazer o outro se sentir mal. É a primeira resposta que eu dou: o adversário passa logo a se sentir mal. Depois, a mulher dele passou mal em casa, o filhinho dele não sei o quê. Então, não se meta comigo, não minta a meu respeito, não se meta comigo. q

Eu tenho duas coisas: eu não brigo para baixo – eu tenho isso –, eu tenho quem brigue para baixo por mim, quando é o caso. Brigo para o lado e para cima. Agora, se me faz passar mal, imediatamente tem o troco; e o troco é sempre amargo. Tem sido assim até hoje, sempre amargo, e sempre o pessoal se arrepende do momento em que bancou o engraçadinho. Se, em 30 anos de vida pública, foi assim até agora, pau que nasce torto vai morrer torto. Eu tenho que manter, na verdade, essa tranquilidade, porque estou falando de companheiro, estou falando de terceiros. Mas é de indignar quem tenha respeito ao princípio do direito de se respeitar cada pessoa.

Faço uma pergunta, uma formulação bem básica: alguém aqui faz qualquer coisa para estar no poder? Eu não faço. Acredito que a esmagadora maioria dos meus pares também age desta maneira: não o faz. Aquele que faz tudo para se manter no poder, a qualquer preço – falando em português claro, em português do bar, onde a gente se reúne para conversar sobre futebol, sobre política, sobre as nossas vidas –, é porque quer roubar. Quem faz tudo, qualquer coisa, quem perde todos os escrúpulos, para ficar no poder, é porque gosta do dinheiro do povo, gosta do dinheiro alheio, é porque quer roubar, é porque é ladrão. Esse é um fato. Senão, por que faz tanta questão de estar no governo?

Qual a diferença para mim estar na Oposição ou estar no Governo? Para mim, qual a diferença que faz? Na Oposição, eu tenho menos gente me bajulando – ponto a favor da Oposição. No Governo, tenho um monte de gente me chateando, me aborrecendo. O dia inteiro pedindo coisas. Ponto contra o governo, de novo. Com isso, em minha vida familiar, vejo

mais filmes por ano quando estou na oposição, e menos filmes e teatro por ano quando estou no governo. Então, que diferença faz estar no governo ou estar na oposição, se não quero o cofre arrombado para fins quaisquer? Não quero o cofre arrombado. Tanto faz governo como faz oposição. Então, deixo o povo julgar. Vou para uma eleição, com garra, e procuro ganhar. Mas, se perder, qual o problema? Qual o problema? Qual o problema de perder eleição? Quando vejo alguém que não quer perder de jeito nenhum, digo: “Meu Deus, tem jabuti nessa árvore”. E jabuti não sobe em árvore; ou é enchente ou mão de gente. É preciso localizar se há os tais fraudadores ou se há os originais. Inclino-me a pensar que há fraudadores. E se há fraudadores, quero saber quem são os autores intelectuais, quero saber se tem gente do Governo.

Estou sendo até muito comedido, muito moderado. O jornal *Correio Braziliense* diz que foi o Presidente Lula que mandou proceder às investigações, e, portanto, talvez com interesse político, tirar proveito disso, aprofundar, não com ânimo de buscar o fraudador, mas com ânimo de constrianger as pessoas que estão na lista. Então, eu, com relação ao Presidente Lula – Senador João Batista Motta, já lhe concedo um aparte –, hoje é assim: eu não consigo mais ter uma opinião média do Presidente. Eu, do Presidente, do ponto de vista administrativo e de bons atos a favor do País, já não espero nada. Do ponto de vista de escrúpulo político, hoje em dia, espero tudo do Presidente Lula. Para algumas coisas, ele não é capaz de nada; para outras, é capaz de tudo. É a minha opinião. Infelizmente. Poderia ser um adversário que eu levasse mais em conta, que eu acatasse mais, mas não tenho. Acabou. Não tenho. Não tenho.

Vou ser muito franco. Ontem faleceu a mãe do Senador Tasso Jereissati, meu irmão querido, meu querido amigo. Posso até estar fazendo uma coisa muito feia. Queríamos ir a Fortaleza de qualquer jeito, e não havia como ir. Gentilmente, o Palácio ofereceu o avião do Presidente aos Senadores que quisessem ir. Eu estava constriangido com aquilo. O Senador Leonel Pavan disse: “Não aceite não!” Em condições normais, era natural que nós senadores aceitássemos, fizéssemos uma grande delegação para estarmos presentes ao funeral da D^a Maria de Lourdes, pranteada mãe do Senador Tasso Jereissati. Mas logo vem a desconfiança, vem a desconfiança.

Pelo amor de Deus, desculpem-me se eu estiver sendo duro demais, mas era um gesto mesmo de solidariedade a um Senador que merece todo o respeito de todo nós ou era para ver, por exemplo, o líder do PSDB descendo do “Aerolula”, ser fotografado e dizer: “Não pode mais falar do ‘Aerolula’, porque usou...”? Não acredito mais neles. Desculpem-me, posso estar sendo duro, posso estar sendo até pouco cristão, mas não acredito neles. Não acredito neles. Acabou. Acabou, não creio mais. Ele não tem estimulado em mim algo que preso, que é respeitar meus adversários quando

eles se mostram bravos e leais na luta contra mim. Dóceis quando querem aprovar uma matéria, no dia seguinte, o Presidente vai e ridiculariza a Oposição em um desses seus piqueniques que faz pelo Brasil afora. Não consigo. Lamento. Adoraria ter um outro nível de tratamento a Sua Excelência, mas não consigo.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, vou tentar acrescentar alguma coisa à fala de V. Ex^a, tão precisa, de maneira tão clara, mostrando ao povo brasileiro o que tem acontecido no País neste Governo. Quando V. Ex^a diz não acreditar mais no Governo, posso também acrescentar que o povo brasileiro não acredita mais, também está decepcionado. Quando V. Ex^a fala dos escândalos, da roubalheira que tem acontecido, é bom que se diga, até porque o povo brasileiro também sabe, que não foi a Oposição que denunciou o escândalo dos Correios. Todo o povo brasileiro sabe que foi briga de quadrilha, todo o povo brasileiro sabe que saiu do seio do Governo; todo o povo brasileiro sabe quem está apurando: a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito pertence ao Governo, e, em paralelo, quem apura é a Polícia Federal do Governo. Então, a Oposição não contribuiu, em momento algum, para promover escândalos contra o Governo Lula. Repito: é briga de quadrilha. Quando V. Ex^a também diz do perigo da inclusão digital, quanto às falsificações, gostaria de dar aqui um testemunho. Há cerca de 30, 40 dias, furtaram umas duas folhas do meu talão de cheques que havia acabado de retirar do Banco do Brasil. Não assinei nenhuma folha daquele talão, as duas últimas folhas foram arrancadas. Sacaram um valor da minha conta no Banco do Brasil, que pagou. Não assinei, e minha assinatura está lá. Já vi a cópia dos cheques, a minha assinatura foi colocada em cima de uma folha de talão de cheques, naturalmente com o auxílio do computador por algum malandro que conseguiu burlar o funcionário do Banco do Brasil. Imagine V. Ex^a se alguém escrever em nome de uma madame, de uma senhora da alta sociedade, uma carta dirigida a um rapaz qualquer, dizendo-se apaixonada, e pegue a assinatura dela, com a ajuda da inclusão digital, do computador, e coloque aquela assinatura ali. Até provar que aquela assinatura é falsa, quanta coisa já não aconteceu no seio daquela família. É um perigo realmente, e é o que tem acontecido. Os verdadeiros bandidos estão se escondendo atrás da tecnologia para promover esse tipo de acusação, para fazer política e para se perpetuar no Governo, quando assumem a sua direção. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Concluo, agradecendo ao Senador João Batista Motta pelo aparte e dizendo exatamente isso: foi uma coisa séria terem roubado o cheque de V. Ex^a. Eu ia pilheriar e percebi que talvez não fosse conveniente: cuidado com esse pessoal que vem, depois, na CPI. De repente, V. Ex^a esquece o cheque um minuto ali, e não tem sido pouca a leva de batedores de carteira que têm comparecido ao Parlamento. Não deixa de ser, de certa forma, uma necessidade, e uma necessidade constrangedora, para a Casa, pela obrigação de convivemos com esse tipo de gente.

Encerro, referindo-me ainda a um episódio dessa tentativa minha de ser lógico em relação ao que está posto aí. Esse é um raciocínio que me foi passado por uma pessoa do Governo, em cuja honradez acredito. Tem muita gente honrada neste Governo. Essa pessoa me disse assim: “Puxa, mas então esse Dimas, se tivesse que ser chantagista ou o que fosse, iria a cartório autenticar a prova de que ele é chantagista?” Ele iria a cartório autenticar e dizer: “Olha, eu, Fulano de tal, estou praticando chantagem contra Beltrano, Sicrano, Fulano, Fulano e Fulano.”?

São vários fatos que me levam a concluir que tem um certo estratagemas aí posto, uma certa cilada na qual não devem cair as forças independentes deste Parlamento.

Há uma tendência, o Governo adora essa coisa de “eu não presto e você também não”, adora essa coisa de dizer assim. Hoje eu li, e li com bastante preocupação, e é até preciso colocar os pingos nos is. Então, sempre essa mania. “Ah, tem acordão. Então não vem Duda” – é claro que Duda vai ter de vir à CPI – “e não vem Dimas”, como se fosse cada um protegendo o seu. Não tem nada disso não.

Acredito que nesse episódio de Furnas, na lista de Furnas, há uma preliminar, Senador Heráclito Fortes, há uma preliminar. A preliminar é saber se o documento é falso ou não. Porque senão alguém faz outro amanhã, envolvendo o Presidente Lula, envolvendo pessoas de sua família e tem de chamar aqui. Não é assim. Não é assim. Saber se é falso ou não. E quem está devendo agilidade agora, devendo firmeza e devendo isenção neste momento é o Ministro da Justiça, que tem de ser instado a se pronunciar sobre esse fato, com rapidez, com presteza e com honradez. Se há indícios efetivos de veracidade dessa lista, aí chama todo mundo, e, portanto, eu não me oporia à convocação de ninguém.

Quero dizer que é muito fácil alguém fazer o mesmo com o Presidente Lula, com a esposa dele, com os filhos dele. É muito fácil fazer. E aí vai ter de chamar esse pessoal todo para vir aqui? Não. Então, vamos separar as coisas. Há um documento que, se fosse verdadeiro, seria grave, com toda a pinta de ser falso e com toda a minha crença de que ele é falso.

De um lado, um marqueteiro que a revista *Veja* diz e endosso, um marqueteiro bandido, Duda Mendonça, que deixou de ser marqueteiro para se juntar com este Governo e desviar dinheiro público para fins que não eram só eleitorais. Com mais conta no exterior e mentindo, mentindo e mentindo; vinculado ao Sr. Valério, vinculado a este Governo, enfim, milhões e milhões de dólares remetidos para o exterior. Esse precisa vir logo à CPI, não tem o que se duvidar mais. Ou alguém duvida da necessidade ou da veracidade das acusações que se fazem contra o Sr. Duda Mendonça? Alguém duvida do seu conluio com a máquina de Governo que está posta aí? Isto é uma coisa.

Do outro lado, não vamos colocar pesos diferentes na mesma balança, imaginando que vamos obter resultados iguais. Não vamos. Ou a lista de Furnas é verdadeira – e é gravíssimo – e tem de mostrar os originais. A Polícia Federal tem de ir fundo nesse episódio. A Polícia Federal tem de ir fundo nesse episódio, por ordem do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Se não é verdadeiro, o Governo tem uma saída: entregar a cabeça de possíveis parlamentares seus envolvidos nisso. Logo, se a lista não é verdadeira, o Governo tem uma saída, a saída da dignidade que o PT conseguiu reunir no passado ao não embarcar naquela história do tal dossiê Cayman. A meu ver, nós estamos diante de um novo dossiê Cayman. Se não saírem disso, vão se afundar no lodo da calúnia, da falsificação e da fraude.

Portanto, Sr^a Presidente, agradecendo muito a V. Ex^a, peço, ainda, que conste dos *Anais* o pronunciamento em que eu critico essa pexotada da política externa brasileira, sobretudo da política econômica externa do Governo Lula. Refiro-me a esse acordo de salvaguardas com a Argentina, um prêmio à indústria ineficiente da Argentina e uma jogada política estúpida do Presidente Lula, que prejudica o País, prejudica os empresários, prejudica esforço exportador brasileiro e não garante, de jeito algum, o Mercosul, zona destinada ao livre comércio e que passa a deixar de ser uma zona de livre comércio na medida em que o protecionismo fica instalado lá. Então, o espírito do Coronel Hugo Chávez já está funcionando, o de Néstor Kirchner já está por aí. A Argentina vai dar problemas brevemente com uma inflação de dois dígitos e uma economia sem fundamentos sólidos. Mas eu estou impressionado.

Eu peço que se inclua nos *Anais* o editorial de hoje de *O Estado de S. Paulo*: “O Brasil entregou o jogo”. Na verdade, o Brasil fez feio, foi um fiasco muito grande. E a seguinte matéria, também de *O Estado de S. Paulo*: “Acordo com a Argentina esconde divisão entre Furlan e Amorim”.

Soube que o nosso Ministro Celso Amorim está chamando o Presidente de guia, nosso guia. Antigamente havia supostos marxistas que nunca leram Marx no País, nunca leram, nunca; não entendem nada de econo-

mia, vai ler o que, um denso sobre economia? E chamavam o Stalin de “guia genial dos povos”. Ditador nojento, assassino, vulgar.

Peço que entre também o editorial “O Golpe no Mercosul”. Agora me chega aqui, pela assessoria, *O Tempo*, de Minas, com a seguinte matéria: “Autoria compromete credibilidade do dossiê de Furnas”. Meu Deus, tem gente do PT no meio – estou usando uns óculos emprestado do Senador Teotonio Vilela enquanto o meu fica pronto. Vou ter que usar os óculos do Senador Teotonio.

Diz a matéria “Autoria compromete credibilidade do dossiê Furnas”:

Dois mineiros estão por trás da divulgação da explosiva lista de beneficiários de caixa dois de Furnas nas eleições de 2002. Um deles, o desempregado Nilton Monteiro, responde a quatro processos por falsificação de documentos. O outro, o militante petista Luiz Fernando Carceroni, ocupa cargo na Prefeitura de Belo Horizonte.

Carceroni, carcerário; Carceroni, o negócio está ficando bom, o nome já sugere, mexeu no sufixo já põe na cadeia, que ocupa cargo na Prefeitura de Belo Horizonte.

O Prefeito, que é tão cordial, deveria já começar a olhar pelo Sr. “Carcerário”, pelo Sr. Carceroni.

Peço também que vá para os *Anais* matéria do Sr. Hédio Ferreira Júnior, jornal *O Tempo*, “Autoria desqualifica a veracidade do dossiê”. Só não gostei dele dizer que é um desempregado porque tem muita gente desempregada que mantém a sua honradez, vive dos seus biscates com honradez. Não é desempregado esse Sr. Nilton. Ele pode ser falsário, lobista, mas desempregado não é, porque está empregado. Espero eu que não na máquina pública por trás, espero eu que não na máquina pública tipo caixa dois, não por trás.

Mas, muito bem, estão começando a aparecer aqui as coisas. Neste país, ninguém escapa mais dos olhos da imprensa, ninguém escapa mais da verdade final. Se for chantagem, vai ser desmoralizada porque o tempo é muito grande pela frente. Se for eleitoreira, vai ser desmoralizada porque, afinal de contas, tem muito tempo para a eleição. Então, só há uma alternativa para essa gente, é ser verdadeira a lista. Se não for, vão pagar muito caro.

Aqui, o jornalista Sérgio Gobetti, de *O Estado de S. Paulo*, informa que “Internet indica que denúncias saíram do PT, diz oposição”:

O *site* que hospedava a lista de Furnas, contendo o nome dos políticos do PSDB que teriam recebido dinheiro de caixa 2, mantém *link* com um *blog* de simpatizantes do PT chamado “Os Amigos do Presidente Lula”.

Vai ver que o Delúbio está organizando esse *blog*, está sem ter o que fazer agora. Necessidade ele não tem.

Vou fazer outra pergunta, Sr^a Presidente: de que vive o Sr. José Dirceu mesmo, aquele ícone da Esquerda brasileira, o único sobrevivente da Colina? Todo mundo mais morreu, menos ele. Graças a Deus que não foi torturado, mas todo mundo mais foi. Guerrilheiro que nunca deu um tiro em ninguém, de que vive o Sr. José Dirceu, já que estão falando de chantagem?

O *Correio Braziliense*, de hoje, em matéria “Perfil de um falsário”, menciona o Nilton Antônio Monteiro... Está ficando bom, está ficando quente. Graças a Deus, está indo bem.

Vamos falar agora do Sr. José Dirceu um pouquinho. O Sr. José Dirceu deveria ser um homem pobre, não tem como não ser. Está por aí. Não estou me referindo ao que é um direito dele, que é o mau gosto literário dele ser acompanhado por Paulo Coelho. Consegui não gostar e nunca li uma linha do Paulo Coelho. Mas o fato é que é uma vida de *movie star*: França, Vale do Loire, e Argentina. Daqui a pouco, está no Fórum Social de Caracas. Não está podendo alegar motivos oficiais. Não está viajando com diárias, nem passagens.

Uma revista da responsabilidade da *IstoÉ Dinheiro* publicou – ainda há pouco estava nas mãos do Senador Antero Paes de Barros – matéria dizendo que ele comprou uma Harley Davidson. Agora é o Peter Fonda. Harley Davidson, está lá: *Easy Rider*. Tem de pegar os cabelos que sobraram, deixar crescer, amarrar lá um rabo de cavalo. Parece que custa 90 mil a moto. Virou motoqueiro, até aí tudo bem. O Senador Teotônio Vilela é motoqueiro, mas pode pagar e explicar como paga a moto dele. Eu quero saber. Estamos falando de desempregado. O Sr. José Dirceu recebeu, segundo dizem, cem mil reais por um livro que – já li – talvez não saia.

Estou falando para jornalistas que dependem do seu trabalho para viver, estou falando para parlamentares, estou falando para funcionários da Casa, estou falando para o País. O que faz alguém que ficou desempregado, como ficou o Sr. José Dirceu, cassado por corrupção; o que faz alguém que recebe, por suas memórias num livro, o adiantamento de cem mil reais? Primeiro, a moto custa noventa mil reais. Se é verdade, sobraram dez mil reais. Viaja para cá, para acolá, ou poupa o dinheiro, chega para a sua família e diz: tenho tanto, vou viver tantos meses com esse dinheiro, até conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Não sai esbanjando. Primeiro questionamento.

O segundo questionamento é: esses cem mil reais dão para tudo isso? Compra moto, viaja para não sei onde, ou estão pagando para ele? Que

história é essa? Está desempregado, ganhou cem mil, nem aquela água de coco que o jornal publicou que ele estava bebendo no Rio de Janeiro, ele deveria pagar. Está estranho, tem de explicar do que vive o Sr. José Dirceu, do que vive o Sr. Delúbio Soares. Está vivendo de que agora? O PT não pode estar dando dinheiro para ele, não deveria estar dando. De que vive o Sr. Delúbio Soares? De que vive aquele do Land Rover, o Sr. Sílvio Pereira? Aliás, já devolveu o carro? De que vive o Sr. Sílvio Pereira, pelo amor de Deus? Expliquem-me! De que vive o Sr. Sílvio Pereira?

As casas têm que ter geladeira, fogão, as pessoas têm de comer. Como está botando comida à mesa? Ou é uma rede brutal de “acumplicamento”? O silêncio de muitos sendo pago pelo benefício dos que não são vítimas, não são alvos das denúncias que poderiam saber, daqueles que estão pagando diretamente. Fiz uma frase péssima. Formulei muito mal. Vou reformular melhor: estão vivendo de quê? Expliquem-me. São homens públicos. Estou pedindo aos homens públicos que me expliquem do que estão vivendo? Ou será que estão vivendo do silêncio? Ou estão vivendo de não denunciarem? De não dizer o que sabem? Estamos nós vivendo uma situação de *ommerta*, de lei do silêncio, de máfia siciliana, de máfia colombiana ou de máfia de qualquer sorte?

Sr^a Presidente, de que vive essa gente, Senador Motta? Não tem função, não tem renda? De que vive essa gente? Não lemos nenhuma notícia de que algum deles caiu desmaiado nas ruas porque não está comendo.

Já começa a aparecer. Foram mexer com forças terríveis. A bola começa a passar para eles.

Volto a dizer, ao encerrar, agradecendo muito a compreensão de V. Ex^a, Sr^a Presidente: há duas alternativas. Ou a lista é verdadeira – e é gravíssima –, e eu não creio nisso, é gravíssima se for verdadeira, é uma hecatombe, e não acredito nisso. Ou a lista é verdadeira, e este Governo tem algum tempo para se explicar, ou o Ministro Márcio Thomaz Bastos apresenta todos os culpados, diretos e indiretos, os autores intelectuais e os braços armados dessa fraude monstruosa, sob pena de ele envolver o Governo Lula, que está todo enlameado de corrupção, em algo que daqui para frente só faz crescer. A corrupção não apaga. Então, daqui para frente, é em cima, em cima, em cima. Cada vez vai se somando. É um efeito multiplicador brutal. É a teoria dos círculos concêntricos: joga-se no lago uma pedrinha e forma-se um círculo, outro círculo, outro círculo, até determinado limite, determinado momento. Só que este Governo não tem limite para os círculos concêntricos do mal que ele descreve. Este Governo apresenta os culpados de tudo isso e dá uma satisfação das pessoas envolvidas nessa lista ou ele prova, pela Polícia Federal, que esse documento é verdadeiro. Se o documento é verdadeiro, virei aqui para me referir com desrespeito a cada

membro que nela figura. E não creio nisso. Se este documento é falso, não pode ficar assim. O deputado Beltrano se ajoelha, o senador Beltrano ou a senadora Beltrana dizem que não tem nada com isso, não-sei-quê e se ajoelham também, e fica assim.

O Senador Heráclito Fortes disse muito bem, repetindo o Dr. Ulysses Guimarães: a capacidade de radiação da difamação é muito maior do que a do desmentido. Mas o Governo tem duas alternativas: ou prova a veracidade disso – eu o estou desafiando, eu quero a verdade, não quero outra coisa a não ser a verdade – ou ele entrega os culpados logo, sob pena de eu achar que o Ministro é bibelô, sob pena de eu achar que o Ministro é inútil, sob pena de eu achar que o Ministro é faccioso, sob pena de eu achar que este Governo não tem o menor pudor e a menor vergonha na face e que se vale de todos os estratagemas para se manter ao lado do cofre, para se manter ali com a possibilidade de assinar os decretos, os projetos e as medidas de corrupção deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

CABE AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ESCLARECER A “LISTA DE FURNAS”

6-2-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente do que tem acontecido no Governo, com o Governo, no PT e com o PT, gosto das coisas muito claras. A revista *Veja*, por exemplo, traz nesta semana mais uma matéria – cada dia vai ficando mais banal, ninguém liga mais.

A última do PT

Partido desviou 400. 000 de dinheiro público para pagar dívida de empresa privada.

Aqui diz que três petistas, João Machado Borges Neto, Rui Falcão e José Américo Dias, os dois últimos auxiliares de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo – Rui Falcão, como Secretário de Governo – pegaram dinheiro do contribuinte que estava no Fundo Partidário e receberam 400 mil para quitar empréstimo de uma empresa deles. A partir de um débito que um ex-funcionário da editora gerou para eles. O Sr. Paulo Mauro Soldano entrou na Justiça com uma reclamação trabalhista, alegando que havia sido caloteado por essa gente.

Então, dinheiro público vira agora uma forma de o PT pagar empréstimos de empresas privadas.

Como, na verdade, o comportamento é diferente, volto à tal lista de Furnas. Não tem por que não falar. Não tem por que silenciar. Não tem por que fingir que não viu. Meu filho de 14 anos é muito irônico. Então, eu disse-lhe: meu filho, onde está aquele DVD que ficamos de ver, a última pessoa que o viu foi você. Onde está o DVD, que havia sumido da minha casa? Ele respondeu: “Papai, estou que nem o Presidente Lula, não vi, não sei, não conheço”. Enfim, não sabe de nada. Mas, eu sei.

O jornalista Fernando Rodrigues, conhecido pela sua acidez, embora cordial e educado no trato pessoal, no dia 4 último, publicou artigo na *Folha de S.Paulo* que é simplesmente arrasador, em relação a essa fraude que é a lista de Furnas.

Diz ele:

...é cheio de erros factuais, tem inconsistências técnicas (mesmo para uma fotocópia) e só poderá ter a sua veracidade avaliada um dia se o original aparecer – o que hoje é uma aposta incerta.”

Mais adiante, diz Fernando Rodrigues:

São supostamente fotocópias de uma fotocópia que havia sido tirada e autenticada em cartório, no Rio de Janeiro, a partir de um documento original. Está à disposição na internet desde o final do ano passado, em *sites* de pessoas que são simpatizantes do PT.

Continua Fernando Rodrigues, mais adiante:

Dimas já emitiu nota e nega o conteúdo e a autoria do documento – sua assinatura está no papel, com a autenticação “por semelhança” obtida em cartório. Embora o papel seja de 2002, a autenticação que consta para a assinatura do ex-diretor de Furnas foi obtida num cartório do Rio só em 5 de agosto do ano passado.

Então, o documento é supostamente de 2000(?) com autenticação apenas de 2005.

Ainda diz Fernando Rodrigues:

As fotocópias disponíveis na internet são derivadas parcialmente de uma iniciativa do professor aposentado Luiz Fernando Carceroni, 58, de Minas Gerais. Ele é filiado ao PT desde 1980, quando ajudou a fundar a seção mineira da sigla.

Isso está me cheirando a dossiê Caymann, com PT pelo meio, com parlamentares do PT pelo meio! Isso aqui vai acabar dando Comissão de Ética e cassação de gente sem caráter!

Fernando Rodrigues continua:

Segundo o petista, que vive em Belo Horizonte, o Deputado Rogério Correia” – outro petista “teria recebido a fotocópia de Nilton Monteiro, um lobista que seria o detentor do suposto documento original. Monteiro não admite em público ter esse papel em seu poder.

Rogério Correia, 47, segundo vice-presidente da Assembleia mineira, confirma a história. “Vi o original em novembro. O Nilton me mostrou”, diz. Qual era a cor da suposta assinatura de Djalma Toledo no original? “Difícil lembrar”, responde o Deputado.

Ao ver o papel dito original, foi possível notar se a assinatura estava escrita a caneta, deixando marcas no papel, ou se poderia ter sido impressa eletronicamente? “Não posso afirmar nada sobre isso também. Seria necessário periciar”, responde Correia. Onde está o original?

Aí responde o fofoqueiro lá do PT:

O Nilton diz que não tem mais. Diz que deu para um advogado que já morreu.

Quer dizer, o original não aparece porque o advogado morreu, lobista pelo meio... uma nojeira! Uma nojeira verdadeira!

Depois, diz ainda Fernando Rodrigues:

Nesta semana, começou a circular na internet uma versão da primeira página da “lista de Furnas”, diferente da que vinha sendo divulgada. O nome de um dos políticos foi substituído. Em seu lugar, aparece escrito “Tio Patinhas”.

Em sendo feito por essa gente, deveriam escrever “Curin-ga”, aquele do Batman, o personagem de história de revista em quadrinhos.

Diz Fernando Rodrigues com muita sabedoria, com muito equilíbrio, mostrando a sua maturidade, a maturidade que atingiu:

Com os recursos disponíveis em informática, é possível alterar totalmente os papéis e imprimir novas cópias. Como são fotocópias, não há como provar qual foi o primeiro a ser montado.

Mesmo que exista um original que tenha dado origem à autenticidade das fotocópias – até porque um cartório no Rio atestou nesta semana ser verdadeiro o selo que está na cópia –, nada impede que o original também tenha sido montado.

Mais adiante diz Fernando Rodrigues:

Como o original não está disponível, não é possível dizer se a assinatura ali impressa é fruto de uma montagem, ou se foi mesmo produzida pela mão de Toledo.

Uma coisa terrível:

O Corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP – PI), está na “lista de Furnas”. Nega ter recebido dinheiro do suposto esquema.

Ele é colocado lá pelos fraudadores como Deputado de Pernambuco e ele é Deputado do Piauí.

Muito bem. Peço que os constem dos *Anais* essas peças que honram o jornalismo, do jornalista Fernando Rodrigues.

Cito também o jornal *Estado de Minas*. Jornalista que conhece bem a questão mineira sabe lá quem é chantagista, sabe quem é honesto. Os jornalistas de lá sabem quem presta e quem não presta.

O SR. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a. Na verdade, essa lista está eivada de erros, inclusive usa expressões que na época nem se usava, era essa tal expressão de contabilidade que foi inventada por Delúbio. Essa lista, teoricamente, seria uma lista anterior ao Sr. Delúbio, ou às denúncias do Sr. Delúbio. Essa é uma maneira de fazer uma manobra diversionista para realmente tirar as CPI, tirar a mídia, tirar a Oposição do trabalho de descobrir aquilo que está comprovadamente errado. Então, não devemos dar atenção a essa lista, assim como a mídia praticamente não está. Devemos, como tudo, investigar, mas já sabendo que é uma lista falsa, feita para tirar benefícios políticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Acrescento ao seu aparte artigo de hoje do Sr. Batista Chagas de Almeida, do jornal *Estado de Minas*, dizendo: o que eles tentam é “puxar todo mundo para a vala comum da corrupção, tendo ou não culpa no cartório. É uma operação de guerra que passa da teoria à prática no próprio Palácio do Planalto”.

Vai virando senso comum. É dossiê Cayman, só que com gente do Palácio dentro. E continua:

E o mais grave é que partiu do Palácio do Planalto a determinação para a Polícia Federal investigar, correr atrás, caçar a qualquer custo o original da tal lista.

Ai já é o Presidente Lula, desesperado, com essa mania dele, histérica, de reeleição.

No jornal *Correio Braziliense* de hoje – e peço que tudo vá para os Anais, Sr^a Presidente –, Nilton Monteiro, diz assim: “Processo de estelionato, falsificação, perfil de um falsário”. E aí traça o currículo do rapaz.

Depois, temos a revista *Época* também dizendo que há vários indícios de que a lista seja uma falsificação.

Muito bem, Senador José Jorge, no papel aparece a expressão “recursos não-contabilizados”, o pessoal falava “caixa dois” antes. Essa expressão é o Delúbio, cheio de *habeas corpus*; *habeas corpus* de um lado, *habeas corpus* de outro, sentado em *habeas corpus*, um outro na cabeça, com o maior medo de falar a verdade, mafioso, que não queria entregar as pessoas verdadeiramente culpadas por esses problemas todos. E lá estava o bochechudo cheio de *habeas corpus*. Ele é que inventou isso. Então, o Sr. Delúbio devia estar no meio ou gente próxima dele ou gente acima dele. Não sei bem.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha)

Tenho mais cinco minutos, Sr^a Presidente. Tenho mais cinco minutos, este um minuto e mais cinco.

Quero louvar aqui a jornalista Tereza Cruvinel porque, contrariando alguns outros jornalistas, uns poucos, ela hoje não fala, depois não falou no assunto e quando falou no assunto falou para condenar a seriedade da lista, dizer que não acreditava na lista.

Louvo também o jornalista Irimar Franco, que foi o primeiro a noticiar essa tal lista, mas depois não tocou mais no assunto. Não tocou porque ele não acredita mesmo na veracidade da lista. Talvez fizesse melhor se desmentisse, dizendo assim: olha, realmente me passaram gato por lebre.

Quero pedir que vá para os *Anais* ainda “Política do Lixo”, de Antônio Machado, um jornalista econômico do melhor nível do *Correio Braziliense*, que diz mais – este é um aviso aos navegantes:

Suposta “lista de Furnas”, com doações de empresas a políticos, pode virar-se contra quem quer beneficiar.

Aí diz uma coisa com que concordo. Ela não registra uma única alma do PT e digo que eu não acredito em lista de corrupção hoje em dia que não tenha PT no meio. O PT já estava eleito, a voracidade era goeluda, era uma bocarra, uma fome pantagruélica por dinheiro público. Como é que o Sr. Dimas, se ele é interesseiro, se ele quer ficar em Furnas, se ele ficou em Furnas, se o Lula já estava eleito, como é então que não tem ninguém do PT nessa tal lista?

Mas, muito bem! Eu quero registrar ainda que o Sr. Veloso Lucas nem candidato foi. Aqui no *Correio Braziliense* consta um outro cidadão que nem candidato foi. Colocaram nomes de pessoas já com o cargo que o sujeito supostamente ocuparia hoje e na época não. Era uma coisa e a colocaram com o nome de outra.

Em outras palavras, temos de começar a traçar diferenças para não cair nessa vala comum de que é todo mundo igual mesmo, de que está todo mundo ali, ou seja, essa história do não viu, não soube, não fez, não é com a gente, não.

Voltei ao assunto e volto ainda hoje se for preciso e voltarei ao assunto mil vezes, até que isso se desmoralize completamente, porque o que quero já não é ficar provando a mentira dessa lista; não quero seguir provando a fraude em relação a essa lista. Quero prender os fraudadores, quero punir os fraudadores se eles tiverem cúmplices parlamentares, quero cassar o mandato dos parlamentares que possam ter dos seus gabinetes – e parece que isso houve – expedido essa lista para fazer uma tentativa de difamação de adversários seus.

É por isso que eu estou voltando ao assunto. Volto ao assunto como quem acredita piamente que há alternativas: ou essa lista seria verdadeira – e seria uma monstruosidade verdadeira, à altura da república delubiana que Lula implantou no País –, ou essa lista é monstruosamente falsa e nós não vamos nos dar por satisfeitos de, meramente, desmoralizarmos a lista. Nós vamos querer a punição de todos aqueles que se portaram de maneira

delinqüente. Delinqüente tem de ser punido! Delinqüente tem de ser posto na cadeia, e se o delinqüente é parlamentar, tem de ser processado e casado no Conselho de Ética. Não dá para se conviver com isso! Não vamos aceitar o Plano Cohen, que serviu para Getúlio Vargas implantar uma ditadura no País. Não vamos aceitar um novo dossiê Cayman! Nós queremos a verdade, pura e simplesmente.

Estou estranhando o silêncio do Ministro Márcio Thomaz Bastos. O Ministro Thomaz Bastos até agora não falou nada. Ele não vai fazer da Polícia Federal uma polícia política. Não vai virar Tonton Macoutes do Presidente Lula a Polícia Federal, que é feita para proteger o Estado brasileiro. Não é polícia tipo Tonton Macoutes para proteger os dois ditadores, o velho, Papa Doc, e seu filho Baby Doc, do Haiti de antes. Não é! Não é polícia política a Polícia Federal do Presidente Lula. Este é um regime democrático e nós não toleraremos isso.

Estou aguardando o pronunciamento altaneiro do Sr. Márcio Thomaz Bastos. Que ele saiba que nós estamos de olho em tudo que se refira às atividades da Polícia Federal, em tudo que se refira às ordens passadas à Polícia Federal. Não instalarão neste País um regime policialesco e não tentarão convencer, pela teoria – para usar uma linguagem que deve ser bem a linguagem do Palácio – do “ninguém prestamos” – não sou eu que estou dizendo. Não vão convencer a sociedade de que não vale a pena se fazer investidas em mudanças, porque pura e simplesmente ninguém mereceria, ninguém teria merecimento.

Volto à tribuna mais tarde como Líder, e penso em voltar tratando desse assunto mais, porque até para mostrar que, enquanto os outros fingem, o Presidente Lula põe chapéu, planta bananeira para não responder às acusações de corrupção que sofre o seu Governo.

Venho aqui para dizer que tenho insistência em ver esse caso esclarecido mesmo. Essa já é uma grande diferença para todo mundo que acha que tudo é farinha do mesmo saco. Não é não! São farinhas de sacos bem diferentes, e uma sem o joio. Queremos deixar isso muito claro.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

DECEPÇÃO COM A CARTA DE PALOCCI

8-2-2006

Sr. Presidente, tenho, na verdade, dois comunicados a fazer à Casa. O primeiro é a decisão tomada pelo PSDB e pelo PFL – não tenho nenhuma

dúvida, Senador Jefferson Péres, de que seremos acompanhados pelo seu bravo PDT e por outros partidos e outros senadores independentes, com assento nesta legislatura. Inicialmente, nas Comissões, não vamos colaborar e, portanto, votaremos contra, e procuraremos obstaculizar a aprovação de quaisquer nomes de interesse do Executivo, para o que for – não tem nada a ver com o Judiciário, é o Executivo apenas –, enquanto o Ministro Márcio Thomaz Bastos não tomar a atitude que deve tomar. Atitude digna, sóbria e, em sendo homem viril, clara em relação a ser falsa ou não ser falsa essa lista falsa de Furnas. O primeiro aviso é esse.

A segunda comunicação, Sr. Presidente, é algo que me dá uma certa dor, porque, lendo a carta que o eminente Ministro Antonio Palocci mandou à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, não me dou por satisfeito com os seus termos. O Ministro faltou com a sinceridade ao dizer que reafirma, integralmente, o que havia dito no depoimento e teria utilizado “os meios disponibilizados pelo PT para comparecer àquele evento político”.

Em seguida, se disse impreciso – impreciso terminologicamente – porque teria afirmado que o PT disponibilizara um avião para o transporte dele e que, inadvertidamente, teria recorrido à expressão “alugou”, sem se apegar à acepção estrita do termo.

E por aí vai. No final, S. Ex^a diz que o Diretório Regional do PT de São Paulo teria emitido nota sobre a referida viagem, com os esclarecimentos pertinentes.

O que a mim interessa é, precisamente, se o Sr. Colnaghi mente e, portanto, recebeu dinheiro do PT para a viagem do Ministro ser realizada, ou se mente meu prezado Ministro Antonio Palocci.

Outros senadores podem se sentir indignados, todos podem, eu um pouco mais do que alguns outros, até porque – devo dizer de maneira frontal para a Casa e para a Nação – fui um dos responsáveis diretos pelo adiamento de sucessivas vindas do Ministro a esta Casa. Nas reuniões com o PFL, nas reuniões intraPSDB, nas reuniões das oposições, o tempo inteiro eu ponderava que o Ministro deveria ser poupado, em razão da normalidade econômica que tem de ser preservada, em função do crédito de confiança que eu, pessoalmente, a ele nunca neguei.

Portanto, se outros estão indignados – ainda há pouco dizia isso ao Senador Antero Paes de Barros –, eu me sinto com mais razão ainda porque ajudei a adiar o depoimento do Ministro, procurei tornar o mais ameno possível tudo que foi a vinda do Ministro a esta Casa, na parte que me tocou, procurando moderar companheiros, procurando chamar outros à responsabilidade em relação à economia. E, de repente, recebo uma carta pífia que não me convence e me decepciona. Esta carta não é a carta de

quem aborda a questão com sinceridade; é carta de alguém que, de certa forma, afrontou a CPI, mas a mim me decepcionou pessoalmente e de maneira grave.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, com muita propriedade, aborda um assunto que nos causa indignação. Sem que pedíssemos, chegou-nos uma carta do Sr. José Roberto Colnaghi, que se disse amigo íntimo do Ministro Antonio Palocci, tanto dito por ele como dito pelo Ministro Palocci. Amigo, amigo dele, amigo que chegava a ponto de emprestar ou dar caronas, essa coisa toda. O Ministro, no depoimento, disse que foi a Ribeirão Preto para um evento político-partidário, no avião do Sr. Colnaghi, em avião conseguido pelo PT e pago pelo PT. O Sr. Colnaghi, sem que ninguém tivesse pedido, manda uma carta, dizendo que ninguém pagou viagem nenhuma e que ele não recebeu dinheiro nenhum. A preocupação que nos cabe, que é de V. Ex^a e minha, é que, se não houve pagamento – e o melhor que pudesse ter acontecido era ter havido pagamento –, criou-se uma dúvida: se não houve pagamento, houve tráfico de influência, ou houve favor antes, ou tem expectativa de favor depois. E há ligações dele com Angola, há perdão de dívida de Angola. Há uma série de ilações. A carta do Sr. Antonio Palocci e a carta do Sr. Colnaghi deixam os dois em maus lençóis e em muito piores lençóis o Governo do Presidente Lula com o depoimento da Sr^a Soraia, que há pouco falou na CPI dos Bingos e, de forma absolutamente sincera, colocou de novo no rol das suspeitas o Sr. Gilberto Carvalho, “mensalão” desde a época das campanhas de Londrina, vinculações de tráfico de influência de toda natureza, gastos vultosos em campanhas eleitorais, que têm que ser objeto de investigações que vão se desdobrando.

(Interrupção no som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento oportuno que faz, que tem a minha absoluta solidariedade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Líder Arthur Virgílio, quero cumprimentar V. Ex^a e agradecer a sua manifestação, porque acho que esta carta do Ministro Palocci é uma desconsideração com o Senado da República. Ainda há pouco a imprensa me perguntava: mas lideranças importantes do seu partido defenderam o Ministro Palocci. Eu disse: devem estar

desapontados, porque o defenderam e ele, com todo o respaldo daqueles que querem bem à economia brasileira, mentiu à CPI. Esse é o ponto um. Ponto dois: o mais grave do depoimento da Sr^a Soraia é o envolvimento de um outro Ministro, o Ministro Paulo Bernardo, que, na minha avaliação, não deve ser chamado à CPI dos Bingos, mas é obrigatória a sua presença na CPI dos Correios. Eu não sou da CPI dos Correios, mas o depoimento hoje da Sr^a Soraia mostra que o Ministro Paulo Bernardo tinha ligações e orientava como o Marcos Valério iria gastar o dinheiro e, mais do que isso, como se operou dinheiro de Itaipu para a campanha de Londrina. Só para explicar a quem está nos ouvindo, uma coincidência de quem não ouviu o depoimento: a diretora de Itaipu é a esposa do Ministro Paulo Bernardo. Este Governo quer, mais uma vez, iludir a opinião pública. O PT ganhou a eleição passada, dizendo que era diferente dos outros, e não era. E agora quer enganar novamente a população, dizendo que é igual aos outros. Também não é. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Eu concludo, Sr. Presidente, dizendo que mais do que a maioria esmagadora dos Senadores desta Casa tem certeza disso.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres, com muita alegria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, conte com a solidariedade do PDT – eu estou no exercício da Liderança nestes dias – quanto a sua proposta de boicotar nomes enquanto o Ministro da Justiça não der explicações convincentes sobre aquela lista, provavelmente fraudulenta. O Ministro Thomaz Bastos tem tido ultimamente um comportamento lamentável, no mínimo ambíguo. Mas veja, Senador Arthur Virgílio: o Ministro Thomaz Bastos, com este comportamento; o Palocci, flagrado em mentira; agora, o Sr. Paulo Bernardo, denunciado de forma convincente pela Sr^a Soraia. Daqui a pouco vai sobrar muito pouco neste Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSBD – AM) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Encerro, dizendo que são dois os pontos: em comissões, as Oposições – agora com o apoio inestimável e valioso do PDT – não concordarão com as votações de quaisquer nomes do Executivo, enquanto o Ministro Márcio Thomaz Bastos não se pronunciar sobre se é falsa ou não a lista falsa de Furnas.

Segundo, registrei a minha decepção pessoal porque, mais do que a maioria esmagadora dos senadores, nunca faltou ao Ministro Palocci a minha ajuda em momentos decisivos de sua trajetória neste Governo. Não faltou a ele a minha solidariedade! Eu digo a minha solidariedade porque ele não era unanimidade no nosso partido; a minha solidariedade porque eu pagava um certo preço para dentro do partido; a minha solidariedade porque eu pagava um certo preço para dentro da Oposição; a minha solidariedade porque eu pagava um certo preço para dentro das bases do meu partido.

Na última vez em que fiz a interpelação amena ao Ministro Palocci, recebi cerca de 200 *e-mails* do País inteiro criticando a minha posição, como se aquilo fosse sinal de algum acordão, e, na verdade, eu me preocupava muito era em preservar os fundamentos de uma economia que, ao meu ver, não deve ser desestabilizada. E não estou aqui, portanto, com a preocupação de desestabilizar a economia. Apenas acho que nossa economia é madura o suficiente para aturar quaisquer percalços. Estou decepcionado, sim, porque esta carta é uma peça de insinceridade. Esta carta não diz coisa alguma. Esta carta, pura e simplesmente, coloca o Ministro Palocci no mesmo pé do Sr. Colnaghi. Infelizmente, estou na dúvida entre acreditar em Palocci e acreditar em Colnaghi. Eu deveria acreditar, claramente, em Palocci e deveria descreditar, claramente, em Colnaghi. Mas não é o que acontece. Ombreou-se com a carta pequena que enviou à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

POR ENQUANTO, ZÉ VIRA ARTICULISTA E DEPOIS, SE LULA SE REELEGER, GANHA ANISTIA

14-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o José Dirceu, quem diria, virou jornalista! Passa a ser articulista do *Jornal do Brasil*, sem nunca ter escrito uma linha sequer. Vai ganhar uma nota preta para escrever o que ninguém vai querer ler: R\$20 mil por mês.

Pergunte-se a um jornalista quem ganha cachê gordo assim?

Pior é que é verdade, está na *Veja* desta semana. Leio a nota do *Radar*:

- Imprensa
- Cachê gordo

O contrato que José Dirceu assinou para ser articulista do *Jornal do Brasil* lhe renderá 20.000 reais por mês. Ele se transforma, assim, mesmo sem nunca ter escrito uma linha, num dos mais bem pagos do país.

Com essa, agora é que ele vai zanzar por aí afora, à la *easy rider*, em sua poderosa Harley Davidson, de incontáveis cilindradas. Já quase que vai dar para justificar o luxo rodante.

E por falar no ex-todo-poderoso chefe da Casa Civil, o Brasil que se cuide: Dirceu *rides again!* Está de volta e opinando forte, dando conselhos aos petistas e suas 26 estrelinhas vermelho-esmaecidas. Esmaecidas de vergonha.

Depois de uma viagem pelo exterior e já, ao que parece, abiscoitando os R\$20 mil por algumas mal-traçadas linhas, Dirceu aterrisou no ninho petista de novo e, como mostra o jornal *Correio Braziliense*, encantou com uma palestra os antigos companheiros. Falou sobretudo dele próprio, contando sua vida tintim por tintim, como enfrentou o processo de cassação e como era respeitado, nos bons tempos, ao dar palpites eleitorais. Ele terá até suspirado: *Ah, que saudades que eu tenho da aurora da minha vida...*

Ele e seus correligionários falaram inclusive no tal livro que, sem ter sido publicado, teria carreado para os bolsos de Dirceu algo em torno de R\$100 mil.

No encontro da semana passada com os petistas, Dirceu teria dito que desistiu da idéia do livro porque não poderia contar o que sabe, criaria problemas para o Governo Lula.

Bonzinho esse escriba! Bonzinho, nada! Tudo traçado e delineado: se vier a ser reeleito, uma hipótese cada vez mais remota, Lula, dizem, vai propor a anistia de Dirceu. Não falta mais nada!

Era o que tinha a dizer.

EM GOIÁS, ERRAR NÃO É HUMANO DELÚBIO, UM DOS METRALHAS PETISTAS, FOI INDICADO

16-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o que está hoje na página 10 do jornal *O Globo* dá bem uma idéia do que são e como agem os mais do que corruptos dirigentes do PT, que roubavam o País à luz do dia. O PT, vale lembrar, é o partido que elegeu o Presidente Lula.

Leio o título da matéria de *O Globo*:

Delúbio é indiciado por apropriação indébita em Goiás.

E lembro ao povo brasileiro: Delúbio é o Delúbio Soares. Ele era o tesoureiro do PT na fase áurea da roubalheira petista. Do PT, sim, o partido de Lula, repito. O partido que roubou e roubou.

Delúbio não foi condenado pelos roubos praticados pelos famosos Irmãos Metralha do PT. Não. Nem ele nem nenhum outro. Ao contrário, Lula passou a mão na cabeça de todos eles, dizendo-lhes: errar é humano, companheiros!

Delúbio foi fisgado pela Justiça em Goiás, como informa o noticiário de *O Globo*, em anexo, para figurar nos *Anais* do Senado da República. Ele foi indiciado pela Polícia Civil de Goiás. A delegada Jane Lobo, da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Administração Pública, enquadrou-o em crime de apropriação indébita de dinheiro público. O mesmo crime praticado pelos outros Metralhas Petistas.

Delúbio, só por ser petista, recebeu salários de professor sem trabalhar. R\$1.020,28, durante cinco anos.

Se Lula tivesse a mesma conduta da Delegada de Goiás, não passaria a mão na cabeça desses Metralhinhas. Mandaria todos eles para a cadeia.

Era o que tinha a dizer.

CONDENAÇÃO DO USO ELEIÇOEIRO DA AUTO-SUFICIÊNCIA

20-2-2006

Sr. Presidente, antes de mais nada, encaminho à Mesa mais três requerimentos. São três Votos de Aplauso, na realidade.

Um deles é a Diana Cristina de Souza, jovem índia brasileira que venceu ontem, em Florianópolis, na praia do Costão do Santinho, um campeonato de surfe.

Isso é algo a se destacar quando se levam em conta as condições, certamente, difíceis que ela teve para chegar a ponto de praticar um esporte que é, de certa forma, muito popular, mas que exige certos meios para nele se começar.

Requeiro também Voto de Aplauso à notável pianista amazonense Jerusa Mustafa, que completa 80 anos de existência com um belíssimo recital em Manaus. Ela é uma figura que encheu minha infância de poesia e de beleza. Portanto, desejo a ela vida longa, sempre tocando o seu belo piano.

Por fim, requeiro Voto de Aplauso ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Leal Velloso, que dirige o Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial. Ele declarou, recentemente, que é difícil entender que há quem prefira dar US\$10 milhões para o “mensalão” do que para lançar um astronauta. Entendo que ele merece um voto de aplauso, até porque, se não houvesse tanta flacidez deste Governo em relação a esse comportamento ético exigido pelo Tenente-Brigadeiro Velloso, talvez não fosse um astronauta só, talvez fossem mais.

Entendo que é sempre bom se condenar o “mensalão”, e o ilustre militar foi muito oportuno.

Mas, Sr. Presidente, vem de Ribeirão Preto, ou simplesmente Ribeirão, como é chamada a boa cidade paulista, que nada tem a ver com esquemas políticos que ali tiveram origem, vem de Ribeirão um desabafo oportuno de um morador da cidade, Paulo S. Cavalcante, que reflete o pensamento de hoje da maioria dos brasileiros.

O que vem de Ribeirão está no Painel dos Leitores, do jornal *Folha de S.Paulo*, a propósito do tema criado pelo PT para o seu jubileu: A volta por cima.

Na verve do leitor de Ribeirão, que é a mesma que pauta o calor da imaginação do povo brasileiro diante do sofrimento, do desencanto e de tantos erros petistas, ele, Paulo Cavalcanti, comenta essa história de dar a volta por cima. Diz Paulo Cavalcanti:

– A volta por cima, no Aerolula, da América, da Ásia, da África;

– A volta por cima das fazendas brasileiras, com o seu gado debilitado e abatido pela febre aftosa;

– Por cima das estradas esburacadas, onde crianças famintas estendem as mãos emagrecidas pela desnutrição, na esperança de receber algum tostão;

– A volta por cima de idosos aposentados, sobrevivendo com um benefício vergonhoso;

– A volta por cima da promessa de que todo trabalhador, em quatro anos, teria direito a pelo menos três refeições diárias.

Lula deveria refletir sobre essas observações que vieram de Ribeirão. É nelas que está o Brasil de verdade, bem diferente do seu Brasil de mentirinha.

É a voz do povo, Sr. Presidente Lula!

Do mesmo modo, Sr. Presidente, está na voz já desesperançada do povo brasileiro mais do que evidências do conchavo e da sem-cerimônia com que o Presidente Lula usa a máquina pública na insensata tentativa de se reeleger.

A *Folha de S.Paulo*, ao noticiar que o Presidente vai usar a marca da Petrobras, começa a matéria com uma introdução e aí o samba deixa de ser de uma nota só. No reino petista são incontáveis, todas desafinadas, as notas, todas elas, as notas, contrárias à moralidade.

Leio o jornal:

Além de se utilizar eleitoralmente dos gastos em publicidade institucional do Governo Federal, o Presidente Lula também deve se beneficiar dos investimentos em propaganda das estatais. A Petrobras, principal alvo do Presidente no quesito, deve lançar em abril uma campanha sobre sua auto-suficiência na produção de petróleo.

E, mais grave, leio o trecho seguinte para que se tenha uma idéia de até aonde vai a desfaçatez do grupelho do Planalto:

Na proposta está prevista até a participação da rede pública de ensino. Serão distribuídas a professores e estudantes de 14 a 18 anos de todo o País cartilhas que trazem explicações com tom nacionalista (eu diria nazi-fascista) sobre a importância de o Brasil, via Petrobras, ser hoje auto-suficiente na produção de petróleo.

Pobre ensino brasileiro! Vai ter de ouvir lulismo dos pés à cabeça...

Só falta agora o Palácio mandar colocar a foto de Lula nas escolas e obrigar os alunos a, de mão no peito, entoar todo dia, antes das aulas, a velha marchinha, adaptada ao tempo petista, aquela musiquinha do “bota o retrato do velho”, que o regime fascista da ditadura Vargas usou para macular o País.

A campanha, que, certamente, não dispensará dísticos nazistóides como esse que Duda Mendonça mandou usar em lugar da bandeira e dos símbolos da Pátria: o tal de “um país de todos”. Para começar, o mesmo Duda será um dos autores da campanha.

Trata-se de uma posição indecorosa do Governo. Acuado pela CPI, desmoralizado pelas contas no exterior, pela evasão de divisas, pelos crimes fiscais, pela sonegação, Duda serve, ainda, para fazer trabalhos para a Petrobras. A impressão que me dá é que ele cobra pelo trabalho. Se não lhe derem o valor combinado, ele abre a boca; se lhe derem, ele se cala. É algo que a mim me constrange.

Muito bem. A Petrobras renovou o contrato com ele, mesmo sabendo de toda suspeição que cerca o seu nome.

Para lembrar, e a *Folha* faz o mesmo, Duda é investigado pela CPI dos Correios e pela Polícia Federal pelo seu envolvimento com o “mensalão”. Ele admitiu ter recebido R\$10,5 milhões do caixa dois do PT em conta no exterior.

E por falar no marqueteiro-mor do “mensalão”, o jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje informa que Clésio Andrade, o dono da Sensus, deu R\$200 mil à empresa de Duda.

Esta matéria e a outra, da Petropropaganda, estão anexadas a este pronunciamento, para que constem dos *Anais* do Senado da República e, assim, o historiador do amanhã possa ter elementos para avaliar o que terá sido o grande desastre chamado Governo Lula.

Sr. Presidente, tenho ainda alguns comentários a fazer. Um deles é a respeito do artigo, que encaminho aos *Anais*, do jornalista André Petry, da revista *Veja*, em que ele mostra algo que a mim me chamou profundamente a atenção. Ele diz que era um quadro surrealista porque o Lula de hoje não é o de antes, se elegeu, tanto quanto quando perdeu, cercado pelo respeito dos brasileiros. Hoje imagino que não se elegerá, mas, em qualquer circunstância, não desfruta do respeito dos cidadãos brasileiros.

Do mesmo modo o PT. O PT, que era o partido palmatória do mundo, é, depois de tantos escândalos e tantos escapismos, uma realidade esfacelada, que não consegue erguer a cabeça e que vive de pequenas festas. Aquela cena foi deprimente: os cassáveis todos numa mesa puxando o coro. Eles simplesmente imaginam que a propaganda faça história e vai fazer o povo brasileiro esquecer tudo o que tem cercado de escândalos e de opróbrio a vida pública brasileira a partir da iniciativa deles.

Diz mais André Petry: “Nem o regime militar conseguiu dar um golpe nas esquerdas brasileiras tão fundo quanto o PT, Lula e a desmoralização que hoje o cerca”. Isso foi pior do que tudo, pior do que o cárcere, pior do que o DOI-Codi, pior do que tudo. Simplesmente, jamais, houve um golpe tão duro, nada comparável ao desfechado por Getúlio Vargas no momento da ditadura ou ao desfechado pelo AI-5 no momento do recrudescimento da ditadura militar de 1964. Jamais houve algo

tão duro contra as esquerdas brasileiras quanto o Governo Lula e o nível de desmoralização a que ele submete o seu Governo e os padrões da vida pública brasileira.

Por isso eu digo que já não sei quem é Lula. Não sei mais quem ele é. Não consegue responder a uma acusação. Sai atrás do *marketing* e se estriba no cinismo com que enfrenta as acusações. Aliás, ele não as enfrenta; rodeia, faz um círculo em torno das acusações, sem respondê-las.

Não deixarei de falar sobre o outro episódio, mas falarei com imensa sobriedade, pois sou muito avesso a envolver quaisquer temas que digam respeito a familiares do Presidente ou de adversários meus. Não posso deixar de discutir esse episódio Telemar, de maneira sóbria e sem emitir por enquanto nenhum juízo de valor, estranhando bastante o noticiário e a falta de respostas. Estou aguardando um pronunciamento da empresa, da Gamecorp, um pronunciamento claro, explicando, desmentindo, posicionando-se. Depois disso, eu próprio virei a me posicionar, porque entendo que devo isso à minha própria consciência, que não se apazigua se eu imaginar que estou fazendo injustiça em relação a filho ou parente próximo de algum adversário meu. Entendo que o montante de dinheiro é grande, as circunstâncias são obscuras e é preciso que a empresa venha à luz com clareza, uma vez que ela deve essa explicação à sociedade brasileira; e explique com clareza, com nitidez, ponto por ponto, a posição dela própria diante dessas denúncias todas que povoaram as publicações brasileiras no final de semana, com muita ênfase para a revista *Época* e seu *site* e com uma suíte muito expressiva dada pelos jornais e por todas as revistas.

Está na hora, portanto, de a empresa falar. Não dá para não falar. Eu preferiria que não tivesse acontecido nada disso e preferiria não ter sido eu próprio obrigado a falar sobre esse tema aqui. Mas estou falando, estou cobrando as explicações. Não dá para dizer que o respeito pela família do Presidente é tanto que nem explicações eu cobro. Aí, não; eu estaria exagerando e desrespeitando o Erário público. Eu talvez estivesse desrespeitando os padrões de exigência de uma sociedade que não convive mais com tanta dúvida, com tanto fato opaco e com tanto fato obscuro.

Portanto, Sr. Presidente, imagino que os interessados e os atingidos haverão de responder e espero que de maneira altaneira, clara, porque a dúvida está corroendo mais e mais a posição dos que direta ou indiretamente se envolveram nesse episódio, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

ABUSO DE LULA É UM DESPUDOR E UM CRIME ELEITORAL IMPUNE

22-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o noticiário dos jornais, tão rápido quanto as aeroluladas, informa que o Presidente Lula, em sua mais recente perambulagem ao Nordeste, mandou um recado para o PSDB. Ele pede tempo e diz que é para governar. Não é. É para continuar sua atual predileção, que é piruetar.

O País comemora este ano o cinquentenário da obra clássica de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*. O consagrado autor que, em *Sagarana*, traz uma frase apropriada para essa fase lulista de piruetação:

“...piruetava, com risco de cair, conforme dava todos os vivas.”

Haja vivas! É o retrato do Presidente que temos. O Presidente que usa e abusa do dinheiro público para fazer sua campanha de pretensa reeleição.

Já não é Guimarães. Nem sou eu a dizer. Passo a palavra à imprensa, hoje uma força superior e vigilante a denunciar desmandos petistas: Diz o jornal *O Estado de S. Paulo*:

Já dura há tanto tempo o itinerante carnaval reeleitoral do presidente Lula que, à primeira vista, pouco haveria a acrescentar aos desfiles programados para esta semana de baixos teores produtivos que antecede a celebração brasileira por excelência.

É esse carnavalesco que vem desavergonhadamente e “pede tempo” para governar. E mais, anuncia que tem muita coisa boa para acontecer para o povo brasileiro.

– Tempo, Presidente, que tempo? Todo o tempo já lhe foi dado. Lembra-se de que tudo começou há três anos? Foi-lhe dada posse para que o Governo governasse.

Se não bastasse o malogro de seu pretenso modelo administrativo, achincalhou a “elite” e disse, no Nordeste, que seu governo está fazendo história.

Em primeiro lugar, elite é o próprio Governo, ao menos uma parte da elite é composta pelo Presidente, pelos ministros, pelas autoridades setoriais e outros.

Elite, Presidente, é, pela definição do *Aurélio*, “o que há de melhor numa sociedade.” E vocês não vivem cantando loas, dizendo que são os melhores?

Portanto, corrija seu fraco vernáculo e saiba que, ao contrário do que está em seu cansativo e monótono discurso, não são aqueles que o antecederam no Palácio do Planalto.

Como é carnaval e Lula segue piruetando em sua cômica e itinerante encenação carnavalesca reeleitoral, não custa lembrar a marchinha de um velho carnaval, a famosa história da maçã.

“A história da maçã é pura fantasia.” A que Lula diz estar escrevendo também. Também e principalmente. Pura fantasia.

Hoje, é preciso dizer com todas as letras, o Brasil tem um arremedo de Presidente, que o editorial que acabo de mencionar o denuncia como praticante de crime eleitoral. Assim está escrito:

Seria patético se não fosse um despudor – e um crime eleitoral impune.

O jornal refere-se ao itinerante carnaval reeleitoral de Lula.

Só falta ele se vestir de pierrô e sair por aí, para continuar a fazer o de que mais gosta: flunar. E o carnaval carioca que se cuide, está ameaçado de perder o brilho diante da pré-estréia de Lula.

Leio mais, bem a propósito:

...pouco haveria a acrescentar aos desfiles programados para esta semana de baixos teores produtivos que antecede a celebração brasileira por excelência.

E agora? Vai o Berzoini processar o jornal?

Os petistas são cheios de falso pudor. Tudo fingimento. E, a qualquer observação sobre a conduta do Governo e do PT, o que é normal, legítimo e constitucional na nossa democracia, lá vêm eles com sete pedras, anunciando mil e um processos.

Processe o povo, Berzoini! É só ouvir o que falam nas ruas, em todo lugar, até em *shows* como o do Bono, em que, a uma mera citação do nome Lula, desce vaia!

Processe o povo, Berzoini!

Ainda há pouco, pelo rádio, ouvi a opinião popular sobre a falta de autoridade do Governo diante da crescente majoração do preço do álcool-combustível.

Diz lá o cidadão de Mandaguari, no Paraná:

O Governo faz acordo com usineiros, eles não dão bola e o Governo fica sem ação. Aliás, não completamente. Arranja um jeito de diminuir o percentual do álcool na gasolina e a gasolina vai subir de preço.

Quem paga o pato? O povo, é claro.

Claro que o Governo não tem autoridade. Mas para nada. Não apenas para a questão dos combustíveis. Ele prefere piruetar no itinerante carnavalesco reeleitoral.

Governo sem autoridade acaba se esborrachando, mais cedo ou mais tarde. Esse que aí está, pega o dinheiro do povo e joga pela janela, em pretenso programas sociais ou de obras.

O editorial de hoje da *Folha de S. Paulo* adverte:

A TÁTICA DO DESPISTE

O aumento maior do salário mínimo, a operação tapa buracos nas estradas, o subsídio à contratação de empregados domésticos, a corrida para espalhar “farmácias populares”. A máquina reeleitoral do presidente da República funciona a pleno vapor. Sua estratégia reúne a receita usual dos políticos em sua condição – acumular a toque de caixa “realizações” para exibir na campanha – e a tática do despiste.

Bem na linha do pensamento do povo, que tem diante de si o Brasil de verdade e não o Brasil de mentirinha de Lula, o jornal mostra o despudor do Presidente, que avança firme no dinheiro público para se autopromover e até faz comparações esdrúxulas do seu malfadado Governo com os anteriores. Mente! Mente, sim!

A análise do editorial é serena, sem fantasias, e aponta muitos dos desmandos, roubos e contradições que ocorreram à sombra do Governo.

E conclui:

Por mais que a propaganda governista tente evitar, o eleitor será instado a refletir sobre esses fatos antes de decidir em quem votar para presidente. E é bom para o amadurecimento democrático que assim seja.

Dir-se-ia que, com esse jogo de itinerante carnaval reeleitoral, a democracia corre algum risco, no mínimo o de se apequenar, nivelando-se no mesmo parâmetro medíocre de Lula e seu Governo petista.

OS RÁBULAS DO PT

23-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estou encaminhando à Mesa, para que conste dos *Anais* do Senado o artigo de hoje do jornalista Augusto Nunes, do *JB*, pela sua atualidade ao definir o comportamento de integrantes do Governo Lula, que não aceitam que ninguém faça comentários, críticas ou acusações sobre os desvios petistas.

Esses, entre os quais o Presidente do Partido, Ricardo Berzoini, assumem ares de advogados sem nada entender do ofício e supõem que podem ao bel-prazer usar a lei para levar vantagem.

Para o articulista, eles se equiparam aos rábulas de porta-de-cadeia. E dá como exemplo, o faniquito de Berzoini.

Às críticas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, para quem o PT rouba, e às do Senador Tasso Jereissati, que disse mais ou menos a mesma coisa, o faniquitado dirigente petista anunciou, como imperador: o PT vai processar os dois.

O artigo de Augusto Nunes vai anexo a este pronunciamento, para que, amanhã, o historiador possa avaliar mais facilmente o feito desajeitado desses políticos improvisados do PT.

Era o que tinha a dizer.

NÃO HÁ COMO COMPARAR ALHOS COM BUGALHOS

14-2-2006

Sr. Presidente, é deplorável o argumento de que se podem comparar alhos com bugalhos. É deplorável. Risco Brasil: hoje o Peru tem a metade do risco Brasil – o grande Peru. A Venezuela é assemelhada ao Brasil em matéria de risco.

É deplorável o outro argumento de que o Presidente Lula cresceu. O Presidente Lula cresceu como a economia da Argentina. Meramente repôs uma parte do muito que perdeu. A Argentina perdeu 22% do seu PIB em três anos desastrosos e não repôs ainda os 22% do passado. Demorará 10 anos para voltar ao ponto de partida. É exatamente o que ocorreu com o Presidente Lula, que antes estava num patamar razoável, não mais do que isso, e que agora volta para um patamar abaixo do razoável.

Fernando Henrique não estava tão popular em 1998, ficou entre 51% e 54% dos votos durante toda a campanha de 1998 e derrotou Lula como se derrota uma criança. O Presidente Lula não tem condição de se apresentar ao segundo turno porque perdeu a condição de ser candidato majoritário neste País.

Mas vou voltar à lista. Nós vimos, pela palavra prudente do Senador Aloizio Mercadante, que não há ninguém com verdadeira responsabilidade neste País capaz de avaliar essa lista absurda que procura enlamear algumas pessoas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se puder, com toda honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Solicitei aparte ao Senador Aloizio Mercadante porque vi que S. Ex^a estava tentando fazer um discurso ponderado sobre a lista. S. Ex^a não quis me ouvir. Gostaria apenas de lembrar um fato, Senador Aloizio Mercadante e Senador Arthur Virgílio: consta da lista, como tendo recebido um valor x, o Deputado Ciro Nogueira Filho, do meu Estado. Vejam o absurdo: em 2002, o Deputado Ciro Nogueira Filho era do PFL e aparece na lista do PP, seu atual partido. Ou havia um pouco de profecia ou de maldade e perversidade. Desde o primeiro momento em que vi o nome daquele parlamentar, eu estranhei. Agora, está comprovado, Senador Aloizio Mercadante. Se a Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, se

alguém quer alguma prova para desqualificar essa lista, está aí. O Deputado Ciro Nogueira mudou de partido dois anos depois. Como, nessa lista, S. Ex^a já está no seu futuro partido se nem S. Ex^a mesmo sabia? Nesse fim de semana, S. Ex^a, aborrecido e abatido, conversando comigo a respeito, disse: “Mas, se nem eu sabia para onde ia, como consta meu nome aqui como parlamentar do PP?” É esse o argumento que queria dar a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Engato outra falsidade: o Vice-Governador de Santa Catarina e hoje Deputado Paulo Bauer, do PSDB, pertencia ao PFL. Na lista, S. Ex^a aparece como deputado e, à época, era vice-governador. Eu não me espanto se essa lista tiver tido a firma reconhecida em algum feriado, em algum sábado, em algum domingo. É bom até checarmos. Eu não me espanto se essa coincidência feliz tiver acontecido também.

O fato é que o Senador Aloizio Mercadante demonstrou que ninguém de responsabilidade neste Governo, só os irresponsáveis... Há petistas por trás disso sim, Senador Aloizio Mercante. Há o tal de Carceroni, que já tem um prefixo que o coloca perto do cárcere – Carceroni, o nome está sugerindo. Há um deputado estadual do PT que tem espalhado essa lista, e assume com clareza. Há um deputado estadual de Minas Gerais. Há petistas por trás disso. Não os responsáveis como V. Ex^a, que não assume que essa lista é verdadeira. Portanto, que ninguém se beneficie das fofocas em torno dela.

Não concordo com a idéia, Senador Antonio Carlos, de que o doleiro não pode ser ouvido. Quem supostamente viu o assassinato de que era acusado o General Newton Cruz, o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, foi o travesti e prostituto Polila. Foi no cais do porto, de ma-drugada. Ali não poderia estar Madre Teresa de Calcutá, só poderia estar Polila. Ou seja, o importante não é se o doleiro falou ou não, mas a consistência do que falou ou não falou, Senador Tasso Jereissati. A consistência do que falou ou não falou o Sr. Polila é que levou às barras dos tribunais o poderoso General Newton Cruz. Portanto, não é justo dizer que vamos, agora, estabelecer níveis de renda, níveis de escolaridade ou folha limpa para ouvir alguém que possa ter testemunhado um crime. Quero saber da consistência de quem denuncia. Essa é a diferença.

Outra diferença essencial finalmente – e já concluo – é não nos conformarmos. Virá depor o Sr. Dimas Toledo, embora não haja razão técnica para isso, conforme bem asseverou o Sr. Osmar Serraglio. E virá depor o Sr. Duda Mendonça.

Quero fazer uma proposta clara. Falam tanto em “acórdão”. Quero fazer uma proposta clara ao PT, ao Governo, à base do Governo: vamos fazer

um “acórdão” agora, na frente de todo mundo. Vamos convocar todo mundo que tenha contas a prestar neste País. Este é o único “acórdão” que a sociedade pode tolerar. Não há outro. Vamos chamar, então, todo mundo, com Cuba ou sem Cuba, todo mundo, para acabar de uma vez com essa idéia de que estamos aqui fazendo algo à revelia do que a Nação quer como limpeza de uma Nação que se sujou.

A aí, Senador, não se discute...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se discute tanto aqui a economia, tanto a educação, infelizmente, porque a grande verdade é que nunca se roubou tanto neste País.

PIADISTA QUE CONTA UMA PIADA SEM GRAÇA, CONTA CEM. É LULA COMETENDO NOVAS GAFES

14-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Presidente Lula não é humilde a ponto de aceitar conselhos. Nem um pouco humilde. Ele é arrogante e os arrogantes se endeusam, supondo que podem tudo e, vez por outra, no geral, e sempre, no caso do Presidente, eles acabam se esborrachando, com gafes imperdoáveis.

Mesmo assim, arrisco e digo-lhe que, ao lidar com certos povos, é bom não cometer asneira de criticar camelos.

Nesse final de semana, Lula confirmou ser useiro e vezeiro em tolices, que vai colecionando além-mar, nas suas inúteis e numerosas viagens aerolúlicas.

Dessa vez, foi diante do Primeiro-Ministro etíope, Meles Zenawi, que não viu graça na pretensa piada planáltina. Pelo contrário, deu um sorriso amarelo.

Como reproduz o jornal *O Estado de S. Paulo* desta segunda-feira – Lula quis fazer graça e contou que um comitê havia concluído que, por consenso, poderiam tornar a figura do cavalo, criado por Deus, mais perfeita.”Quando terminaram a discussão, ao invés do cavalo bonito que Deus Criou, eles fizeram um camelo”. Ele, Lula, não levou em conta que o camelo é um animal tão natural e útil na Etiópia quanto o cavalo nas planícies gaúchas.

Trago essa piada de mau gosto para que, ao ser inserida nos *Anais* do Senado da República, possa o historiador do amanhã ter elementos à mão para relatar o que terá sido o desastrado Governo petista e o quanto de irreverente e inoportuno terá sido o mau gestor que nos conduz desde 2003.

Mas, está chegando ao fim. Hoje, faltam 313 dias para acabar esse mandato que não está com nada.

Era o que tinha a dizer.

GOVERNO PETISTA E O JEITO BURRÓIDE DE RECADASTRAR

14-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o pretexto – combater fraudes – seria válido se não fosse burróide. O Governo petista do Presidente Lula anuncia que vai suspender 197 mil aposentadorias.

Essa parcela representa 20% dos aposentados do INSS e eles estão na iminência de receber seus poucos reais. O Governo petista de Lula alega que eles não atenderam à convocação para o recadastramento.

Num passado recente, que os aposentados de mais de 90 anos não esquecem, já houve algo desumano praticado pelo então Ministro Ricardo Berzoini. Foi um deus-nos-acuda e a Previdência viu que não era por aí.

Os quase 200 mil aposentados sob ameaça do Governo Lula provavelmente não tiveram notícia do recadastramento. E por que não fazer isso por uma via mais decente e mais humana?

O Ministro atual, Nelson Machado, age como o antecessor Berzoini, pela via zebróide. Deve haver – e seguramente há – um jeito menos burro para esse recadastramento.

Por isso, interpreto aqui o desalento desses muitos brasileiros, tratados com tanto desrespeito.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A ÚLTIMA LUTA DE CARLSON GRACIE

3-2-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, li com emoção a matéria da revista *Gracie Magazine*, sobre o que foi “a última luta” do mestre brasileiro do Jiu-Jitsu, Carlson Gracie.

Foi em 1º de fevereiro último, o dia em que o grande lutador, de memoráveis vitórias no mundo inteiro, foi vencido por um adversário implacável, a morte.

Foi vencido. Fora do tatame e, portanto, sem a amargura de uma derrota.

Foi, da vez de cada um, a sua vez. A vez de Carlson, meu mestre e desportista que soube elevar o nome do Brasil no *ranking* mundial.

Foi, como sempre no cenário das lutas, o jogo duro fora dali.

Foi o jogo duro com a morte.

A matéria da revista é mais do que uma notícia ou reportagem. É uma ode a um grande atleta. Uma página de lirismo, que descreve a intimidade dos últimos momentos de Carlson Gracie, uma semana antes de morrer. Foi na noite de quinta-feira, dia 26 de janeiro deste ano. Seus familiares tentavam tirá-lo do apartamento em Chicago e colocá-lo numa ambulância.

– Deixa quieto, pai – disse-lhe o filho. Eles estão te levando para o hospital.

– Pro hospital? Tá bom.

Carlson não perdeu o bom humor e enfrentou com dureza a própria morte. Morreu às 6 horas do dia 1º de fevereiro.

Ao incluir no meu pronunciamento essa comovente descrição, feita pela revista, presto homenagem sincera a Carlson Gracie, um nome que fica perenizado na história do Jiu-Jitsu.

Era o que tinha a dizer.

A GAFFE NA INGLATERRA

3-2-2006

O Presidente Lula e suas gafes. A primeira da visita ao Reino Unido, esta manhã. Leio o noticiário da BBC.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou com pouco mais de um minuto de atraso para o primeiro encontro com a rainha britânica, Elizabeth II, nesta terça-feira em Londres. A pequena gafe foi registrada por mestre-de-cerimônias, que observou que “a rainha teve de esperar um pouco mais” pelo presidente brasileiro, que realiza a terceira visita de Estado de um presidente brasileiro à Grã-Bretanha.

Lula, ninguém duvida, não sabe o que é a chamada precisão britânica nem o *just in time!*

Lula fez a Rainha esperar.

Isso é péssimo.

Elizabeth é mulher (e hoje é véspera do Dia Internacional da Mulher).

É rainha.

E da Inglaterra.

“ESTE É O GOVERNO DAS INVASÕES DE TERRAS”

7-2-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de uma efetiva política de segurança no Governo Lula é responsável pelas cenas que hoje tomam conta da televisão, dos jornais, causam perplexidade e levam a uma grande interrogação na sociedade brasileira, inquieta com o que ocorre no Rio de Janeiro.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula é, sim, responsável pelos desencontros no encaminhamento de uma solução que salve o Rio do caos.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula deu no que deu: a mais bela cidade do mundo é vítima da violência, do tráfico e, o que é mais grave, da impotência do Governo para controlar a situação.

Na área da segurança, o Governo Lula apenas alardeou, disse que muito faria e nada fez. O País, no momento, vive sob estado de anomia.

Do ponto de vista sociológico, esse vácuo de leis, de normas, de regras que o Governo vê e se coloca a later, até com indiferença, gera uma situação em que, pela divergência ou, como agora, no caso do Rio, enseja conflitos

perigosos. Para o cidadão comum, que apenas quer exercer o direito de ir e vir, torna-se difícil respeitar igualmente a lei e as normas sociais.

É como se o País não tivesse lei. Tem. Falta quem a execute com autoridade.

Pela falta de autoridade e pela anomia em que vive o País, o Exército brasileiro acabou entrando no que se poderia qualificar de experiência ariscada, perigosa, incomum, de finalidade ou decorrência incertas. E já não pode dela sair, o que configura uma situação de constrangimento para as Forças Armadas, convivendo lado a lado com as apreensões do Rio e, por que não dizer, com as apreensões também do Brasil.

O Exército está no morro, Senador Romeu Tuma, e, ao menos, pelo que narram os noticiosos, mostra-se impotente não apenas para localizar as armas que roubaram de um dos seus quartéis, sabe-se lá como – já concedo aparte a V. Ex^a.

Mostra-se igualmente impotente para superar o tráfico, que, daqui a pouco, será mais poderoso do que o Governo Lula não somente no Rio. Será soberano no País todo, sob o olhar complacente do Governo petista do Presidente Lula da Silva.

Não é de hoje que a Oposição e a sociedade brasileira alertam o Governo do Presidente Lula para o que, sem dúvida, é, atualmente, a mais grave das questões que atormentam nossas populações, que se sentem indefesas, que não podem sair às ruas sem medo, que não conseguem ficar em suas casas sem o receio de assaltos à luz do dia.

Assaltam, Sr. Presidente, até quartéis, imagine uma residência!

Não é de hoje, não.

Em fevereiro de 2003, portanto no começo desse desastrado Governo, requeri à Mesa do Senado Federal a convocação do Ministro da Justiça para aqui falar sobre a violência e acerca das providências que o então novo Governo poderia adotar para enfrentar a violência.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores: fevereiro de 2003, quando alvorecia um Governo que havia plantado tantas esperanças. Fevereiro de 2003. Portanto, sinto-me muito autorizado hoje a cobrar os não-resultados.

O que se fez? Para não dizer que nada foi feito, o Governo Lula criou um improvisado programa para aumentar o número de postes de luz nas ruas e para aumentar a potência das lâmpadas.

Que se saiba, alguns postes a mais foram colocados em Brasília e mais não se sabe.

Postes contra modernas armas privativas das Forças Armadas, mas de uso diário pelas quadrilhas do tráfico. Postes contra AR-15 e outros aparatos bélicos ainda mais sofisticados.

Deu no que deu.

Leio em *O Globo* de hoje:

Tráfico provoca Exército dentro das favelas:

Traficantes de drogas do Rio deram ontem sinais de como estão vendo o cerco a favelas feito pelo Exército desde sexta-feira passada: no morro do Dendê, na Ilha do Governador, os bandidos começaram a provocar os militares, marchando em tom de deboche, sacudindo ironicamente folhetos do Exército com pedidos de apoio à população local e, a distância, chamando os soldados para o confronto. Eles tinham os rostos cobertos por camisetas e alguns usavam até radiotransmissores.

Esse relato jornalístico de *O Globo* não é de nenhuma guerra ou algo parecido em outros pontos do mundo. Nem tampouco lembra a já antiga Guerra do Vietnã ou o atualíssimo conflito do Iraque.

Não. É cenário verde e amarelo. Cenário brasileiro. Na mais bela cidade do mundo. Cenário da era Lula.

Ainda de *O Globo*:

Militares são suspeitos de assalto a quartel

Força-Tarefa do CML investiga a possível participação de cabo e soldado no roubo de dez fuzis e uma pistola.

Um sonho desfeito por dois tiros

Adolescente morto durante operação em favela esperava servir ao Exército.

MP Militar alertou sobre riscos de roubos

Quartel não seguiu recomendações.

Nos morros, a tática do martelo e da bigorna

Oficial da Reserva explica que um grupo cerca o inimigo, enquanto unidades de elite partem para a ofensiva.

A guerra do Rio: recuperação das armas é questão de honra, porque ataque a quartel foi considerado afronta.

Desvios de armamento acontecem desde os anos 60.

Lamarca desertou de quartel em São Paulo, em 1959, levando 63 fuzis.

A guerra do Rio: oficial aponta semelhanças entre operações.

Soldados que ocupam as nove favelas estiveram no Haiti.

Ainda no noticiário da imprensa:

“A guerra do Rio”

“Tráfico desafia Exército”

Página inteira de *O Globo* mostra que “Bandidos zombam de soldados e trocam tiros em áreas ocupadas”.

Sr. Presidente, concederei o aparte ao Senador Tuma e farei algumas considerações antes de encerrar.

Peço a inscrição dessas matérias nos *Anais*.

A falta de uma política de segurança no Governo do Presidente Lula é responsável por tudo isso que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, é responsável pela guerra do Rio. Como há a guerra do Iraque, como houve a guerra do Vietnã, há a guerra do Rio de Janeiro, infelizmente.

Senador Tuma, tenho muita honra em ouvi-lo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu estava passando para ir à CPI quando ouvi a amargura com que V. Ex^a se dirigia a este Plenário e à sociedade brasileira com o que hoje publicamente acontece no Rio e talvez, na sombra, aconteça em vários outros estados brasileiros. Fiz CPOR e sabemos que existe a chamada área conflagrada, onde a autoridade pública não tem mais poder para vencer o inimigo que se instala, o crime organizado, onde o Estado não tem mais nenhum poder para combatê-lo e as Forças Armadas são obrigadas a intervir. Conheço o General Albuquerque, Senador. É um homem de bem, correto. Eu o conheci como major. Mas, não é o caso de se falar no General Albuquerque agora. Trata-se de um Inquérito Policial Militar – IPM, que foi aberto porque as armas sumiram de um quartel. Se V. Ex^a recuperar um pouco a memória, foram apreendidas, com marginais do Rio de Janeiro, do crime organizado, minas de destruição. Quer dizer, a marginalidade tinha minas fabricadas no Brasil à sua disposição e em depósitos. Então, é uma coisa profundamente amarga, até pela falta de meios das Forças Armadas, que não têm recebido muito dos orçamentos do Governo. Hoje, o soldado não cria aquele amor, o respeito à civilidade que ele aprendia no quartel, porque nem dinheiro para pagar o almoço do soldado, hoje, o Exército tem; às vezes tem de dispensar na hora do almoço, às vezes na quinta ou sexta-feira. Então, praticamente, aquilo que chamamos de vida do quartel, em que o soldado aprende uma série de virtudes para servir à Pátria, vai-se perdendo ao longo do caminho. Sei que muita gente é contrária ao emprego das Forças Armadas no combate ao crime comum. Também, sempre me pronunciei no sentido de que o Exército é preparado para outra coisa, mas, nesse caso, a intervenção do

Exército é uma missão legal, porque ela faz parte do Código de Processo Penal. Houve o IPM, e a designação da força de busca e apreensão foi dada pela Justiça Militar, que deu a ordem para que o Exército pudesse montar. Agora, não vejo como a Polícia possa reverter o processo da criminalidade, com essa falta de interesse. Senador, o Governo Federal veio aqui no início de sua administração e se comprometeu com cinco presídios de segurança máxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui o autor do requerimento naquela altura.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não há pedra fundamental em lugar nenhum, pelo menos de que eu tenha conhecimento, e não sou pessoa que não lê jornal; todas essas matérias citadas por V. Ex^a, já li de manhã e já ouvi pelo rádio, a amargura – imagine a sociedade carioca e outras como é que estão passando. V. Ex^a, que é do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino, sabe o que o povo está sentindo. V. Ex^a me desculpe, é mais um desabafo, mas eu queria cumprimentá-lo. Creio que V. Ex^a já falou sobre isso ontem e vai falar hoje, e tem de voltar a falar amanhã também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Romeu Tuma, encerro respondendo a V. Ex^a, que é não só um grande Senador pelo Estado de São Paulo como uma autoridade, do melhor nível, em segurança pública.

Encerro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordando três tópicos: primeiro, o quadro de corrupção que nos leva à posição mais deprimente; o Governo não se defende das acusações de corrupção. O Governo adora quando aparece o nome de alguém de um partido de oposição, para dizer: “Viu? Eles também!” É aquela história que antigamente o PT, muito orgulhosamente, dizia que era a tal Operação Gambá, enfim. Isso me deixa triste, muito triste.

Segundo: V. Ex^a respeita o General Albuquerque e eu também, mas ele estava errado. Ele não podia ter feito o que fez. O General Albuquerque não podia nunca ter entrado naquele avião, ainda que a culpa fosse de um assessor. Nunca poderia ter feito um avião voltar para ele embarcar. Eu já cansei, Sr. Presidente, de dar com a cara na porta e nunca usei a minha condição de ministro, de deputado, de líder do Governo, de senador ou o que quer que fosse para abrir a porta de um avião. Se eu cheguei atrasado, é problema meu. Se teve *overbooking*, eu, civilizadamente, contrato um advogado e processo a companhia.

Então, não dá para admitirmos que alguém possa se imaginar acima da lei, nem civil, nem militar. Se começarmos a passar muito a mão na ca-

beça, daqui a pouco vão começar a achar que para civil se joga mais duro e para quem tem as armas não é tão duro assim.

Digo com clareza: o General Albuquerque deve desculpas à Nação. Eu o respeito, é um homem de bem, mas ele deve desculpas à Nação pelo episódio lamentável que lembrou os piores momentos do regime militar. Eu não me sentiria bem se não dissesse isso com a clareza com que estou falando, ou eu não poderia criticar mais nenhum ministro civil do Governo se eu não criticasse, como estou fazendo, o ministro militar que exorbitou, abusou das suas prerrogativas.

E, finalmente, o estado de anomia é tanto que lá vai o Estado para os morros. À revelia da Constituição, mas está lá. Não pode sair sem as armas, não pode sair sem a satisfação a ser prestada à opinião pública e ao seu próprio público interno. Não pode. A questão era: deveria ter entrado? Resolveu entrar; não pode sair. E o que se espera agora?

Suponha, Senador Romeu Tuma, que o tráfico mate um soldado do Exército brasileiro. Suponha que isso signifique mais Exército nos morros. Suponha que signifique o agravamento de um quadro que é de absoluta instabilidade que faz alguém do Oriente Médio olhar o noticiário televisivo sobre o Brasil e imaginar, talvez, sem ironia: Que lugar inseguro esse Brasil! E nós aqui, confortavelmente, das nossas poltronas, acharmos que inseguro é o Oriente Médio. É muito grave, isso, Sr. Presidente. É muito grave, Sr^{as} e Srs. Senadores. É muito grave precisarmos hoje ficar o tempo inteiro beliscando a Nação, para que ela não se entorpeça, Presidente Marco Maciel.

Por quê, Sr. Presidente? Sinceramente, vejo fumaças de uma crise muito grave nessa história a meu ver complicada, exigente do ponto de vista da sua solução, que é o Exército nas favelas brasileiras trocando tiros com marginais. Temo pelo contato da corrupção e do tráfico com os jovens soldados; temo pela morte, de um lado e de outro, e temo pela morte de um militar, que pode conflagrar algo sem precedentes neste País; e temo pela sorte da democracia brasileira, porque não sei até que ponto democracia coincide e democracia não colide com a idéia de áreas das cidades mais importantes do País não pertencerem à vigilância e à soberania do Estado, mas pertencerem à soberania do tráfico e do crime organizado, que fazem o papel do juiz, do médico, do assistente social, do parlamentar, do presidente da República...

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que este tema está na ordem do dia, e não nos venham com desculpas. Venham com propostas, até de unidade nacional, para enfrentarmos isso, mas não venham com desculpas: Ah, porque no Governo do Fernando Henrique Cardoso, porque no do Washington Luiz, porque no do Getúlio Vargas...

Não dá para se brincar, para se ter uma taxa de leviandade tão alta! É hora de tentarmos esta crise, inclusive com medidas que a Constituição

prevê, de estado de emergência, por exemplo; medidas duras, para darmos paz às pessoas que merecem paz no Rio de Janeiro e nas grandes cidades brasileiras.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O RIO EM PÉ DE GUERRA E LULA, DE LONDRES, FICA TELEFONANDO PARA PARREIRA SOBRE RONALDO

8-2-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho em mãos uma foto do Senhor Presidente da República falando da Inglaterra para o Brasil pelo telefone. Está aqui a foto.

Qualquer pessoa equilibrada, qualquer pessoa mentalmente sã, vai imaginar, Senador Cristovam Buarque, que o Presidente está ao telefone por causa da crise envolvendo o Exército, que entrou nas favelas cariocas e não sabe como sair delas. Chegou-se a ponto tal em que já não são roubados apenas os cidadãos no Rio de Janeiro e nas grandes capitais brasileiras; já assaltam o próprio Exército brasileiro.

Repito: se alguém vê a foto do Presidente e não lê a legenda, se não se apercebe da manchete, supõe que o Presidente está falando da crise da segurança pública no País. Esse jornal que tem a foto é *O Estado de S. Paulo*, edição de hoje. O jornal *O Globo* também estampou uma foto muito expressiva de Sua Excelência ao telefone. É aquela coisa assim: Duda Mendonça por trás, em espírito!

Mas estou lendo a *Folha de S. Paulo*, que está com uma foto de Vanderlei Almeida, da France Press, que é a mais exemplificativa do que é esse Governo. Aqui está: dois soldados do Exército brasileiro e por trás deles duas crianças, sem blusa, uma fazendo aquele gesto com a mão nos testículos e a outra com outro gesto, em que os dedos simulam um falo, um pênis. Estão fazendo isso na direção dos soldados do Exército. Ou seja, desrespeito completo em relação ao Exército, absoluto distanciamento de todos os valores do País. É esse o retrato da infância brasileira e esse é o retrato do Governo sem autoridade do Presidente Lula, que está com naquela carruagem inglesa para virar abóbora. A cinderela política em que ele se transformou aparece com sua carruagem, que vai virar abóbora.

Ele não está aqui falando em segurança pública, Senador Flexa Ribeiro. Ele está aqui conversando com o técnico da seleção brasileira de futebol, Parreira, prestigiando o atacante Ronaldo, o “fenômeno”. Ele não está atento para isso aqui, ele não passou nenhuma instrução sobre segurança pública. Ele está fazendo uma foto de campanha e, supostamente, se popularizando ao se preocupar com futebol, assunto do qual ele não entende. Não entende de governar e se arvora em fazê-lo; não entende de futebol e fica dando conselho a Ronaldo, que é considerado por alguns o melhor jogador do mundo.

Então: “Lula falou, de Londres, com Parreira por telefone”. Um “marqueteiro” deve ter dito: Presidente, o Ronaldo é tão querido no País, prestou tantos serviços ao Brasil... Pegue o telefone e ligue para o Parreira. E S. Ex^a ligou.

Está aqui, com ar aparvalhado, falando com o Parreira. Enquanto isso, o Governo dele tem uma face real, e não é a face da Cinderela, da carruagem que vai virar abóbora. É a face real do desrespeito ao Exército brasileiro, da aventura em que se meteu o Exército brasileiro, porque falta comando, falta liderança, falta quem lidere a administração deste País.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, quero dizer – talvez os mais jovens não saibam – que, pelo que eu saiba, o último Presidente da República que se meteu na escalação da seleção foi o Presidente Médici, na época do regime militar. Mas isso, para mim, é um detalhe. O mais grave é o que V. Ex^a está trazendo aqui. Esse gesto desses meninos simboliza um sentimento que há no local; simboliza que eles não apenas não entendem essa ocupação como também que sabem que, encontradas as armas, o Exército sai e o povo continua entregue aos bandidos. E ninguém sabe se essas armas serão encontradas, ninguém sabe se alguns soldados serão mortos, ninguém sabe se os soldados matarão brasileiros em território brasileiro, ninguém sabe...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um já morreu. Um adolescente que não era sequer ligado ao tráfico já morreu.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já morreu. Ninguém sabe ainda se foi ou não o Exército, mas já é fruto desse confronto. Nessa batalha, há uma certeza: o Exército está sendo derrotado, se não do ponto de vista militar – o que seria impossível –, do ponto de vista da sua imagem e do seu papel na sua dignidade. Eu queria saber, como V. Ex^a fala da liderança, que autoridades autorizaram essas tropas a saírem dos quartéis e irem para o morro. Foi o próprio comandante do quartel, foi o Ministro da Defesa ou

foi o Presidente da República? Creio que esta seja uma pergunta que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria fazer: quem deu a ordem de comando para que o Exército subisse aos morros?

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Cristovam. V. Ex^a, brilhante como sempre, acrescenta – e muito – aos discursos dos oradores que aparteia.

Não houve a ordem. Foi uma atitude do próprio Exército. Ou seja, o Exército se sentiu ultrajado.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Então, não há Presidente da República?

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Exatamente. Eu denunciei ontem, Senadora, o estado de anomia, ausência de normas e de regras a regerem a vida dos brasileiros e a disciplinar o Estado.

O Exército, Senador Cristovam Buarque, foi, modo próprio, aos morros. Tomaram uma atitude. Eu não diria que a culpa da insegurança é apenas do Governo Federal. É uma obrigação da sociedade como um todo, até das prefeituras, mas, sobretudo, uma obrigação dos Governos Federal e estaduais.

Refiro-me, Senador Teotonio Vilela, ao fato de que chegamos a um estado de anomia tal que o Exército, sem ordem de ninguém, sobe às favelas para recuperar armas que ainda não recuperou, expondo seu prestígio e demonstrando clara e cabalmente que não há Governo neste País. O nosso Presidente, qual uma Cinderela – Cinderela de carruagem que, à meia-noite, vira abóbora –, está aqui falando ao telefone com o técnico Parreira, da Seleção. Ele não está preocupado com a segurança pública. Ele está dizendo ao Parreira que deve ter paciência com o Ronaldo. Esse é o problema que está ocupando a cabeça fútil e vazia do Presidente da República.

Na primeira página da *Folha de S.Paulo* – faço questão de repetir –, há foto de dois soldados do Exército, foto da agência France Press fotógrafo Wanderley Almeida, com dois meninos: um, exibindo os testículos para os soldados; o outro, imitando um pênis com os dedos, num gesto que é muito característico da irreverência da juventude. Aqui está o quadro a que expuseram o Exército brasileiro! A que ponto levam este País a falta de Governo, a falta de Liderança, Senador Jereissati, que é tão preocupado e especializado em segurança pública, e a falta de comando no Brasil!

Digo que é muito “contristante”, porque o Presidente é mesmo um fracasso. Se fosse técnico de futebol, não seria um técnico vencedor. Como Presidente da República, é isso que estamos vendo.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, lembro que, ao mesmo tempo em que ocorre isso no Rio de Janeiro, no outro lado do País, no Sul – talvez na página seguinte desse jornal haja uma fotografia –, um laboratório imenso, de mais de 20 anos de trabalho, de uma empresa de papel e celulose foi destruído não se sabe direito se por integrantes do MST ou se por pessoas ligadas ao MST – não ficou muito bem identificado –, sem nenhuma intervenção de forças de segurança. O laboratório foi totalmente invadido e destruído por vândalos dizendo-se integrantes do MST, comemorando como se fizesse parte da comemoração do Dia Internacional da Mulher, também sem manifestação alguma do Governo. Ao mesmo tempo, vemos, novamente, o Presidente da República saindo da carruagem, preocupado com o apoio que deveria ser dado ao Ronaldo, deixando em polvorosa não apenas os produtores. Essa não é uma questão particular dos produtores, mas de todo o ambiente produtor brasileiro, em função do que aconteceu. Não estamos falando de invasão, mas de destruição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De vandalismo mesmo.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – De vandalismo contra a produção de pesquisa científica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, apresentei um voto de solidariedade à cientista que se revoltou justamente contra o desperdício do trabalho dela e de outros especialistas em tecnologia genética e, ao mesmo tempo, um voto de repúdio ao braço desse absurdo MST que se chama Via Campesina, que perpetrou esse atentado contra a pesquisa científica num País que despense tão poucos recursos para esse fim.

V. Ex^a tem inteira razão. Olhamos o quadro de corrupção, e a CPI está ali discutindo corrupção, numa sala e em outra. Estamos vendo o Presidente se arvorar a aconselhar o técnico Parreira. Estamos vendo a segurança pública chegar ao ponto mais agudo de crise. Estamos vendo o MST tolerado, o MST que é parceiro deste Governo, o MST que se “apelegou” com este Governo, o MST que, como a CUT, urrava como uma onça selvagem e, de repente, virou um gatinho de pelúcia nas mãos do Presidente. Há parceria nisso. Há parceria. Não há desaprovação. Eles têm um ministro deles, o ministro da Reforma Agrária. Um ministro deles está lá. Há parceria do Governo. Essa é a grande verdade.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, permite-me?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Ministro da Reforma Agrária foi entrevistado e não desaprovou. Disse que aquilo não fazia parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. Era essa a observação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É incrível: o MST tem um ministro. O MST participa de uma coalizão e indicou um ministro para este Governo.

O Senador Heráclito disse-me, Senador Jereissati, que uma pessoa do Palácio – o Presidente Fernando Henrique, ao contrário do que alguns amigos nossos julgam, julga-me uma pessoa capaz de arbitrar sobre moda – teria dito a ele: “Presidente, não use essa casaca, porque, senão, o Arthur Virgílio vai fazer alusão ao filme ‘Ladrão de Casaca’. Então, não use a casaca. Ele vai fazer isso, com certeza”.

Eu não havia pensado nisso, mas, quem sabe, vendo as figuras de casaca eu me lembrasse de um clássico do cinema – o ator chamava-se Cary Grant. Ele passa ainda no circuito *cult*. É um filme de muita capacidade de se fazer compreendido por todas as gerações.

Eu disse: olha, de repente, influenciei na vestimenta, na indumentária do Presidente da República, Senador Teotonio. Que coisa boa! Isso significa que, talvez, eu passe a ganhar a antipatia da estilista de moda Glória Kalil. Ela vai dizer: “Poxa, esse Arthur Virgílio vai deixar de ser senador e vai entrar no meu ramo. Vai ficar ditando moda, assessorando elegantes do sexo masculino”.

Mas, enquanto isso, a preocupação do Presidente é: Parreira ou não Parreira; casaca ou não casaca – e a produção científica brasileira é destruída por vândalos, e a segurança pública, no Rio de Janeiro, chega a esse ponto máximo de perplexidade.

Qualquer hora, Senador Cristovam Buarque, morre alguém do Exército – porque gente do povo já tem morrido muita. Vai morrer, a qualquer momento, espero que não – bato na madeira –, alguém do Exército. Trocando tiros, a possibilidade de que alguém morra é grande. Aí, estará formada uma confusão que pode virar convulsão neste País, e a única razão para se explicar esse fenômeno é a falta de governo, a falta de liderança, a falta de comando, a falta de seriedade mínima para tratar com as coisas. Ou seja: tudo pela futilidade, tudo pela eleição, tudo pela demagogia, tudo pelo *marketing* e nada pela sinceridade, nada pelo ataque frontal e concre-

to aos problemas vivenciados pela população brasileira, que consagrou o Presidente Lula com 53 milhões de votos há tão poucos anos.

Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se, com os recursos – estou pedindo que essas duas matérias sejam incluídas nos *Anais* – gráficos modernos, posso não só inserir as palavras, mas a foto, pois queria essa foto nos *Anais* do Senado. É preciso que os pósteros saibam que tempos obscuros vivemos hoje. É preciso que eles saibam como arriscaram a estabilidade da democracia brasileira nesses idos de 2006, quando nos estudarem em 2030, 2050 ou 2100. Eu gostaria de saber isso.

Já concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

Fiz uma pergunta ao Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respondo a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que tem mais seis minutos, e eu os descontarei. O documento que V. Ex^a encaminha ficará nos *Anais*. No *Diário do Senado Federal* só ficará o escrito, mas a foto fica nos *Anais*.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, não poderá ficar consignada no *Diário do Senado Federal* a foto do Presidente Lula falando com Parreira ao telefone, e, como se o atacante Ronaldo precisasse – vamos falar um pouco de futebol – de conselho ou do apoio do Presidente Lula. Não tem nada a ver com o Ronaldo. O Ronaldo não joga futebol parecido com os pernas-de-pau do Alvorada. Não tem nada a ver. Ronaldo não precisa dele para coisa alguma. Ele precisa treinar, emagrecer e ser o que sempre foi, aquela figura fria na hora de fazer o gol.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concederei o aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, a Nação observa perplexa as atitudes do Presidente Lula. V. Ex^a apresenta aqui o retrato do Presidente preocupado com a situação do Ronaldo, o Fenômeno, enquanto Sua Excelência, na viagem a Londres, diz que o Brasil não tem pressa de crescer. Expressou, aqui, com pirotécnia, sua opinião a respeito do espetáculo do crescimento, e se contradiz, dizendo que o Brasil não tem pressa de crescer, como se a Nação concordasse, mas nós estamos perdendo a oportunidade internacional de crescer, pelo menos de estar-

mos próximos da média do mundo. Corroborando com o que disse aqui o Senador Tasso Jereissati, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, Senador Tasso Jereissati, ocorreu por diversas vezes em meu Estado, o Pará, onde o Movimento dos Sem-Terra invadiu áreas produtivas de plantio da Camargo Correia Metais, que dava suporte à produção de silício metálico, apoiado pelo Incra, que distribui cestas básicas, destruindo o patrimônio. Esse é o retrato fiel da administração petista no Brasil. Senador Arthur Virgílio, os brasileiros, observando isso, corrigirão o rumo do Brasil nas eleições de outubro próximo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, se realmente fosse sincera a preocupação do Presidente Lula com o esporte brasileiro, não caberia ao Presidente da República uma demonstração de preocupação isolada com um atleta, por melhor que ele fosse. Aliás, o Presidente Lula vem agredindo os atletas brasileiros. V. Ex^a bem se lembra quando, outro dia, Sua Excelência fez apologia ao jogador Tevez, enquanto Ronaldinho faz gols pelos campos da Europa. Disse que o PT era comparado ao Tevez ou bem melhor que ele. Se quisesse realmente demonstrar amor ao esporte brasileiro, o Presidente poderia, da Inglaterra, garantir que não faltará dinheiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007. A burocracia não impediria a construção do estádio olímpico e de todo o complexo de que o Brasil necessita, aí sim, para fabricar milhões e milhões de Ronaldos. Seria muito mais próprio de um Presidente da República preocupar-se com o esporte como um todo do que fazer apenas um agrado isolado para a platéia assistir. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Na verdade, de futebol, ele não entende nada mesmo, porque Nilmar, do Corinthians, joga bem mais do que Tevez. Essa é uma verdade. Basta assistir aos jogos pela televisão e constatar.

Por outro lado, não é a burocracia que impede a ajuda aos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. É o fato de o Prefeito do Rio de Janeiro ser de um partido adversário do Presidente da República. É basicamente isso. Por isso, a discriminação; por isso, a enrolação; por isso, a aparência de burocracia, tentando esconder o que, na verdade, é má-fé, vontade de dar a entender que o Prefeito do Rio de Janeiro não saberia organizar convenientemente, adequadamente, os Jogos Pan-Americanos.

Senador Tasso Jereissati, concluo dizendo a V. Ex^a que apresentei, em 10-2-2004, requerimento ao Ministro da Agricultura indagando que providências o Governo porventura estaria por adotar a respeito do que, na época, era conhecido como gripe do frango, atualmente popularizada, infelizmente, malsinadamente, como gripe aviária. Em 2004, Senadora Heloísa Helena.

O outro retrato do Governo é o que está no *Diário Oficial* de hoje – o Pregão nº 42, para compra de materiais de mesa e copa –: oito jogos de toalha de mesa: R\$15.700,00; doze jogos de toalha de mesa, outro modelo: R\$33.400,00; duas toalhas de mesa: R\$7.700,00 cada uma, toalhas de mesa caras; vinte toalhas de lavabo: R\$1 mil cada uma – não vai faltar toalha para a “companheirada”, mas não vai mesmo –; e jogos de ferro de bandeja: R\$4.900,00. Total: R\$62.700,00, jogados fora. Jogados fora por um Governo que está vendo os gastos públicos aumentaram, em 2005, 10%. Ao longo dos seus três anos de Governo, a média é de 8%. O PIB cresce 2,3%, e os gastos correntes, 8% ao ano. Não há como se pensar em sustentar crescimento desse jeito.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, faço um apelo a V. Ex^a. É claro que vou permitir o aparte, fique tranqüila. Mas há uma série de oradores, cada um vai dispor de vinte minutos, e o tempo do orador já terminou.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não há problema, Sr. Presidente. Se V. Ex^a entender que não posso apartear, não o farei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão de ouvir o seu aparte.

A Sr. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tentarei fazer um breve aparte a um pronunciamento de alta complexidade como o de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Não se trata de um assunto qualquer. Sei que o Senador Jefferson Péres já tratou do mesmo assunto, o Senador Cristovam tratou das preocupações com relação à gripe aviária...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – O Senador Jefferson Péres tratou da questão do Rio de Janeiro. Sei que pode até parecer, para algumas pessoas, que falar do telefonema para o técnico de futebol ou da carruagem da rainha pode ser uma forma de ridicularizarmos o Presidente. Mas, sei que

o pronunciamento de V. Ex^a não trata disso, do mesmo jeito que meu aparte não trata. O problema é que há uma coisa muito, mas muito grave, no Brasil. O Presidente dá telefonema para quem quiser. Mas ser refém desses rituais cínicos, esnobes, daquele negócio que detesto, quando a aristocracia diz que são os novos ricos, aqueles que...

(Interrupção do som.)

A Sr^a *Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – ...nunca comeram mel e quando comem se lambuzam, sinceramente sempre desprezei esse comportamento esnobe, cínico, esse lixo do luxo. Mas não é nem disso que se trata. O pronunciamento que V. Ex^a faz é muito importante e muito grave, porque não é uma coisa simplória o que está acontecendo no Brasil. Do mesmo jeito que, de um lado, choram as mães das crianças que estão sendo assassinadas ou pelo narcotráfico ou pelo aparato policial, de outro, choram as mulheres dos policiais também assassinados pela violência no cumprimento e no exercício de suas tarefas. Sinceramente, não sei como... Aliás, eu não devia mais me surpreender com nada vindo do Lula e dessa gangue partidária chamada PT. Sei que tenho a obrigação de não me surpreender...

(Interrupção do som.)

A Sr^a *Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – ...de não me indignar e de não me entristecer. Sei que tenho a obrigação de fazer isso, porque não vou ficar, pelo resto da vida, lamentando esse tipo de coisa. Eu sei que eles mudaram de lado, constituíram uma farsa e uma traição de classe. V. Ex^a sabe exatamente o que eu penso do Governo de que V. Ex^a foi Líder, mas a angústia é maior por este Governo, por caracterizar a traição de um projeto e de tudo o que foi acumulado ao longo da história pela esquerda socialista democrática. A violência não é uma coisa simples. Se o Estado brasileiro não adotar uma geração, centenas de outras gerações estarão sendo perdidas. Não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Quando a menininha está na rua vendendo o corpo por um prato de comida, quando o menino de seis anos de idade vira olheiro do narcotráfico, quando uma mulher que a vida já abandonou abandona a menininha ou o menininho dela...

(Interrupção do som.)

A Sr^a *Heloísa Helena* (P-SOL – AL) – Não é uma coisa qualquer. Portanto, não é possível que o pronunciamento de V. Ex^a e de outros parlamentares sobre a violência não sejam capazes de movimentar o Senado Federal. Sabem todos que eu não mantenho relação corporativa alguma com essa coisa, porque a maioria do Congresso Nacional é refém e anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, estabelece qualquer promiscuidade, não tem sensibilidade, não tem interesse social, nada, nada. O que o imperador

de plantão do Palácio do Planalto manda, a Casa faz de forma subserviente e subordinada. Os que se salvam se angustiam ou na tribuna ou em algumas outras atividades perdidas. Mas não é possível que não tenhamos a ousadia, a coragem de salvar uma geração, fazendo com que o Estado adote um menino que nasce hoje. Seja com a família, seja com entidade não-governamental, seja com quem for, é realmente inacreditável que não salvemos uma única geração. Analisemos aquela cena daqueles meninos, daqueles adolescentes fazendo gestos que qualquer adolescente pode fazer, por rebeldia, por repúdio, ou por outro motivo qualquer. A maioria deles já viu os pais serem assassinados. Muitos já foram vítimas do caveirão. Igualmente os filhos do policial ou do profissional do Exército também estão com medo de que aconteça algo com suas famílias. Então, não é possível que este Governo seja tão imoral e indecente que o Presidente da República vá passear na carrocinha ou na carruagem de onde quer que seja e não retorne logo para cá. Ele tinha de estar aqui. Tinha de voltar ao Brasil imediatamente. Não é uma coisa qualquer que está ocorrendo. É algo muito sério, e ele sequer se dá a autoridade de assumir o cargo para salvarmos ao menos uma geração. Se conseguirmos salvá-la, poderemos salvar este País. A situação é realmente muito grave. Desculpe-me por estender-me no pronunciamento de V. Ex^a. Mas é algo tão grave o que aquela foto sinaliza, assim como o fato de mulheres jogarem suas meninhas na água podre ou na lixeira. Já são mulheres tão abandonadas pela vida, que, como já não têm mais nada, abandonam qualquer um porque já foram tão abandonadas. Um menino de seis anos embaixo de uma caixa, virando olheiro de narcotráfico, e o Presidente da República, passeando, conversando sobre Ronaldinho, Ronaldão ou quem quer que seja! Isso realmente não tem quem agüente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, faço um apelo a V. Ex^a, pois já se passaram dez minutos. Se V. Ex^a me permitir dizer, houve um incidente aqui no plenário hoje entre os Senadores Sibá Machado e Almeida Lima devido ao tempo. Então, se V. Ex^a puder me ajudar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, acolho com muita honra para o meu discurso o seu aparte comovido e justo.

Sr. Presidente, não precisando sequer do minuto que V. Ex^a me concedeu, encerro exibindo mais uma vez à Casa as duas fotos. A foto das crianças abandonadas deste País, fazendo gestos obscenos para o Exército brasileiro, e a foto da nossa “cinderela política”, com a carruagem prestes a virar abóbora, telefonando, não para saber da segurança pública, mas marqueteiramente, “dudamendonçamente” a Parreira para pedir-lhe proteção ao jogador Ronaldo, do Real Madrid.

Essas duas fotos são o retrato de um governo, do estado de anomia a que está submetido este País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

GUERRA DO RIO PODE VIRAR ECLOSÃO

9-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais continuam noticiando fato bastante grave sobre a operação do Exército brasileiro nas favelas do Rio de Janeiro.

Vejo, por exemplo, no jornal *O Globo*, sob o título “Uma Reação Inesperada”, notícia de que, pela primeira vez, após oito operações do Exército no Rio, o tráfico enfrenta militares.

Tem havido deboche dos deserdados da sociedade contra as figuras briosas que compõem os quadros do Exército brasileiro, mas a mim me causa enorme espanto o fato de que pareceu à sociedade brasileira flagrante que o Presidente Lula não autorizou coisa alguma. O Exército foi modo próprio resolver a questão.

E hoje o Presidente Lula diz que apóia o uso do Exército para reaver armas e, de maneira bastante primária, diz que “militares devem localizar autores do roubo ao quartel”, como se isso fosse papel do Exército brasileiro, como se isso não fosse dever da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, como se isso não fosse dever da Polícia Federal, como se fosse algo trivial, do cotidiano, o Exército brasileiro estar envolvido em fato de tamanha gravidade.

A continuar o aumento da tensão e se, daqui a pouco, houver mesmo troca de tiros, Senador Paulo Paim, vai acabar morrendo alguém. Morrer alguém do Exército será considerado, por essa Força, muito grave, porque a sociedade brasileira infelizmente se embruteceu e já considera normal

morrer gente da favela. Outro dia, morreu um adolescente assassinado. Mas estou-me referindo ao fato político, vai morrer alguém do Exército – estou batendo na madeira de novo –, se houver troca de tiros constante. E, então, se pelas armas roubadas fizeram isso, o que não farão quando acontecer – e se acontecer – esse fato, que alerta para que não ocorra?

Estou muito preocupado com tudo isso. O Presidente da República ontem foi flagrado telefonando para o técnico Carlos Alberto Parreira, opinando sobre Ronaldo ser ou não ser reaproveitado pela seleção brasileira. Essa era a sua preocupação maior, aquela coisa “marqueteira”, aquela coisa de voto, aquela coisa que denota mesmo o despreparo para essa alta função para a qual foi eleito em 2002. E o Presidente insiste em dizer coisas terríveis.

Continua a matéria: “O Ministro da Justiça afirma que não vê problema no cerco do Exército”. O Ministro da Justiça, para mim, é uma decepção muito grande. Outro dia, criticou duramente a CPI dos Bingos porque resolveu prorrogar os seus trabalhos. Como se o Ministro da Justiça tivesse alguma coisa a ver com isso!

Primeiro, Ministro, Dr. Thomaz Bastos, o senhor não se elegeu nada, nem vereador, muito menos senador da República! O senhor não tem de opinar, de jeito algum, a respeito do que acontece no Congresso do ponto de vista das decisões que tomamos. O senhor pode criticar o Congresso, como estou criticando o Ministro – é um direito seu, como é um direito meu. Agora, o senhor se arvorar a considerar ilegítima uma atitude legítima e soberana do Senado de prorrogar os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito, como se estivéssemos vivendo sob o jugo de uma ditadura, de um sistema autoritário, é uma aberração! É uma aberração mesmo!

E na reportagem o Ministro está dizendo que acha natural, que haveria respaldo do Código de Processo Penal Militar, ou seja, buscas determinadas pela Justiça Militar.

Se esse Código é assim, tem de ser atualizado, porque tudo o que eu quero é preservar o Exército brasileiro, tudo o que eu quero é encontrar uma solução verdadeira, que inclusive reponha – e aí tem razão o Senador Cristovam Buarque – na rota da vida as pessoas que foram deserdadas pelas injustiças sociais gritantes do País.

O Senador Cristovam tem toda razão ao dizer que tem de haver invasão, mas por professores, por sociólogos, por assistentes sociais, por sistema de saúde, por apoio em matéria educacional, por ensino profissionalizante, por um conjunto de presenças do Estado brasileiro, para que possamos concorrer com esta figura que hoje é magistrada, é parlamentar, é executiva nas favelas brasileiras, que é o tráfico, a marginalidade, o sis-

tema de poder marginal, aquilo que a sociedade estabelece como sendo o seu nível de compreensão civilizatória.

Portanto, estou extremamente preocupado com o fato de que uma operação que me pareceu completamente tomada no impulso, agora seja justificada pelo Ministro, seja justificada pelo Presidente *a posteriori*, quase tentando disfarçar o que me parece uma impotência de ambos. Não houve comando, não houve liderança, não houve decisão como a de dizer “olha, o Exército vai entrar, o Presidente está mandando”, ou então, “o Exército não vai entrar, o Presidente não está mandando”. O Exército entrou, e o Presidente agora está justificando essa ação, exatamente como fazem os presidentes fracos.

O Presidente Lula me lembra Arturo Frondizi, Presidente da Argentina que não era capaz de controlar o Exército, que não era capaz de controlar o funcionamento das instituições civis da Argentina e que, portanto, se afundava em uma fragilidade que terminou sendo funesta para ele e, naquela quadra histórica e infeliz daquele país vizinho, terminou sendo funesta para a democracia.

Mas não é o caso do Brasil, que resiste à incompetência, resiste à demagogia, resiste a tanta corrupção, resiste do ponto de vista da sua saúde democrática, porque o Brasil é mesmo um grande País, o Brasil é mesmo uma democracia grande, o Brasil não é só uma grande democracia. Ele é uma democracia grande, porque é uma democracia populosa e é uma grande democracia porque é uma democracia de qualidade, já testada no *impeachment* do Presidente Collor em 1992, testada no que foi o maior escândalo republicano brasileiro, o mensalão, e as instituições brasileiras não sofreram nenhum abalo. Mas é hora de tomarmos muito cuidado, por conta desse episódio das favelas brasileiras.

Voltarei à tribuna mais tarde, Sr. Presidente, para falar sobre televisão digital e sobre a ação de vandalismo que foi a invasão da Aracruz. São assuntos que merecem muita atenção e que estão ligados à incapacidade do Governo de globalizar a competência. O Governo é global, sim, mas ele globaliza incompetência. Ele é incompetente na questão da segurança e da genética, ele não é capaz de impor ordem a grupo, como essa tal Via Campesina, que fez o que fez, desrespeitando, no seu Estado, a produção científica brasileira, levando ao desespero uma senhora, como a cientista que revelou desespero mesmo diante desse fato.

Mas, Sr. Presidente, eu encerro, dizendo que estou preocupado e que não será por falta de aviso nosso, de aviso da Oposição brasileira que, porventura, se deixará de evitar algo de funesto que, a qualquer momento, pode acontecer. Por enquanto o tráfico dança *funk*, ridicularizando o Exército e a operação que se processa nas favelas do Rio de Janeiro.

Mais tarde, poderão ocorrer choques diretos, que poderão dar em morte. Se forem mortes do lado dos favelados, será algo lamentável, algo doloroso. Se forem mortes do lado do Exército, isso representará a eclosão de uma crise sem precedentes, que poderá revelar descontrole institucional.

Era, por hora, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

APLAUSOS AO ARCEBISPO DE MANAUS PELO USO QUE FAZ DA COMUNICAÇÃO

13-3-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nos últimos anos, os grandes acontecimentos políticos e sociais foram influenciados pelos meios de comunicação, avalia o arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira.

É verdade, tanto que o próprio Arcebispo amazonense dedica uma parte de seu tempo à internet, revelando-se, diz o jornal *Correio Amazonense*, uma pessoa antenada com os problemas do mundo moderno.

Por isso, na entrevista que concedeu ao jornal do Amazonas, Dom Luiz sugere: *Precisamos aceitar e entender as diferenças para crescer como indivíduos e como sociedade.*

Ao tratar dos chamados ícones da comunicação, como, entre outros, o Padre Sérgio Lúcio, de Manaus, o Arcebispo lembra que *os ícones não são impostos; o povo é que faz de alguém um ícone*, o que, para ele, *é um fenômeno natural na comunicação social*. Ele acha que isso é bom, pois as pessoas que o povo elege como ícones são pessoas com o dom de comunicar, em benefício do povo.

Sobre o tema da *Campanha da Fraternidade* deste ano, Dom Luiz observa que, ao escolhê-lo, a CNBB procurou atender aos pedidos que chegam à Igreja, no caso, em 2006, a atenção a pessoas com deficiência.

Explicou, a propósito, que o tema *Fraternidade e Pessoas com deficiência* foi escolhido em 2004, como sempre com dois anos de antecedência. O assunto, no seu entender, é relevante, *diante das estatísticas do IBGE que acusa a existência no Brasil de 27 milhões de pessoas com alguma deficiência. Se a elas forem anexadas suas famílias, temos um universo de 100 milhões de pessoas envolvidas de alguma forma com essa questão.*

Encerro, aplaudindo as palavras do Arcebispo de Manaus.

Era o que tinha a dizer.

LULA PROMETEU (E NÃO CUMPRIU) O LINHÃO DE TUCURUÍ, A CEAM

15-3-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Parintins está praticamente às escuras, sujeita a rigoroso racionamento de energia elétrica. Está à espera da tão decantada promessa do *linhão* de Tucuruí. Promessa, sim, solenemente anunciada pelo Presidente Lula, logo no início de seu Governo, quando ele lá esteve.

Parintins não merece esse tratamento. Não merece mesmo. E por isso, o Prefeito do Município, Bi Garcia, num ato de coragem, que é um de seus atributos, esteve pessoalmente na sede da Companhia Energética do Amazonas – CEAM. Bi foi dizer que Parintins não aceita essa situação, que tolhe seu desenvolvimento.

A crise de energia em Parintins já era dramática e agora se complicou ainda mais, a partir do dia 3 último, com a paralisação de um dos mais potentes grupos geradores da Ceam, com capacidade de produzir até 1.600kW de energia.

Estamos diante de comprovada incompetência do Presidente da Ceam, Willieme Frota, que só faz prometer. Na última quarta-feira, por exemplo, no momento em que foi ao escritório da empresa cobrar explicações para tamanho descaso, o Prefeito Bi Garcia recebeu um telefonema de Frota, garantindo que *estavam para chegar ao município dois novos geradores de 1.200kwa cada*. E mais: um deles estaria funcionando em três dias.

Chega de tanta protelação. Do Presidente Lula ao Presidente da Ceam, é só o que se vê: promessas e mais promessas. A promessa de Lula foi tão incisiva que a população chegou a comemorar. Hoje, a população chora.

De fato, a cada crise mais séria, a população de Parintins recebe novas promessas. Coisas do tipo aí vem um gerador e mil e uma outras promessas.

No ano passado, para recordar, a promessa foi grandiloqüente: a produção de energia vai passar para 16 mil kwa. Promessas vãs: até hoje, a produção não passou dos 10 mil kwa.

O resultado dessa desídia vem na forma de prejuízo para o comércio e a indústria. Nas escolas, chega a ser um vexame. Quase não há aulas, por falta de energia elétrica. Com isso, os jovens, os escolares revoltam-se. Na semana passada, por exemplo, li na imprensa de Manaus o desabafo de um

aluno, Antonio José Freitas Ferreira: cadê o linhão? Chega de conversa mole e de promessas não cumpridas.

É incrível, mas a crise energética em Parintins é tamanha que a fabricação rudimentar de velas de cera está próspera. É realmente de desanimar. Uma dona-de-casa, ouvida pela imprensa, desespera-se: dizem agora que o linhão prometido por Lula só virá daqui a dois anos.

Definitivamente, Parintins não pode esperar. Que esses senhores que se mostram tão incompetentes parem de prometer em vão e ajam, trabalhem. No mínimo, em respeito à população parintinense.

Em Brasília, os parlamentares das bancadas do Amazonas na Câmara e no Senado demonstraram unidade e conseguiram aprovar R\$50 milhões, em emendas orçamentárias, para a conclusão do linhão. Mas, nada até agora.

Era o que tinha a dizer.

O CONGRESSO DEVE TER SERENIDADE SEM SER SUBMISSO

16-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna armado da maior tranqüilidade, da maior sensação de consciência tranqüila, porque, nos antecedentes, a ligarem a minha atuação pública à do Ministro Antonio Palocci Filho, eu me sinto tranqüilamente credor, seja porque, ao debater-se a política macroeconômica em curso, muitas vezes, enfrentei resistências no meu partido, no seio das oposições e até mesmo sendo levado a confrontar-me ideologicamente com o Partido dos Trabalhadores, partido a que se filia o Ministro Antonio Palocci.

No episódio inteiro da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, passou pela minha decisão, assim como pela de outros líderes – mas passou pela minha decisão –, tudo que foi postergação de depoimento do Ministro Antonio Palocci no final do ano passado.

S. Ex^a pôde depor neste ano, na data que escolheu, porque foi preciso ter tido a energia, a serenidade e a vontade de não desestabilizá-lo, que me moveu o tempo inteiro, desde que S. Ex^a assumiu o Ministério da Fazenda e se mostrou preocupado com o ajuste fiscal, com o combate férreo à infla-

ção, demonstrou-se preocupado em desmentir na prática aquilo que era o ideário doidivanas do seu partido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com toda a honra, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Uma justificativa ao comportamento de V. Ex^a: a Oposição, em especial V. Ex^a, Líder do PSDB, está tendo, ao longo deste ano, um comportamento de tolerância e de boa vontade para com o Ministro da Fazenda, a que sinceramente nunca tinha assistido durante os meus vinte e quatro anos de Congresso. Respeito os argumentos que V. Ex^a usa. É que ele vem dando ao Governo um tom de seriedade, conduzindo a economia de uma maneira que é muito ruim tirá-lo, porque não se sabe o que pode acontecer. Então, se a Oposição, que foi simpática, tolerante, vamos usar o termo, com o Ministro da Fazenda, esta foi V. Ex^a e o Presidente do PFL. Agora, com toda a sinceridade, chegou a um limite que foi a gota d'água. Em primeiro lugar, a figura do trabalhador, um caseiro singelo, simples, que lembra a figura do PT, quando Suplicy trouxe aqui o motorista. Este fez aquilo que ninguém tinha feito: contou a história do Collor, da mulher do Sr. Collor, do Sr. PC Farias. Ele contou e teve a oportunidade de contar, e tivemos a sensibilidade de entender. Naquela altura, nem PSDB, nem PFL, nem PRN impediu que o motorista pudesse falar, falou à vontade. Agora o cidadão vem e conta e tira o pronunciamento e no meio do pronunciamento, em um Congresso que o Supremo dá tantas autorizações para o sujeito mentir à vontade, dizer o que bem entender e não falarem à vontade. Olha, eu acho que V. Ex^a falou, eu falei, mas a melhor coisa que o Ministro teria de fazer, como diz V. Ex^a, era se licenciar do cargo, era se afastar do cargo. Segunda-feira começa a campanha eleitoral, não vamos nos iludir. O PSDB já tem o seu candidato. A prévia do MDB se conclui segunda-feira. Segunda-feira a campanha está na rua, e é muito ruim para todos a campanha estar na rua e em cima do Ministro da Fazenda, em cima de um fato dessa gravidade do Ministro da Fazenda. A melhor coisa que ele tem a fazer é ir para casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte sempre oportuno e lúcido e prossigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, eu vou dar uma ampliação do seu tempo, até porque outros tiveram, mas lembro a todos os Srs. Senadores que não há aparte quando falam os líderes, mas já tem o tempo para falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje mesmo cumpri ao lado do Senador José Agripino, eminente Líder do PFL, a palavra que não empenhei, mas cumpri pelos meus companheiros a palavra que não empenhei. E os meus *e-mails* se entupiram de críticas ao que julgaram ser uma atuação equivocada de minha parte. O meu computador se encheu de *e-mails*, de críticas à minha atuação, mas cumpri a palavra, que não empenhei, e acedi diante das ponderações do Senador Eduardo Suplicy, que votou conosco na última sessão que convocara o Sr. Nildo, e preferi cumprir a palavra.

Portanto, é com muita ponderação, Sr. Presidente, que venho hoje a esta tribuna, e sem muita alegria – até porque estou falando de alguém que pode não ser visto como um grande ministro aos olhos de tantos nesta Casa, mas que é visto por mim como um grande, um eficaz, um eficiente Ministro da Economia, sim, neste País, o Sr. Antonio Palocci Filho –, sem nenhuma alegria que venho dizer à Nação que aquele que depende, para sua estabilidade política, do silêncio imposto pela força a um caseiro de 24 anos de idade, esse não é mais ministro. Não é mais ministro aquele que se cerca de tantas suspeitas e que a todo momento é desmentido pelo motorista, é desmentido por um fato, é desmentido por um jornal e se refugia nas ligações com a Oposição, se refugia nas ligações com segmentos importantes da vida brasileira, pedindo que esqueçamos o seu passado e nos concentremos no seu presente. Eu até estava disposto a fazer isso, mas as evidências são cada vez maiores de que seu presente continua imbricado com o seu passado, e que nessa tal casa do Lago Sul, lá, se fazia *lobby*, negociatas, uma série de artimanhas contra o interesse público. E, neste momento, não tenho alternativa a não ser declarar que, em primeiro lugar, o PSDB não se vincula em nada mais que signifique a defesa do Ministro Palocci enquanto ele for ministro. O PSDB entende que o gesto altivo, o gesto minimamente decente, o gesto correto de S. Ex^a seria o de renunciar, até porque não é mais ministro quem, ao invés de dialogar com o Fundo Monetário Internacional, com o BID, com o Bird, com os governadores, com os secretários de Fazenda, com os senadores, com os deputados, passa o tempo inteiro dizendo que mentiu o caseiro, o caseiro diz que mentiu ele, e dizendo que mentiu o motorista, o motorista diz que mentiu ele, não é mais ministro da Fazenda e, portanto, me parece que S. Ex^a, ao invés dos 30 dias solicitados pelo Senador Pedro Simon, será levado a se ausentar

deste Governo por 285 dias, tempo que falta para que se conclua o Governo Lula. O PSDB, portanto, cobra a demissão do Ministro Antonio Palocci por entender que a economia está madura, que já não valem os argumentos de que ela se desestabilizaria se fosse, por sua vez, defenestrado o ministro. A economia está madura sim. É para se encontrar alguém que tenha o mesmo discernimento dele, a mesma capacidade de análise econômica prodigiosa que ele tem, alguém que tenha a mesma capacidade de dialogar com a economia brasileira, falar com banqueiros, falar com empresários, falar com parlamentares, alguém que seja capaz de desempenhar o papel construtivo que ele desempenhou enquanto ministro, sempre que trancado no seu gabinete, mas não dá mais para dizer que alguém foi buscar dinheiro no Ministério da Fazenda e que o assessor dele desceu para dar dinheiro a alguém que sustentava uma casa onde funcionava *lobby* contra o interesse brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro, sem nenhuma alegria, o dever de exigir a demissão do Ministro, porque o Ministro Antonio Palocci a todos certamente, a mim particularmente, causou uma profunda decepção. Quando surgiu a primeira notícia, eu disse que iria atropelá-la porque tinha a impressão de que era fogo amigo, que era coisa de petista, vou defender o Ministro, e o defendi. Assim como defendi meta de inflação quando o PT acusava o Ministro de estar errado, assim como defendi o ajuste fiscal rígido quando o Ministro dizia que tinha de fazer o ajuste fiscal rígido, assim como defendi câmbio flutuante quando muita gente do PT – até autorizada – dizia que câmbio flutuante não servia ao interesse brasileiro, da mesma maneira no campo ético, da mesma maneira no campo da honradez administrativa, eu fiquei ao lado do Ministro até este momento, hoje paguei por ele o último preço: que foi ter pedido a sessão reservada para cumprir e honrar a palavra, que não empenhei, do Senador Tasso Jereissati, que foi pedida e empenhada pelos nossos companheiros do PSDB e das Oposições. Não entendo mais que possa permanecer ministro aquele que já não é mais ministro, porque deixa de se preocupar com os temas relevantes da sua Pasta e passa a se preocupar com as minúcias das desculpas em relação a depoimentos que não deveriam atingi-lo, que não deveriam chegar perto dele, que não deveriam feri-lo.

Recomendo um claro diálogo entre o Congresso Nacional – e esse é um dever do Senador Renan Calheiros, mais do que do Presidente da CPMI dos Bingos – com o Supremo Tribunal Federal. Recomendo, de uma vez por todas, para que se evite algo que possa vir, amanhã, a ser um choque entre duas instituições, entre dois poderes. Não podemos abrir mão e realizar com plena autonomia, com plena soberania, Comissões Parlamentares de Inquérito neste Congresso. E eu não sei mais quais são os limites. É preciso um diálogo fundo e profundo entre as duas Instituições.

É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que este Parlamento seja sereno diante do Supremo, mas não se agache diante de poder nenhum. Seja sereno e respeitador de um ministro sério como sempre me pareceu ser o Ministro Peluso, um luminar da ciência jurídica nacional, mas nem por isso se vai deixar de questionar o seu gesto, se vai deixar de questionar a sua atitude, se vai deixar de questionar o que S. Ex^a prolatou hoje, como decisão monocrática sua. Não podemos abrir mão de Comissão Parlamentar de Inquérito sob pena de a Comissão Parlamentar de Inquérito, desmoralizada, virar uma mera Comissão de Fiscalização e Controle sem qualquer poder para aprofundar qualquer investigação. Aí é melhor fechá-la, aí é melhor não trabalhá-la mais, é melhor não prosseguir com ela. Mas recomendo um diálogo altivo entre os dois Poderes num Brasil que, a meu ver, haverá de ter – não tenho dúvida nenhuma, é questão de tempo – já um outro ministro da Fazenda a partir dos próximos acontecimentos que vão se desdobrar de maneira avassaladora.

O Ministro da Fazenda não pode depender do julgamento do Nildo, figura honrada, corajosa, mas, um jovem de 24 anos. Não é estável a situação de uma figura tão importante, que depende do silêncio de alguém para sobreviver politicamente.

Repito e encerro, que não é com alegria, é com sentimento; não é com arrependimento dos gestos que tomei antes, que os tomei de boa-fé, os tomei procurando ser ferreamente defensor das idéias que professo, que são idéias muito parecidas com as idéias defendidas em Economia pelo Ministro Antonio Palocci e sua equipe, que eu reputo uma equipe responsável, assim como reputo o Sr. Antonio Palocci um analista de economia de raro brilho, de rara acuidade, de rara percuciência. Mas, infelizmente, S. Ex^a perdeu as condições de permanecer no Ministério da Fazenda. Imagino, portanto, que estou falando de alguém que daqui a pouco será ex-Ministro da Fazenda deste País.

DIVULGAÇÃO DA LISTA DE FURNAS POR *E-MAIL* DO PRESIDENTE DA FUNARTE

17-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de receber uma informação pela minha assessoria. Tenho em mãos um enxerto do *blog* do jornalista Fernando Rodrigues afirmando que o *e-mail* do Presidente

da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado para propagar aquela lista é falsa de Furnas. Que a lista falsa eu sei, disse aqui. Que a lista é falsa sabe o Presidente Lula e sabe o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Que a lista é falsa sabe a Polícia Federal. Que a lista é falsa já sabem os peritos que a examinaram. Que a lista é falsa sabe, sobretudo, quem a falsificou, aquele tal Sr. Newton lá de Minas.

O grave foi o Ministro ter deixado a coisa pairar no ar. O grave foi o Sr. Antonio Grassi, da Funarte, figura olhada com simpatia por todos nós, ter permitido ou ter tomado a iniciativa de, pelo seu *e-mail*, divulgar a tal lista de Furnas, ou seja, usando um próprio público, usando um computador oficial para difamar pessoas, para dar cobertura à montagem de um chantagista.

Estou pedindo à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa a convocação do Sr. Antonio Grassi. Entrarei com o requerimento ainda hoje e quero vê-lo aqui explicando esse fato, que me parece um *link* muito claro entre o oficialismo, o Governo Lula, e a lista falsa de Furnas, caso parecido com o daquele deputado que entrou no carro de Valério e saiu de lá com uma lista apócrifa – e que, depois, mergulhou um pouco para que se esquecessem dele naquela hora mais dura de cassação de mandatos e outras coisas mais.

Grave, Sr. Presidente, muito grave é o envolvimento do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento do Governo do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento de um agente público de relevância do Governo Federal envolvido com a falsificação, divulgando a falsificação. Em vez de trabalhar pela cultura brasileira, está trabalhando para difamar pessoas, em comum acordo com um chantagista reconhecido como tal em todos os foros deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ANTES, RIBEIRÃO-PRETANA;
E AGORA CORJA PALOCCIANA

20-3-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, cumpro o dever de falar em resgate à população de Ribeirão Preto, uma das mais progressistas e belas cidades do Estado de São Paulo.

Esse resgate atende também ao que me pede uma moradora da extraordinária cidade paulista, símbolo de desenvolvimento e do trabalho de milhares de paulistas que trabalham pelo progresso do Brasil.

Falo em atenção à Sr^a Jussara Teixeira Marcelino, que hoje me enviou atencioso *e-mail*, em que destaca:

– Realmente, o grupo do Ministro Palocci fez mesmo muita sujeira e continua fazendo; eles não param.

Diz mais a Sr^a Jussara:

– É preciso esclarecer, no entanto, que esse termo “República de Ribeirão Preto” nem de longe reflete a população ribeirão-pretana. Nós somos um povo muito trabalhador para ganhar o pão de cada dia, somos pessoas pacíficas e nada temos a ver com essa bandalheira da tal república.

Dona Jussara faz um outro pedido, que atendo prazerosamente:

– Quero sugerir que, ao se referirem aí no Senado a essa corja, que não se use o termo “República de Ribeirão Preto”. Que se troque essa terminologia por Corja Palaciana.

Desde logo, atendo à solicitação, em respeito ao povo de Ribeirão.

E aproveito para declarar que todos sabemos que Ribeirão Preto tem uma população que trabalha, ao contrário do grupo palocciano que tanto infelicitava a cidade.

Bem a propósito, não entendi bem se o nome sugerido por Dona Jussara seria corja palaciana ou corja palocciana. Há muita semelhança entre uma e outra denominação.

Com todo o apreço a Ribeirão, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

PARA SER PRESIDENTE É PRECISO TER
PENSAMENTO ELEVADO E CONDUZIR A
ADMINISTRAÇÃO COM SERIEDADE

21-3-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, para ser presidente é preciso ter ao menos pensamento elevado e conduzir com seriedade a administração do País.

Para ser presidente é preciso determinar-se, é preciso resolver-se. E decidir com firmeza.

Fernando Henrique, em seu livro *A Arte da Política*, aponta algo assemelhado. E Geraldo Alckmin, menos de um mês depois da definição de sua pré-candidatura, começa a preparar o que poderá ser um Plano de Metas para o Brasil.

(...) Um programa de governo nos moldes do Plano de Metas, que Juscelino Kubitschek apresentou ao Brasil em 1955. (...) As “metas” serão objetivos na harmonização dos desenvolvimentos regionais; o programa não sairá das pranchetas dos economistas paulistas, mas das sugestões de especialistas de todo o País, ouvidos em seminários regionais feitos pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB.”

É uma pena que, antes de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva não tenha tido essa mesma determinação de Alckmin e preparado um verdadeiro programa de governo.

É uma pena que, já agora, com o barco à deriva, ele tenha preferido dizer que *o Brasil não tem pressa para crescer*.

Mais lamentável para o País é que Lula, realmente, tenha se acomodado e, nesse momento, mesmo reconhecendo que a situação está mal, não reaja, preferindo fingir que sabe tocar berimbau, como ontem na Bahia.

Nenhum brasileiro quer a ruína do Governo Lula, mas, também, ninguém aceita que se leve a administração na flauta (ou no berimbau). Como se pudesse repetir o cançãoeiro popular:

“(...) eu me vingo dela (a Nação) tocando viola de papo pro ar.”

(Pena Branca e Xavantinho)

O desejo maior da Nação, Presidente, seria a recuperação de um Governo que começou mal e segue mal. Mas sabe o povo que já é meio tarde para uma reação à altura de um país que, sim, tem pressa.

Não é só o tempo que se esvai. Também a visão do Presidente Lula, como a dos que o cercam em sua desastrada administração, é olhizaina, estrábica, e, por isso, incapaz de agir com elevação e de pensar no País enquanto é tempo, se é que ainda é tempo.

As análises futuras, quando tiver que ser escrita a história desse quadriênio perdido, o mínimo que se poderá dizer é que Lula, sem programa de governo, buscou avidamente, e às pressas, mal traçar um projeto de poder, que deu no que deu, a ponto de ele reconhecer ontem que as coisas vão mal.

Machado de Assis, nosso grande nome da literatura, diz, em *Ressurreição* (p. 21), que

(...) um espírito vesgo, uma alma insípida, é capaz de fidelidade e incapaz de constância (...)

Acrescento, indagando a quem Lula terá oferecido fidelidade, se ao Brasil ou ao PT e seu programa de poder?

E mais, ainda em acréscimo a Machado:

A quem Lula terá assegurado constância: ao Brasil, que tem pressa de crescer ou ao PT, que tem ou teve pressa de se garantir no Poder a qualquer custo?

Sem condições de promover a retomada do crescimento brasileiro e de promover as tão reclamadas obras de infra-estrutura, o atual Governo lamentavelmente levou o Brasil a cenário de corrupção jamais visto.

Pior ainda, a obstinada postura de Lula e do PT para impedir que se investigue a roubalheira que, se não foi criada pelo Governo, tem a sua convivência.

Neste momento, o País convive, ademais, com indesejáveis atritos que prejudicam a harmonia e a independência entre os Poderes da República, praticamente reduzidas a frangalhos.

Era natural que o País fosse conduzido a esse estado deplorável no relacionamento entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Disso são os maiores culpados os petistas, que, ao impetrar pretensos e mal delineados direitos, humilharam a própria casa a que pertencem, o Congresso Nacional.

Não é hora de inculpar o Judiciário nem de alegar que o Supremo Tribunal Federal teria agido com exorbitância.

Por isso, ontem, neste Plenário, dirigi uma conclamação ao Presidente desta Casa, por ele aceita, para que o diálogo entre os dois poderes possa ser refeito. Na ocasião, disse que tudo que não gostaria de ver é um Executivo hipertrofiado e, ao mesmo tempo, Judiciário e Legislativo, os dois pilares da democracia, digladiando-se, com perda de densidade para ambos e,

especificamente no que toca ao fortalecimento, impedindo a maximização das CPI.

Creio ter interpretado a vontade desta Casa e, de certa forma, ir ao encontro do que pensa a sociedade civil brasileira.

É certo que a opinião pública está preocupada com os rumos do Brasil. A imprensa, por seu lado, procura interpretar o pensamento das populações e a contrariedade nacional com o que ocorre.

Era o que tinha a dizer.

SIGILO DO CASEIRO: AGORA O PT QUER DESVIAR A CULPA DO GOVERNO PARA A OPOSIÇÃO

23-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes, ponho-me a sonhar com um Brasil ideal, um Brasil fácil. Que bom seria, Senador Alvaro Dias, se toda essa crise que leva o Ministro da Fazenda a deixar de sê-lo na prática – porque asilado, homiziado, no Palácio do Planalto, para pretextar algum despacho, impedido de comparecer à sede do seu Ministério, a fim de evitar jornalistas incômodos, fazendo perguntas mais incômodas ainda –, se tudo isso se resolvesse como imagina a Liderança do Governo.

De repente, a culpa de tudo recai nas costas do Senador Alvaro Dias, por exemplo, e acabou! Então, não houve quebra de sigilo do Sr. Francenildo; não houve casa de negócios no Lago Sul, com a presença do Ministro da Fazenda; não houve esse mar de corrupção que tem feito a vergonha do País. Basta, agora, dizermos que é preciso investigar as motivações do Sr. Alvaro Dias, que aqui, à farta, demonstrou que fez o papel de Relator *ad hoc*, substituindo o eminente Relator Garibaldi Alves, que se viu, aliás, muito bem substituído pela atitude e pela ação, no dia de ontem, competente – e essa é a sua praxe – do Senador Alvaro Dias. Mas que bom seria!

É engraçado ouvir o PT falar em vazamentos. Se vazamento pagasse imposto, o PT estaria muito mais endividado do que diz estar – e não acredito nessa dívida, creio que ela foi toda quitada no exterior com o Sr. Marcos Valério. Muito mais endividado ele estaria. Se vazamento, por outro lado, trouxesse felicidade pessoal, o PT seria um partido composto de pessoas felizes, mais que *Alice no País das Maravilhas*. O PT construiu a sua vida no vazamento, no conluio com o que havia de pior no Ministério Pú-

blico. Essa mesma banda do Ministério Público que hoje está afastada das decisões e que agora se encontra em mãos maduras como a do Dr. Antônio Fernando, atual Procurador-Geral da República.

Seria tão bom, Senador Alvaro Dias! Bastaria cassar o mandato de V. Ex^a! Sr. Presidente Renan Calheiros, eu pediria a V. Ex^a seu empenho. Resolve-se a crise toda, não houve corrupção alguma, não há nada que continue a empatar o País de progredir, e nós aqui nos reunimos e cassamos o mandato do Senador Alvaro Dias. Está resolvido! E, aí, não teria havido o opróbrio da violência contra o caseiro que ousou dizer que o Ministro mentia – que mentiu! Bastaria cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias.

Meu pai me dizia: “Meu filho, ao longo de sua vida” – ele até fazia uma certa rima pobre –, “não tenha medo de homem, de mulher nem de lobisomem. Mas tenha medo do ridículo”. Tenha medo do ridículo! Fuja do ridículo como consta que o Diabo foge da cruz! Fuja do ridículo, porque, de repente, a solução é: não se cuida mais de nenhum problema ético de defesa – até porque me parece indefensável o caso do Governo – do Governo com respostas às perguntas claras que estão sendo postas, mas, pura e simplesmente, vamos, daqui para frente, dizer que o Senador Alvaro Dias precisa ser cassado no seu mandato.

Com isso, quem sabe, devolvemos o mandato para o Deputado José Dirceu, reentronizamos o Waldomiro Diniz na Presidência da República, restabelecemos o Sr. Silvío Pereira na Secretaria-Geral do PT, e o Sr. Delúbio volta para a Tesouraria. Todos nos esquecemos do que houve. Passaria a haver uma lavagem cerebral sobre cada um de nós. O senhor caseiro, Francenildo, não teria sido violado no seu direito. O povo brasileiro não teria nem que viver a baixa auto-estima de agora, nem mesmo o Presidente da República, num raro acesso de sinceridade, haveria de dizer que reconhece que está tudo mal, muito mal.

Bastaria, Senadora Heloísa Helena, cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias. Bastaria, portanto, tirarmos o sofá da sala. Bastaria, portanto, uma dose brutal de inverdade e de insinceridade. Tire o sofá da sala, e vamos inventar o culpado!

A Caixa Econômica, Sr. Presidente, que precisou de segundos para violentar o caseiro no direito constitucional que lhe é assegurado, requer agora semanas para montar uma fraude, pensando que a Nação vai se deixar ilaquear na sua boa-fé – a Caixa Econômica, que é subordinada hierarquicamente ao Ministro Antonio Palocci Filho; a Caixa Econômica, que era vista, pelas pessoas da geração dos meus maiores, da minha avó Luíza, como um lugar seguro para se ter o dinheirinho da gente. Eu poderia fazer um gesto grande e eloquente: como tenho conta na Caixa Econômica, Senador Luiz Fernando Freire, eu poderia ir à Caixa Econômica, levar a imprensa, tirar foto e não sei mais o que e retirar meu dinheirinho da Caixa

Econômica Federal. Não posso fazer isso. Não é justo. Improria um desgaste a mais numa instituição respeitável.

Não quero, pura e simplesmente, renegar a Caixa Econômica, que tem tantos e tão bons serviços prestados ao País. Quero a limpeza na Caixa Econômica, a demissão do Sr. Mattoso, a apuração das responsabilidades, não punindo um “subgerentinho” qualquer do terminal um ou do terminal 33. Quero a punição dos responsáveis intelectuais, daqueles que perpetraram um crime que não pode ser apoiado por ninguém de boa-fé deste Governo, até porque pessoas de boa-fé não apóiam crimes.

Ninguém pode passar a mão pela cabeça de quem agride a Constituição e arranha a democracia num dos seus pilares básicos, que é o direito à privacidade.

Hoje há uma charge simplesmente sensacional no jornal. O chargista diz para alguém que estava abrindo conta na Caixa: “Você pode se inscrever, aqui você tem direito a tudo, cheque especial, isso, aquilo; sigilo bancário, não – só se for a favor do Governo”.

Senador Alvaro Dias, não vou perder mais tempo com a ridicularia. Temos que ter medo do ridículo, e isso aprendi com o meu pai. Do resto, homem, mulher e lobisomem eu não tenho, sinceramente; agora, do ridículo eu tenho, e parece que há pessoas que não têm.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, com muita honra.

A Sra Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Falarei muito rapidamente Senador Arthur Virgílio. Enquanto V. Ex^a estava falando, eu estava analisando a possibilidade de se abrir qualquer procedimento em relação ao Senador Alvaro Dias, porque divulgou uma fita que está num processo. É evidente que nenhum procedimento poderia ser aberto contra ele, como senador, até porque teria de ser aberto retroativamente contra mim também. Essas coisas isonômicas devem ocorrer. Na época, lideranças importantes do PT comemoraram muito. Recebi umas fitas que davam conta de indícios de corrupção e tráfico de influência entre o Governador Roriz e vários empresários. Eu as encaminhei à Comissão de Fiscalização e Controle, as fitas foram divulgadas, e nem por isso alguém solicitou abertura de procedimento em relação a mim. Tenho certeza de que isso não ocorrerá. É claro que todas as ações de todos os parlamentares devem ser averiguadas; a ninguém é dado o direito de estar acima da Constituição ou do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só ao Okamoto.

A Sra Heloísa Helena (P-SOL – AL) – O pior é que não é só a ele, mas a outros também. Eu não me sentiria à vontade se não deixasse registrado esse caso que ocorreu, porque nenhum procedimento contra mim foi instalado. Talvez seja aquilo, como disse a Eliane Catanhêde, a jornalista, em artigo: “Quando é o nosso, fala a verdade; quando é o deles, eu passo a desqualificar como se mentira fosse”. Gostaria de deixar registrado o que ocorreu. O fato foi muito comemorado na época, porque, talvez, se quisesse atingir os nossos adversários. Isso fica realmente muito feio, desrespeitoso, quase que infame, não é? Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigada, Senadora.

Não bastasse esse pega-ladrão-de-feira, essa tentativa diversionista, temos algo terrível a que V. Ex^a acaba de se referir no seu discurso. O gerente da Caixa Econômica – alguém de uma patente funcional parecida com os bodes expiatórios que o Governo visa construir para buscar encobrir a responsabilidade “incobrível” dos verdadeiros autores intelectuais dessa fraude –, o gerente da Caixa Econômica em Teresina se julgou no direito de chamar o empresário que depositou o dinheiro na conta do caseiro Francenildo para pressioná-lo. Ele teria que explicar a origem, as motivações, enfim, esse que Francenildo diz ser seu pai natural.

Pergunto, Sr^{as} e Srs. Senadores: o que é – nós sabemos que todo aquele cidadão ou cidadã que gosta de derrubar ícones, ídolos é um iconoclasta – um Governo que pretende desmoralizar todas as instituições? Alguém, a qualquer hora, vai imaginar que se pode colocar fogo aqui no *bundesstaat*.

O que é o Governo que, desde que começou a mostrar as suas garras, impôs sucessivos desgastes a um poder que não pode ser desgastado a esse ponto, como é o Poder Judiciário? O que é um Governo que, praticante do “mensalão”, me fez viver aquela cena insólita da minha vida doméstica: a minha mulher dizia para mim assim “Ah, eu quero ver a TV Câmara até o final, para saber se vai ter alguém cassado”. Eu disse: “Então, por favor, você vai ver da sala, porque eu quero dormir. Eu já sei que todos vão ser absolvidos. Então, para que eu vou ficar acordado? Vamos ver um filme, então. Vamos ver um filme. Não vou ficar acordado sabendo que foi montada toda uma farsa, para, no final, não se ter punição alguma, além daquelas que já aconteceram, matando de arrependimento os que renunciaram, senão seriam absolvidos também”.

Que Governo é este, Senador Gilberto Mestrinho, Sr^{as} e Srs. Senadores? Que Governo é este que faz o impossível para desmontar a credibilidade das próprias instituições que ele governa, que ele deveria reger? É um Governo que, a partir de uma negociata no BNB, Banco do Nordeste do Brasil, terminou flagrado com aquele fato do dólar na cueca. Isso desmoraliza o

BNB. É aquele que arranhou, no episódio Visanet, no episódio Pizzolato, a credibilidade desse ícone da vida financeira do País, que é o Banco do Brasil. E que agora envolve a Caixa Econômica numa denúncia escabrosa de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Que Governo é esse? Que Governo é esse?

Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa algo que já é do conhecimento de todos, suponho, mas é meu dever fazê-lo. O Presidente interino do meu partido, Deputado Alberto Goldman, apresentou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Aldo Rebelo, denúncia objetivando instauração de processo contra o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci Filho. Resumindo a peça, o senhor...

V. Ex^a pede um aparte, Senador Ney Suassuna ?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, Senador Arthur Virgílio, quero apenas saber quem instaurou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem instaurou? O Presidente interino do PSDB, Deputado Alberto Goldman, pediu denúncia visando enquadrar o Sr. Antonio Palocci Filho em crime de responsabilidade pelas razões que passo a expor a V. Ex^a e aos nossos estimados pares.

Pela razão óbvia de que o chefe da Caixa Econômica Federal, sabendo da suspeita sobre a Caixa Econômica Federal de quebra de sigilo... E não dá para se cometer aqui a leviandade suprema, a leviandade até covarde de tentar confundir o vazamento, que é delituoso, e que sempre foi uma prática do PT. O PT cresceu no vazamento. Cresceu na mancebia do vazamento que praticava com o que havia de pior no Ministério Público Federal, com a figura criminosa, atentatória da liberdade democrática, que é a quebra ilegal de sigilos. E no caso do caseiro Francenildo, foi o sigilo bancário.

Mas o Sr. Presidente Alberto Goldman...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Magno Malta. Vou apenas terminar a parte que explica a atitude do meu partido. Em seguida, terei muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Ministro Palocci não providenciou. Digamos que não tivesse culpa alguma, que não fosse beneficiário – e seria beneficiário – da desmoralização que intentaram do caseiro Francenildo. Mas digamos que não fosse beneficiário. S. Ex^a teria incorrido em grave falta, porque a suspeita de dolo praticado, nesse caso pela Caixa Econômica Federal, deveria ter

motivado de sua parte imediata abertura de processo de investigação. Isso não foi feito.

Arrazoa a peça do PSDB sobre o crime de quebra de sigilo bancário, que, na verdade, sujeita os responsáveis à pena de reclusão de um a quatro anos e multa, aplicando-se no que couber o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este é o País da lei.

Já concedo o aparte também ao Senador Heráclito Fortes.

Então, vamos à Lei de Crime de Responsabilidade. São argüidos os Itens 5 e 9 do art. 7º da Lei nº 1.079/50. Diz, em um trecho aqui, o Presidente Alberto Goldman : “É importante destacar que os extratos da referida conta da Caixa Econômica Federal descritos acima foram emitidos na quinta-feira, dia 16 de março de 2006, às 20 horas, 58 minutos e 21 segundos”. Ou seja, no mesmo dia em que o depoimento de Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos foi interrompido, por determinação judicial do Supremo Tribunal Federal, em virtude de o mesmo estar fornecendo dados importantes sobre supostas práticas ilícitas do Sr. Ministro da Fazenda.

Vou resumir, para ouvir os colegas. Eu me desincumbo, não com alegria, mas com muita honra, desta missão partidária.

Há todo um passeio pelos artigos que embasam o enquadramento do Ministro: o Item 3 do art. 9º da mesma Lei nº 1.079/50, o item 7 do art. 9º da Lei nº 1.079/50. Diz um item da peça:

Não bastasse isso, restou comprovado também que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, faltou com a verdade para com uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, já que publicamente desmascarado pelo motorista e pelo caseiro da casa do Lago Sul, em Brasília, onde os seus ex-Assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti e Vladimir Poletto, fizeram a repartição de dinheiro proveniente de doações ilegais a campanhas do PT.

A peça de denúncia do PSDB – já concedo o aparte, Senador – questiona a legitimidade do Ministro. E eu vou à conclusão:

Em conclusão, assim sendo, com base nos argumentos e fundamentos colacionados na presente denúncia, requer-se: primeiro, seja a mesma recebida, pois, conforme o art. 15 da Lei nº 1.079/50, o único empecilho para o competente recebimento não se apresenta, já que o denunciado permanece no cargo de Ministro da Fazenda.

Segunda demanda: sejam requisitados à Caixa Econômica Federal e à Polícia Federal os documentos comprobatórios da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, de forma a comprovar que este não o autorizou.

Terceira demanda: para, após lida no Expediente da próxima sessão e regularmente processada ao final, instaurar processo contra o Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci, objetivando reconhecimento da prática do crime de responsabilidade, com a sua destituição do cargo e inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública.

Ainda nos termos do Regimento Interno, arrolam-se as seguintes testemunhas: Francenildo dos Santos Costa, o caseiro; Dr. Rogério Buratti; Sr^a Clarice Coppetti, Vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal; Sr. César Alvarez, Assessor Especial da Presidência da República; Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Sr. Marcelo Netto, Assessor de Imprensa do Ministro da Fazenda; e Sr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Brasília, 23 de março de 2006.

Deputado *Alberto Goldman*, Presidente Nacional Interino do PSDB.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu apenas pergunto: V. Ex^a não considera muito estranho o silêncio do Banco Central a respeito de tudo isso? Já não já era hora de o Banco Central se manifestar, por meio de sua Diretoria de Fiscalização, uma vez que a segurança do sistema financeiro e bancário, inclusive, está sob a responsabilidade desse órgão? Não lhe parece uma omissão imperdoável do Banco Central nessa questão? Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Heráclito Fortes.

O PSDB, dias atrás, entrou com outra representação, essa junto ao Ministério Público, visando apurar as responsabilidades da Polícia Federal, do Banco Central e da Caixa Econômica Federal.

Concedo o aparte, com muita alegria e muita honra, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de abordar este assunto em um pronunciamento. No entanto, é tão qualificado e vasto o conteúdo de V. Ex^a, bem como o debate, que muito qualifica quem o aparteia, principalmente a mim que sou seu fã. Resolvi apartear-lo e fazer, neste aparte, a revelação da minha angústia. V. Ex^a está extremamen-

te correto quando pede a apuração de tudo o que está acontecendo. Falo da apuração da questão de Ribeirão Preto, Leão&Leão, Poletto, Ademirson. O Ministério Público e a Polícia Federal precisam ir fundo nessa questão que envolve o Ministro Antonio Palocci. É preciso ir fundo mesmo. E falo de forma desapaixonada, porque nem sou Lula nem sou Alckmin; meu candidato é outro. Não estou falando para defender o PT nem o PSDB nem o PFL. Meu candidato é outro. Estou falando com um sentimento de justiça. É preciso aprofundar a investigação totalmente. Essa da Caixa Econômica é lamentável. Senador Arthur Virgílio, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, em nome da nossa amizade especial; não falo do orador Arthur Virgílio, do colega, mas de meu amigo pessoal. A Bíblia diz que existem amigos que são mais chegados do que irmãos. É o nosso caso. Esse caso do caseiro tornou-se emblemático, enigmático. É preciso que se faça uma investigação profunda, porque esse vazamento pode ter partido de um puxa-saco também. Não dá para fazer juízo sobre o Mattoso, neste momento. Não tenho procuração para defendê-lo, há de se investigar. Mas não faço juízo. Até onde conheço o Mattoso, o conheço como gente de bem. Não tenho procuração para defender Palocci, acho até que é uma pessoa que não gosta de mim, e muito menos o Presidente Lula, porque me coloquei independente nesta Casa, e eles não morrem de amores por mim. Mas acho que investigação é bem-vinda onde existe indício. O Ministério Público deve se aprofundar, assim como a Polícia Federal. Sei que V. Ex^a não está falando nisso, mas, em nome da nossa amizade, fiz o aparte e aproveitei para dizer que estão querendo buscar algo legal num lugar onde legal não é: na CPI dos Bingos. Não há, dentro do fato determinado que escrevi, saiu da minha cabeça, e hoje vejo a CPI dos Bingos virar um ringue de K-1, onde se bate com os pés e com as mãos – V. Ex^a é lutador, sabe. Aliás, o campeão mundial de K-1, de 2005, é um brasileiro, o Glauber Feitosa, que bate muito – com calcanhar, então, o bicho é um doido. É um ringue de K-1! Vale tudo, sem fato determinado! O que esse menino caseiro pode contribuir com a contravenção no Brasil? E aí, vendo a CPI dos Bingos, fico pensando como Santos Dumont se sentiu quando viu o avião jogando bomba nos outros. É preciso investigar tudo, mas no foro correto. Fui integrante da CPI do Banestado. A convocação de Paulo Maluf fazia parte do fato determinado, e ele não foi chamado. Cheguei a pedir a prisão até de depoentes, Senador Arthur Virgílio. Mostramos a fita do sujeito falando, discutindo contravenção com o povo do Uruguai: “Vamos viajar! Vamos levar oito no jatinho!” Eu até disse ao Presidente: “V. Ex^a precisa prender”. Mas o indivíduo não foi preso. Por que as coisas incorporam o camaleão? Estou falando isso por questão de justiça a mim mesmo, mas respeito quem pensa de outra forma. Volto a indagar se é escabroso o caso da Caixa Econômica. Sim. Quebrar sigilo o é não porque é de um caseiro, que é tão honrado como um grande industrial que ganha milhões e que é igualzinho a Antonio Ermírio de Moraes, principalmente

aos olhos de Deus. Quebrar o sigilo do caseiro é tão indigno quanto o de uma lavadeira que abriu uma pequena conta para depositar aquilo que recebe do patrão ou quanto o de Antonio Ermírio de Moraes ou o de qualquer outro empresário bem-sucedido deste País, qualquer empresário integrante da Fiesp. É preciso investigar os fatos. Pode ter sido obra de bajulador, de alguém que quis vaziar porque faz parte não se sabe de quê. E V. Ex^a disse que tipos do Ministério Público que não tinham compromisso com a sociedade vazavam informações para o PT. É necessário apurar os fatos. Quem comete dolo e crime tem de pagar. Deve-se aprofundar a investigação. No entanto, CPI dos Bingos não é o lugar. E aí eu dizia para o Senador Tião Viana que comete erro também quando apresenta lá requerimento convocando pessoas só para que haja luta de K-1. Se eles convocaram Fulano, nós convocamos Sicrano. Convocou Fulano, nós convocamos Sicrano. Parece aquela luta de vale-tudo, na mão, e que também não tem nada a ver com o fato determinado. E aí fico pensando como é que o Senador Garibaldi vai fazer um relatório da CPI dos Bingos, dizendo assim: nós somos contra o bingo no Brasil; a CPI propõe o fechamento por essa e essa razão; ou propomos abrir tudo por essa e essa razão; porque investigamos isso e isso e chegamos a esse e esse denominador. Não é assim. Quando se fala com alguém do bingo é esporádico. Não há investigação. Alguém fala: é, mas, com relação ao caseiro... tinha um indivíduo lá, que era um angolano. Quero saber qual é e se a investigação a respeito do angolano está pesada. Descobriram as ligações internacionais do angolano? O que esse angolano está lavando aqui? Qual é o bingo onde ele coloca o dinheiro? Onde é que lava mais, lava menos? Onde é que ele entrou – a rede do angolano? Não. A investigação se dá em cima do menino. E lamento que isso ocorra na CPI dos Bingos, porque a minha intenção foi outra. Escrevi um fato determinado, apanhei igual bode embarcado para poder protocolar, para garantir a minha posição. E, depois, vejo que virou um ringue de K-1. Então, Senador Arthur Virgílio, lamento interrompê-lo. E eu não faria este aparte a nenhum outro orador, iria para a tribuna e faria o meu discurso. Mas, faço um aparte ao meu amigo e irmão Arthur Virgílio, que está falando de que necessária é a investigação – V. Ex^a não tocou em nenhum momento na CPI dos Bingos. Concordo com V. Ex^a: é preciso que o Ministro Palocci seja investigado; é preciso que todo mundo sob qualquer suspeição seja investigado. Agora, que o Ministério investigue o caso da Leão & Leão, que o Ministério Público investigue as coisas de Palocci lá, que o outro investigue...

(Interrupção do som)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas que a CPI dos Bingos cumpra o seu papel de investigar a contravenção no Brasil, pois foi isso que propus. E isso me faz muito mal quando chego às sessões e vejo uma luta da K-1,

desnecessária, que não acrescenta porque o relatório será pífio, atingirá pessoas fora do fato determinado, ensejará ilegalidade, porque, judicialmente, não vale absolutamente nada. O único “ganho” que fica da CPI é ter desmoralizado, na frente da televisão, pessoas que foram convocadas sem o fato determinado, o que, judicialmente, não vale absolutamente nada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Antes de mais nada, registro – e já é de conhecimento de todos – a estima e admiração que tenho por sua inteligência cintilante. Isso é um fato. E respeito a sua posição que, a meu ver, haverá de ser dirimida pelos tempos que estão correndo e pela própria Justiça brasileira na sua manifestação definitiva.

V. Ex^a se refere ao caseiro emblemático, e terminou virando. E, aí, digo de mim para mim: como pode ser ministro aquele não resiste à oitiva do caseiro? Como é que pode ser ministro, Sr. Presidente, aquele que, segundo notícia que li hoje, se não me engano no jornal *Folha de S.Paulo*, pode se embananar de vez se a esposa do caseiro falar? Como por ser ministro aquele que está asilado na embaixada do Palácio do Planalto, sem ser por enfrentamento a nenhuma ditadura, mas embaixo de um escândalo que desnudou práticas ditatoriais, como a quebra vergonhosa, delituosa e criminosa do sigilo fiscal de alguém? Como pode ser ministro aquele que não pode comparecer a um evento público? Como ser presidente da Caixa Econômica aquele que admite que a instituição sob seu comando quebrou, em segundos, o sigilo do caseiro, mas que precisa, agora, de semanas para oferecer uma resposta supostamente convincente à Nação? Tenho a impressão de que precisaríamos dar dois anos, se não tivéssemos pressa, e não ofereceríamos resposta convincente à Nação.

V. Ex^a usou a expressão *pode ter sido um puxa-saco*. Até pode, mas pergunto por que, então, não mostraram logo que é um puxa-saco. Estão dizendo que não é possível dizer-se quem é. O cidadão comum acha que, imaginem, querem tempo para subornar, ameaçar, negociar.

Parece que o Presidente Lula foi traído por pessoas que ele não declina os nomes, traído por pessoas que ele chama, depois, de “nosso Delúbio”, ao mesmo tempo em que passou o tempo inteiro procurando ridicularizar e minimizar a atuação da Oposição. O Presidente Lula não parece em nada convincente.

Não argumentaria com V. Ex^a, até porque sei da sua convicção, que passou por lá o Sr. Caio, notório bingueiro, que teria sido visto na Casa. Não argumentaria por aí, mas pelo fato de que não é possível mais continuarmos varrendo para baixo do tapete esse caso do caseiro Francenildo.

Vou dizer a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, e a V. Ex^a, Senador Magno Malta, que, amanhã, o Senador Tuma pode perfeitamente convidar para comparecer à Corregedoria da Casa o caseiro Francenildo. Vou além: eu posso fazer isso. Eu posso, sem nenhum temor de que requisitem as fitas para saber quem foi ou quem não foi ao meu gabinete, convidar o caseiro Francenildo a ir ao gabinete da Liderança do PSDB e avisar a pouca gente, avisar apenas a nação dos gregos e a nação dos troianos, a imprensa e todo mundo. Convido os parlamentares que lá queiram se apertar e, junto com meus Pares, faço todas as perguntas que quiser ao caseiro Francenildo. Que equilíbrio é esse que se estabelece...

Senador Magno Malta, já lhe concedo a palavra outra vez.

Que equilíbrio tenro é esse que exige o silêncio do caseiro e que admite ser uma bomba atômica, uma bomba de 500 mil megatons a fala da humilde, modesta, esposa do caseiro?

Ouçõ V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, eu também acho. Até onde eu vi o Francenildo, não tem nada... Ele dizer que viu o Ministro... Na minha concepção, até onde isso caracteriza contravenção?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só o de o Ministro ter mentido.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Sim. Eu também não vejo nada de mais. Ele não tocou em vida pessoal, ele não falou... Não atingiu a honra da família do Ministro, absolutamente, absolutamente... No último caso, de fato, seria a palavra dele contra a palavra do Ministro, quer dizer, não vejo nada para se criar um estardalhaço dessa natureza. Criou-se um estardalhaço dessa natureza, desnecessariamente, que culminou em um crime, o de quebrar o sigilo do rapaz – aí tem de se investigar a fundo. Agora, no finalzinho, fechando a minha fala, volto aqui à réplica da mente arguta de Arthur Virgílio – se entender como provocação o será. Quando Fernando Henrique era Presidente e aconteceu o escândalo com Mendonça de Barros, Fernando Henrique não autorizou nada daquilo. Eu votava contra o Governo, mas discurséi, fazendo coro com V. Ex^a, defendendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando falaram dos escândalos dos aviões em que os ministros foram a Fernando de Noronha, fiz discurso, porque não dá... Que cada um responda pelos seus atos. Cada qual responda pelos seus atos, repito. Não tenho autorização para defender Jorge Mattoso, tenho pouco relacionamento com ele, mas não o julgamento precipitadamente porque o tenho na conta de um homem de bem. Defendi Fernando Henrique e os seus ministros, porque os tinha também na mesma conta. Agora fico de lado, como se estivesse num ringue vendo uma luta de K-1.

É esse o sentimento que tenho. Acho que a Polícia Federal tem de ir fundo nessa questão emblemática do caseiro. Não havia necessidade de quebrar o sigilo dele. Se, numa cadeia de investigação, tudo documentado, se chegar ao Presidente, que Sua Excelência responda pelo dolo cometido. Se houve dolo, puna-se. Se houve dolo do Sr. Palocci, que amanhã vai virar cidadão comum, que ele seja punido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem sabe, amanhã mesmo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Que seja punido. Se o Ministério Público ou a Polícia Federal chegar a uma conclusão, no caso de Ribeirão Preto, que ele seja punido. Pedi esse aparte tão-somente porque acho que estão discutindo assuntos sérios, que devem ser tratados com seriedade – essa é a verdade –, mas o fórum não é aquele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder o aparte a V. Ex^ª e à Senadora Heloísa Helena – pensei que o Senador Mercadante estava pedindo um aparte – eu digo, Sr. Presidente, que no episódio do Sr. Mendonça de Barros, há duas diferenças grandes: primeira, que já passou e ele foi absolvido em todas as instâncias em que foi julgado; segunda, ele foi demitido. Não houve panos quentes. Ele foi demitido prontamente.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É por isso que eu disse que ele foi absolvido. Eu sabia que o Sr. Mendonça tinha sido absolvido, que, naqueles dias, eram ilações. E a investigação concluiu o quê? Concluiu que nada existiu e que ele tinha de ser absolvido. Por isso, estou falando do cuidado que se deve ter com relação a Mattoso. Se há indício com relação ao Palocci, que se investigue. Se ele não dever nada... Hoje Mendonça de Barros leva esse arranhão pela ilação que se fez e vai carregá-lo pelo resto da vida por uma acusação da qual ele foi absolvido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Ministro Mendonça de Barros, em cuja seriedade acredito, cuja seriedade defendi e cuja seriedade foi proclamada pela Justiça, naquele momento exato perdeu a condição de permanecer no Ministério e não ficou lá. E ele não estava asilado no Palácio do Planalto, com medo de encontrar a imprensa e com medo de falar com as pessoas ou de ser visto em público.

O caso dos aviões que foram para Fernando de Noronha – meu Deus! – é uma brincadeira de criança perto do que se viu, os aviões de Fernando de Noronha. E vi ministros, no Governo do Presidente Fernando Henrique, inventando desculpas para cá, desculpas para acolá. O Sr. Raul Jungmann foi mais claro que todos. Aquilo, para o mesmo PT ofendido de agora, era

como se a República estivesse sendo virada do avesso. Estavam todas as vestais agoniadas.

Vou dizer uma coisa a V. Ex^a, Sr. Presidente, pois tem a ver com sua terra, tem a ver com Alagoas, Presidente Renan Calheiros. Estive lá, com V. Ex^a e com o Senador Teotônio Vilela, logo após o romper do ano de 2005. Uma coisa que considero marcante em Alagoas é a capacidade de os diversos grupos políticos que compõem a fauna política local de saberem se congregar nos momentos festivos, nas reuniões sociais. Eu fui a uma festa, vizinha à casa onde estava hospedado. Lá havia gente de toda coloração política. Estava lá o filho do Sr. Paulo César Farias, que conversou comigo. O menino tem a marca do sofrimento que viveu. Estava lá o Sr. Romero Farias, Secretário Executivo do Ministério da Saúde na gestão Alcení Guerra, que veio depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a do PC Farias, que redundou no *impeachment* do Presidente Collor.

Ele me disse assim: “Arthur, o que aconteceu naquele Governo foi tão pequeno se comparado com o que estamos vendo hoje”. Aí ele citou quatro pessoas do PT – eu esqueci o nome de duas. Lembro-me de que uma delas era o Sr. José Dirceu e a outra Luiz Gushiken. Ele disse que os quatro sentavam juntos. Antes de perguntar qualquer coisa, havia uma bateria de desmoralização de todo e qualquer cidadão que fosse depor na CPI. Era assim: primeiro desqualifica completamente e depois faz a primeira pergunta, supostamente com o moral do pobre depoente arreado.

Qualquer pessoa é testemunha; primeiro, não sou figura das mais assíduas de CPI nenhuma; segundo, desafio alguém que me diga... Se alguém me disser: Arthur você exagerou e chegou às raias da rudeza, no plenário da Casa, lidando com pessoas parecidas com você, gozando do mesmo *status* que você, senadores, deputados e congressistas como você, aí até admito e dou a mão à palmatória. Mas desafio alguém que me diga que eu fui a alguma CPI para destratar alguém, para desqualificar quem quer que seja, para usufruir daquele *status* momentaneamente superior de alguém que está ali com toda imunidade, com todo peso, com toda força contra alguém que estaria muito mais nas minhas mãos do que nas mãos de outros setores da sociedade brasileira naquele momento. Eu tenho a consciência muito tranqüila quanto a isso.

Digo isso a V. Ex^a, com a autoridade de quem enfrentou tormentas dentro do PSDB, que enfrentou tormentas para estar, em muitos momentos, ao lado do Ministro Antonio Palocci. Enfrentei tormentas dentro do bloco de Oposição para estar ao lado do Ministro Antonio Palocci. Fui um dos responsáveis diretos pelo atendimento a um pleito de S. Ex^a, que me disse – deve ter dito a outros –, que era em tudo e por tudo inconveniente depor na CPI antes do fim do ano. Pois eu usei, Senadora Heloísa Helena – não tenho o que esconder, mesmo, de ninguém –, de todos os artifícios,

e todos os argumentos contidos no que eu pudesse ter de vida inteligente para jogar o depoimento para o outro ano, para quando o Ministro se dispusesse a vir.

Se a CPI fosse tão ilegítima assim – respeito o Senador Magno Malta, que criou a CPI, foi o pai da CPI –, o Ministro Palocci não tinha de ter vindo aqui; teria de ter ido ao Supremo, já àquela altura. Ele reconheceu a legitimidade da CPI, e foi isso que fez com que nós tivéssemos desaguado nesse imbróglio. Mas ele veio aqui, Sr. Presidente, quando ele quis. Ele veio aqui quando quis, repito. Em algum momento, S. Ex^a, o Ministro Palocci, a mim me disse: “É melhor ir logo”. Eu disse: muito bem. Todos são testemunhas do silêncio quase ensurdecedor que eu fiz naquela CPI. Quando fiz perguntas ao Ministro Palocci, eu fiz perguntas tão cuidadosas, de tal sorte cuidadosas, que mereci críticas em editoriais de jornais. A minha preocupação estava colocada na economia brasileira.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, somente para cooperar com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois, não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu sou testemunha disso, já que V. Ex^a está revelando o fato, e nós dois conversamos sobre isso. Eu fiz esse argumento junto com V. Ex^a, e V. Ex^a concordou naqueles dias. É indiscutível o seu comportamento com relação a esse episódio. V. Ex^a tem cem por cento... Aliás, para que dar número para isso? Mas, daquilo que V. Ex^a fala, neste momento, sou a sua testemunha, bem como das conversas que nós dois tivemos, em que eu fazia as ponderações e elas se somaram ao seu entendimento. E V. Ex^a realmente ajudou naquele momento, entendendo o momento do Ministro, o momento do País. Eu concordo com V. Ex^a.

(Interrupção do som)

Não quero atrapalhá-lo mais. É só para dizer que testemunhei o fato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bom ouvi-lo.

Eu ouço o Senador Heráclito e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, é apenas para dar o testemunho dessa luta e desse trabalho que V. Ex^a fez. Quero dizer que, não com a intensidade de V. Ex^a, mas também, dentro do meu partido, trabalhei para que o ministro tanto adiasse o seu depoimento aqui, como também viesse em uma data que mais confortável lhe fosse. Recebi as mesmas críticas e, por incrível que pareça, na maioria, de senadores do

próprio PT, que passaram notícias de maneira desleal aos jornais dizendo que eu era do grupo do Sr. Palocci, sem eu nunca, graças a Deus, a ele ter pertencido. Mas, dentro do mesmo princípio que V. Ex^a defendeu, estamos defendendo uma economia que defendemos e ajudamos a construir há oito anos. Tive vários contatos, inclusive com o Senador Tião Viana...

(Interrupção do som)

... nos momentos que antecederam a audiência do Ministro Palocci. Depois comentamos, surpresos, o silêncio e a omissão de alguns companheiros dele no depoimento. Aí, fui surpreendido com informações saídas do próprio gabinete ou do Palácio do Planalto, que começou com a viagem do Presidente a Santa Catarina, de que eu estaria acobertando o caseiro Nildo. Eu não posso, de maneira nenhuma, pela vida pública que eu tenho, aceitar uma canalhice dessa natureza.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Muito bem. Sr. Presidente, desta vez encerro, pedindo um pouquinho de tempo a V. Ex^a só para dizer duas frases mais – e o Senador Magno Malta fez essa provocação tão fraterna. Considero que o Ministro Palocci tem suas horas contadas no Ministério. Não depende do Presidente Lula. A demissão de José Dirceu foi feita por Roberto Jefferson, não por Lula. A nomeação foi feita por Lula. Se alguém me perguntar o que eu acho do desempenho técnico do Ministro Palocci, eu diria que o Ministro Palocci vai entrar para a história por esses defeitos que revelou, mas vai entrar para a história como um dos maiores ministros da Fazenda que este País já conheceu. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isso, é uma figura extremamente contraditória, tipo Doctor Jekyll e Mr. Hyde. Mas o Ministro Palocci mentiu para mim, mentiu para a Nação. O Ministro Palocci foi flagrado numa mentira que não lhe cabia. O Ministro Palocci terminou se enredando numa teia que tirou dele as mínimas condições de se manter como titular da Pasta da Fazenda. Que ele, então, aguarde o julgamento da história a respeito da sua *performance*.

A Senadora Heloísa Helena pensa uma coisa que é a mesma, mais ou menos, que pensa o Senador Alvaro Dias, que aqui estava conosco. Eu penso diversamente, eu penso diferente. Eu penso que foi um grande ministro, sim, mas um grande ministro que já é, virtualmente, ex-grande ministro, porque não tem mais condições de permanecer como ministro. Todo mundo sabe disso, principalmente ele, que é uma das figuras políticas mais inteligentes com que já convivi. Principalmente ele.

Fingir não ver isso é participar de um certo jogo de hipocrisia, é desdenhar da inteligência do povo brasileiro, é subestimar a capacidade de análise de todos aqueles que estão na arena da decisão política.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

É URGENTE A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE TV DIGITAL

24-3-2006

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar da TV digital, mas, antes de mais nada, informo à Casa que estou protocolando junto à Mesa requerimento solicitando que o Coaf investigue a origem do dinheiro recebido pelo Presidente Lula por parte do Sr. Paulo Okamoto. Foram R\$29.436,26, portanto mais que os R\$25 mil recebidos do seu pai pelo caseiro Francenildo. Se o Coaf se abriu para fazer uma investigação, não se vai fechar para fazer a outra, porque não vamos deixar.

Não se entende a demora do Governo em resolver a questão da TV digital. Não é possível que continue impedindo o País de usufruir os benefícios da tecnologia num dos setores de maior interesse popular: o da televisão. Para o povo, a principal fonte gratuita de informação e de lazer é a televisão. Com a TV digital, o telespectador receberá em casa imagem de muito melhor qualidade, com nitidez de cinema.

A TV digital é uma fantástica maravilha tecnológica. Seu sistema de transmissão por código binário é o mesmo utilizado nos computadores. No atual sistema analógico, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido por um grande e pesado tubo. No sistema digital, são ativados minúsculos sinais luminosos na tela. A imagem é nítida. Além disso, a TV digital permite a interatividade, a comunicação em via de mão dupla entre o telespectador e a emissora.

Por que não proporcionar logo isso ao povo, senhores do Governo?

Não há mais questões técnicas a resolver. O assunto vem sendo exaustivamente debatido desde 1998, quando, ainda sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual honrosamente participei, foi implantada a digitalização em outros setores, como os da telefonia móvel e da televisão por assinatura.

Tudo está maduro para a decisão. As dúvidas sobre que sistema atenderia melhor aos interesses do País – se o padrão norte-americano, se o europeu, se o japonês, ou se seria melhor o Brasil desenvolver sistema próprio – estão hoje definitivamente afastadas. Para mim, o sistema japonês é o que melhor atende aos nossos interesses.

Já disse isso aqui mais de uma vez. Disse que esse era o melhor sistema para a minha região amazônica, para a nossa Amazônia, pois levaria a televisão aberta, gratuita, a todos os seus rincões. A Rede Amazônica de Televisão, que tem sede no meu Estado e se espalha por toda a Amazônia ocidental, mais Amapá, e é vista pelo satélite AmazonSat por telespectado-

res de todo o País, tem 202 repetidoras espalhadas pela área e já está pronta para operar com televisão digital. Pronta, portanto, para levar essa imagem de alta definição a toda a vastidão da região mais estratégica do País.

Se dúvidas restassem ainda quanto ao melhor sistema para o Brasil, elas foram afastadas ou teriam sido afastadas – e para mim foram afastadas – pelo comunicado que dez importantes redes de televisão publicaram nos jornais de ontem. São elas: a Band, a Cultura, a Globo, a Record, a Rede TV!, a Rede Vida, o SBT, o Canal 21, a CNT e a Rede Mulher.

Depois de informar que dedicaram vários anos ao estudo da questão, ao lado de diversas universidades brasileiras, essas empresas afirmam que “o sistema ISDB-T, desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital”.

Para mim, essa era e é a questão fundamental: a gratuidade da televisão digital, para atender, democraticamente, a todas as camadas da nossa população. Não podemos ter no País uma televisão digital restrita a apenas uma parcela privilegiada, que pode pagar para receber os sinais. Muito menos na minha região, onde grande parte da população é pobre e heterogeneamente espalhada pelo vasto território.

O sistema japonês, afirmam as empresas subscritoras do comunicado de ontem, proporciona os benefícios da televisão digital, gratuitamente, a todos os brasileiros. Os outros dois sistemas – o europeu e o norte-americano – pelas informações que obtive, não ofereceriam a mesma e indispensável vantagem. Acarretariam custos para os telespectadores, Sr^a Presidente.

Uma objeção que se faz ao padrão japonês é de que ele só é utilizado naquele país e que, adotando-o, o Brasil ficaria “isolado”. Isso poderia levar a pensar que o Brasil ficaria privado de receber transmissões de sinais e programas de televisão digital gerados em outras partes do mundo. Informam, porém, os especialistas que isso não ocorrerá. O “isolamento” a que se referem teria relação apenas com equipamentos, o que é outra questão, nada a ver diretamente com a transmissão de imagens.

O sistema japonês teria, ainda, outra vantagem: admitiria prazo mais longo do que o europeu e o norte-americano para a transição do sistema analógico para o digital, mais adequado, portanto, para um país pobre como o Brasil, uma vez que o televisor atual não precisaria ser imediatamente substituído. Ele poderia captar a transmissão digital mediante um conversor cujo preço médio giraria em torno de R\$400,00 e poderia ser adquirido de acordo com a disponibilidade de cada cidadão, de cada cidadã.

Atenderia, também, às exigências do Governo, de possibilidade de transmissão em alta definição, mobilidade (televisor em veículos em movi-

mento) e portabilidade, ou seja, a possibilidade de a imagem chegar a aparelhos de telefonia celular. Seria ainda o único a possibilitar a chegada de sinal forte em qualquer ponto de uma cidade de relevo acidentado, como o Rio de Janeiro, ou com muitos prédios altos, como São Paulo.

Volto a insistir em que o importante, sobretudo para a Amazônia – e aqui, como já disse anteriormente, faço o que Tolstoi aconselha: “Para ser universal, canto minha aldeia” – é que a TV digital contemple sobretudo a televisão aberta, para que, democraticamente, possa beneficiar a todos, Senadora Ana Júlia, e não apenas uns poucos que têm acesso à televisão paga. Na Amazônia, a transmissão por televisão paga implicaria a exclusão de grande parcela da população desse benefício tecnológico.

Diante da manifestação praticamente unânime das empresas de televisão, não há mais por que se protelar a decisão.

Sra Presidente, anexo a meu discurso o texto “Comunicado”, das grandes redes de televisão do País, a que me referi no início deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado .

PERSISTE A INDECISÃO DO GOVERNO LULA NA QUESTÃO DA TV DIGITAL

27-3-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Governo Lula precisa sair da confusão que se estabeleceu em torno da TV digital – assunto que, poucos dias atrás, já se dava por resolvido. O jornal *Folha de S.Paulo* chegou a noticiar que a decisão já fora tomada e que, assim que voltasse da Grã-Bretanha, o Presidente Lula a anunciaria.

A questão, mais uma vez embaralhada, mais embaralhada ainda ficou ao se misturar com o novo ingrediente da crise política, que envolve um Ministro – Palocci – que pode cair a qualquer momento e outro que em poucos dias poderá deixar o Ministério para disputar eleição.

Realmente, noticia-se que, para tratar do assunto, daqui a dez ou 15 dias seguiriam para o Japão e a Coréia do Sul os Ministros Hélio Costa, Antonio Palocci e Dilma Rousseff.

Ora, o Ministro Palocci, no mínimo, está instável. Depois da casa do Lago Sul e, pior, da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo, sua permanência no Governo está por um fio. E nosso colega Senador Hélio Costa poderá disputar o Governo das Minas Gerais.

Com isso, retarda-se um benefício tecnológico para a população, que continua privada de ter em sua casa sinais de televisão de muito melhor qualidade, com definição de tela de cinema.

E não há mais por que adiar o assunto depois que as emissoras de televisão, praticamente por unanimidade, fizeram, publicamente, opção pelo padrão japonês.

Entre os três sistemas avaliados – o norte-americano, o europeu e o japonês –, este último, segundo comunicado das principais emissoras de televisão do País, “é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital”.

É tempo de decidir, Presidente Lula. Muitas vezes, a pior escolha é não fazer escolha nenhuma.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

O SINDICALISTA PRESO PELA DITADURA. LULA VIRA O PRESIDENTE COM ESQUIZOFRENIA AUTORITÁRIA E FRÁGIL, FLÉBIL E ARROGANTE

28-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convido a Casa para esboçar um raciocínio comigo. Para termos uma idéia da grandeza, do tamanho do crime que foi cometido pelo Governo Lula nesse episódio da quebra do sigilo do caseiro Francenildo, eu gostaria, de início, de procurar tentar corrigir uma distorção que tenho ouvido muito desta tribuna.

As pessoas dizem que é crime quebrar o sigilo de um pobre caseiro, de um simples caseiro. O crime não está em quebrar o sigilo ilegalmente do pobre caseiro ou do rico banqueiro. O crime está em quebrar o sigilo sem a determinação legal de quem quer que seja, rico ou pobre, banqueiro ou caseiro.

Chamo a atenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, porque, com a sua aguda inteligência, certamente, vai me ajudar a elaborar esse raciocínio com a Casa. Tudo o que queremos na Comissão Parlamentar de Inquérito

dos Bingos e tudo o que a Nação pretende, neste momento, é ver a quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamoto. Muito bem, Senadora Heloísa Helena.

Se o Sr. Mattoso, em vez de quebrar o sigilo do caseiro Francenildo, tivesse quebrado, criminosamente também, o sigilo do Sr. Mattoso, ele estaria infringindo a Constituição do mesmo jeito. Ou seja, a fórmula de se quebrar o sigilo do Sr. Okamoto é pela via legal, é pelo entendimento entre Legislativo e Judiciário, é pela mão única da legalidade mais absoluta.

Ou seja, eu que pretendo ver quebrados todos os sigilos do Sr. Paulo Okamoto, esse misterioso “primeiro amigo” do Presidente Lula, esse homem que paga contas do Presidente, esse homem que, apesar de mexer com um R\$1 bilhão por ano no Sebrae, faz tudo para não ter a sua conta bancária, seu sigilo telefônico e seu sigilo fiscal devassados. É um homem que quer ter vida pública, pelo bem-bom, mas não quer se submeter às agruras de ser homem público, que é, por exemplo, não ter o direito à vida privada. O homem público deve ter uma vida que pertença à sociedade que ele representa.

Tudo o que quero é quebrar o sigilo do Sr. Okamoto. Mas não quero que o Sr. Mattoso quebre, criminosamente, o sigilo do Sr. Okamoto para mim. Ou seja, eu não aceitaria, em hipótese alguma, o método que foi encenado pelo Governo Lula, pela direção da Caixa econômica Federal, pelo alto comando do Ministério da Fazenda.

Veja o tamanho do crime, Senador José Agripino. É um crime brutal, é um crime que põe em risco a democracia. Ontem, desta tribuna, e ainda há pouco, na CPI, eu dizia algo que quero repetir à exaustão. O líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva não perdoaria o Presidente Lula; o líder sindical que foi preso por uma ditadura, defendendo o direito de as pessoas terem liberdade, não perdoaria o Presidente Lula, que quebra a liberdade do caseiro para salvar o ministro seu, governo seu de acusações pesadas, comprovadas de corrupção.

O Presidente Lula deve uma satisfação moral imensa ao líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, Senador Geraldo Melo, cuja presença registro, com muito acatamento, com muita fraternidade, nesta sessão de hoje do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vão-se os anéis e ficam os dedos, e esses precisam de explicação. Os anéis eram elos de um desastrado e incompetente Governo, que não titubeou em colocar um elenco da mais elevada categoria hierárquica e o aparato do Estado para quebrar o sigilo bancário de um modesto caseiro.

Descartados os anéis, muita coisa fica pendente de explicações. Mattoso, então Presidente da Caixa Econômica, disse que entregou o extrato bancário de Francenildo a Palocci. E Palocci disse que não o pedira. Quem

o solicitou, então? Na seqüência hierárquica, temo ficar próximo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi denunciado pela imprensa, à farta, nos últimos tempos, como alguém que teria gerenciado, teria pilotado, teria liderado de seu gabinete essa manobra – ele, que já fez a mesma coisa para evitar a prorrogação da CPI dos Correios certa vez –, uma manobra para se chegar a esse fim delinqüente.

A história, como diz o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi uma escabrosa tentativa de linchamento moral de Francenildo Costa, o caseiro que, como testemunha, revelou as estranhas e inaceitáveis manobras da chamada “República de Ribeirão Preto” no Lago Sul de Brasília.

A cadeia da ilegalidade usou, sim, o mais alto escalão do Governo Lula. Envolve ao menos quatro figurantes e mais dois: o Ministro Palocci e talvez o próprio Presidente da República.

O esquema ilustrado é este: primeiro figurante, Jeter Ribeiro de Souza, gerente da Caixa Econômica Federal, foi quem manuseou os computadores para acessar e imprimir o extrato bancário de Francenildo; segundo figurante, Sueli Aparecida Mascarenhas, gerente de Integração de Políticas de Gestão da Caixa Econômica Federal, que deu ordens a Jeter para “entrar” na conta de Nildo e obter o extrato bancário; terceiro figurante, Ricardo Schumann – este, dos quatro, nem funcionário da Caixa Econômica Federal é, ele é consultor da Presidência da Caixa –, requisitou de Sueli o extrato da conta-poupança de Nildo, agiu a pedido do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso; quarto figurante, Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, disse à Polícia Federal que entregou, pessoalmente, o extrato bancário ao Ministro Antônio Palocci.

Os figurantes-mandantes poderiam ter sido o Ministro Antônio Palocci, que, embora de posse do extrato, disse que não o pedira a Mattoso. E o Presidente Lula? É impossível não cobrarmos uma explicação do Presidente Lula, Sr^{as} e Srs. Senadores. É impossível fingirmos – como alguns gostam de fazer – que o Presidente Lula, de novo, não sabe de nada, que o Presidente Lula seria um *naïf*, seria um ingênuo, seria uma criança de quatro anos de idade, ou de idade mental de quatro anos, e que, portanto, estaria inimputavelmente ao largo do alcance da lei brasileira. Mas alguém com essa condição não poderia ser Presidente da República. Alguém com essa capacidade de preservar a coisa pública, até pela vigilância, não poderia dirigir os destinos de um País complexo, de uma economia sofisticada como são o país Brasil e a economia brasileira.

Há ainda o desdobramento a explicar. Até aqui, temos a ação da cadeia de comando para a violação do sigilo bancário de Francenildo. Seu extrato, ilegalmente obtido, percorreu todo um percurso de comando, mal definido, sigiloso e sorrateiro, e, como se viu, foi parar nas mãos do ex-Ministro da Fazenda.

E aí vem a pergunta: como é que esse extrato foi entregue a uma revista, para ser tornado público? Quem o entregou? Por ordem de quem?

Em suma, o desfecho do hediondo episódio petista é, por enquanto, provisório. Por enquanto, repito, é um desfecho parcial.

Se ele aparentemente encerra um capítulo, não livra o Governo petista do Presidente Lula de suspeição.

Leio aqui a análise do jornalista Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*:

“O próprio presidente diz, em horário nobre dominical, que seu partido está “desmoralizado”. Se o presidente de honra do PT, seu fundador e líder máximo, seu único candidato presidencial na história do partido, diz tal coisa, só um beócio seria capaz de pensar o contrário.

Em qualquer país do mundo em que se produzisse tal conjunção de fatos, todos diriam que o governo está desmoralizado.

Só no Brasil há o pudor ou o medo ao patrulhamento de dizer que o rei está nu. Obscenamente nu.”

Com o rei desautorizado e, aos olhos da Nação atônita, desacreditado, mais do que nunca é necessário redobrar os cuidados com os rumos da economia, agora entregue a mãos indecisas, que sugerem diversos pontos de interrogação.

“O temor” – diz a *Folha* – “é que Mantega assuma no ministério um viés mais intervencionista, mais heterodoxo, com defesa de maiores quedas dos juros” – e aí eu acrescento: sem responsabilidades – “e aumento dos gastos públicos, avalia a analista da Tendências Consultoria Integrada.”

O novo condutor da Fazenda, figura pública respeitável, parece inseguro e pode ser tentado a despavimentar o único terreno em que o atual Governo apresentava razoável desempenho; ou seja, as políticas macroeconômicas.

Na tarde de ontem, numa simples entrevista à imprensa, ele repetiu por seis vezes a expressão “política econômica”. E deixou transparecer uma certa dificuldade de encarnar o novo papel, ele, Guido, que até ontem se filiava à corrente econômica oposta à de Palocci, no interior do Governo Lula.

Insisto, pois: para um Governo em fim de linha, toda prudência é pouca. Não vale o tresloucamento. Eventuais aventuras, permeadas de indecisão, seriam malvistas pelos agentes econômicos deste País.

Com essa advertência, encerro; não sem uma palavra a mais para mostrar que foi a democracia brasileira que permitiu o desmascaramento dos culpados no trágico episódio de um Governo que quase se tornou san-deu. Ensandecido, sim, pela volúpia de poder.

Estivesse o Brasil sob uma ditadura – da qual é muito próximo o poder voluptuoso –, o mais fraco, o caseiro que o Governo Lula tentou transformar em bandido, estaria, quem sabe, por detrás das grades. E os culpados, impunes.

Senador Pedro Simon, insisto em que nós não fizemos, em nossas vidas, nada melhor do que lutar por democracia. Repito: a ditadura que prendeu Lula, que se portou com bravura e com firmeza naquele episódio das greves do ABC, aquela ditadura, apesar dos protestos daquele Lula que conhecemos antes, ela teria encarcerado o caseiro e deixado impunes os fraudadores da Caixa Econômica Federal e os seus mandantes do Ministério Público ou da Presidência da República.

Eu digo do débito enorme, impagável – não por ser engraçado, impagável porque não pode ser pago –, do débito moral que o Presidente Lula tem com o líder sindical Lula da Silva, aquele que foi preso para garantir o regime de liberdade no País e que agora vê o Presidente em que ele, líder sindical Lula, se transformou; vê o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tão sofisticado, tão do *jet set* internacional, que já trata o caseiro como “simples caseiro”. É o novo astro do *jet set* internacional, a nova estrela das aparições no *jet set*, mas a grande verdade é que o regime de liberdade não permitiu ao Presidente Lula fazer aquilo que a ditadura que Lula combatera como líder sindical faria com o caseiro. Foi possível, na democracia, mostrar que a lei fortalece ainda que o mais fraco economicamente, se formos com coragem buscar o manto da lei para proteger a ordem democrática que ajudamos a construir.

Ouçó, V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Senador, eu felicito V. Ex^a. Aliás, quero dizer que, neste último mês, é impressionante o número de pessoas que me perguntam por V. Ex^a: “Quem é aquele rapaz? Ele é bom mesmo?” V. Ex^a está aparecendo com muito respeito e admiração da sociedade. Aliás, V. Ex^a teve um comportamento que deve ser analisado com profundidade. Eu, às vezes, olhava: mas esse Arthur Virgílio é tão engraçado, ele é Líder da Oposição, ele bate, mas daqui a pouco ele quase está namorando o Ministro da Fazenda. V. Ex^a foi até o limite, no sentido de garantir que este País andasse. E realmente o Ministro da Fazenda estava fazendo este País andar. E V. Ex^a tentou ao máximo deixar que o Ministro da Fazenda deixasse o Brasil andar. Mas houve um determinado momento em que não era mais possível. Repare como... Este é um grande homem, e tinha que voltar. Está fazendo falta, foi um grande antecessor de V. Ex^a na Liderança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Estou de pleno acordo com V. Ex^a. O Senador Geraldo Melo merece todos os elogios de quem faz vida pública com seriedade.

O Sr. *Pedro Simon* (PMDB – RS) – É uma prova de que Deus existe. E Deus, no meio da escuridão, aponta uma luz. Foi assim no *impeachment* do Collor. Lembro-me de que, durante a CPI, a *Veja* e a Globo demoliram o Governo, e nós não tínhamos prova alguma! De repente, apareceu um motorista, ninguém sabe de onde, e contou a história. Agora, não mais do que de repente, vem esse rapaz, que o Governo cometeu o equívoco de não respeitá-lo. Disseram, inclusive a Líder: “Quem é esse rapaz? É do Piauí, é um caseiro e vai querer vir aqui dar lição?” Pois ele deu uma lição: em um Congresso onde havia uma CPI que foi um festival de mentiras, ele apontou a verdade, e o castelo de cartas caiu. Ele veio e disse o que estava acontecendo. O Ministro exagerou na mentira. O Ministro deveria ter reconhecido os fatos há mais tempo. O Presidente Lula foi ao fim da linha, se dependesse dele, morria o caseiro, mas ficava o Ministro. O Congresso, cá entre nós, foi levando. E o Supremo Tribunal Federal? Eu gostaria de ver a cara do Supremo, que interrompeu uma audiência do caseiro e impediu-o de ser ouvido de novo. Não entendo o que pensa o Supremo Tribunal Federal! Nunca tinha visto isto: uma CPI ser proibida de convocar uma testemunha! E não é nenhum ministro, nenhum general, é um caseiro! Nem na época da ditadura – houve aqui a CPI nuclear – aconteceu uma coisa dessas! E o Supremo se dá ao desplante de dizer: “V. Ex^{as} não vão ouvi-lo”. Acontece, no final, o quê? Em um festival de mentiras, a Polícia chamou dois “Zé-Ninguém” da Caixa Econômica Federal e perguntou-lhes: “Foram vocês?” Eles responderam: “Fomos nós, mas quem mandou foi o gerente”. Aí vem o gerente: “Foi você?” Ele respondeu: “Fui eu, mas quem mandou foi o gerente-geral”. Veio o gerente-geral: “Foi você?”. Ele disse: “Fui eu, mas quem mandou foi o diretor”. Veio o diretor: “Foi você?” Ele afirmou: “Fui eu, mas quem mandou foi o presidente”. Veio o presidente: “Foi você?” Ele disse: “Fui eu, mas quem mandou foi o Ministro da Fazenda”, ou melhor dito: “Eu entreguei para o Ministro da Fazenda”. E, quando menos se esperava, um festival de verdades veio à tona, claramente a verdade apareceu. Olha, é de se fazer um monumento singelo e simples no Congresso a esse rapaz, porque ele representa aquilo que venho tentando dizer e não consigo: ele representa a alma do povo brasileiro, ele é o povo brasileiro. Ele é a gente simples, a gente humilde; é a gente do Nordeste, do Sul, de onde for, que não tem nada, não tem casa, não tem onde morar, mas tem um sentimento de dignidade, de honradez, porque o povo brasileiro é um povo de bem. A elite é que não vale muita coisa. Nós não valem muita coisa. Mas o povo é um grande povo. E esse guri deu um grande exemplo. Esse guri deu um tapa de moral em toda a burguesia brasileira, inclusive em nós. Felicito V. Ex^a, que

vive um momento de grande importância, pelo seu trabalho, pela sua ação. V. Ex^a seguiu degrau por degrau. Podia ter agitado. Houve um momento em que se podia ter pedido o *impeachment* do Lula, e V. Ex^a, com moderação, disse que não era a hora. Os meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Só discordo quanto à sua afirmação de não valermos muita coisa, porque V. Ex^a se enquadra no que o Brasil tem de melhor na sua elite intelectual. A partir de cabeças e corações, como o de V. Ex^a, é que grandes mudanças poderão se processar neste País. A vida pública de V. Ex^a a mim me dá muito orgulho.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo algo muito simples. Estava ouvindo a Dr^a Clarice, ainda há pouco, na CPI dos Bingos. E ela tratava dessa questão, Senador Jefferson Péres, com enorme frieza. Ela dizia: “Não sei, não soube, Dr. Mattoso, ex-Presidente, meu Presidente”. Eu pensava, de mim para mim, que era como se ela estivesse optando entre abrir – para falar da nossa terra, e V. Ex^a, o Senador Gilberto Mestrinho e eu nunca poderemos deixar de trazer a nossa terra à baila durante a nossa permanência no Senado – uma agência da Caixa Econômica na Cidade Nova ou na Zona Leste da cidade. Algo assim de mero efeito mercadológico, de mera avaliação de números, para ver onde seria mais útil, mais rentável se estabelecer uma agência. Ela, em nenhum momento, deu a entender que compreendia, tendo participado ou não – e quero acreditar que não participou – a gravidade do crime que se perpetrou contra os direitos básicos da pessoa humana, quebrando-se o sigilo de alguém. E para quê? Quebrou-se o sigilo de alguém para quê?

Foi, por acaso, Sr. Presidente – já concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres –, algum jovem procurador da República que sabia que determinado cidadão corrupto, comprovadamente corrupto, protegido por uma liminar da Justiça, tinha o que mostrar de escandaloso no seu currículo e, não resistindo ao seu ímpeto juvenil, quebrou o sigilo na marra, de qualquer jeito e vazou-o para a imprensa, como já vimos em outras ocasiões? Foi esse o caso? Não foi. Não foi o erro, não foi o delito de um jovem procurador da República mostrando o sigilo de alguém que tinha contas a prestar à sociedade. Não foi!

Foi o Governo do Presidente Lula, o operário ético que chegou ao poder! Foi o Governo do Presidente Lula, quebrando o sigilo do caseiro para que não se derrubasse um ministro envolvido em denúncia de corrupção! É o Presidente, no Palácio, metendo a mão na massa diretamente nesse esquema apodrecido que tem envergonhado a Nação brasileira como um todo!

Com muita honra ouço V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, o espanto de V. Ex^a é o mesmo meu. Não é emblemática apenas aquela dança indecorosa da Deputada na Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O ritual tribalista do mensalismo.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Que outra coisa emblemática: o Governo do operário utilizando a máquina do Estado para silenciar e esmagar um operário, um homem do povo! V. Ex^a já viu coisa mais impressionante na decomposição de um Governo? V. Ex^a se espantou ou pelo menos se impressionou com a frieza daquela diretora da Caixa. Essa é uma característica – repare – de quase todos os membros da cúpula deste Governo. É isto que me espanta e me atemoriza: não que tenham cometido desvios éticos, mas que parecem ser desprovidos de senso ético, parece que vivem na amoralidade. Isso me atemoriza porque acho que são capazes de tudo. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Já concedo o aparte, para encerrar meu discurso, ao Senador Almeida Lima.

Mas digo a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, que me chama a atenção o fato de que Lula foi o primeiro, aconselhado, quem sabe, por Duda – esse milionário dos contratos da Petrobras, o milionário da conta Dusseldorf e o milionário da conexão com o valerioduto –, mas a grande verdade é que Lula disse assim: “Os erros do PT, os erros dos companheiros, fui traído” – e não disse por quem. O PT pegou essa mania de dizer que foi traído. Todo mundo agora diz que foi traído, Senador Pontes, todo mundo diz assim: “Os erros que foram cometidos...”.

Vamos ser bem claros. Erro é um jovem que não devia ter pegado o carro do pai e dado uma volta na cidade sem carteira. Isso é um erro, recuperável. Erro é um jovem que falsifica a assinatura do pai para não levar uma bronca em casa, porque foi reprovado numa prova. Estamos falando aqui de uma coisa diferente: estamos falando de roubo de dinheiro público, de peculato, de evasão de divisas, estamos falando de corrupção, de gente pobre nas ruas, estamos falando de gente que se comove quando vê o rapper MV Bill com o documentário que a todos nos choca – Falcão, meninos do tráfico –, e não liga corrupção a menino na rua, a menino no trá-

fico, a criança se prostituindo, não liga corrupção a esse dado essencial de ser compreendido de que temos uma média de vida menor do que outros países, porque nossos jovens morrem mais cedo em função da alta taxa de mortalidade entre aqueles que são abandonados pela sociedade e que não chegam aos vinte e cinco anos de idade!

Imaginar que a corrupção nada tem a ver com isso é pura e simplesmente procurar abrigar no coração de cada um uma taxa insustentável de hipocrisia!

Senador Almeida Lima, ouço V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, temos, eu pessoalmente, V. Ex^a e inúmeros companheiros desta Casa, ao longo desses meses e dos dois anos já, falado quase diariamente isso que V. Ex^a expressa, ou seja, a corrupção nesse Governo criou corpo, está devidamente capilarizada e, não tenha dúvida, porque eu não tenho dúvida, de que, quanto mais se aprofundam as investigações, sente-se, Senador Arthur Virgílio, o quanto é forte o mau odor exalado por esse Governo. É impressionante! Se deixarem que as investigações se aprofundem, nós não iremos sentir, nesta Esplanada, outra coisa senão o que eu acabei de dizer. É muito forte o mau cheiro que esse Governo exala. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo uma coisa que me vem ao cérebro e me vai ao coração: quantas autoridades se meteram nesse imbróglio todo?! Quantos se corromperam para se chegar a esse resultado?!

Vamos fazer uma outra figura: então, de repente, o inimigo do Estado lulista foi o caseiro! Quebra o sigilo dele! Essa gente chegaria mais até onde? Se fosse uma coisa mais grave, chegariam ao assassinato? Chegariam ao espancamento? Chegariam à composição de documentos falsos, ao estilo de Stalin, ou ao estilo da propaganda hitlerista?

Questiono até que ponto não está incômodo para todos nós termos de admitir que voltamos a falar na questão democrática porque temos um Governo que não respeita as instituições democráticas.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Presidente José Sarney, cujo Governo eu não aprovei, cujo Governo para mim não foi o melhor que se podia ter feito em matéria de economia, mas que foi impecável do ponto de vista da transição democrática, colocou em segundo plano a

discussão democrática, porque se portou como um democrata naquele episódio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O seu sucessor, Fernando Collor – Governo de triste memória –, caiu com uma enorme dignidade formal. O Sr. Fernando Collor não usou o aparelho de Estado, não usou verba de orçamento, não usou a Polícia Federal como se fosse polícia Tonton Macoute, de algum Baby Doc, e caiu, sofreu o *impeachment*, sem nada fazer que afrontasse a lei brasileira.

Seu sucessor, Itamar Franco, que lutou bravamente contra a ditadura, não arranhou a democracia.

Fernando Henrique, ao contrário, em oito anos – isso é reconhecido até por quem possa tê-lo combatido com denodo – aprofundou a democracia neste País.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Arthur Virgílio, o Ministro Célio Borja, do Governo Fernando Collor, se portou naquele instante, quando o Presidente sofreu o *impeachment*, com a maior dignidade. Basta dizer isso, e que se façam as comparações com hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Célio Borja é, de fato, um homem de bem.

Mas, veja, Sr. Presidente – e encerro mesmo –, o Presidente Fernando Henrique aprofundou a democracia.

Seu sucessor, Lula, o sindicalista preso pela ditadura por defender os direitos da pessoa humana, vira o Presidente que se porta, numa certa esquizofrenia política, entre autoritária e frágil, entre flébil e arrogante. Uma mistura explosiva de fraqueza com autoritarismo, de fragilidade com arrogância, Senador César Borges.

O Presidente Lula acrescenta este gesto a tantos outros, como, por exemplo, a tentativa do tal Conselho de Jornalismo, a tentativa de cercear a produção intelectual no País, a tentativa de manipular o esquema sindical do País, a tentativa de manipular o Congresso – e aí nós vimos o mensalão, que está mais do que provado. Quem não admite? Quem não sabe? Quem de bom senso não reconhece que houve mensalão sim? Está havendo uma seqüência de ações de impunidades expressadas por aquela dança absurda da Deputada que virou musa do mensalão.

Sr. Presidente, é duro sabermos que temos de voltar a falar de luta por liberdade no Governo do sindicalista que foi preso por defendê-la.

Senador Mão Santa.

*O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, chamo a atenção de V. Ex^a para registrar o artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, intitulado “É uma vergonha!”, de Boris Casoy – de quem todos estamos com saudades; aliás, foi uma vergonha tirar seu programa de TV do ar, tirar a verdade do lar brasileiro – em que diz: “As razões legais para o processo de *impeachment* gritam no art. 85 da Constituição, que versa sobre os crimes de responsabilidade do Presidente. Basta ler os seguintes motivos constantes da Carta Magna para que o Congresso promova o processo de *impeachment* de Lula: atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, contra o livre exercício dos direitos individuais ou contra a probidade da administração. Seguem alguns exemplos ilustrativos...” Então, esse extraordinário homem da imprensa, que busca a verdade, acha que é hora de pensar, para salvar este País, no *impeachment* que está previsto no art. 85 da Constituição.*

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Se já não podemos ver ou ouvir Boris Casoy, sabemos agora que podemos lê-lo e isso é um grande conforto para todos os que pensam como ele um futuro decente para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

EMBORA POUPADO, RELATÓRIO DA CPI DIZ QUE LULA SABIA

29-3-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de maneira muito objetiva, falarei sobre o anteprojeto de relatório apresentado pelo Deputado Federal Osmar Serraglio à CPMI dos Correios.

1) O relatório cita textualmente a existência do mensalão:

Este relatório é a narrativa desse enredo político em detalhes e mostra que o “mensalão” foi uma realidade. A expressão, obviamente, para além da estreiteza conceitual, tem caráter

midiático, comunicacional, visa reclamar a atenção da sociedade. Concentra, em uma só palavra, ressoante, a idéia de uma prática ilícita de cooptação política, contrária ao interesse público, financiada com dinheiro escuso de cofres públicos e privados. Sintetiza a degradação de um escambo imoral de favores, que teve membros importantes da classe política como protagonistas.

2) Comprova que não houve caixa dois, mas realmente a compra de deputados pela base governista:

Sem argumento para explicar o inexplicável, a defesa dos beneficiários foi a admissão de um crime, para evitar a confissão de outros praticados: a não contabilização das despesas de campanha, conhecida na sociedade como “caixa dois”, e não a prática de corrupção. Aliás, a tese do “caixa dois” só apareceu meses depois do início do escândalo, e já então de forma orquestrada. Têm astúcia aqueles que se escudam na tese do “caixa dois” para justificar as ilegalidades cometidas. Como não há registro, é difícil identificar o paradeiro dos recursos. Não por outra razão, o expediente do “caixa dois” é comumente utilizado por toda sorte de malfeteiros, pois aparenta restringir-se ao crime fiscal do qual provém. Serve, na realidade, para dissimular a verdadeira origem dos recursos, ilícita, que pode vir de corrupção ou outras atividades ilegais ocorridas na administração pública e privada.

3) Demonstra que o dinheiro para a cooptação dos deputados foi fruto do desvio de verbas públicas:

O esquema comprovado pela CPMI é, nitidamente, um esquema de cooptação de apoio político ilícito. É nessa cooptação antiética, em que foram utilizadas operações e transações financeiras simuladas, ilegais e fraudulentas, que reside a gravidade dos fatos. Os recursos foram levantados de forma ilegal e transferidos a partidos da base aliada, em troca de apoio político, obviamente, consubstanciado no apoio majoritário às proposições e postulações de interesse do Governo em todas as fases de tramitação do Congresso Nacional.

4) Atesta a existência do “valerioduto”, e o descreve como sendo um esquema mafioso produzido pelo Partido dos Trabalhadores e pelo empresário Marcos Valério :

Assistiu-se à maneira como o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza atuou como prestador de serviços ao Sr. Delúbio Soares, então Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores. Mostrou o conluio entre um dirigen-

te partidário e um empresário arrivista, e a maneira com que desenvolveram um esquema de corrupção do sistema político que ganhou proporções milionárias, nutrido pela proximidade com o Poder.

5) Descaracterizou a falsa afirmação dos contratos de empréstimo entre o PT e os bancos BMG e Rural:

Pouco a pouco, o cinismo ruiu de maneira contundente, contraditado pelos depoimentos, pela documentação fraudulenta, pelos fatos, pelas descobertas desta CPMI e de outros órgãos da administração pública.

Descobriu-se que o pacto contou com a participação dos bancos BMG e Rural, que concorreram para a montagem desta farsa agora desmascarada. Os “empréstimos”, na realidade, eram mera formalidade contábil e financeira. A verdadeira origem dos recursos provinha de cofres públicos, como o Fundo de Recursos da Visanet, gerido pelo Banco do Brasil, ou de fontes privadas, como a Brasil Telecom e a Usiminas.

6) Demonstrou que o ex-Ministro José Dirceu participava do esquema do “valerioduto”:

Várias pessoas confirmaram que o ex-Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu sabia dos empréstimos e do esquema do mensalão. O ministro estava a par de todos os acontecimentos e coordenava as decisões, junto com a diretoria do PT. Isso fica evidente no depoimento da sócia do empresário Marcos Valério, Renilda Santiago, que declarou à CPMI dos Correios, em 25 de julho de 2005, que Valério tinha lhe dito que Dirceu sabia dos empréstimos.

7) Confirmou a prática de crimes pelas diversas autoridades que fizeram parte do Governo e de petistas que usaram de tráfico de influência:

Marcos Valério – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal; lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; tráfico de influência, art. 332 do Código Penal; corrupção ativa, art. 333 do Código Penal; supressão de documento, art. 305 do Código Penal; fraude processual, art. 347 do Código Penal; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990; peculato, art. 312 do Código Penal; atos de improbidade administrativa, arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 1992, e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993;

Delúbio Soares – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal; lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; cor-

rupção ativa, art. 333 do Código Penal; crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral; e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993; peculato, art. 312 do Código Penal;

Genóino – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal; corrupção ativa, art. 333 do Código Penal; crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral;

Silvio Pereira – tráfico de influência, art. 332 do Código Penal; crime do art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993;

José Dirceu de Oliveira e Silva – corrupção ativa, art. 333 do Código Penal;

Luiz Gushiken – tráfico de influência, art. 332 do Código Penal; corrupção ativa, art. 333 do Código Penal; art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993;

Henrique Pizzolato – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal; lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; peculato, art. 312 do Código Penal, e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993.

O relatório também menciona o nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Relator explicou que a menção foi feita somente para dizer que o Presidente tomou conhecimento das denúncias sobre a existência do esquema do mensalão e solicitou ao então Ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, hoje Presidente da Câmara, que tomasse providências. Osmar Serraglio, no entanto, já criticou Lula indiretamente.

Serraglio afirmou que a democracia exige transparência e que não é dado ao governante o direito de iludir a população. Não precisou citar nomes, mas criticou aí pesadamente o Presidente Lula ao afirmar que aqueles que dizem que de nada sabem também são responsáveis pelas ações de seus comandados. “É inaceitável a atitude daqueles que lavam as mãos aos abusos contra a sociedade”, afirmou o Relator Serraglio. “Se disseres que não sabia, aquele que sabe sente em seu coração”, disse o Relator.

O Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio (PMDB – PR), afirmou que seu relatório traz provas, que não deixam margem a dúvidas, de que os “ilícitos conhecidos como mensalão de fato existiram”.

Essa afirmação será, certamente, questionada pela base aliada, em especial pelo PT, que precisa evitar tal afirmação para permitir que o Presidente Lula continue a dizer que não existem provas da denúncia feita, inicialmente, pelo ex-Deputado Roberto Jefferson.

O Relator expôs um quadro com todos os funcionários e autoridades que foram, de alguma forma, punidas no rasto das denúncias e das investigações, assim como os processos já abertos.

Sr. Presidente, encerro dizendo que vamos providenciar uma emenda, para deixar bem claro que o Presidente Lula foi omissos. Osmar Serraglio diz que ele tomou alguma providência, sabia do mensalão e que o mensalão existia. Quando Lula disse que o mensalão não existia, Lula mentiu. Vamos, então, providenciar uma emenda para fazer esse pequeno reparo ao belo relatório do Sr. Osmar Serraglio, Senador Antonio Carlos. E a nossa emenda será no sentido de deixar explicitado que aquele que sabia, que aquele que nega até hoje a existência do mensalão é responsável por este e merece ser citado como alguém que sabia e que, efetivamente, se omitiu do dever de tomar as providências duras que o caso exigiria, caso fosse inocente o Presidente da República. Como não o é, precisa ser citado como culpado nesse processo torpe, que enlameia os costumes e a vida pública do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

ARTHUR VIRGÍLIO DENUNCIA MANOBRAS GOVERNISTAS PARA “MELAR” RELATÓRIO DA CPI

30-3-2006

Sr. Presidente, requeri à Mesa Voto de Aplauso à Sr^a Maria de Lourdes Abadia, que, amanhã, 31 de março de 2006, assumirá o cargo de Governadora do Distrito Federal. Na verdade, é a primeira mulher a ascender a tal posto.

Abadia é uma tucana leal, correta. É uma pessoa pública decente, operosa, essencial ao êxito do Governo Joaquim Roriz, que está, nesse momento, encerrando a sua missão. A S. Ex^a, em nome da bancada dos senadores do PSDB, desejo todas as felicidades possíveis e até as impossíveis, se eu puder.

Sr. Presidente, recebi, há dias, a visita do Embaixador do Japão no Brasil, Takahiko Horimura, que veio agradecer a minha iniciativa de solicitar ao Senado um voto de consideração e solidariedade ao povo japonês por ensejo do 60^o aniversário da tragédia de Hiroshima e Nagasaki, as duas cidades atingidas por bombas atômicas.

Nada fiz a não ser exprimir nesse gesto o sentimento de apreço que é de todos os brasileiros à vista de uma devastadora ação da II Guerra Mundial. E vejo, pela espontânea manifestação do Embaixador Horimura, que o povo do Japão é merecedor do voto aprovado pelo Senado da República.

A visita ensejou também a troca de opiniões e de conhecimentos acerca do intercâmbio entre os dois países ao longo de quase um século. Como se sabe, daqui a dois anos, no dia 18 de junho de 2008, iremos comemorar o centenário da imigração japonesa no Brasil e, por consequência, também o primeiro centenário de intercâmbio entre os dois países.

Hoje temos orgulho da integração entre brasileiros e japoneses. Os nipo-brasileiros que aqui vivem somam 1,4 milhão de pessoas. Eles constituem parcela expressiva de nossa população e só são chamados de nipo-brasileiros por mera convenção. São mesmo, na verdade, brasileiros. A menção à toponímia ocorre tão-somente para efeitos históricos sobre a origem nipônica de seus ancestrais. Os assim chamados nipo-brasileiros formam a maior comunidade “japonesa” – eu não os considero assim – fora do Japão, país que hoje possui cerca de 130 milhões de habitantes. Dos quase 1 milhão e meio de nipo-brasileiros, 70% – mais ou menos 1 milhão –, vivem no Estado de São Paulo, seguindo-se o Paraná, onde são 140 mil, Mato Grosso do Sul, com 20 mil e o Pará, com 10 mil. No meu Estado, o Amazonas, é expressiva a presença da colônia japonesa, inclusive estou enviando esse pronunciamento ao Vereador Massami Mki e à associação, de caráter econômico, que, muito ativa, se mantém no meu Estado. Lá está estabelecida a principal filial da Honda, no que toca a motocicletas, fora do território japonês, fábrica situada no Pólo Industrial de Manaus.

Na visita com que me honrou, o Embaixador Takahiko Horimura, colocou-me a par do calendário que está sendo preparado para comemorar o centenário da imigração japonesa. Serão três dias de comemorações, começando em Brasília, com solenidades oficiais, no dia 18 de junho de 2008. No dia 21 haverá cerimônias comemorativas em São Paulo e no Paraná.

Além de eventos solenes, haverá, nos três pontos, exposição de arte japonesa antiga, exposição de fotografias que registraram momentos da imigração japonesa, exposição de produtos agrícolas, plantio de árvores e a publicação de livros sobre a história da imigração japonesa no Brasil. Mais ainda: como marco das comemorações, 2008 será considerado o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Registro a cortesia com que me distinguiu o Embaixador do Japão e formulo votos para que as comemorações alcancem o êxito merecido por essa imigração.

Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy, expedito como sempre, me passa um outro tema, acerca do ex-Ministro Gushiken, que foi rebaixado:

era ministro, mas foi rebaixado. Digamos que ele era tenente-coronel e foi rebaixado a cabo. É mais ou menos isso. Aquele folheto que foi aqui analisado, com olhos críticos, pela Senadora Heloísa Helena, com 48 páginas, teria sido impresso na Gráfica Leograf – Gráfica Editora por R\$3 mil. Sabe qual é o meu medo, Senadora? Investigar isso aqui e encontrar alguma coisa errada. Eu já nem quero mexer mais com isso, porque se se investigar, vai haver alguma coisa errada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois, não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu pediria a esses maus companheiros do Senador Eduardo Suplicy que não dê esse tipo de tarefa para S. Ex^a, que é um senador por São Paulo, reeleito, o mais votado. Não é para vir aqui carregar recibozinho para cá e para lá! Eles estão fazendo isso porque estão querendo desgastá-lo, Senador! O povo de São Paulo trouxe V. Ex^a para cá foi para defender o seu Estado, o seu País, não para trazer recibo. Cada um que queira se defender que venha aqui e que o faça. V. Ex^a se conscientize que é senador do maior Estado deste País e que o povo de São Paulo analisa, nesse momento, a possibilidade de reconduzi-lo. Não fica bem para a biografia de V. Ex^a esse tipo de papel que os seus companheiros lhe impõem, meu caro Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Eu estou superbem humorado, por isso não quero pegar no pé do ex-Ministro Gushiken. Mas, aqui, o nome dele está escrito errado. Faltou um “e”. Vai ver que é outra pessoa; vai ver que não é o mesmo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou me posicionar em relação ao relatório do Sr. Osmar Serraglio, mais uma vez, na CPMI dos Correios.

Em primeiro lugar, Senador Alvaro Dias, vejo uma certa manobra governista visando esvaziar o relatório, a CPI, a melar o resultado da CPI, a fazer uma *pizza* misturada com um certo mel, por duas vias. A primeira via seria o tal relatório avulso. Com isso, não tem nenhum relatório e pronto. Os culpados vão para casa tranquilos com o que apuraram de dinheiro do povo. A segunda fórmula – e já concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena – seria começar aquela história de retira nome daqui, de acolá; enfim,

aprova o corpo do relatório e depois começa o jogo para retirar nome daqui e de acolá.

De minha parte, a recomendação que faço aos meus companheiros é simples: apoiar o relatório Osmar Serraglio; procurar melhorar a redação; tornar mais assertiva a relação quanto ao Presidente Lula. Ou seja, não fica nem bem para o Presidente Lula essa insistência de que não sabe de nada. Uma pessoa que nunca sabe de nada pela milésima vez é alguém completamente incapaz de dirigir um país.

O Presidente Lula, e concordo com a Senadora Heloísa, é um homem inteligente, esperto, ladino, que não se engrandece passando essa imagem beócia. Não sabe de nada nunca. Fazem de tudo nas suas costas, à sua revelia.

Discuto se o Presidente Lula foi o arquiteto, o mandante ou se foi, no mínimo, alguém que tomou ciência. Mas que, no mínimo, tomou ciência todos sabemos. Foi omissos. Negou o mensalão, depois de tomar conhecimento dele. Olha uma contradição, Senadora Heloísa. Então, dizem que o Presidente Lula não teria sido omissos, que teria providenciado. Mas providenciado o quê, se, reiteradas vezes, diz que não reconhece a existência do mensalão? Então, não pode ter providenciado em cima de algo que reconhece não existir, que diz não existir.

Não quero entrar nessas minúcias, nesses detalhes, mas o fato é que percebo, minha intuição me diz que é para prestigiarmos o relatório do Sr. Osmar Serraglio e procurarmos aperfeiçoá-lo pelo lado da inclusão de nomes, de omissões, pois ali faltam alguns diretórios que se beneficiaram da conta Dusseldorf. Creio que a redação sobre o Presidente Lula pode ser mais assertiva.

Mas estamos de olho nos dois tipos de *pizzaiolos*: os que vão vir com aquela história de que pode haver um relatório avulso, e isso é conversa para boi dormir e para liberar assaltantes de cofres públicos; e a outra conversa esquisita é a de aprovar o Orçamento e, depois, nos destaques, começar a tentar desmoralizar a idéia de se indiciar todos aqueles que foram constataadamente verificados como indiciáveis aos olhos do Relator.

Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Que bom que V. Exª me contemplou no raciocínio. De fato é isto: como um setor da opinião pública, mesmo já identificando os vazios que, obrigatoriamente, em nome do interesse público, deverão ser preenchidos no relatório, pode fazer essa manobra inteligente, sofisticada, mas fraudulenta? Faz-se de conta que se vota por unanimidade o relatório final da CPI e, depois, começa-se, pela tática do retaliamento e do esvaziamento, a liquidar, pelas emendas supressivas, o

que poderia salvar o relatório da CPI. Portanto, compartilho da mesma preocupação de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, são certas mágicas, Senadora Heloísa Helena, que sabemos que não dão certo. Tenho repisado, e não quero aborrecer ninguém, que o Brasil virou mesmo uma democracia. Millôr Fernandes, sarcástico e irônico como sempre, dizia que, conquistando a anistia e uma série de prerrogativas para o povo brasileiro naquela nossa luta contra a ditadura, advertindo os legisladores, o Brasil ia acabar caindo em uma democracia, e o Brasil caiu em uma democracia mesmo. Essa é que é a verdade. É uma sociedade aberta, não dá para esconder mais nada.

Vejo assim: pessoas que não garantem as suas vidas, as suas biografias não devem mesmo aceitar cargo público importante, não devem mesmo aceitar nomeação para cargos relevantes, porque não dá. Percebemos que o sujeito nem chega a tomar posse direito e já começa, no noticiário *on-line*, a sair que ele fez aquilo, que aconteceu aquilo e aquilo outro. Então, está ficando bom para o Brasil porque o Brasil está sendo bom agora apenas para governantes, para dirigentes que podem entrar e sair dos seus cargos de cabeça erguida. Esta é que é a verdade: entrar e sair de seus cargos de cabeça erguida, sem dever nada a ninguém nem antes, nem durante, nem depois.

Essa história de achar que vai enganar a imprensa acabou. Não é como naquele tempo da minha infância em Manaus quando tínhamos um jornal, Deputado Pauderney, em que saía num dia a notícia e depois também no outro. Não é assim. A notícia hoje voa. Hoje, quem não garante a sua biografia não deve querer ser nada mesmo, até para não perder a paz. Se se meter a ser alguma coisa não tendo garantia sobre a sua biografia, acaba ficando pelo meio do caminho, Senador Sibá. Essa é a grande verdade.

Veremos, com muita tranqüilidade, que as notícias voam, e as notícias voam no sentido...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É apenas uma lembrança de quando V. Ex^a fala de mentira. Que coisa triste hoje na CPI: o Sr. Okamoto, procurado pelo oficial de Justiça, mandou avisar que não estava. O oficial de Justiça, então, pede à secretária dele que assine a notificação. Por algum motivo, ele teve de voltar à sala e dá de cara com o Okamoto, que estava

lá. Quer dizer, até para oficial de Justiça este Governo mente. Do resto, tire as conclusões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte ao Senador Suplicy.

Mas, veja, Senador Heráclito, é uma coisa grave, porque é o homem que dirige o Sebrae. Ele gerencia, Senador Mão Santa, R\$1 bilhão por ano. Ele pode fazer um bem enorme à economia brasileira, auxiliando a pequena e a microempresa, ou pode causar uma tragédia num segmento que é tão importante inclusive para a geração de empregos no País. Este homem! Estão mantendo no Sebrae alguém que lá não pode ficar porque não consegue encarar um oficial de Justiça.

Vou fazer um outro vaticínio aqui. Assim como perdi já dois jantares para V. Ex^a, fiz um vaticínio de que não era possível mais permanecer no cargo o Ministro Palocci. Aí o pessoal do Governo disse: “Ah, vai ficar porque quem demite é o Presidente Lula”. Estão enganados. O Presidente Lula, no máximo, nomeia. Quem demite é a sociedade. E quem demitiu o Palocci foi o caseiro. Okamoto não vai ficar até o final deste Governo. Não é possível! Como não vai ficar escondido o que ele tem de sigilo. Ele pensa que sigilo é para esconder, mas não é. Aí é o maior eufemismo. Sigilo de homem público não deve existir. Okamoto não vai ficar até o final, porque não é possível permanecer num cargo importante como aquele alguém que tem esse comportamento moleque de se esconder de oficial de Justiça. Isso é um ultraje ao País.

Senador Eduardo Suplicy e Senador Alvaro Dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, como está marcada a acareação para a próxima semana na CPI, espero que o Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae, possa abertamente prestar todos os esclarecimentos. Mas quero convidar V. Ex^a – vários senadores presentes já o fizeram – a também assinar um requerimento de homenagem ao brasileiro astronauta, Marcos Pontes, que, ontem, no Cazaquistão, realizou o seu vôo por meio de uma ação simplesmente extraordinária, com a cooperação internacional do Brasil, Cazaquistão e outros países. Agradeço se V. Ex^a também puder abraçar esta homenagem do Senado ao pioneiro Marcos Pontes, na tradição de pessoas com Santos Dumont, que, há cem anos, realizou o primeiro vôo em aparelho mais pesado que o ar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, acho que todos temos de assinar essa moção do Senador Eduardo Suplicy. Espero que nas coisas do espaço o partido dele não erre tanto quanto nas coisas aqui da Terra. De forma que devemos estar ao lado dele neste momento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, tenho alguma dúvida sobre se devo assinar, sinceramente. Boi voar, já vi. Agora estou vendo Governo inaugurar astronauta. Ele já inaugurou bastantes obras futuras; já colocou como sua obra pertencente ao Governo passado: a renovação do Aeroporto de Salvador, a mesma coisa com o Aeroporto de Fortaleza.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Praia de Luís Correia, no Piauí.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E aquela coisa: olha com aquele olhar profundo. O Presidente faz aquele olhar de Hino Nacional e diz assim: “Aqui, futuramente, será a reitoria de não sei de quê”. É uma cadadura terrível.

Eu teria muito orgulho se houvesse tecnologia brasileira investida nisso, se isso correspondesse, Senador José Agripino, a um esforço consciente e conseqüente da ciência e da tecnologia nacionais.

Não sei, mas as pessoas estavam hoje brincando porque o astronauta brasileiro era o único que não tinha o que fazer dentro da espaçonave; os outros todos tinham o que fazer; e ele ficava dando adeus. O Governo Lula está inaugurando astronauta, está inaugurando buraco tapado, está inaugurando buraco que não tapou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, muito embora o médico do Sr. Pontes faça queixas aqui da falta de assistência do Governo por meio da agência espacial, nem no espaço, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está conseguindo fazer comemorações com tanta tranqüilidade. Já existem reclamações contra o seu governo, exatamente na questão do astronauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Notícia boa trouxe o Senador Eduardo Suplicy, Líder José Agripino: vem para cá, para ser acareado com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, o Sr. Paulo Okamoto.

Não posso prometer nada ao Sr. Okamoto. Não posso prometer para ele, por exemplo, que não virá atrás dele o oficial de Justiça. Não posso. O oficial de Justiça não depende de mim. Ele vem, porque ele pega o ônibus ou o carro e estaciona aqui e vem; e, quando ele estiver entrando ou saindo, o oficial de Justiça vai colocar no peito dele a notificação, para que possa ser assinada. Não sei se ele não “adoece” até lá. Vamos ver. Quero ver se vem mesmo, e tomara que venha. E tomara que venha imbuído de uma vontade enorme de recompor a sua biografia, mostrando a disposição de

abrir os seus sigilos, para que não continue perdurando todo esse mistério em torno de alguém que é o primeiro amigo do Presidente da República.

Ouçõ o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Eduardo Suplicy está muito esperto e conseguiu levar o assunto para a lua, mas como Paulo Okamoto não pode ir para a lua, ele terá de vir depor na CPI dos Bingos. Eu gostaria que ele explicasse por que tem tanto medo; o que tem a esconder; o que estão escondendo. Porque nunca vi, em tempo algum, tanta resistência a uma quebra de sigilo bancário. E, pela experiência em CPI, se constata que todo aquele que vai ao Supremo Tribunal Federal impedir a quebra do sigilo bancário é porque realmente tem algo a esconder. Aqueles que têm uma movimentação financeira absolutamente correta jamais recorrem ao Supremo Tribunal Federal para impedir a quebra de seu sigilo bancário. Portanto, já sabemos que há algo escondido e que esta resistência é exatamente porque é algo sério, não é algo simples. Daí, Senador Arthur Virgílio, a necessidade; creio ser uma questão de honra agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Vamos concluir, Sr. Presidente. Para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, brilhantemente presidida pelo Senador Efraim Morais, é uma questão de honra investigar o Sr. Paulo Okamoto. Ficaremos devendo muito se não fizermos isso. E V. Ex^a está de parabéns, mais uma vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino para, em seguida, encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, pretendo, com a aquiescência da Mesa, em seguida, manifestar a minha opinião sobre a questão da CPMI dos Correios. Mas, V. Ex^a está tocando num assunto que é voz corrente entre aqueles que têm responsabilidade no Congresso. V. Ex^a não tem uma conversa, aqui no Congresso, com jornalistas ou com parlamentares que não seja: em que vai dar a questão Okamoto? Tem de dar em esclarecimento! Não é que vá dar em cadeia ou em liberdade; em férias ou em prisão. Tem de dar em esclarecimento. Porque há uma Espada de Dâmocles na cabeça da CPI dos Bingos, que é a investigação de um fato

que tem correlação direta com o bingo. Sim, o Sr. Paulo Okamoto, pelo depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, esteve envolvido no esquema de coleta de recursos em prefeituras. Essas prefeituras tinham envolvimento com um mundo de gente e com origem de recursos suspeita. Então, tem vinculação claríssima! O Sr. Paulo Okamoto disse que pagou a conta de Lula; pagou a conta da Lurian; deu dinheiro a Vicentinho. E não quer abrir a conta dele? Então, nós não temos o direito de não ir fundo nessa questão! Nós não temos o direito de não ir fundo nessa questão. A CPI dos Bingos não pode terminar, não há hipótese de ela terminar sem haver o esclarecimento sobre a origem do dinheiro que Paulo Okamoto diz ter usado para pagar a conta de Lula, a conta de Lurian e a conta de Vicentinho. Ele é homem de posses limitadas, então, tem de haver esclarecimento. E nada mais fácil do que ele abrir as contas dele. Por que ele não abre? Aí é onde está o xis da questão e que nos cabe investigar, porque senão viraremos poltrões perante a sociedade que V. Ex^a sabe que nos cobra, a V. Ex^a e a mim, na rua – cobra investigação! Somos tão responsáveis quanto os governistas, porque cobram de nós a democrática responsabilidade de exercer a Oposição para investigar, para esclarecer e para mostrar a verdade esteja ela onde estiver, doa a quem doer. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Motta, ouvirei V. Ex^a em seguida.

Senador Agripino, vejo que se levamos em conta a nossa cultura novelesca, a presença dele aqui é tão importante quanto aquele beijo final na novela entre o galã e a mocinha. Ele não tem mesmo como deixar de vir. Virá, e não termina o Governo.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta e ao Senador Sibá Machado.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, uma coisa que está no ar e que volta e meia, quando encontramos um cidadão, ora no mercado, ora no aeroporto, se pergunta para o parlamentar: “Senador, o dinheiro do ‘valerioduto’ saiu do Banco Rural. Encontraram a desculpa de que se tratava de um empréstimo. Como está esse empréstimo? O PT pagou? Deu alguma soma de dinheiro por conta? Foi perdoado?” Isso tem de ser explicado. A sociedade brasileira continua estarrecida e quer saber de onde vieram aqueles mais de R\$50 milhões. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado, ouvirei V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, tenho em mãos a cópia de um documento encaminhado pelo Sr. Paulo Tarcísio Okamoto ao Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, esclarecendo a preocupação aqui apresentada pelo Senador Heráclito Fortes no sentido de que o oficial de Justiça, ao chegar à sede do Sebrae, foi informado, pela funcionária, de que ele já havia saído; e quando ele retorna, vê o Sr. Paulo Okamoto. Faz constar aqui no documento, como prova, o bilhete de passagem...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Srs. Senadores.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O bilhete de passagem antes era para 17h12min e foi transferido para o vôo das 17h55min. Então, somente por isso, a funcionária deve ter-se enganado no horário e dito que ele não estava mais, que ele já havia saído. Estão aqui os dois bilhetes: o vôo TAM 3371, que era às 17h52min, e o vôo TAM 3845 para 18h35min. Trata-se de um documento apenas para esclarecer a preocupação do Senador Heráclito e que já está em mãos da Secretaria da CPI dos Bingos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deixo claro que a preocupação não foi minha, não; isso foi um assunto hoje na CPI e eu apenas o transmiti aqui. Agora, é muito simples: por que ele não assinou; se voltou e viu e estava lá, por que não assinou? Estaria resolvido o problema. O feio foi ter dito que não estava e, ao se avistar com o oficial de Justiça, ter passado fazendo que não o viu. Não custava nada ele ter assinado. O feio é isso. Às vezes, meu amigo, tudo que você tem de explicar na vida é ruim, e fatos dessa natureza nem se justificam.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele passou pelo oficial de Justiça?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Passou. O relatório do oficial de Justiça, Senador, é pior ainda. Quero inclusive, Sr. Presidente, que esse documento fique nos *Anais* da Casa, porque é mais grave ainda. O fato é mais grave ainda! Até porque sabemos que esses executivos e esses funcionários de alto escalão do Governo, nos fins de semana, tiram três, quatro bilhetes. É preciso ver a data em que foi tirado um e o outro. É preciso ver isso! É mais uma armação, porque tiram três, quatro bilhetes para usar aquele da sua conveniência. Pior a emenda do que o soneto, Sr. Okamoto!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador.
Sr. Presidente, encerro, ressaltando o valor do Senador Sibá Machado...
Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, além desse documento que passaram para o Senador Sibá Machado, esqueceram-se de mandar um fax, porque, primeiro, foi passado um fax, de Belo Horizonte, dizendo que estava ciente da convocação; depois, chegou outro documento. Tenho de apresentar essa explicação. O Senador Sibá Machado, realmente, está lendo o documento que se encontra na CPI, assinado por Luís Justiniano de Arantes Fernandes, advogado do Sr. Paulo Okamoto. A pressa de se justificar é tão grande que diz aqui: “Aproveita o ensejo para esclarecer que, conforme demonstra documentação inclusa, o peticionário tinha viagem marcada para Belo Horizonte no vôo das 17h12min de ontem, tendo inclusive já sido feito o necessário *check in*. Um atraso na agenda obrigou o peticionário a embarcar apenas no vôo das 17h12min.” (sic) Veja, Senador Heráclito Fortes, que não tem viajado muito, pois tem-se dedicado muito ao nosso trabalho, que o vôo de 17h12min não existe, pois esta é a hora do embarque. O vôo de 17h55min não existe. O vôo que existe é o de 18h35min. A hora do embarque é que é 17h55min. O vôo de 17h12min não existe; há o vôo de 17h52min. Então, até o advogado, na pressa de se justificar, explicou errado, porque colocou a hora do embarque e não a hora do vôo. Veja V. Ex^a o que está acontecendo: tentam forçar a barra, porque foi às 17h04min que a secretária utilizou... Se o vôo era às 18h35m, não havia essa história de o Sr. Okamoto não estar lá. A verdade é que o Sr. Okamoto se encontrava presente. Dificultaram o acesso do escrivão da Polícia Federal. Depois que ele conseguiu chegar ao andar em que trabalha, no Sebrae, o Sr. Paulo Okamoto, e a secretária, depois de muita insistência, disse que ele havia viajado e já estava em Belo Horizonte, coisas dessa natureza. Daí o cidadão deu o “recebido”. Quando desceu, por azar do Sr. Paulo Okamoto, o escrivão da Polícia Federal, que está à disposição da CPI, notou que faltou dizer “recebi o original”. Aí voltou. Quando voltou, quem encontrou na sala? O Sr. Paulo Okamoto, que estava lá. Será que a secretária não sabia que o Sr. Paulo Okamoto se encontrava lá? Então, há um desrespeito total ao Poder Legislativo. No entanto, dessa feita, o Sr. Paulo Okamoto desrespeitou o Supremo, que está concedendo liminar para que ele não venha depor, pensando que ele estava falando a verdade; desrespeitou o Poder Legislativo e desrespeitou – permitam-me, com toda franqueza – a Polícia Federal. Então, é a esse cidadão que o Supremo está concedendo liminar, para que ele não venha depor à CPI. É lamentável que isso ocorra. Entendo

que, quando alguém tenta esconder-se por trás de liminares, de *habeas corpus* ou coisas dessa natureza, é porque simplesmente tem “culpa no cartório”. Lamento que o advogado, que me parece ser um bom advogado, na pressa de justificar-se, teve de forçar o vôo. Tanto é assim que tenho de saber se houve antecipação de vôos da TAM para atender também o Sr. Paulo Okamoto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, mentira número 2: se houve esse pequeno atraso, ele tomou conhecimento disso no gabinete. Ele não iria sair do gabinete para o aeroporto e voltar porque o vôo atrasou. Então, esse engano está muito mal contado. Por outro lado, não se emitem dois bilhetes de passagem; faz-se a transferência de um bilhete para outro, principalmente no caso do Sr. Okamoto. Recebi uma informação de uma agente de turismo de que ele é regidamente recebido quando chega ao aeroporto pela empresa de turismo que o serve – pela conta do Sebrae, é evidente. Então, ele, ou a sua assessoria, teria tomado essas providências. Senador Sibá Machado, fico triste porque esse pessoal não pega os líderes para fazer esse tipo de justificativa sem pé nem cabeça. Estrearam aqui o Senador Eduardo Suplicy como líder do impossível. Agora, está V. Ex^a. Não faça isso. V. Ex^a é piauiense, é meu conterrâneo, por quem tenho a maior admiração, mas não se preste a esse tipo de serviço, que é muito ruim. Mande os líderes fazerem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, já concedo ao Senador Sibá Machado o aparte que solicita, mas antes, são cinco notáveis piauienses que me vêm à memória, Senador Heráclito Fortes: V. Ex^a, Senador Alberto Silva, Senador Mão Santa, Senador Sibá Machado e o Sr. Francenildo Souza, nosso caseiro, que é uma figura extraordinária também.

Concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, a minha preocupação é a forma eloqüente de falar do Senador Efraim Morais. Vou ler o que está escrito no bilhete de embarque: vôo TAM nº 3371, portão 13, hora de embarque, 17h12min, cadeira 3-D; segundo bilhete: vôo TAM nº 3845, portão 1, cadeira 12-D, horário, 17h55min. Se esse é o horário da partida do avião, se é o horário de chamada final de embarque, isso não sei, mas está escrito no bilhete; é o *check in* feito. Quero dizer para V. Ex^a que, se ele foi ao aeroporto, se voltou, se...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Quero saber se foi paga a multa porque ele perdeu o vôo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Efraim Morais, já concedo um aparte a V. Ex^a. Está sendo muito honroso para mim hospedar esse debate tão edificante.

Antes, digo algo que a mim me salta aos olhos – tenho pelo Senador Sibá Machado carinho e admiração. O presidente do Sebrae não deveria estar sendo objeto de discussão desse jeito, Senador Garibaldi. Imagine que estamos diante de alguém que é responsável por US\$1 bilhão/ano. Estamos discutindo se ele fugiu ou não do oficial de Justiça, ou seja, se age como os delinquentes, que não enfrentam a Justiça brasileira, ou se é alguém que, porventura, tivesse uma desculpa palatável para oferecer. É extremamente constrangedor. Estamos vendo algo que cheira à degeneração, à degenerescência, à decadência.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, é ainda para lembrar que o “recebido” foi apostado ao documento, não por ele, mas pela secretária, e ele já tem ciência do recebimento do oficial de Justiça. Portanto, cabe agora o cumprimento do que está posto no ofício que lhe foi incumbido. Então, Sr. Presidente e Senador Arthur Virgílio, estamos vivendo um momento de muita tensão. Acredito que o Sr. Paulo Okamoto vai, sim, prestar os esclarecimentos que esta CPI está tanto a desejar. Agora, daquela forma que estava sendo colocada era uma exposição, no meu entendimento, desnecessária. Acredito, sim, que ele virá e prestará esses esclarecimentos no momento em que considerarmos adequado, pelo grau de importância, como foi também entendida a vinda do Ministro Palocci e de tantas outras pessoas, cuja vinda à Comissão foi tão harmoniosamente trabalhada por nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Peço tempo a V. Ex^a para concluir, Sr. Presidente. Agradeço muito por todos os apartes. Na verdade, Senador José Agripino, para quem possa supor que eu falo muito, este foi o pronunciamento em que menos falei. Na verdade, hospedei no meu discurso, com muita honra, as presenças inteligentes, e seguidas vezes, do Senador Sibá Machado, do Senador Heráclito Fortes, do Senador José Agripino, do Senador Efraim Morais e da Senadora Heloísa Helena. É uma honra muito grande ter partilhado esse discurso com figuras tão ilustres.

Mas, repito, Senador José Agripino, que eu começava a minha fala, modesta, referindo-me ao Embaixador Takahiko Horimura, do Japão, que veio aqui para agradecer o voto de consternação e solidariedade que pedi ao Senado para aprovar, no que fui atendido, ao ensejo do 60^o aniversário da tragédia de Hiroshima-Nagasaki, S. Ex^a veio me agrade-

cer de maneira muito sentida. E eu aqui me referia à laboriosa colônia japonesa do Brasil e do meu Estado. Estamos vendo – coincidência terrível – toda essa dúvida em cima do Sr. Paulo Okamoto. Tomara que ele venha. Aliás, que ele vem, vem, só não sei como sai. Tomara que venha e se explique, porque é ilusão, de quem quer seja, imaginar que não vai explicar tudo ao povo brasileiro. Vivemos sob uma democracia. Que aprendam, de uma vez por todas, que não há força em ninguém para dar um golpe e transformar o Brasil em uma ditadura. E não sendo assim, tem de ser examinado tudo que é ato polêmico de todo e qualquer homem público. E o Sr. Paulo Okamoto, ainda que primeiro amigo do Presidente ou, sobretudo por ser primeiro amigo do Presidente, precisa explicar essa história promíscua de pagar conta para cá e acolá. Ele tem de vir mesmo, e ele virá.

Volto a fazer o vaticínio: Sua Excelência não completará esse mandato. Quero ver agora se alguém do Governo me diz, como disseram na época do Ministro Palocci, que quem demite é o Presidente Lula. Penso que não: o Sr. Paulo Okamoto vai ser demitido novamente pela sociedade, pelos fatos. Tomara que não seja pelo oficial de Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, só para fazer uma breve referência a um requerimento que encaminhei à Mesa, um requerimento de Voto de Louvor à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que está fazendo uma belíssima campanha com os seus jovens, no período de 1º a 16 de abril, sobre a doação de sangue.

Sou doadora de sangue, o meu filho também. Infelizmente, estou com pouco peso, mas vou ganhar uns quilos a mais só para poder estar no peso mínimo para poder doar sangue.

É uma campanha muito bonita, e o seu folheto está sendo disponibilizado para todos. Espero que não apenas os adventistas, mas todos os cristãos, todas as pessoas que entendem que a doação de sangue é importante possam participar.

Há uma passagem belíssima que eles utilizam no folheto que diz assim:

Se ele deu tudo, custa tanto doar um pouco?
Ele foi até a cruz, você só vai andar um pouco.
Ele foi estirado no madeiro, você só vai estender um braço.
Esmagaram Suas mãos com pregos, tocarão com muito carinho em você.
Cuspiram no Seu corpo, sorrirão pelo seu gesto.
Zombaram da Sua humildade, exaltarão seu amor solidário.
Para Ele, solidão interminável, pra você, gratidão inexplícável.
Sangue de um Deus cuja morte trouxe a vida, sangue de filhos cuja vida retarda a morte.
Foi tudo por você, é um pouco para tantos.
Está consumado!
Muito obrigado!

Quero fazer esse Voto de Louvor. Sei que V. Ex^a e todos os senadores da Casa apoiarão esse requerimento em reconhecimento ao trabalho da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que, no Brasil todo, está chamando todos os jovens, independentemente de serem ou não dessa igreja, para, no período de 1^o a 16 de abril, celebrarem essa época de Quaresma e de Páscoa por meio da doação de sangue, que pode significar mais vida para muitos no nosso País.

Portanto, um Voto de Louvor à Igreja Adventista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após a bela apresentação na defesa do requerimento – nos termos do art. 222 do Regimento Interno –, comunicamos à Casa o seu teor: “Requeiro seja consignado nos *Anais* do Senado Federal Voto de Aplauso à Igreja Adventista do Sétimo Dia pela Campanha Projeto Vida para Doação de Sangue. 30 de março. Senadora Heloísa Helena.”

Será encaminhado e providenciado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De maneira sucinta, Sr. Presidente, para endossar o empenho, a idéia e o Voto de Aplauso requerido pela

Senadora Heloísa Helena homenageando a Igreja Adventista do Sétimo Dia e essa belíssima campanha pela doação de sangue que pode salvar tantas vidas. É entusiasmado o apoio que dedica a esse pleito toda a bancada do PSDB pela palavra de seu líder.

Obrigado, Sr. Presidente.

PARQUE DO MINDU, RESERVA ECOLÓGICA NO CORAÇÃO DE MANAUS, RECEBE MELHORAMENTOS E SE TORNA O MAIS NOVO PARQUE URBANO DO PAÍS

6-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Manaus, por si só, é uma cidade de belezas naturais que encantam a quem a visita e tornam agradável a vida dos seus habitantes.

Manaus, com o Parque do Mindu, vai além e mostra ao Brasil que ali se cuida com carinho do meio ambiente, com respeito à preservação, à ecologia.

O Parque do Mindu, que criei quando fui Prefeito de Manaus, simboliza o carinho à natureza. É uma reserva de 33 hectares, localizada em pleno centro da cidade. E acaba de ser rejuvenescido e reinaugurado pelo Prefeito Serafim Fernandes Corrêa.

Ali estive e vi que o Prefeito tem especial aconchego pelo parque e, por conseqüência, pela cidade e pela natureza.

O Mindu recebeu numerosas melhorias, como estação de tratamento de esgotos, trilhas ecológicas e um auditório para 120 pessoas. As pessoas com necessidades especiais não foram esquecidas; passam a contar com trilha ecológica compatível, portanto acessíveis.

Encanta, em particular, e ressalto isso, um extraordinário orquidário ali implantado em parceria com a Petrobras.

Estive na reinauguração do parque, nesse final de semana, numa solenidade a que compareceram, além do Prefeito e do Vice-Prefeito Mário Frota, também o Senador Jefferson Peres, deputados federais, deputados estaduais, vereadores e mais a Secretária Municipal do Meio Ambiente, Dr^a Luciana Valente, o Secretário Estadual do Meio Ambiente Virgílio Viana, bem como o Presidente do Ibama, Marcus Luiz Barroso Barros.

Ouvi com apreço as palavras ali proferidas pelo Prefeito Serafim, que, antes de tudo, revela nobreza, além de intenso amor por Manaus, a cidade que vem dirigindo com competência.

Em seu discurso, o ilustre dirigente da capital do meu Estado repudiou a política, infelizmente comum, de governantes que buscam obscurecer o trabalho de seus antecessores, ao invés de reconhecer suas ações, que sempre e sempre somam. E Manaus merece que somemos.

Senhor Presidente, estou encaminhando à parte requerimento à Mesa, pedindo um Voto de Aplauso à Prefeitura de Manaus pela reinauguração do Parque do Mindu. O teor do requerimento está sendo anexando a este pronunciamento. É este o seu texto:

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso à Prefeitura de Manaus, pela reinauguração do Parque do Mindu, o mais novo parque urbano do País, localizado em reserva ecológica de 33 hectares no centro da capital do Amazonas.

REQUEIRO, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais* do Senado, Voto de Aplauso à Prefeitura de Manaus, em especial ao Prefeito Serafim Fernandes Corrêa, ao Vice-Prefeito Mário Frota e à Secretária Municipal do Meio Ambiente Dr^a Luciana Valente, pela reinauguração do Parque do Mindu, reserva ecológica de 33 hectares, localizada no centro da Capital do Amazonas, que passa a ser o mais novo Parque Urbano do Brasil.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Serafim Fernandes Corrêa, do Vice-Prefeito Mário Frota e da Secretária do Meio Ambiente Dr^a Luciana Valente.

Justificação

A capital do Amazonas acaba de ganhar um novo parque urbano, numa reserva ecológica de 33 hectares situada no centro da cidade. É o Parque do Mindu, reinaugurado pela Prefeitura de Manaus, um logradouro estratégico e atraente, concretizado quando de minha gestão como prefeito dessa capital, que, agora, ao proclamar publicamente essa circunstância, o Prefeito Serafim Fernandes Corrêa o aperfeiçoou com o acréscimo de

melhoramentos significativos, incluindo um auditório para 120 pessoas, trilhas ecológicas, estação de tratamento de esgotos, além de trilha acessível a pessoas com necessidades especiais. A Prefeitura e seus dirigentes são, pois, merecedores do Voto de Aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador *Arthur Virgílio*, Líder do PSDB.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ASSENTADOS SOB RISCO

7-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, mais um quadro revelador da improvisação deste Governo no encaminhamento do que supõe ser reforma agrária.

No meu Estado, pessoas honestas, assentadas pelo Incra na região de Apuí, vivem momentos de horror, completamente abandonadas e vivendo um quadro de risco e de penúria.

Em nada essas pessoas se parecem com os baderneiros que ontem, com o mesmo boné que Lula usou e abusou, invadiram e depredaram a Câmara.

São pessoas honestas, de famílias de agricultores que escolheram a região de Apuí para a formação de lavouras.

Esses agricultores realizaram trabalhos, investiram os recursos de que dispunham e agora são ameaçadas por grileiros, armados até os dentes, com pistolas de grosso calibre.

Recebi, do Amazonas, um relato desse triste quadro, mas mantenho os nomes dos remetentes sob reserva, para evitar que passem a ser ainda mais hostilizados, não sei se pelos grileiros ou por gente do próprio Governo petista.

Leio um pequeno trecho dessa denúncia. Ou seja, conto o milagre e não revelo o santo:

“(...)O Incra limita-se a fazer os assentamentos e, depois, não nos dá a menor assistência. Em conseqüência, as famílias dos assentados ficam ao desamparo. Muitas perdem tudo, inclusive as melhorias feitas com esforço físico pessoal.(...)”

Sigo, com mais aspas:

“(...) Muitas famílias acabam desistindo e abandonam as glebas em que foram assentados. Abandonam tudo, vão embora e passam a desacreditar no Governo e até na Justiça. “

Outro trecho:

“(...) Os que ficam levam os familiares para locais mais seguros. Sabem que passam a ser constantemente ameaçados pelos pistoleiros e vivem da ajuda alheia, alguém dá um litro de leite, outro dá o açúcar e assim continuam, sob risco e em clima de terror e de medo. “

Esse é o quadro das “realizações” do Presidente Lula.

De um lado, camponeses de verdade vivendo sob ameaças. De outro lado, o Governo estimulando invasões, que são diárias. Ontem, foi aqui, na Câmara, um local sem terra nem nada que possa ser usado para formar lavouras.

Esta manhã, com base na denúncia que recebi do interior amazonense, encaminhei ofícios ao Governo do Amazonas, ao Incra, à Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério Público.

A todas essas instâncias, pedi providências urgentes, que possam restabelecer a paz no campo, em meu Estado, o Amazonas, e em qualquer outro ponto do País.

Já é tempo de o Governo reverter sua visão em relação ao campo. Até aqui, pela denúncia que me chegou às mãos, os verdadeiros agricultores, que são “assentados” pelo Incra, ficam ao léu.

Já aos acampados, ou aos ditos acampados – na verdade, profissionais da baderna – o Governo estende as mãos, a todos afagando.

Era o que tinha a dizer.

O MUNDO PETISTA

12-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tem razão o candidato tucano Geraldo Alkmin ao dizer que o Governo do PT “deixou o Bra-

sil vermelho de vergonha” e que nunca houve no País “tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República”.

Vergonha, sim, é o que sente todo brasileiro, num simples abrir do jornal diário ou da leitura das revistas semanais. De fato, nunca houve no Brasil tanta corrupção comandada nos altos escalões da República, num Governo que, eleito para dirigir o País, armou esquemas satânicos de falcatruas.

A vergonha a que nos sujeita o Governo petista está no ar, na terra, no mar, em qualquer lugar. Ao léu, basta ler as manchetes do dia:

“Agora candidato, Alckmin endurece:
Onde está o chefe dos 40 ladrões?”

O povo sabe. O povo não é como o Presidente, que sempre diz de nada ter ciência.

Outra manchete, esta do cinismo do grupo do Planalto:

“Governistas dizem não temer devassa.”

É aguardar para ver. Não tem essa de não investigar. Não tem, mesmo! Se eleito, o Governo Alckmin não será como o atual, que empenha a alma ao diabo para evitar CPI.

Outra, do lado cínico do Brasil:

“Mercadante pede 2ª chance para acusados.
Candidato afirma que mensaleiros serão julgados pelo povo nas urnas.”

Não é por aí. Era só o que faltava. Mensaleiros pedindo voto? Estão todos na marca do pênalti e o mais que deveriam fazer é esperar o julgamento no Supremo. Nas urnas, definitivamente, não! O País quer varrer do mapa esses e outros corruptos.

Quer mesmo!

Para um dia ler as notícias sem corar de vergonha pelo quê de rouba-lheira foi praticado por esse grupelho.

Para um dia ler notícias diferentes dessas de hoje, num cenário sem violência, que o Governo petista de Lula assiste indolente e até afagando a cabeça de marginais, como no caso do MST e suas derivações.

O Brasil está cansado de tanta inação. O atual Governo nada realiza e limita-se a entoar loas ao cenário de inflação controlada, sem saber, agora sim, de verdade, que os êxitos na economia resultam do bom Governo FHC.

Mais aspas da vergonha:

“Ex-cliente liga Bastos a conta no exterior.”

“Engenheiro afirma ter pago, em 1993, US\$4 milhões no exterior para o atual ministro da Justiça, que nega a transação.”

PF abriu investigação em 2003, mas arquivou o caso em 2004 sem ter ouvido o ministro nem quebrado os sigilos das empresas citadas

É o rosário da vergonha.

A *Veja* desta semana está repleta de notícias que fazem o brasileiro corar. De vergonha.

Começa pela capa:



Aí está dito o que todos os brasileiros sabem, que o Governo Lula pensa que pode negar e que infelicita a vida de todos nós:

“OS PTBULLS

Financiados pelo Governo e Chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o braço armado do PT.”

Aí está: braço armado do PT.

É de se indagar: vale repetir essa gente, para mais quatro anos de bagunça, roubalheira e corrupção sortida?

A resposta é não! O Brasil não quer de novo um Governo que tem braços armados, esses grupos de desordeiros que intranquilizam a vida das nossas populações. O povo é ordeiro, o Governo petista é pró-violência, pró-roubo, pró-indecência.

Mais aspas envergonhadas:

“Lula liberou R\$5,6 mil para entidade do MLST

Os líderes Bruno Maranhão e Lima assinaram 3 dos 4 convênios entre o governo e a Anara.”

Outro título, também com aspas da vergonha. Está num jornal de Curitiba (*Gazeta do Povo*):

“Mensaleiros do PT serão candidatos.”

Lista inclui o ex-Ministro da Fazenda Antônio Palocci e o ex-Presidente do partido José Genoíno.

Belo presente de Copa do Mundo! Há quem ache que até as urnas de 1º de outubro vão corar de vergonha!

Encerro, Senhor Presidente, com um misto de fé na remoção do entulho que o Governo petista acumulou neste País, mas sem deixar de lamentar todo esse quadro de vergonha com o qual estamos sendo obrigados a conviver.

O partido do Presidente Lula sai em campo, com seus candidatos, como se nada de anormal o tivesse envolvido ao longo desses quase quatro anos de mandato. Engana-se o Presidente se acha que o povo aceita coisas como essa de dar a legenda a candidatos-mensaleiros. Engana-se redondamente. O povo está de olho e o número de *e-mails* que a todo instante chega ao meu gabinete é grande. Leio um deles, recebido esta manhã.

Vem de São Paulo, enviado por Sidnei:

-----Mensagem original-----

De: Sidnei A. Francisco [mailto:sidneifrancisco@uol.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 12 de junho de 2006
12h37min

Para: Sen. Arthur Virgilio Neto

Assunto: formação de quadrilha

Senador *Arthur Virgílio*,

O PT não poderia ter escolhido data mais própria e emblemática para a convenção nacional que vai homologar a candidatura do chefe para mais um mandato: 24-6-2006 – Dia de São João.

Haveria melhor dia para iniciar a formação da quadrilha?

Sidnei Francisco

São Paulo(SP,

O brasileiro não perde, felizmente, o bom humor, como nesse outro *e-mail*:

Vem de algum lugar do Brasil, enviado por Joe Rego, e diz:

Senador, vejo que nem o fenômeno Ronaldo consegue atingir o Presidente. Apesar de Lula, a blindagem desse homem é fenomenal. Sucesso de *marketing* da mais baixa qualidade e da mais alta blindagem. Sugiro, então, à indústria bélica brasileira a criação de um blindado com o nome de Lula, como os blindados anteriores: Carcará e Urutu.

Sugestão à parte, essa inoportuna tentativa de *marketing*, com a tal de videoconferência, é bem reveladora de como pensam nossos dirigentes.

Ninguém poderia imaginar uma agressão gratuita como a de que foi vítima o fenômeno Ronaldo. À grosseria, o técnico Parreira soube reagir com elevação, ao dizer que *ele (Ronaldo) está forte*.

Foi um autêntico *tapa de lula de pelica*, que, de tão incômoda, obrigou o Presidente a tentar se desculpar. Poderia dormir sem essa.

Senhor Presidente, estou anexando a este pronunciamento o noticiário de hoje sobre o *Mundo Petista*, incluindo a íntegra da matéria de capa da revista *Veja*.

Era o que tinha a dizer.

QUEREM DESESTABILIZAR O PIM

13-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em 14 de setembro do ano de 2004, esta Casa aprovou projeto de lei alterando a chamada Lei de Informática. A proposta original trazia dispositivos destruidores para a economia do meu Estado, ao criar incentivos que, na prática, possibilitavam que o maior segmento do Pólo Industrial de Manaus – o de televisão – se transferisse para regiões mais ricas e mais desenvolvidas.

Relembro: a proposição permitia que aparelhos com funções majoritárias de televisão pudessem ser fabricados como sendo monitores de vídeo. Com isso, passariam a usufruir dos incentivos da Lei de Informática.

Como senador pelo Amazonas, obviamente insurgi-me e, com apoio e compreensão dos meus pares, os trabalhos do Senado foram obstruídos até que pudéssemos chegar a uma redação que resguardasse, minimamente, as conquistas alcançadas após duras lutas para a consolidação do Pólo Industrial de Manaus.

Devo ressaltar que o apoio que recebi dessa Casa não significou qualquer concessão ou benesse. Deveu-se, sobretudo, aos excepcionais indicadores da economia amazonense, uma região que precisava desses dispositivos para que pudesse se afirmar como área econômica de relevância. É o que ela é na atualidade.

Ademais, o fortalecimento do Amazonas e, por conseqüência, da Amazônia, é bom não apenas para a região. É bom – e, mais do que isso, é necessário. Necessário para o futuro do Brasil.

Já disse e venho insistindo que a Amazônia é a região estratégica por excelência do Brasil, que dela depende para que o amanhã da Pátria a todos beneficie.

Os dados indicativos da economia amazonense, que aqui tenho apresentado à exaustão, trouxeram à luz uma pujante, sólida e dinâmica economia ignorada pela maioria da Nação, atacada injustamente por preconceitos e maltratada por instâncias mal-intencionadas da República, sempre prontas a opor dificuldades ao justo, merecido e, repito, necessário crescimento da Amazônia, terra de todos os brasileiros.

De fato, seria insano recusar apoio a um pólo produtivo que, em 2005, foi responsável por faturamento de US\$19 bilhões, por 100 mil postos de trabalhos diretos e 350 mil indiretos, por R\$10 bilhões de arrecadação tributária, por investimentos anuais de US\$5 bilhões, por exportações de

US\$2,2 bilhões e que crescem em ritmo quatro vezes maior do que as importações.

Não bastasse isso, o Pólo Industrial de Manaus foi responsável pelo maior índice de crescimento industrial do Brasil em 2005 (12,1%) e que é quatro vezes superior à média brasileira (3,1%), isso tudo, com um admirável índice de nacionalização, mesmo com dólar barato e liberdade de importação.

Outro dado que deve e precisa ser levado em conta: 52% dos insumos industriais utilizados no PIM são comprados no próprio Brasil e, desses, 33% na própria região.

Ou seja, o Amazonas, pelo seu Pólo Industrial, propicia também o crescimento de outras áreas do País.

Em setembro de 2005, um ano após o memorável debate travado em torno da Lei de Informática, retornei a esta tribuna para alertar: manobras sorrateiras estavam sendo traçadas, visando tornar sem efeito a proteção que aquela lei trouxe para o Pólo de Televisores de Manaus. Os movimentos se davam no âmbito das instâncias que discutiam o destino do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Evitei apontar os mentores intelectuais daquele movimento, embora entendendo que estava em curso um desrespeito à vontade soberana do Poder Legislativo. Esta é a Casa dos estados e o que se debateu e aqui se aprovou levou em conta a saúde econômica do País como um todo.

Não era possível que, em função de manobras indesejáveis, uma região toda fosse condenada à marginalização e, em consequência, viesse a se fortalecer a concentração industrial no Brasil. O Senado e, por seu intermédio, o Poder Legislativo, não concordam com nada que não represente o equilíbrio entre as regiões.

O que estava ocorrendo era, na verdade, uma tentativa de invalidar, por soezes artifícios de esgrima conceitual, a proteção que esta Casa entendeu que era preciso conferir ao Pólo Industrial de Manaus, em seu segmento de fabricação de televisores.

Vamos colocar os pingos nos is, Sr. Presidente, para que a Nação fique inteirada corretamente sobre o que ocorria a distância, fora do controle do Senado da República: para escapar ao que determinou a Lei de Informática aprovada nesta Casa em setembro de 2004, esboçava-se uma política industrial para o setor, na qual o artefato de conversão dos conteúdos digitais para exibição em aparelhos ainda não totalmente digitais passaria a chamar-se terminal de acesso, em vez de *set top box* ou *conversor de sinais*, como hoje são, incontestavelmente, conhecidos.

Era essa uma tentativa de retirar de Manaus a produção de TV, monitores, conversores de sinais e tantos outros produtos, que a duras penas lá conseguimos consolidar.

Tais manobras escancararam-se de forma sórdida.

Agora, um novo capítulo: sem qualquer cerimônia, até mesmo altas autoridades deste Governo vêm a público sugerir novas mudanças na Lei de Informática, na legislação que protege o Pólo Industrial de Manaus e legislação complementar.

O que está ocorrendo tem endereço certo. Seu objetivo é o de viabilizar essa agressão à economia de meu Estado. Ou, até melhor, de meu Estado que é patrimônio de todos os brasileiros.

Antes, apenas um flanco se abria, sorratamente! Hoje, outras frentes se mostram tão perigosas quanto aquela que, à época, parecia apenas uma inofensiva questão semântica no texto da lei.

Explico melhor, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o “admirável mundo novo”, que nos aguarda com o advento da TV digital, antecipa um cenário em que o futuro da indústria da eletrônica de consumo e de bens de informática e telecomunicações tenderá a ser configurado pelas tecnologias digitais atuantes em grande rede mundial de conteúdos (som, imagem, dados e outras formas de informação). Pouca diferença fará se o aparato de acesso é um celular, uma TV, um computador ou algo similar. Cientes dessa tendência procuramos resguardar que, pelo menos aquilo que hoje lá produzimos com qualidade, competitividade e alto grau tecnológico, ficasse protegido por lei.

Essa preocupação vem desde a época do Governo Collor, quando fomos obrigados a aceitar que os bens de informática passassem a ter incentivos quando fossem fabricados também fora de Manaus, abdicando, portanto, da proteção constitucional que garantia exclusividade dos incentivos para minha região.

No entanto, por ocasião da discussão das alterações à Lei de Informática, a que me referi anteriormente, também tivemos de aceitar restrições a nossa competitividade. E tem sido sempre assim.

Toda vez que se anunciam mudanças, quem sai perdendo é sempre o meu Estado. Aos poucos, o que eram direitos constitucionais, foram sendo minimizados, relativizados, cerceados.

Mas desta vez não será assim. O Senado da República não vai permitir que manobras sinistras venham a ser vitoriosas e decretem o fim da vitalidade do Amazonas e o enfraquecimento do equilíbrio entre as regiões.

No cenário das tecnologias digitais, vale explicar mais didaticamente: um monitor, hoje considerado bem de informática, poderá ser fabricado

fora do PIM, usufruindo os incentivos dessa lei e, portanto, tornando-se concorrente das TV fabricadas no PIM.

Nesse contexto, o segmento de televisores, principal dínamo do PIM, estará comprometido.

Presentemente, as interpretações da Receita Federal para o assunto nos são favoráveis. Mesmo assim, modelos de monitores que ela considera televisores recebem incentivos da Lei de Informática porque são tratados, pelo MCT e MDIC, como monitores. É só consultar o modelo Flatron L173SA da LG que está no *site* do MCT. A solução de Consulta nº 80 de 30-12-2005, da 2ª Região Fiscal da Receita Federal, esclarece, com pormenores, que esse modelo é uma TV e, por isso, não deveria usufruir dos incentivos da Lei de Informática.

Alto lá! Querem destruir a unidade nacional?

Alto lá! Mais uma vez: querem desrespeitar o Legislativo?

Alto lá! De novo: querem condenar ao empobrecimento todas as regiões que ficam fora do Centro-Sul?

Estarei como nunca vigilante. Os senadores da Amazônia, todos eles, também. O Senado da República, com sua altivez, não seguirá outro rumo. Estou certo disso!

Por isso, desde logo, estou encaminhando à Mesa requerimentos para que, na forma regimental, sejam solicitadas informações ao Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Fazenda, acerca dos fatos e das denúncias que trago ao Plenário.

O pedido justifica-se: foi a Receita Federal que respondeu a uma consulta do Centro das Industrias do Estado do Amazonas, informando que qualquer aparelho que tenha funções de TV, ainda que possua características de monitor de computador, não pode ser considerado bem de informática.

Chamo a atenção para a gravidade do que acabo de ler. A Receita Federal, pelo menos aparentemente, ignora a lei ou não a interpreta corretamente.

Outro aspecto que nos afeta, de forma mais imediata, é a questão do *set top box*. Esse aparelho vai permitir que as atuais TV, já presentes nos lares do Brasil, possam receber os sinais da TV digital. Quando as TV já estiverem sendo fabricadas como digitais, de fato, não precisarão mais desse aparelho. Entretanto, ainda ele se fará necessário, tanto para equipar aquelas que já estão em uso quanto aquelas que seguirão sendo fabricadas sem características digitais.

Pois bem! Hoje, estes aparelhos são fabricados no PIM, porque não são considerados bens de informática. Em 2005 foram fabricados em torno de 2.600.000 unidades para sinais de TV via satélite e mais de 180.000 para sinais

de TV via cabo. Em 2006, somente até abril já tinham sido fabricados cerca de 700.000 unidades para TV via satélite e cerca de 100.000 para TV via cabo.

Essa produção toda é, contudo, ínfima relativamente ao que será demandado pelo mercado quando a TV digital for implantada.

Por isso, os produtores de outras regiões do País, com apoio escancarado de autoridades da República, movimentam-se para levar parte ou até a totalidade dessa produção para o Sul-Sudeste. Pretendem, sem lucidez, manter a concentração industrial numa única área do Brasil.

Os caminhos que estão tomando são dois:

a) tentam mudar a legislação para incluir o *set top box* como bem de informática, assim como fizeram com telefone celular designando a transferência de várias fábricas instaladas em Manaus;

b) querem dar um novo nome para esse aparelho, chamando-o de “terminal de acesso”. Nesse caso, não precisaria considerá-lo bem de informática, porque esse terminal é taxado com IPI mínimo, o que compensaria sua fabricação fora do PIM.

c) As NCM (Normas Comuns Mercosul) que começam a utilizar, com esse propósito e uma cada vez mais convivência oficial, têm os números 8528.1211 e 8528.1219.

A denúncia que trago ao Plenário do Senado da República é grave e sugere que todos nos coloquemos em alerta.

Sim, em alerta!

Se esses movimentos forem vitoriosos – e não serão – teremos um escárnio em relação ao Congresso Nacional, com o impatriótico, ilegal e suspeito propósito de esvaziar uma decisão soberana do Legislativo, arduamente decidida em favor de uma região que tem sabido honrar os incentivos que recebeu da Nação, diferentemente do que já vimos ocorrer em outras plagas e em outras situações.

Agora mesmo constata-se que um grande número de empresas, fora do PIM, não aplicaram corretamente em pesquisa e desenvolvimento as contrapartidas aos incentivos da Lei de Informática. Deveriam, pois, ser multadas e compelidas a recolher o IPI que deixaram de pagar.

E o que acontece? Ora, Senhor Presidente, tenta-se um acordo para legitimar a esperteza e a impunidade. Em Manaus, tudo foi feito às claras, e corretamente, porém, tenho certeza, se alguma empresa de lá tivesse agido dessa forma, seria execrada como fraudadora.

Encerro, renovando aos meus pares o apelo para que o Senado, uma vez mais, seja altaneiro e evite a fragilização da produção desses produtos no PIM.

Temos ciência do elevado percentual de desemprego no Brasil. Manobras contrárias ao Pólo Industrial de Manaus significariam agravar o problema do desemprego.

Hoje, as empresas ali existentes empregam em torno de 47.000 líderes – pais e mães de família, faturam mais de R\$12 bilhões e exportam de R\$1 bilhão.

Tenho certeza de que eu, Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho e o Senado como um todo estarão atentos. Se esse movimento prosseguir, não tenham dúvida, assumiremos a trincheira e buscaremos todos os recursos ao nosso alcance para defender nosso Estado e o nosso povo, na certeza de que estaremos, isso sim, defendendo os interesses do Brasil.

Há, rondando em lugares sinistros, as tentativas de estancar o êxito do Pólo Industrial de Manaus, uma idéia que deu certo e que beneficia a Amazônia Ocidental, mais o Amapá, assegurando, ademais, o próprio futuro deste País. A Amazônia, repito, desta vez para encerrar mesmo, é a região estratégica por excelência deste País.

Era o que tinha a dizer.

ARTHUR VIRGÍLIO ELOGIA IDÉIA PARA DESENVOLVER A AMAZÔNIA

19-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, um dos maiores desafios do Brasil, nesses próximos anos, será a incorporação da Amazônia à economia nacional, necessária para o crescimento do País. Contudo, isso só será possível – e é urgente – com um plano de desenvolvimento científico, audacioso e inovador, que observe as características da área.

Esses pontos compõem palestra feita no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social pelo Conselheiro Luftala Bitar, que se mostrou conhecedor da minha região.

O empresário chegou a sugerir a criação formal de um Mercado Comum Amazônico, que seria formado pelos nove países daquela área, prevendo, entre outros tópicos, a interligação dos seus rios, permitindo que se pense um grande meio de transporte desde o Orenoco até o Prata.

Felicito o empresário. Li com atenção sua palestra, concordo com a maioria dos pontos por ele lembrados e espero que o Governo Federal dê ao assunto a importância merecida.

Por isso, para que passe a integrar os *Anais* do Senado, incluo o texto a este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ARTHUR VIRGÍLIO DIZ SER CONSTRANGEDOR FALAR EM “PORTEIRA FECHADA”

20-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pelo jeito com que o Governo encara e pensa conduzir a coisa pública, o Brasil virou fazenda de gado. Não pode ser outra a conclusão do que diz, promete e jura o Presidente Lula.

Está na matéria da repórter Vera Rosa, do *Estadão*:

“O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está prometendo porteira fechada nos ministérios aos partidos que apoiarem sua candidatura à reeleição.”

Não faltava mais nada: o Brasil está virando um grande curral e o peão é o próprio Presidente da República.

Porteira fechada a gente sabe o que é. Mas a repórter explica e muito bem:

“O termo, no jargão político, significa delegar ao aliado a tarefa de preencher todos os cargos da estrutura ministerial e das estatais, de cima abaixo.”

As conversas de Lula são sempre assim. Além do baixo astral, do mau gosto semântico, são cansativas. E aí se alguém critica, ele manda dizer que a oposição faz jogo rasteiro!

No caso da porteira fechada, do grande Curral Brasil S.A., Lula pôs-se novamente a inventar palavreado e teria dito o que a jornalista reproduz:

“(...)Lula não citou a expressão porteira fechada... em seu lugar, adotou o mantra do governo de coalizão.”

Quem leu, quem ouviu, sabe que nada muda. É uma nova versão de aparelhamento da coisa pública, a que se agarrou o Presidente Lula desde que assumiu seu mandato, já no final e sem qualquer resultado a não ser coisas desse tipo de curral de porteira aberta.

Por isso, Senhor Presidente, para que no futuro todos saibam o que terá sido o Governo petista de Lula, estou anexando a este breve pronunciamento a matéria da jornalista do *Estadão*.

Era o que tinha a dizer.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

27-6-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim, no seu discurso, tocou num ponto que julgo relevante para a análise da Casa, que é, precisamente, Senadora Heloísa Helena, a presença de V. Ex^a, porque, afinal de contas, candidata como é, com toda a legitimidade, à Presidência da República, uma coisa é certa: no ano que vem, V. Ex^a não estará aqui. Não sei se estarei, mas V. Ex^a, certamente, não estará. Devo dizer que se abre, em qualquer circunstância, seja qual for o resultado dessa trajetória bonita e corajosa que V. Ex^a enceta na luta pela Presidência, uma lacuna, pela combatividade que o Senado perde, pela honradez que V. Ex^a encarna, pela presença constante, inteligente, lúcida – conhecedora profunda do Regimento da Casa que V. Ex^a é –, e pela fraternidade com que trata seus adversários, seus amigos e seus colegas. Em qualquer circunstância, tenho certeza absoluta de que o Brasil ganha uma líder de compleição nacional, mas o Senado perde uma das mais extraordinárias figuras que por aqui possam ter passado.

Bem a propósito, Senador Paulo Paim, acabo de receber um *e-mail* da Sr^a Marisa Lima, intérprete de Libras e filha de surdos. Ela diz o seguinte: “Sr. Senador, eu gostaria de saber por que, até hoje, o Senado Federal nunca teve, em seu quadro de funcionários, o profissional intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Sou intérprete há 36 anos e ainda sonho em trabalhar no Senado” – ela gostaria muito de atuar na TV Senado –, “como canal de comunicação com os mais de seis milhões de surdos brasileiros.

V. Ex^a pode fazer alguma coisa a respeito ou, ao menos, se informar sobre essa possibilidade, se existe?”

Senador Paulo Paim, acerca de seu discurso, passo ao Sr. Presidente Renan Calheiros a reivindicação, para que incluamos na programação da TV Senado a figura do intérprete de Libras, aquele que fala, que interpreta o que dizemos para os surdos-mudos. Creio que isso incluirá na análise política do País, que no Senado se interpreta bem graças à presença brilhante de V. Ex^a, do Senador Fernando Bezerra, do Senador Paulo Paim e do Senador Tião Viana, seis milhões de surdos brasileiros. É um número significativo de brasileiros que devem ser incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^a, sem pretender interrompê-lo, que temos feito tudo, no Senado, absolutamente tudo, para tornar esta Casa um modelo institucional de acessibilidade ao portador de necessidade especial.

O Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, está-me informando, também agradecendo a idéia, a brilhante lembrança de V. Ex^a, que o processo já está em andamento, para que tenhamos isso no mais curto espaço de tempo, aliás, atendendo o seu pedido e a sua reivindicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo V. Ex^a pela notícia que nos transmitiu de que, ainda neste ano, em 15 ou 16 capitais brasileiras, haverá o funcionamento da TV Senado em sinal aberto, o que é um golpe rude nas oligarquias regionais. A TV Senado, ao funcionar em canal aberto, significará um golpe muito rude nos que se julgam proprietários das opiniões em estados que querem transformar em províncias, porque querem mantê-los subjugados, como se fossem sobas e nós, cubatas africanas de um tempo que já não queremos para a África e para lugar algum.

Senador Paulo Paim, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, quero cumprimentá-lo pelo apelo que fez ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, no sentido de que tenhamos, de fato, a linguagem de sinais, Libras, assegurada pela TV Senado. Tenho certeza de que seu apelo traduz a vontade de todos os senadores e de que o Senador Renan Calheiros há de fazer isso acontecer. Se V. Ex^a me permite, Senador Renan Calheiros, quero dizer que há duas pessoas cegas no meu gabinete, que eu pedi e V. Ex^a contratou. Foi importante V. Ex^a permitir que essas duas pessoas ficassem

à minha disposição, por isso acredito que esse passo, ora solicitado pelo Senador Arthur Virgílio, tornar-se-á realidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, falarei, mais tarde, como Líder do PSDB. Por agora, dedico-me a alguns temas que envolvem, com muita força, a minha região.

Antes, porém, requeiro, Sr. Presidente, Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de junho, em São Paulo, da Sr^a Guita Mindlin, conhecida como a “amiga dos livros” e esposa, por toda uma vida, dessa grande figura, desse grande empresário, intelectual e brasileiro sério que é José Mindlin, a quem dirijo todo o sentimento de minha família e o meu sentimento pessoal.

Da mesma forma, requeiro Voto de Pesar pelo falecimento do geógrafo Orlando Valverde, figura que brilhou nos quadros do IBGE e que dedicou mais de 30 anos de sua vida a pesquisas na nossa região, na Amazônia. Orlando Valverde é uma referência. Não se pode falar em Amazônia sem que se estudem profundamente algumas pessoas, como a minha professora de Geografia no Instituto Rio Branco, Berta Becker, e seu professor, Orlando Valverde, falecido.

Portanto, solidarizo-me com sua família. E também com o País, que o perde.

Igualmente, proponho Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas. Na anatomia patológica encontra-se a base da Medicina, porque é ela que faz o diagnóstico, inclusive, da *causa mortis*. Ela engloba a Histopatologia, que estuda os tecidos e permite que se afirme, com segurança, a natureza de uma lesão, e a Citopatologia, que estuda as alterações celulares, principalmente no núcleo celular, possibilitando que se detectem doenças como o câncer. Assim, proponho, a esse serviço de referência do Hospital Universitário da Fundação da Universidade Federal do Amazonas, Voto de Aplauso por um serviço tão relevante.

Ainda proponho Voto de Aplauso ao escritor Wastony Aguiar Bittencourt pelo lançamento, na minha cidade de Manaus, do livro *Crônicas de um Servidor Público*.

Do mesmo modo, ao escritor amazonense, Evaldo Ferreira, do jornal *O Estado do Amazonas*, pelo lançamento, em Manaus, do livro *No Tempo dos Seringais*. Como o próprio jornal o chama, Evaldo é o “cronista viajante”. Ele lança o seu primeiro romance baseado na realidade regional. Eu o lerei, com muito gosto, pelo respeito intelectual que de mim merece o Evaldo. Ainda, e finalmente, Votos de Aplauso ao escritor amazonense Deusanir Pereira pelo lançamento, em Manaus, no dia 2 de dezembro de 2004, do

livro, que merece ser lido – Deusanir acabou de fazer um mestrado muito interessante na área – *Amazônia Insustentável – Zona Franca de Manaus, Estudos e Análises*. Já li o livro e atesto que merece ser lido.

Sr. Presidente, sexta-feira passada, dia 23, tive a oportunidade de participar do café da manhã comemorativo dos 41 anos do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, a convite do Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Professor Hidemburgue Ordozgoith da Frota e do Diretor do Hospital, Dr. Sérgio Ferreira Filho.

Estavam presentes relevantes autoridades, como o Governador do Estado, Eduardo Braga; os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Peres; os Deputados Federais Humberto Michiles e Vanessa Grazziotin; os Deputados Estaduais Eron Bezerra e Arthur Bisneto, além de vereadores, representando as correntes mais díspares da política local, junto com integrantes do corpo clínico e do de funcionários do Hospital e de estudantes.

O apoio ao Hospital Getúlio Vargas une os amazonenses. Não sem razão, porque se trata de instituição modelar, querida da população, não apenas do Amazonas, mas de toda a região. O Hospital Universitário já viveu momentos críticos, mas tem conseguido superá-los, porque ele é, para os amazonenses, o que a Petrobras, a Varig e o Itamaraty são para todos os brasileiros. Tem espírito, tem alma. Seus funcionários, tanto os da ativa quanto os aposentados, vestem a camisa da instituição. Nos momentos de crise, lutam bravamente para salvar o Hospital.

Após o café da manhã, o Diretor do Hospital, Dr. Sérgio, levou-nos para ver as obras do novo ambulatório, que estão bastante avançadas, graças aos esforços da reitoria da Universidade Federal do Amazonas e da bancada federal do Amazonas que, desde governos anteriores, vem, por meio de emendas parlamentares, destinando recursos para essas obras.

Apesar de ser um marco na área da saúde do Estado e da Amazônia e de pertencer a uma instituição federal – aliás, foi muito importante a sua transformação em Hospital Universitário – a meu ver, ele se ressentia da falta de recursos financeiros. Não lhe destinando verbas suficientes, o Governo Federal impõe limites quantitativos – o Hospital poderia atender a número maior de pacientes –, e qualitativos – poderia ser ainda melhor o nível de atendimento.

O problema na área de saúde no Estado do Amazonas, contudo, não está na falta de dinheiro. O Governo Estadual aplica em saúde, por ano, o equivalente a toda a arrecadação da Prefeitura de Manaus: R\$1,400 bilhão. O problema está na eficácia administrativa e na aplicação correta de cada centavo. Lá, no meu Estado, se fala, abertamente – o Tribunal de Contas da União examina isso –, em superfaturamento de remédios, de medicamentos. Não se trata de aplicar mais, e sim de aplicar com correção, com

eficácia administrativa e com honradez, Senador Paulo Paim, cada tostão que se destine à área de saúde. É isso que precisa ser feito.

Não obstante a escassez de recursos federais, como disse, o Hospital Universitário Getúlio Vargas é uma referência para a região. É o maior formador de recursos humanos na área da saúde. Profissionais das áreas mais distantes de Manaus o procuram para fins de aperfeiçoamento. E funciona também como academia, ao proporcionar profícua troca de idéias entre grandes especialistas da área médica.

Volto às visitas. Após percorrermos as obras do novo ambulatório, fomos levados ao Serviço de Anatomia Patológica da Ufam, dirigido pelo Dr. Jeconias Câmara.

O Serviço de Anatomia Patológica é, de fato, outro centro de referência, sendo a mais antiga residência médica no Estado. A anatomia patológica é peça-chave na Medicina. É ela que faz o diagnóstico da *causa mortis*; é ela que estuda os tecidos (Histopatologia), permitindo verificar, com segurança, a natureza de uma lesão; é ela que estuda as alterações celulares (Citopatologia), principalmente no núcleo celular, possibilitando detectar doenças como o câncer.

Fico, como amazonense, orgulhoso de ter, no Estado, um hospital como o Universitário e um Serviço de Anatomia Patológica, que é referência para a região amazônica.

Sr. Presidente, peço, portanto, Voto de Aplauso ao Serviço de Anatomia Patológica da Universidade Federal do Amazonas.

Por último, encaminho aos *Anais* da Casa documento, que peço seja transcrito na íntegra, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Amazonas, o SINTESAM, em que expõe sua posição em face das propostas em exame relativas ao futuro dos Hospitais Universitários na área federal.

Segundo o Sindicato, os custos da folha de pagamento do pessoal técnico-administrativo desses hospitais foram transferidos para o Ministério da Saúde, que, entretanto, se recusou a arcar com a despesa. Desde então, se estuda solução para o problema, e, entre as possíveis soluções, estaria a criação de uma fundação estatal de direito privado, com o que os servidores não concordam. O Sintesam afirma ter por princípio a defesa dos Hospitais Universitários de Ensino, como hospitais públicos, gratuitos, que têm como missão o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sr. Presidente, não estou entrando no mérito. Entendo que se trata de parcela legítima da população do meu Estado, que merece que o Senado tome conhecimento do seu ponto de vista, e, portanto, o que pensa o Sintesam sirva de reflexão para o Governo Federal nesse momento.

Refiro-me, ainda, aos servidores do Judiciário, que decidiram suspender a greve iniciada há pouco mais de um mês. A reivindicação que deu

motivo à paralisação é justa: eles pleiteiam a votação, em tempo, isto é, até o final deste mês, do projeto de lei que trata do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário.

Em várias ocasiões, ouvi os servidores e fiz um apelo à Câmara, onde o projeto de lei estava em votação, para que tudo se ultimasse dentro desse prazo. Inteirei-me, então, do procedimento correto dos servidores que buscaram o apoio do Relator do Projeto, Deputado Maurício Rands, com quem também me comuniquei.

Sr. Presidente, assim como antes vim a esta tribuna para apoiar a legítima reivindicação desses servidores, agora os cumprimento pelo procedimento que adotaram suspendendo a greve. Nesse episódio, há particularidades significativas. A greve atingia também os servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais, e a continuidade da paralisação seria desastrosa para as eleições que se avizinham.

Por isso, aplaudo o patriotismo dos servidores do Judiciário. Aqui continuarei lutando e apoiando a aprovação do almejado Plano de Cargos e Salários da categoria.

Era o que tinha a dizer.

MAUÉS, DE RARA BELEZA E TERRA DO GUARANÁ, COMPLETA 173 ANOS DE EXISTÊNCIA

28-6-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Maués, bela há 173 anos! Assim escreve o jornal *A Crítica*, ao saudar a maravilhosa terra do guaraná, no meu Estado, cujas origens começam com os índios mundurucus, que ergueram, no lugar onde hoje é Maués, a Aldeia Uacituba, que significa terra fértil.

Ali, em 1798, os portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto fundaram o povoado Luséa, mais tarde elevado à condição de Missão, já com o nome de Maués. Em tupi, Maués significa papagaio falante.

A história de Maués inclui a chamada Cabanagem, movimento de libertação social encabeçado por pessoas simples da Amazônia, nada parecido com os chamados movimentos sociais da atualidade brasileira.

Esses registros mostram que, por volta de 1840, a principal praça de Maués, hoje chamada Praça Coronel João Verçosa, foi palco de conflitos

sangrentos que resultaram na rendição dos últimos guerreiros cabanos, obrigados, então, a jurar fidelidade ao Império do Brasil.

Maués, elevada à condição de cidade em 1896, portanto já na República, é hoje uma cidade de mil e um encantos, de cenários deslumbrantes, com grutas, cachoeiras, montanhas, encontro das águas de lagos de rara beleza.

Em separado, estou encaminhando à Mesa requerimento em que proponho um Voto de Aplauso do Senado da República ao Município de Maués, hoje conduzido pelo dinâmico Prefeito Sidney Leite. Por seu intermédio, cumprimento o vice-prefeito, os vereadores e o povo de Maués pelo aniversário da cidade.

Era o que tinha a dizer.

ARTHUR VIRGÍLIO APÓIA PREOCUPAÇÃO COM A TRANSFERÊNCIA DE PRESOS

4-7-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Manaus conta há um mês com um novo presídio, o Instituto Penal Antonio Trindade, criado para desafogar as cadeias dos distritos policiais de Manaus.

Com ele, contudo, um problema: o risco de as transferências de presos desses distritos causarem rebeliões no novo prédio penal da capital do meu Estado. Os presos não querem ser transferidos.

Na semana passada, houve já um motim, levando o Secretário Estadual de Justiça, Carlos Lélío Lauria, a alertar para a possibilidade de isso se repetir, sobretudo se as transferências forem feitas de uma só vez.

Observa o Secretário que problemas assemelhados ocorrem em todo o País: se transferimos tudo de uma só vez, transferimos também um problema.

Faço esse registro para apoiar a sugestão do Secretário e, também, para advertir que o Governo do Estado deve adotar a máxima cautela ao tratar do problema carcerário.

De um lado, é preciso que as transferências sejam precedidas de análises, inclusive para se saber se determinado preso integra alguma facção do mundo do crime.

De outro lado, as transferências não podem sofrer demora exagerada. É que as cadeias dos distritos policiais ficam nas proximidades de residências. Os moradores das vizinhanças estão inquietos em decorrência de fugas de presos. *Quando há uma fuga, só me resta rezar*, disse ao jornal *A Crítica* uma moradora das cercanias do 9º Distrito.

Era o que tinha a dizer.

DANTE DE OLIVEIRA FOI UM ÍCONE QUE SE INSCREVEU NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

7-7-2006

Cuido de alguns temas, Srª Presidente, antes de falar algumas poucas palavras sobre o Governador Dante de Oliveira.

Antes de mais nada, requeiro à Mesa Voto de Aplauso ao enxadrista, meu conterrâneo Renan Reis, que conquistou um sofrido e brilhante quinto lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em junho de 2006, em Taubaté, São Paulo.

Da mesma forma, requeiro Voto de Aplauso ao grande mestre brasileiro de Jiu-Jitsu Reyson Gracie pelo notável trabalho de divulgação que faz da Arte Suave na França, representando tão bem o nosso País.

Ainda, Srª Presidente, registro com muito pesar um fato que é estarecedor. Eu sei e V. Exª sabe do apreço que eu tenho pelo esporte; eu sei do apreço que tem o seu filho Ian pelo esporte. Mas existe um campeonato que equivale à Copa do Mundo de futebol, o *Pride Middleweight*, de *Mixed Martial Arts*, o peso-médio, que no boxe corresponderia ao meio-pesado. E há um cidadão que é ídolo do seu filho, o Maurício Shogun, que venceu e trouxe para cá aquele cinturão enorme, cravejado de ouro,. E ele chega orgulhoso com o seu cinturão, sem nenhuma preocupação de escondê-lo. Aí, a Polícia Federal prende o cinturão do homem, diz que ele não pode entrar porque teria de provar que o cinturão era dele, com documento com firma reconhecida. Dias depois, evidentemente, como o cinturão era dele e ele não era nenhum contrabandista, pôde levar para casa o galardão conquistado com sangue, suor e lágrimas.

A propósito, uma publicação esportiva, a revista *Tatame* traz lá um trecho da declaração do campeão Shogun. Diz ele: “A Polícia Federal me pediu documentos para provar que o cinturão é meu”. Aí, diz a revista: “É duro acreditar que, num país em que políticos desonestos transportam dó-

lares na cueca e presidiários planejam rebeliões falando tranqüilamente em celulares, a polícia vá se preocupar em prender um cinturão conquistado com tanto custo por um ídolo do nosso esporte”.

E, ainda, Sr^a Presidente, o jornal *O Estado do Amazonas* edita aos domingos a coluna chamada *Contraponto*, sempre com uma posição sim, outra não, a exemplo do que faz a *Folha de S.Paulo*. No domingo passado, chamou-me a atenção uma discussão muito interessante sobre a criação de reservas florestais.

O Presidente Lula criou, recentemente, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, no sudoeste do Estado, a reserva extrativista Arapixi, ao sul, e a reserva extrativista do rio Unini, ao norte. As duas opiniões eram fortes. Uma a favor, a do Secretário do Meio Ambiente do Estado, e outra contra, a do ex-Prefeito de Humaitá, no meu Estado, Renato Gonçalves.

Estou, na verdade, aprofundando esses estudos. Entendo que era dever de um governo intelectualmente decente no meu Estado convocar as universidades, o INPA, a Embrapa, todos, enfim, que pensem a região de maneira científica, sem deixarmos de ouvir a opinião empírica do nosso ribeirinho, do nosso caboclo, para adotar medidas acertadas. A idéia da reserva é boa. Aquela reserva, em si, é toda ela necessária e oportuna.

É preciso, mais do que procurar, aparentar lá fora que se está protegendo o meio ambiente. É preciso ter a segurança administrativa, técnica. Vejo muito pouco diálogo do Governo Federal e do Governo Estadual com a sociedade civil e acadêmica. Muito pouco. Vejo que as decisões são tomadas de maneira discutível. E, por ela serem discutíveis, estou aprofundando estudos para, ao longo dessa campanha eleitoral, que é um belo momento para se discutir a minha região, podermos falar sobre as reservas, sem *parti pris*, sem condená-las *a priori* e sem absolvê-las, mas falar sobre elas levando em conta o interesse do País, o interesse do meu Estado.

Ainda, Sr^a Presidente, quero saudar o Sr. José Merched Chaar, Presidente do Sistema OCB/AM e do SESCOOP/AM – Sistema de Cooperativas do Amazonas, que apresenta relatório em cima do êxito que é o sistema cooperativista brasileiro.

No meu Estado, temos 25 cooperativas agropecuárias, com 1.722 cooperados. E temos cooperativa de consumo, de crédito, de educação, habitacional, de saúde, de trabalho, de transporte, de produção, num total de 108 cooperativas no meu Estado, com 16.224 cooperados e 1.051 funcionários no total.

Saúdo o Deputado Estadual Luiz Castro, que é um ativista do movimento cooperativista!

Resumo para V. Ex^a o que é o cooperativismo no Brasil: 252 mil empregos gerados, 947 mil pessoas formadas, 1,7 milhão de brasileiros direta-

mente beneficiados, R\$161 milhões aplicados em capacitação profissional e lições de cidadania.

Desde a sua criação, em 3 de setembro de 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) ajudou a mudar a vida de milhares de brasileiros por meio de ações, programas e cursos que estimularam a cultura cooperativista.

Graças à entidade, mais de 194 mil crianças do ensino fundamental ganharam uma formação mais ética e solidária nas escolas da rede pública. Os mais velhos receberam o apoio e o conhecimento profissional para montar ou aprimorar suas cooperativas – sociedade simples de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns.

Ao fazerem isso, ajudam a gerar emprego e renda no País, levando diversos benefícios diretos e indiretos às comunidades em que estão inseridos.

Fomentado pelo SESCOOP, o cooperativismo tem ajudado a aumentar o poder de consumo e de investimento de seus sócios em todo o Brasil.

O sistema tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso ao crédito, à saúde, à educação, à moradia e ao mercado de trabalho.

Ele permite, por exemplo, que o produtor agrícola receba assistência técnica, garantindo uma produtividade maior e um custo mais baixo na aquisição de insumos. Além disso, tende a agregar mais renda aos seus trabalhadores.

Presidente Sarney, é duro, mas hoje temos de falar um pouco de Dante de Oliveira. V. Ex^a tomou a iniciativa de apresentar um requerimento – e vi sobre a mesa um requerimento da Senadora Heloísa Helena, no momento em que tive a honra de presidir a sessão. O documento que eu próprio elaborei foi corroborado, nos seus termos, pelo Senador Geraldo Mesquita, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Sibá Machado.

Ontem, tomei um choque, quando chegava de São Paulo, após uma viagem política que para lá havia empreendido com o Senador José Agripino. O motorista me disse que o Governador “Dantas” havia falecido. Como não há nenhum Governador “Dantas” e eu poderia citar algum, pelo menos um, ex-Governador com esse nome, logo me veio à cabeça algo em que eu me recusava a acreditar: que o motorista estava impreciso na definição do nome, e que Governador “Dantas” era ex-Governador e não era “Dantas” e, sim, Dante. E, se fosse Dante, seria o Dante de Oliveira. Levei um choque.

Eu sabia que o Dante de Oliveira era diabético e do cuidado apenas relativo que tomava com essa doença perigosa, de caráter progressivo, uma doença que vai degenerando aos poucos. Eu sabia que ele era amante da

boa mesa e, muitas vezes, do bom copo, que ele jamais foi sedentário, que sempre fazia sua atividade física, o que é essencial para equilibrar o portador de diabetes, mas eu via no Dante a contradição com muita coisa que se diz das fases avançadas ou terminais desse mal: uma figura enérgica, sempre entusiasmada, sempre corajosa, sempre recomeçando. Agora mesmo, preparava-se para recomeçar, voltando à Câmara, aonde chegara junto comigo em 1982, depois de ter sido tudo em seu Estado.

Dante foi prefeito duas vezes, governador duas vezes, surpreendentemente derrotado na eleição para o Senado, mas alguém que tinha o recomeço como uma das suas marcas. Por exemplo, quando ele foi nomeado por V. Ex^a Ministro da Reforma Agrária, foi algo incrível. Foi uma honra tão grande para Cuiabá toda, que houve uma torcida: torceram um pouco a Constituição. Dante não precisou renunciar à Prefeitura, e, a meu ver, a lei constitucional mandava que ele renunciasse à Prefeitura. Mas Cuiabá ficou tão honrada com o convite que V. Ex^a fizera ao seu ilustre filho para ser Ministro da Reforma Agrária que todos, inclusive os mais renhidos opositores com os quais ele se defrontava, fingiram que não viram. E Dante pôde se licenciar da Prefeitura e assumir o Ministério. Foi compreendido pelo povo que ele, que mal começava seu mandato na Prefeitura, deveria mesmo ser Ministro da Reforma Agrária.

Há uma máxima que diz que todo aquele que foi um bom, ou razoavelmente bom prefeito, elege-se três vezes deputado federal sem fazer força alguma. Essa é uma máxima que vemos na prática da nossa convivência com a Câmara dos Deputados.

Pois o Dante foi o deputado federal mais votado da história de Mato Grosso, numa eleição, Presidente Heloísa Helena, em que ele não conseguiu legenda para tomar posse. Candidatou-se pelo PDT praticamente sozinho, com pouquíssimos votos de legenda, até porque desfalcado da figura emblemática e forte do candidato a Governador. Ele foi o candidato mais votado, mas não conseguiu o mandato de deputado. Recomeçou. Como alguém que foi prefeito e ministro não se elegerá deputado federal? Teve votos, mas não se elegeu.

Depois, elegeu-se governador por duas vezes. Alguém pode dizer no íntimo: está eleito, está nomeado senador. Concorreu à eleição como senador, conforme me parece ser regra. Alguém que sai de um governo não tem apenas o direito de disputar o Senado – parece-me republicano que alguém que sai do governo exerce o dever de disputar o Senado, porque se eleger para ocupar cargo na Câmara dos Deputados é muito fácil. O julgamento do governador se dá quando ele disputa o Senado. Dante fez o que manda o bom figurino republicano: disputou vaga no Senado e perdeu a eleição. Teve uma votação muito boa, muito expressiva, mas perdeu. Não incumbe a nós agora buscar as causas, as razões. O fato é que perdeu.

Alguém diz: qual o caminho, cuidar de assuntos privados ou recomeçar? Novamente Dante recomeçava. Lembro-me, Senador José Sarney, de que, quando aqui chegamos, a Câmara nos hospedou no Eron Hotel. Eu conhecia o Dante como ele me conhecia. Éramos dois jovens homens públicos de Esquerda que tinham um passado de combate ao regime autoritário desde a época estudantil. Não foi difícil me aproximar do Dante e ele de mim. Eu percebia no Dante algo que o fazia diferente de outros. Enquanto cuidávamos de papéis para tomarmos posse na Câmara, ele estava já, e com uma lista recolhendo assinaturas para a tal Emenda das Diretas. Eu a assinei, assim como assinaria qualquer emenda para tramitar. E, no caso das Diretas, com muito entusiasmo, mas sem nenhuma crença de que fosse por ali o veículo. Eu sabia que as eleições diretas viriam. Mas eu não podia imaginar que viessem pela emenda do Dante de Oliveira. Eu a assinei. E ele saía de mesa em mesa, de lugar em lugar, de pessoa em pessoa; e pegava os deputados antigos; e as pessoas assinavam, todas elas – acredito eu – com o mesmo nível de crença objetiva que eu tinha: pouca crença. E o Dante vai e coloca para tramitar a sua emenda.

Um belo dia, nós percebemos que havia uma grande oportunidade de levarmos o povo às ruas para decretarmos o fim do regime que, por massacrar, fatigava o povo brasileiro. E o Dante virou o ícone, o emblema do sentimento democrático. E foi tão expressiva a mobilização que, com muita dissidência nas hostes do PDS – a começar pelo seu filho, Deputado Sarney Filho, e tantas outras figuras valorosas – nós obtivemos mais votos “sim” para a Emenda Dante de Oliveira do que votos “não”. Então, é duro dizer que ela foi rejeitada. Ela não atingiu a exigência constitucional, mas ela não foi rejeitada. A maioria não a rejeitou, a maioria a aprovou. E nós, então, fizemos da campanha do Dante a alavanca para aquele episódio que culminou com a vitória de Tancredo Neves e de V. Ex^a – Tancredo, Presidente; e V. Ex^a, Vice-Presidente – no movimento que principiou, efetivamente, a transição democrática no País. O Dante foi, portanto, relevante.

Eu me lembro daqueles dias angustiantes, angustiantes porque em determinado momento víamos aquele desvario do General Newton Cruz aí fora, com aquele seu corcel branco – uma coisa estranha –, e passar por aquele corredor polonês era uma humilhação diária para os deputados que mais se destacavam no combate. Por outro lado, era uma coisa incrível, porque o lugar para se tirar forra do General Newton Cruz era a tribuna: ouvíamos as bobagens que ele e os outros falavam lá fora e vínhamos para cá, onde desopilávamos o fígado.

E criou-se um ambiente em que, quando fomos ao Colégio Eleitoral, tínhamos a praça querendo a vitória de alguém que não fosse Paulo Maluf, que não fosse a continuação do regime. Foi graças à pressão da praça pública e, portanto, graças ao rescaldo daquele belo movimento das Diretas

Já, que se logrou o povo nas ruas para pedir a eleição de Tancredo Neves, e, enfim, mudou-se o quadro numérico aqui do Congresso Nacional e do Colégio Eleitoral.

Havia um sistema em que determinado número de deputados estaduais também se agregava ao Colégio de Senadores e deputados, e a inversão foi incrível. A pressão da praça pública foi fundamental para isso. Os comícios de Tancredo e Sarney eram tão grandes, tão grandiosos quanto o das Diretas. Houve um movimento no PMDB de pessoas muito bem-intencionadas, mas um movimento que não tinha o menor cabimento: aquela história de Diretas Já, só Diretas Já, meu Deus, estou numa luta, tento as Diretas, não deu... Houve gente que tentou a via, que sempre reprovei, da luta armada. Tentei a via da organização popular, a via democrática, não deu, faço o quê? Deixo Maluf se eleger?

Então, certa vez, Presidente Sarney, eu estava na tribuna e é aquela história: companheiros que nunca tinham se separado, se separaram naquele momento, alguns não querendo ir ao Colégio Eleitoral, enfim... O Deputado Amaral Neto – que é uma figura que eu estimava muito, admirava, querido amigo, querido adversário – me aparteia, dizendo que: Puxa! O deputado Fulano, deputado Beltrano estão no Só Diretas; V. Ex^a, com sua atuação, não está no Só Diretas. Eu, então, disse: Deputado Amaral Neto – até então estava muito sofrido, estava muito temeroso de estar errado na minha postura de ir ao Colégio Eleitoral –, quando V. Ex^a agora me aconselha a não ir ao Colégio Eleitoral, tiro as minhas dúvidas: estou certo em ir ao Colégio Eleitoral, porque V. Ex^a não ia me aconselhar a derreter o regime que, com tanto brilho, com tanta valentia, defende.

Mas quero registrar que certas pessoas vão para história. Foi histórico, Presidente Sarney, seu gesto de receber Giocondo Dias e João Amazonas no Palácio do Planalto; era um tabu. Fez história o gesto do Presidente Fernando Henrique de anistiar, *post mortem*, Marighella; e não foi o mais relevante ou o mais difícil. Mais difícil foi anistiar Carlos Lamarca. E não se anistia Marighella antes e sozinho porque precisava completar todas as gestões militares para poder fazer a mesma coisa com a figura do Capitão Carlos Lamarca.

Outro dia estávamos discutindo se o embaixador Fulano de tal foi ou não foi do sistema de segurança, enfim. Conheci o embaixador, uma figura sofrida. Algumas pessoas do tempo passado me procuraram para falar algumas coisas do embaixador. E eu disse: a anistia não valeu só para quem combateu o regime, mas também para quem errou pelo lado da defesa do regime. Anistia é anistia, para começar de novo e não ficar remoendo mágoas e ódios e termos um País que abra suas janelas para a frente.

O Dante faz parte da História. Digamos que ele não voltasse à Câmara dos Deputados, ele que estava sem mandato agora; e sem mandato, exer-

citava, dentro do PSDB, uma atividade partidária mais expressiva do que a de muita gente que tem mandato. Até porque o Dante tinha um mandato dentro da sua alma, o mandato do militante, o mandato do sujeito que não precisava ter ido às urnas para buscá-lo, o mandato do ativista, do organizador, enfim, do trabalhador incansável. O Dante, se não voltasse nunca mais a ter mandato formal, ainda assim estaria na História, porque não é possível que o País deixe de tratar com a devida ênfase, com o devido respeito, com a devida lembrança, o que foi o movimento das Diretas Já.

É aquela coisa de bastar fazer uma vez, uma coisa só, e ele fez. Outras carreiras são escadas: um degrau, outro degrau, um fato aqui, um fato acolá. O Deputado Dante de Oliveira, governador, quase senador, prefeito, ministro, praticou um gesto na vida, no meio de tantos, e este gesto o consagrou: a emenda das Diretas Já.

Assim também vejo em V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, a figura da história também. Não é todo mundo que faz o que V. Ex^a faz, ao colocar a idéia – para muitos, utópica – da organização de um partido pequeno, com uma candidatura a presidente numa situação difícil, colocando isso acima daquela história da sobrevivência do mandato. Meu pai, que foi colega do Presidente José Sarney, dizia que mandato é uma coisa que não faz falta a ninguém, até ter o primeiro. Dizia ele que até ter o primeiro não precisa ter nenhum, porque o economista brilhante fala muito bem sobre economia no estado dele, o Conselho Regional de Economia o promove, ele ganha as manchetes dos jornais; aí se elege deputado federal por causa disso. Mas se não for reeleito, tem um outro economista brilhante que, sem mandato, ocupa o lugar dele; e as pessoas preferem ouvir aquele que nunca teve mandato a ouvir àquele que já teve um mandato.

Isso não se aplica à Senadora Heloísa Helena, que vai disputar uma eleição para Presidente da República, com todos os riscos que isso significa. Mas claro que ampliando uma liderança nacional, algo muito expressivo, muito forte.

Mas percebo o gesto da coragem. Ou se faz ou não se faz história. E não se faz política, não se constrói democracia sem a figura da coragem, sem a figura da opção, sem a figura da opção muito clara.

Portanto, Presidente José Sarney, eu, que viajo agora, apresso-me para encerrar porque tenho vontade de ouvir pelo menos o início do seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O AMAZONAS PASSARÁ POR UMA REFORMA ADMINISTRATIVA DE PESO

10-7-2006

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive hoje, pela manhã, em Manaus, visitando a Associação de Amigos dos Autistas do meu Estado e trouxe para mostrar à Casa alguns trabalhos extremamente interessantes.

Este é um desenho feito por um menino autista, no computador, com muita facilidade, com muita criatividade. Esta aqui é uma pintura feita pelo Edinho, filho da Diretora do Centro de Convivência Magnólia, que funciona com o mínimo de ajuda estatal. O talento de Edinho é para o desenho; o do Natan é para o computador. Aqui, outro desenho do Edinho: um coração. E vejam o que ele escreveu: “Paz”. E é um menino autista.

Há lá um outro menino, chamado Vladimir, também autista. Se a ele se perguntar, por exemplo, que dia da semana vai cair, no ano de 2009, o dia 25 de setembro, ele responderá. E podemos conferir, no calendário, que a resposta estará correta.

Há um outro autista que, só de ir aos médicos, dentistas, em excursões pela cidade, para conhecer pontos turísticos, decorou, pura e simplesmente, todas as linhas dos ônibus de Manaus, todas. Perguntei a ele como eu faria para sair de Puraquequara – um bairro na zona rural rodoviária da minha cidade. E ele relacionou: “Linhas 027, 033, 096”, citou todas de uma vez.

Portanto, são pessoas que merecem a atenção que têm tido, num quadro, Sr. Presidente, que reflete, como sempre, a reunião de pais, a associação de pais e de pessoas que não têm parentesco com autistas, visando enfrentar as dificuldades tais como elas se apresentam.

Existem quatro associações de amigos de autistas no Amazonas, e a principal dirigente é a Dr^a Telma Viga.

Senhor Presidente, fico impressionado porque no meu Estado há uma prática – o ex-Governador agia assim, o atual Governador também age desse jeito: para efeitos eleitorais contratam-se ex-prefeitos. Então, cria-se um conselho para nada, um conselho para coisa alguma, e nomeiam ex-prefeitos; alguns dos quais pessoas que se dão comigo, pessoas minhas amigas,

peças que já me ajudaram em eleições, outras que já me combateram também em eleições.

Não estou aqui para discutir eleição. Estou aqui para dizer que, quando me dispus a disputar essa eleição para o Governo do Estado do Amazonas, é para ser muito claro, dizer claramente, por exemplo, para ex-prefeitos que ex-prefeito não é profissão. Profissão é carpinteiro, profissão é militar, policial, enfermeiro; ex-prefeito não é profissão. E, se não é profissão, é evidente que não contratarei nenhum e demitirei todos, porque quero dinheiro para cuidar dos autistas e não para dar sinecuras a quem vá, porventura, oferecer sustentação eleitoral ao partido do poder.

Vamos fazer uma reforma administrativa muito profunda, extinguindo cargos, extinguindo secretarias, reduzindo-as ao mínimo necessário para o funcionamento da máquina, acabando com a figura do “asponismo”. Chega de “aspones”. Os “aspones” corroem o tecido financeiro e o tecido moral da administração pública. Não posso aceitar que não tenhamos como oferecer o transporte adequado, o tratamento odontológico, o tratamento médico, tudo aquilo de que precisam não só os autistas, mas todos os portadores de necessidades especiais. Então, é uma opção. Há quem prefira apaniguar os “aspones” ou contemplar eleitoreiramente os seus ex-prefeitos. Eu, de maneira muito clara, muito nítida, defino agora, antes do pleito, que é para ninguém se enganar comigo, o que farei após 1º de janeiro de 2007, com muita clareza.

Por exemplo – para não termos ilusões quaisquer –, é prática, pois começou com outro governador, passou para o atual – eles fingem que não se gostam, mas são iguais –, começou com eles aquela história de pegar o deputado Fulano, o vereador Sicrano, e passar milhões de reais por ano para essas pessoas para prestarem serviços odontológicos de baixa qualidade ou para não prestarem serviços quaisquer. O objetivo não é prestar qualquer serviço, mas eleger e reeleger aquelas pessoas para elas darem sustentação a esse poder carcomido que nós vamos derrotar no Estado do Amazonas.

Então, estou sendo muito claro. Digo a essas pessoas, aos beneficiários desses projetos – deputados, vereadores, o que sejam – que eles têm uma oportunidade clara. Sou leal em relação ao meu povo, sou leal em relação aos meus companheiros e sou leal em relação aos meus adversários. Eu os escolhi para meus adversários. Eles façam tudo para que eu não logre a eleição para o Governo do Amazonas. Ou seja, se fracassarem na tentativa de me derrotar, no dia 1º de janeiro, eles todos passarão a não contar com nenhum tostão de dinheiro público para alimentar suas arapucas que fingem prestar serviço de saúde sem prestar serviço de saúde algum. E, mais ainda: dia 1º, suspenderei com um decreto; dia 2, conclamarei o Ministério Público a estar na porta de cada um deles para que expliquem – o Gover-

nador atual, os administradores de hoje – cada tostão do dinheiro público desviado para esses fins, que nada têm a ver com saúde pública. E o dinheiro que sobrar vai ser enfiado, literalmente, dignamente, no Sistema Único de Saúde, porque é disso que o Amazonas precisa.

Não quero, pura e simplesmente, iludir ninguém. E digo: a partir de agora, terei os ex-prefeitos trabalhando contra mim no interior.

Ótimo! Eu fiz a escolha, é uma escolha minha. Trabalhem, porque, se querem manter os empregos, sabem que não vão manter, porque vou demitir todos aqueles que são meus amigos e aqueles que não são amigos. Vou demitir todos! Não ficará um para contar história.

Vou simplesmente dissolver o tal Conselho, um Conselho absurdo, que paga milhares de reais por mês a pessoas que não têm o que fazer na máquina pública, quando vemos os autistas à mingua de médicos, de odontólogos, de remédios, de tratamento especializado, em um Estado que não tem sala especial nas escolas públicas para autistas, que não tem escolas especiais para autistas, que não tem as pré-oficinas e nem tem, muito menos, as oficinas pedagógicas, que seriam o complemento, o quarto ciclo de um aprendizado, ao fim do qual o autista poderia ser, por exemplo, como o Natan, alguém que ganharia a sua vida, ainda que protegido pela sua família, como desenhista, ou, como o Edinho, um pintor, ou seria alguém como o Vladimir, que tem um cérebro fantástico, ou como o outro menino, de cujo nome não me lembro agora, que decora os números dos ônibus. Eles todos seriam aproveitados de modo a terem a vida mais aproximada possível dos padrões de normalidade, dos que nós dizemos que são os normais, esses da sociedade dominante, da sociedade envolvente, a sociedade que envolve os autistas.

É meu objetivo, em um Estado que é uma das maiores províncias minerais do mundo, Sr. Presidente, e que não tem um órgão estadual que cuide de mineração, criar um órgão que cuide desse setor. Para isso, terei de enxugar a máquina, tirar tudo que é secretaria inútil para poder criar um órgão útil que vai cuidar de mineração, para dar dinheiro aos cofres do Estado e para que o Estado deixe de amamentar parasitas e passe a cuidar de seres humanos que merecem os cuidados, sobretudo os mais desvalidos.

Nós vamos criar, depois do enxugamento da máquina, uma secretaria da juventude, cujo titular terá, obrigatoriamente, menos de trinta anos de idade. Ele será a nossa interlocução com a sua geração e será a interlocução da sua geração com os de mais idade com a promoção de políticas públicas que efetivamente interessem aos jovens.

Do mesmo modo, vamos criar uma Secretaria de Educação Especial, dedicada não só aos autistas, que foram o meu tema de hoje, mas dedica-

da, essa secretaria, com recursos, com prestígio, com tratamento sério, a todos os portadores de necessidades especiais do meu Estado.

Sr. Presidente, hoje vi um menino que é de uma família que migrou da Paraíba para o Amazonas e foi duramente sorteado pelo destino. Ele é cego, surdo, mudo, epilético, sofre de retardamento mental e é autista. Ninguém o aceitava. O Centro de Convivência Magnólia, dirigido pela Dr^a Telma, o aceitou. Mas ela não pode manter o menino, não tem como manter o menino lá. Ele vai dormir em sua casa, onde não encontra instalações adequadas para ter seu sofrimento, sua sina amenizada.

Estou aqui com um catatau de coisas que minha assessoria preparou, a partir do telefonema que passei para o meu gabinete hoje, mas amanhã, certamente, voltarei ao assunto.

Basicamente, eu gostaria de dizer que vou lutar muito, em qualquer circunstância. Mas, se governador, vou fazer, com toda tranqüilidade, a Secretaria de Educação Especial, porque aprendi outra coisa: no meu Estado os autistas são muito maltratados, mas eles ainda vão ficando na escola até 13 anos de idade. A partir daí eles não podem ser mais aceitos nas escolas do meu Estado. Então, nem sequer maltratados nas escolas eles vão ser. Eles vão para casa e ficarão enclausurados. Então, temos de pensar em levar cidadania para quem, muitas vezes, é um gênio que não pode expressar a sua genialidade dentro dos padrões que nós conhecemos da sociedade que aí está.

Hoje, Senador Eduardo Azeredo, aprendi algumas coisas. Aprendi que há quatro tipos de autismo: há o autista severo, aquele que tem uma dependência quase que total durante toda a sua vida, o que não o impede de fazer cálculos complexos, como, por exemplo, multiplicar 3.027 por 33 e oferecer o resultado na hora; há o autista de dificuldade média, que desenvolve as suas habilidades com um pouco mais de facilidade, e há o autista mais simples. Todos são extremamente delicados. Pelo que entendi da explicação que me deram, há um outro tipo que é conhecido como autista “asperger”, palavra que suponho que seja da língua inglesa, mais ou menos isso.

Este é um tipo de autista que pode, perfeitamente, fazer um concurso público. Ele dificilmente é reprovado, pela sua inteligência tão genial. Ele se revela “asperger” pela sua impaciência. É aquele que diz, de repente, que hoje não trabalha mais, que não quer mais saber de tal coisa e sai. Ele, quando toma conhecimento do que é, atinge padrões de enorme normalidade. Ele pode, tranqüilamente, se casar, constituir família, ter uma vida bastante boa, bastante decente.

Aprendi muito hoje e resolvi dar um depoimento que saísse do escrito, que está muito bem-feito pela assessoria competente que tenho.

Mas o fato é que eu queria, basicamente, assumir esse compromisso, homenagear aquelas pessoas abnegadas que cuidam dos autistas no meu Estado, bem como dizer que aprendi muito. Quero dizer mais: certas condições se impõem. É imoral, é indecoroso que um Estado fique sustentando, com fins eleitorais, “aspones”, cabos eleitorais de vários níveis, do ex-prefeito ao que fica fazendo trabalho de rua, tudo dentro da máquina pública, quando chegamos a um centro como esse e vemos que falta tudo. Falta automóvel, falta tudo, não tem nada, a não ser a abnegação de meia dúzia de pessoas da sociedade e a abnegação de pais que querem ver os seus filhos com a situação amenizada.

Eu percebi que não é possível oferecer uma proposta renovadora para o meu Estado e não fazer uma opção. A opção está feita com muita clareza. Entre os ex-prefeitos, entre os quais amigos meus, que demitirei, todos, sem exceção, os amigos e os não amigos, no dia 1º de janeiro de 2007, entre eles e os portadores de necessidades especiais, opto pelos segundos; entre os “aspones” e os autistas, os deficientes mentais, os portadores de deficiências físicas graves, eu opto pelos segundos, sem dúvida alguma.

Eu percebo, Senadora Lúcia Vânia, que não se pode fingir que dá para contemporizar com todo o mundo. Eu não quero fazer, de forma alguma, o papel do habilidoso viciado. Não quero! Não sou habilidoso viciado. Se sou habilidoso, não sei; viciado não sou. Se não sou viciado, não sei se sou habilidoso. Mas, ainda que eu fosse habilidoso, eu não poderia ser o habilidoso viciado, até porque viciado eu não sou e viciado eu me recuso a ser. Coloco, então, as cartas todas na mesa.

Encerro lembrando-me de episódios tristes que o meu Estado está vivendo. O mandato popular está se descaracterizando. A figura do economista brilhante, do engenheiro trabalhador que se credencia, do advogado eloqüente que se candidata, do líder sindical bravo que se candidata para representar a sua categoria, o seu segmento, está desaparecendo.

Aparece lá um sujeito que tem uma estripulia chamada Pró-Dente... Tenho um filho que é deputado estadual e pediu a cassação do suposto deputado, mas não conseguiu, porque este tem uma maioria acachapante que é a favor disso. Mas ele cumpriu o dever dele!

Esse tal Pró-Dente recebe, junto com outros parecidos, milhões de reais por ano, supostamente para prestar assistência de saúde. Mas a saúde no meu Estado está falida! Não prestam assistência de saúde, nem são eles a prestar. Deve ser o Sistema Único de Saúde!

Tenho dito a eles, Senadora Lúcia Vânia, com muita clareza também, que costumo ler, quando falo com a imprensa, a lista desses deputados e vereadores. Eu leio a lista: Fulano de tal, entidade tal; Beltrano de tal, enti-

dade tal; Sicrano de tal, entidade tal. Eu digo: “Torçam para que eu não me eleja. Torçam”.

Daqui do Senado, eu posso falar, mas não posso fazer nada contra eles. Torçam para que eu não me eleja! Se eu me eleger, nem um tostão mais irá para esse parasitismo, para essa desavergonhada manifestação de desrespeito ao dinheiro público. Mais ainda: se assino o decreto acabando com essa farrá do dinheiro público, provocarei o Ministério Público a estar com eles no dia seguinte à minha posse – no dia seguinte. Eu quero explicação sobre cada tostão!

Está aí uma grande motivação para eles trabalharem, motivação para trabalharem de modo a não deixar que eu chegue ao Governo do meu Estado. Eu chegar ao Governo do meu Estado significa o fim de linha para eles, o fim da carreira deles, o fim desse desrespeito que faz com que eles se sirvam do dinheiro público enquanto o povo do Amazonas vê seus autistas e portadores de necessidades especiais amesquinados à fome e desrespeitados em seus direitos básicos.

Sendo assim, as cartas estão todas postas, cada um escolhe o seu lado, e eu escolhi o meu: estou com os autistas e contra essa gente que lhes surrupia a esperança e a vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio.

MR. ELIASCH INSISTE EM COMPRAR TODA A AMAZÔNIA. ELA É NOSSA E NÃO ESTÁ À VENDA

12-7-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Mister Eliasch, o sueco-britânico vendedor de material esportivo em Londres, pode entender de keds, de chuteira e de camisa de futebol, mas, de Amazônia o que ele anda querendo mesmo é negociar terras de floresta em porta de *pubs* ou em saguão de hotel.

Há alguns meses, com a boa ajuda do Governador, ele conseguiu comprar 160 mil hectares da floresta, em Manicoré e Itacoatiara. Foi o suficiente para apregoar mundo afora, já na condição de dono de um quinhão de matas, que iria conseguir dinheiro para comprar toda a Amazônia. Chegou a estimar o preço: US\$50 bilhões.

Agora, fez uma redução, virou pechinchador e fixou o preço para todo o restante da grande floresta: US\$18 bilhões. Nem perguntou se a Amazônia está à venda! Não, Mr. Eliasch, não está, não! Não está mesmo! Nem por meio dessa história de créditos de carbono, do Protocolo de Kyoto, para evitar o chamado efeito estufa.

Na nova investida, o tal Eliasch convidou um bom número de dirigentes de seguradoras da Europa e inventou uma história sinistra, advertindo-os que eles estariam sujeitos a pagar grandes indenizações em virtude de um super tsunami, que deu como certo tão logo a grande floresta estiver completamente destruída. Para evitar o desastre, propôs que cada um desse uma quantia para chegar aos 18 bilhões de dólares destinados à compra da totalidade da Amazônia, garantindo, assim, sua integridade.

Os seguradores não foram muito na onda vivaldina de Eliasch. Ainda bem. Do contrário, iriam perder todo o dinheiro que ingenuamente entregariam ao sueco-britânico.

Nós também não vamos na sua conversa, Mr. Eliasch. A Amazônia é nossa e será preservada por nós. *Go home!*

Era o que tinha a dizer.

DEFESA DA AMAZÔNIA PRECISA SER REVISTA

12-7-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a estratégia conduzida pela política brasileira de defesa nacional na Amazônia precisa ser revista e isso vem sendo apontado como assunto urgente por estudiosos, magistrados e militares. Esses analistas levam em conta que “a paz na América do Sul é incerta”.

Ontem, a propósito, fui alertado para esse aspecto pelo Juiz-Auditor José Barroso Filho, da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, que abrange, além do Amazonas, meu Estado, também os do Acre, Rondônia e Roraima.

Em mensagem que me enviou, o magistrado sustenta que o Amazonas e a região *não podem deixar passar ao largo a urgência de instalação de dois batalhões do Exército, um em Barcelos e outro em Santa Isabel.*

Acrescenta o Juiz-Auditor que *essas unidades são fundamentais para o desenvolvimento da região, não apenas pelo lado estratégico como, também, pelo econômico, uma vez que os soldados para esses batalhões serão re-*

crutados na própria região, com inegáveis reflexos favoráveis nas atividades comerciais e de serviços.

Quanto aos aspectos estratégicos de defesa, o Juiz-Auditor enviou-me recorte de matéria jornalística, denunciando que, além da morosidade na instalação dos batalhões sugeridos, permanece congelada a transferência de efetivos para a 2ª Brigada de Infantaria da Selva, em São Gabriel da Cachoeira. Esses soldados seriam transferidos de São Gonçalo e de Campos, no Estado do Rio.

Trago o assunto a este Plenário para posterior exame, tão logo cheguem ao Senado as informações que estou solicitando, em requerimento, ao Ministro da Defesa.

Era o que tinha a dizer.

ORQUESTRA SINFÔNICA DE MANAUS

15-7-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, falo de música, para falar da Orquestra Sinfônica de Manaus, que ontem realizou seu concerto mensal, nos salões do Rio Negro Clube, com uma novidade, merecedora de Voto de Aplauso: o concerto incluiu 70 jovens músicos, gente simples de Manaus, todos bolsistas do programa Meu Primeiro Emprego.

Congratulo-me com o Maestro Ricardo Meira Lins, que foi o regente do concerto de ontem, pela feliz, humana e acertada iniciativa de incluir na apresentação os músicos-bolsistas e a todos os que participaram do concerto.

A apresentação de ontem serviu para lembrar Mozart, ao ensejo do 250º aniversário de seu nascimento.

Estou, em separado, encaminhando à Mesa Voto de Aplauso à Sinfônica de Manaus, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso à Orquestra Sinfônica de Manaus, que, ontem, dia 11 de julho de 2006, em seu Concerto Mensal Oficial, incluiu a participação de 70 jovens músicos, todos bolsistas do programa Meu Primeiro Emprego.

REQUEIRO, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais* do Senado, Voto de Aplauso à Orquestra Sinfônica de Manaus, pela inclusão, em seu Concerto Mensal Oficial, de 70 jovens músicos, todos eles bolsistas do programa Meu Primeiro Emprego.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do Maestro Ricardo Meira Lins, que conduziu o Concerto, e, por seu intermédio, aos 70 bolsistas-participantes e aos convidados especiais que participaram do concerto, Maestro Kleber Ferreira e o músico Wallace Bispo, de apenas 12 anos, que fez o solo do Concerto nº 3 para violino e orquestra

Justificação

No Concerto Oficial que realiza todo mês, nos salões do Rio Negro Clube, a Orquestra Sinfônica de Manaus incluiu entre os músicos 70 jovens bolsistas do programa Meu Primeiro Emprego. Nessa apresentação, a Sinfônica homenageou Mozart, ao lembrar o 250º aniversário de seu nascimento.. Foram apresentadas as peças “Divertimento em Sol Maior, Alegro – Presto, Andante” e “Concerto nº 3”, finalizando com “Danúbio Azul”, de Johann Strauss.

O GUARANÁ DO AMAZONAS É FORTE ITEM DA ECONOMIA DE MAUÉS E GANHA O MUNDO NA FORMA DE REFRIGERANTE

2-8-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a divulgação do mapeamento genético do DNA do guaraná é o segundo fator mais relevante na história da cultura dessa fruta da Amazônia, iniciada empiricamente há mais de um século. Trata-se de pesquisa conduzida pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE.

Na cronologia, a primeira boa notícia sobre o guaraná remonta à época em que se iniciou o plantio organizado, com tecnologia avançada dessa planta que é hoje, sem dúvida, uma das mais expressivas riquezas do meu Estado, o Amazonas, e do Brasil.

Foi o começo de um empreendimento já então de forte valor agregado, de repercussão social e ambiental e que haveria se tornar relevante na região amazônica, mais precisamente na área do Município de Maués, hoje considerada a capital do guaraná.

A iniciativa deveu-se a uma empresa centenária, a Antarctica, conhecida pelo refrigerante que leva o nome da planta. Hoje, a empresa adota a moderna denominação de Ambev, após a fusão com outra empresa do gênero, a Brahma, e já agora com um braço internacional, em consórcio com grupo estrangeiro. O guaraná, produzido com extrato das plantas de Maués, começa a ganhar mercado em outros países.

O refrigerante é atualmente presença forte nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. No Japão, chega a ser quase tão conhecido como no Brasil. Como representante do Amazonas no Senado, alegra-me a dimensão internacional do guaraná, produzido no meu Estado, por brasileiros radicados em Maués, município de 42 mil habitantes criado em 1833.

Bem antes, já se falava sobre essa região. Com a elevação do Amazonas à categoria de província, ali existiam quatro municípios, entre eles Luséa, de que resultaram, com desmembramentos, os Municípios de Vila Bela da Imperatriz, hoje Parintins, e Maués.

Nessa época e em consequência da implantação de novos municípios, boa parte da população indígena local procurou outra área, para além dos rios Marau, Abacaxis, Apoduitava e Andirá, onde, então, teve início o lugar chamado Maués. Ainda hoje é marcante a presença dos indígenas saterê-maués nessa área.

Esses indígenas mantêm viva sua língua, o saterê-maué, do tronco tupi. O nome maué significa papagaio curioso e inteligente, portanto também *falador*. Por isso, Maués é conhecida como a Cidade dos Papagaios inteligentes.

O interesse da hoje AmBev pelo plantio de guaraná em Maués data de 1971. Até então, a empresa, originária de São Paulo comprava o guaraná de produtores daquele município. O lançamento do refrigerante à base de guaraná da Amazônia ocorreu em 1921. Seus dirigentes inscrevem o lançamento como autêntico gol de placa. O refrigerante foi lançado com o nome de guaraná champagne, para lembrar a característica espumante do champanhe.

Menciono a trajetória dessa empresa para que se tenha uma idéia mais precisa dos reflexos de suas atividades no Amazonas. E especialmente em Maués, município hoje conduzido pelo Prefeito Sidney Leite.

A verdade é que aquele refrigerante, criado a partir do extrato natural de guaraná, ganhou a preferência dos brasileiros e hoje está presente em 750 mil pontos de venda em todo o território nacional.

Não é só. Em parceria da AmBev com grupo estrangeiro igualmente dedicado à produção de refrigerantes, o guaraná da Amazônia, no começo um privilégio dos índios maués, vai ganhando o mundo, levando a pontos distantes o sabor bem brasileiro. Por quê não dizer o sabor Amazônia?

O guaraná é no momento o quarto refrigerante mais consumido no mundo, com o volume anual de 800 milhões de litros. Daqui a pouco, espera-se, chegará à expressiva marca de um bilhão de litros.

Com fábricas em diversos estados, a empresa encorajou agricultores de Maués, que logo aderiram ao plantio racional do guaraná. No mesmo município, a empresa instalou, em 1963, sua unidade de produção de extrato da fruta.

Não ficou aí. Dez anos depois, em 1972, implantou, ainda em Maués, a Fazenda Santa Helena, ampliando as atividades que já integram, numa seqüência, a própria história do guaraná.

O capítulo mais recente dessa história, repito com alegria, é o mapeamento do DNA do guaraná, também no Amazonas, por meio do Realgene, de que, pela sua magnitude, participaram e continuam pesquisando a fruta o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, a Faculdade Federal e a Estadual do Amazonas, os dois ramos da Embrapa presentes na região e 10 outras universidades federais ou estaduais, incluindo a UnB, de Brasília.

A relevância dessa pesquisa é indiscutível, a ponto de reunir tantas instituições no Amazonas, entre elas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA, que também atua como parceira da AmBev na Fazenda Santa Helena.

O nome da Fazenda, Santa Helena, lembra, além do traço de cunho religioso, o sentido que, universalmente, se confere às ilhas de igual denominação, situadas no meio do caminho entre a América do Sul e a África: a idéia de robustez, firmeza e perenidade.

Santa Helena é também região do Chile, é cidade em Goiás e, em íntima correlação entre a fazenda em Maués. Santa Helena é ainda o nome de uma reserva florestal encravada à entrada de Londrina, que, na história da colonização do norte do Paraná, repete nome tão singelo, hoje quase sinônimo de Maués. Ali, como em Maués, prevalece o sentido da preservação do meio ambiente, no caso amazonense o respeito à grande floresta.

Dos 1.070 hectares da Santa Helena, a fazenda da AmBev em Maués, apenas 430 são cultivados, preservando-se o restante da área para que a fazenda se situe no meio da floresta. Daí se constata o rigoroso zelo em favor da conservação da flora e da fauna locais.

Os guaranazeiros ali se desenvolvem, com o cuidado de manter quase absolutamente intocáveis as características da floresta natural, dessa forma preservada.

Do ponto de vista econômico local, nos últimos quatro anos dali saíram 200 mil mudas, cultivadas com tecnologia agrônômica de ponta. As mudas são oferecidas sem custo a pequenos produtores das cercanias. Essa prática disseminou, na região e em áreas de seu entorno, centenas de pequenos cultivares de guaraná, conduzidos por gente da região. Na prática, a fazenda da Ambev concentra seu trabalho na produção dessas mudas. E compra toda a safra dos pequenos produtores. Essa prática acabou se convertendo em bom modelo de economia local.

O Projeto Maués é atualmente chamado de Zona Franca Verde, numa natural correlação entre a atividade agrícola organizada e disseminada pela Santa Helena e a que é desenvolvida na Zona Franca de Manaus, onde se situa um modelo igualmente perfeito de atividade econômica praticado pelas unidades fabris do Pólo Industrial de Manaus. As duas denominações – ZFM e PIM – estão em vias de transformação para o nome único de Pólo Industrial de Manaus, por via de projeto de lei de minha iniciativa, já aprovado pelo Senado e em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

A Zona Franca Verde é projeto vinculado ao Governo do Estado do Amazonas, mas a AmBev é a grande propulsora da iniciativa. Nos últimos quatro anos, a empresa investiu na região R\$18,6 milhões em ações voltadas para o desenvolvimento da região. Até 2013, esses investimentos vão somar R\$61,2 milhões. A AmBev é atualmente a quinta maior pagadora de ICMS no Estado do Amazonas.

A presença da empresa na região é dirigida também para os aspectos sociais, devendo financiar, com *kits* pré-fabricados, 1.200 casas populares, todas na zona rural, onde moram e trabalham 40% da população de Maués. São os plantadores de guaraná.

A AmBev promove, com esse projeto, a expansão da cultura do guaraná em Maués, possibilitando que novos cultivares sejam implantados, com culturas simples em multiculturas. Em ambos os casos, são rigorosamente observadas técnicas modernas, com alta tecnologia agrônômica, mediante o fornecimento de mudas e meios para o cultivo mecânico. Os guaranazeiros, como são chamados, recebem as mudas, orientação e assistência sem qualquer custo.

O Projeto Zona Franca Verde prevê, ademais, a recuperação de plantações antigas, desenvolvidas por pequenos agricultores, que agora recebem orientação sobre os procedimentos mais avançados, incluindo-se nessas ações procedimentos de gestão que visam ao aumento da produção e da

produtividade, e, assim, ensejando também a elevação da renda média das famílias que trabalham nessas plantações. As áreas permanecem as mesmas, não sendo a elas acrescentadas novas áreas. A produção e a produtividade são, no entanto, bem mais expressivas.

Encerro, com uma palavra de aplauso à população de Maués e aos que criaram e dirigem a Fazenda Santa Helena, hoje talvez considerada a parte do maior aconchego da AmBev.

Era o que tinha a dizer.

GOVERNO PÕE CALAMIDADES SOB “CARTILHA” DA BUROCRACIA

4-8-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em meados de maio, as águas dos rios Amazonas haviam subido muito, causando séria inundação em municípios localizados no seu curso baixo, entre os quais Parintins, Itacoatiara, Borba, Barreirinha e Novo Aripuanã. Era uma das 20 maiores enchentes já registradas.

Em Parintins, o nível das águas ultrapassava em 12cm a cota de alerta, que é de 8,35 metros. Jacarés e cobras chegavam a áreas residenciais. Uma situação dramática. Em Itacoatiara, mais de 500 pessoas haviam sido duramente atingidas. Segundo a Defesa Civil do Município, havia necessidade urgente de ajuda do Governo Federal.

Depois de ler o noticiário e obter informações diretamente das áreas afetadas, preocupei-me bastante e imediatamente, no dia 16 de maio, protocolei na Mesa desta Casa Requerimento de Informações endereçado ao Ministro da Integração Nacional. Queria saber que providências o Governo Federal estaria, porventura, tomando.

Quase um mês depois, ainda sem resposta, protocolei outro requerimento a respeito de municípios que não constavam do anterior.

Acabo de receber as respostas para os dois requerimentos. Ambas datadas do dia 21 de julho, quando o nível das águas já estava, há muito tempo, em seu leito normal, embora persistam ainda resquícios do problema. E as respostas não são para dizer o que o Governo Federal fez, mas sim para dizer que nada fez. Não fez porque – pasmem, Senhores Senadores! – os municípios não teriam cumprido as exigências burocráticas!

O Ministério da Integração Nacional informa quais são essas providências, devidamente codificadas num manual. Esse, aliás, é o Governo dos manuais: Manual do Politicamente Correto, que acabou recolhido; Manual da substituição, que a tanto vale a minuciosa descrição que o Ministério do Trabalho fez da profissão...

É de pasmar a que ponto chega a burocracia nesse Governo!

Segundo o Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, a atuação do Governo Federal, em caso de emergência ou calamidade pública, será apenas complementar à dos Governos Municipal e Estadual.

Primeiro, dispõe o decreto, cabe ao próprio município promover as ações de “resposta e de reconstrução e recuperação”. Quando sua capacidade de atendimento estiver comprovadamente empregada, compete então ao Governo, estadual ou federal, que confirmar o estado de calamidade pública ou situação de emergência, a atuação complementar.

É uma preciosidade! Em meio a um problema agudo, com centenas de casas por vezes inundadas, com centenas de pessoas sem abrigo, o prefeito tem de comprovar que esgotou sua capacidade de dar resposta ao problema.

O passo seguinte – estou seguindo o manual – consiste na solicitação do município para que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública seja reconhecido.

Como fazer isso? É assim: o prefeito dirige ofício ao coordenador estadual de Defesa Civil, acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- 1 – Decreto de declaração do prefeito municipal;
- 2 – decreto de homologação do governador;
- 3 – cópia da publicação do decreto do governador no *Diário Oficial* do Estado;
- 4 – Formulário de Avaliação de Danos – AVADAN;
- 5 – mapa ou croqui da área afetada pelo desastre;
- 6 – parecer do órgão de coordenação do Sindec, em nível estadual, sobre a intensidade do desastre e sobre a coerência dos atos, em relação aos critérios estabelecidos pelo Condec; e
- 7 – Declaração Estadual de Atuação Emergencial.

Cumpridas essas etapas, começa a tramitação burocrática do pedido dentro do Ministério. Se depois de passar por esse calvário o pedido for acolhido, o auxílio federal servirá, quem sabe, para a próxima enchente...

Em relação, concretamente, às providências relativas aos municípios a que me referi, o Ministério da Integração Nacional informa que até 30 de

junho o Município de Itacoatiara não havia encaminhado a “documentação pertinente” à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Os Municípios de Parintins e Barreirinha, até o dia 17 de junho, também não. Os Municípios de Borba e Novo Arapuanã o fizeram – e a documentação estava “em análise técnica no setor competente”.

É assim que o Ministério da Integração Nacional socorre as populações aflitas diante das calamidades.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

CONSTITUINTE AGORA É DO AGRADO DOS ESPIROQUETAS DO PT

8-8-2006

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa encaminhará o requerimento a V. Ex^a para colher sua assinatura.

Com a palavra, como Líder do PSDB, o Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada discutiu-se aqui – creio que pelo viés não exato – aquela tal proposta de Constituinte exclusiva para a realização de uma reforma política, de iniciativa do Presidente Lula.

Entendi como uma manobra autoritária; a idéia deveria partir do Congresso Nacional. Outros entenderam como diversionismo para tapar o buraco dos problemas que o Governo enfrenta. Mas quero lembrar que essa coisa de certa forma golpista vem de longe. O atual Ministro Tarso Genro, figura de trato ameno, inteligente, culta, no dia 25 de janeiro de 1999, propôs a renúncia do Presidente Fernando Henrique Cardoso na *Folha de S. Paulo*, instando que, mediante emenda constitucional, fossem convocadas novas eleições. O artigo se transformou no *tieser* da campanha “Fora FHC”, protagonizada pelo PT, que tentou até por essa atitude paralisar o País àquela altura.

Na oportunidade, o jornalista Elio Gaspari comentou em sua coluna para a *Folha* – aspás para Elio Gaspari:

“A proposta de Tarso Genro é golpista, poderia ser chamada também de oportunista e primitiva, mas isso seria uma ofen-

sa aos primitivos e aos oportunistas. Como todas as propostas golpistas, a de Tarso Genro é marota, apenas para efeito de demonstração. Cabe perguntar: com que voto seria aprovada essa emenda?”

Aí fecho aspas para Elio Gaspari e volto às minhas próprias formulações. Tarso Genro está por trás de uma nova tentativa de golpe. A proposta de convocação de uma Constituinte para confiscar o voto que o povo brasileiro vai dar aos congressistas nas próximas eleições, para que estes, após supostamente reelegerem o Lula, disso eu duvido muito, percam o mandato conquistado nas urnas.

Elio Gaspari, em sua coluna para a *Folha*, no domingo último, dia 6, novamente comenta e novamente abro aspas para ele:

“A proposta de convocação de uma eleição para formar uma Assembléia Constituinte depois de outubro é golpista, dissimulada, velha e suicida. É golpista porque pretende obter de um Congresso desmoralizado uma emenda constitucional que eleja e instale uma Constituinte alavancada pelo resultado presidencial de outubro. A idéia foi endossada por Nosso Guia [Elio Gaspari se refere ao Presidente Lula sempre como Nosso Guia, uma espécie de Enver Hoxja brasileiro; aliás, desculpem, o guia genial dos povos era Stálin; Enver Hoxja era o guia, não sei se genial, da Albânia] e pelo comissário Tarso (“Fora FHC”) Genro.”

A nova proposta é dissimulada porque irá além do pretexto da reforma política. Vai gerar uma situação parecida com a da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales e a Argentina das últimas reformas de Néstor Kirchner.

A história não mente.

Fecho aspas, antes, em Tarso Genro e agora volto às minhas formulações. A história não mente. Em 16 de maio de 1999, em artigo à *Folha*, Tarso Genro sustentava os motivos pelos quais pretendia interromper o mandato de FHC. Hoje acrescento que o Presidente está pessoalmente responsabilizado por amparar um grupo fora-da-lei que controla as finanças do Estado e subordina o trabalho e o capital do País ao enriquecimento ilegítimo de uns poucos. Alguns bancos lucraram, em janeiro, evidentemente por terem informações privilegiadas, segundo Tarso Genro, US\$1,3 bilhão, valor que não lucraram em todo o passado. Fecho aspas para Tarso Genro.

Se esses eram argumentos suficientes, àquela época, em vez de querer transformar Lula no mais novo ditador da América Latina, Tarso Genro

deveria pedir a renúncia do Presidente, se o parâmetro é lucro de bancos. Nunca na história deste País houve um enriquecimento tão significativo do setor financeiro e nunca houve o enriquecimento de uns poucos, tão ilegítimo quanto o enriquecimento da corrupção institucionalizada, do mensalão, da sanguessugagem, da vampiragem, de tudo que tem envergonhado este Congresso a partir de iniciativas e de patrocínios que vieram, sim, do outro lado da rua, vieram do Palácio do Planalto, a ponto de termos tido dois Ministros da Saúde, do Governo do Presidente Lula, fortemente envolvidos nas denúncias de corrupção.

Eu, que tive outro dia a oportunidade de defender, desta tribuna, a honra do Líder do Governo, Senador Aloízio Mercadante, não deixei de fazer uma ironia ao final, porque alguns espiroquetas do PT foram à Comissão Parlamentar de Inquérito para plantar o nome do Serra. Queriam o Serra de qualquer jeito, e queriam o Serra de qualquer maneira, e perguntaram quinhentas vezes para o tal Vedoin não sei das quantas: E o Serra? E o Serra não estava? Ele disse: Não. Quem estava era um Senador muito influente de São Paulo, que liberou recursos. Perguntaram: É o Tuma? Não. É o Suplicy? Não. Aí sobrou o meu amigo Mercadante, sobre cuja honorabilidade gostaria de dar o meu depoimento pessoal. Ou seja, parece-me mais uma leviandade do tal Vedoin do que propriamente uma acusação consistente a alguém. Eu disse aos espiroquetas do PT, àquela altura, digo, os espiroquetas foram lá, naquele passinho curto que lhes é próprio, plantar Serra e colheram Mercadante. Prova de que a leviandade tem pernas curtas e que é bom essa gente começar a aprender a falar a verdade porque a mentira não ajuda ninguém, nem os mentirosos. O mentiroso ganha o primeiro *round*, mas a luta é da vida é de 15 *rounds*, e os mentirosos perdem ao final das contas, porque, senão, seria bom a humanidade se construir à base de mentira e não da busca de verdades.

Nunca tantos candidatos suspeitos e indiciados foram legitimados quanto agora pelo PT. Nunca, mas nunca mesmo.

Então, é assim: ou o Ministro Tarso Genro, figura de tão fino trato, pede a renúncia de Lula pelas razões pelas quais ele havia pedido a renúncia de Fernando Henrique Cardoso antes, ou vou ter de acreditar em Elio Gaspari e concluir que o Ministro Tarso Genro, sempre tão elegante, tão educado, tão de fino trato, tão afável, tão disposto ao diálogo toda vez que o Governo precisa ou a atitudes como essa toda vez que acha que o Governo não precisa, que ele não passaria, segundo Elio Gaspari, vou ter de concordar com isso, de um golpista maroto e dissimulado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

NA SEGUNDA ETAPA, A CPMI TEM DE EXAMINAR AS LIGAÇÕES COM O EXECUTIVO

10-8-2006

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta fase de sessões não deliberativas, de recesso branco portanto, e justificado em função do importante fato eleitoral – lutamos tanto para termos eleições diretas para a Presidência da República e para a governadoria dos estados –, temos de entender como normal que, neste momento, as atenções se concentrem no fato eleitoral, e que saibamos escolher bem. O Brasil precisa disso!

É natural que, em estando em Brasília, eu procure abordar – e não é essa a minha postura nas sessões ordinárias em tempos de não-eleição – alguns pontos que terminam se encadeando em um mesmo discurso.

Começo pelo Relatório do Senador Amir Lando, na chamada CPMI das Sanguessugas, presidida, com muita consciência, pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, que demonstra muita elegância, muita firmeza, muito espírito democrático na condução dos trabalhos. O Relatório, que arrolou, que incriminou um sem-número de parlamentares, foi aprovado, por unanimidade, sem que qualquer parlamentar tivesse pedido vistas para protelar, por uma semana, uma decisão que já havia conquistado o coração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Evidentemente que, agora, temos algumas etapas a cumprir. Uma delas é o Conselho de Ética das duas Casas, aos quais cabe examinar a situação de senadores e deputados apontados pela CPMI, no Relatório parcial, como suspeitos de atividades ilícitas, envolvendo essa empresa Planam e o Sr. Vedoin, proprietário da empresa.

Antes das eleições, sabemos que não há tempo hábil para uma eventual cassação de mandatos, ou para eventuais cassações de mandatos; não há.

O povo brasileiro pode, ele sim, e isto sim, cassar as sanguessugas. Ele pode chegar e simplesmente não votar. Fazer a sua lista e dizer: “Neste aqui eu não voto”. Isto seria uma demonstração de maioria da sociedade brasileira.

Muitas vezes, setores da sociedade se desgrudam do Congresso: “Ah, o Congresso está desmoralizado!” Concordo; sou o primeiro a dizer isso. Mas pessoas lá fora falam como se não tivessem nada a ver com o Congresso, como se não tivessem votado, como se não tivessem, às vezes, negociado os seus votos, como se não tivessem indicado para cá essas pessoas que tanto têm causado vergonha aos bons congressistas e aos bons brasileiros. Então, é hora de a sociedade assumir uma certa maioria. A “bola” agora

está com ela. Não há como se cassar ninguém; não há tempo hábil, porque se tem de garantir o amplo direito de defesa a cada acusado. Não há como se cassar ninguém até as eleições. Mas a sociedade pode; a sociedade por dizer “não” a cada um deles, se quiser. E, portanto, se ela referendar as sanguessugas e elas para cá voltarem, saberemos que vamos ter um fim de ano tumultuado e o início de nova legislatura tumultuado também.

Outra providência que vejo que vai acontecer, e muito habilidosamente a direção da CPMI... Aqui quero ressaltar, Senadora Heloísa Helena, não só a participação de V. Ex^a como membro ativo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas elogiar o principal representante do meu partido na CPMI, o Deputado Carlos Sampaio, o tempo inteiro atento, conhecedor de Direito, que é e homem de bem que, sem dúvida alguma, também é, mas ressaltar a empedernida determinação na luta pela constituição da CPMI do Deputado Fernando Gabeira, do Deputado Raul Jungmann, que tem atuado como Vice-Presidente, e o trabalho de Amir Lando e Antônio Carlos Biscaia. Com habilidade, eles fizeram uma separação. Trataram, hoje, da questão parlamentar. E fica uma indagação: e o Executivo? O Executivo tem de vir. Hoje vi, lá, o Líder do PT com uma conversa esquisita de que há uma empresa... Se há empresa que incriminou alguém, que traga para a roda quem quer que seja, e de qualquer ano, mas que isso não sirva de desculpa para se perdoar os delitos, inúmeros, que têm sido praticados sob as bênçãos do Governo Lula, sob as bênçãos e sob a ação de pessoas muito próximas do Governo do Presidente Lula. O Sr. Vedoin foi claro em seus depoimentos à Polícia Federal. Em 2001, houve um caso de ambulância; em 2002, muitas ambulâncias foram compradas. Ficaram restos a pagar expressivos, que teriam sido negociados, no Palácio do Planalto, pelo Sr. José Dirceu, em troca de votos. Ou seja: “Vamos liberar o dinheiro das tais ambulâncias e vocês votam com o Governo”. Foi mais ou menos isso o que se depreendeu do que se colheu de depoimentos do Sr. Vedoin na Polícia Federal.

Eu, aqui, já disse que foi uma coisa engraçada, porque mandaram para lá umas pessoas que queriam arrancar, de qualquer jeito, uma referência ao ex-Prefeito de São Paulo, José Serra. Volta e meia, eles ficavam agoniadinhos – uma coisa engraçada; sempre digo que as pessoas, quando fazem esses papéis, andam com passinhos curtos, não andam com passos largos, ficam mais baixas do que são; é uma coisa complicada – : “E o Serra? E o Serra? E o Serra?” Acabaram colhendo uma referência ao Mercadante, que foi aqui por mim defendido. Vejo o Mercadante como um homem honrado, correto, dedicado à coisa pública. E foi uma referência – a meu ver – sem nenhuma importância, eu mesmo não dei importância.

Mas o que foram fazer, lá, os tais paus-mandados? Foram lá plantar Serra – olha que agricultura esquisita –, e colheram o Mercadante. Que agricultura esquisita: você planta maçã e colhe laranja! Então, é um negócio complicado. É para não fazerem mais isso! Para não complicarem mais as suas vidas, não fazerem mais isso! Não complicarem mais, ou seja, deixarem a verdade aparecer com limpeza, com lisura, com seriedade.

Portanto, Sr^a Presidenta, temos de verificar mesmo o envolvimento – que, este sim, me parece grande – do Ministro Humberto Costa.

Quero saber do Ministro Saraiva Felipe que, como deputado, foi isentado, porque, claro, S. Ex^a não está sendo questionado como deputado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a foi isentado como deputado e não como ministro. Quero saber o que há ou o que não há com S. Ex^a como ministro. Parece-me que as coisas para o lado do ex-Ministro Humberto Costa estão complicadas. Então, não me preocupa muito essa história que descobriram: uma empresa que, supostamente, teria feito algo delituoso em 1998, ou poderia ter sido em 1524, ou poderia ter sido quando D. Pedro I proclamou a Independência brasileira; isso não me importa! O importante é que não permitamos manobras diversionistas e saibamos focar em algo que, para mim, é inédito: não é o mero ladrão da repartição pública; é algo concertado a partir do núcleo do Governo. Ou o Sr. José Airton Cirilo não é alguém do núcleo deste Governo? Não é alguém que foi candidato a governador do Ceará pelo PT, alguém que, pelo que dizem os depoimentos, teria articulado esse esquema? É diferente de um funcionário qualquer ter feito algo por conta própria. É diferente. Parece-me que tem, assim, uma articulação. Já me referi aqui a depoimentos que são comprometedores para o ex-Ministro Humberto Costa. Portanto, vejo que temos algumas etapas a cumprir.

Hoje, foi um dia brilhante, vitorioso. Conseguimos aprovar o relatório parcial. A CPI não acaba, vai até dezembro e, até lá, queremos ver se o Congresso é ou não capaz de dar uma grande resposta, porque o Congresso precisa dar uma resposta. A resposta, para mim, está sendo bem dada, ou seja, não aceitamos a convivência com figuras que enlameiam a Casa. Por outro lado, ao mesmo tempo, o Congresso está mostrando com maturidade que conseguiu fazer funcionar uma CPI em pleno período eleitoral sem o objetivo de tumultuar, de turvar o processo eleitoral. Esse é um dado significativo que já me parece bom de ser anotado pela opinião pública.

Essa mesma opinião pública que, a meu ver, deve ser chamada a exercitar, meu prezado Deputado João Pontes, a sua maioria, porque fica muito cômodo para setores da sociedade dizerem que o Congresso é assim ou assado, como se eles não tivessem votado para que essas pessoas viessem para cá. Votaram. Depois, elegem essas pessoas por qualquer razão: porque um deles é um médico bonzinho; porque o outro, com ambulância, atendeu não sei quantos. E depois ficam a cobrar que o Congresso faça ou aconteça em matéria de punição, quando tem uma punição muito simples que pode ser aplicada às sanguessugas, como deve ser aplicada vampiros, aos mensaleiros. Isso aqui não é um filme de terror, mas está virando um. Deixa de ser um Congresso para, literalmente, virar um filme de terror.

Está nas mãos do eleitor resolver isso rapidamente. É só não votar.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita alegria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu não deveria apartear-lo, porque V. Ex^a já está praticamente esclarecendo toda a situação. Há uma questão que fica pressionando a nossa cabeça e é motivo também de uma interrogação, principalmente de parte da imprensa, dos interessados; ou seja, como uma quadrilha pode funcionar com um braço só, só com o Parlamento? Ela tem de ter uma infra-estrutura semelhante a um polvo, com vários braços, e também um núcleo. Esse núcleo tem de ser um ministério, porque é para lá que vão as emendas; lá elas são liberadas; para lá foram os nomes dos aliciadores que tinham contato com vários parlamentares que foram convencidos a apresentar as emendas. No caso do ministro a que V. Ex^a se referiu, o Luiz Antonio, em depoimento muito claro – parte do qual eu ouvi –, disse que esteve em contato pessoalmente e que o Ministro disse que não poderia resolver o pagamento de R\$8 milhões que estavam em atraso. Ele disse que a firma ia quebrar. Indicou um funcionário para encontrar o caminho do parcelamento e pagar a dívida. Assim, a coisa tem de ser esclarecida ou não? Penso que a liberação de verbas, dentro de uma infra-estrutura criminosa, em que há indicativo de pagamento de propina por empresas-mãe e por subsidiárias fantasmas, não vejo como evitar. Fiz um requerimento pedindo a presença do Ministro, até para que ele possa desmentir tudo que foi feito. V. Ex^a tem razão.

Acredito que essa CPMI hoje deu um passo, mas não encerrou sua caminhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Romeu Tuma.

Sr^a Presidenta, parece-me que os delegados do PT, aquelas pessoas que não sei se estavam ali para cumprir com o dever de investigar com li-

sura, para chegar a conclusões, doessem a quem doessem as conclusões, mas sim para fazer um certo “tareferismo” político. Ficavam a dizer: “Mas e no Governo passado...” Parece-me que o tal Sr. Vedoim dizia: “Não. No Governo passado, não havia nada disso. No Governo passado, não havia facilidades. Depois é que começaram a fazer dificuldades para vender facilidades”. Chegaram a plantar neste Governo uma figura da quadrilha lá dentro, nos escalões mais próximos do Ministro, lá dentro do Ministério da Saúde.

É grave! A coisa apodreceu mesmo!

Mas eu também tenho uma explicação a dar. Na verdade, restou um nome ligado ao meu partido, o PSDB. Lamento muito, pois era uma figura com quem eu convivia muito bem, o Deputado Paulo Feijó, que, por decisão da Executiva, estava com sua expulsão sendo articulada.

O Deputado se antecipou, pediu o desligamento do partido e, assim, desistiu de concorrer à eleição. O PSDB agiu como acho que os outros partidos deveriam ter agido, aqueles que tivessem nomes implicados, e não fizeram isso. Está em tempo. Façam como fez o meu partido, que providenciou, procurou ver quem era inocente e inocentou os inocentes. Entendeu que o Deputado Paulo Feijó era culpado e fez isso.

EM MANAUS, CONFERÊNCIA DE ZONAS FRANCAS

Agora, Sr^a Presidenta, eu vou para a minha terra. Registro, para que conste dos *Anais* do Senado Federal, a realização, a partir do dia 29 próximo, da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas. Será na capital do meu Estado, sede do Pólo Industrial de Manaus, e integra a III Feira Internacional da Amazônia.

Manaus torna-se sede desse importante evento graças ao empenho da Superintendente da Zona Franca de Manaus, Dr^a Flávia Grosso, para quem essa Conferência deverá contribuir em muito para inserir o Pólo Industrial de Manaus nos debates internacionais de comércio exterior.

São esperados em Manaus 400 participantes, que, sem dúvida, terão oportunidade de conhecer a realidade amazonense, como um dos mais importantes centros industriais de alta tecnologia do mundo.

Os participantes virão da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. São esperados também representantes governamentais e empresários.

A Zona Franca de Manaus é considerada a de melhor *performance* em produção e faturamento, em todo o mundo, segundo qualificação do

Comitê de Zonas Francas das Américas – CZFA, de que faz parte o nosso Pólo Industrial de Manaus.

Pretendo estar em Manaus por ocasião da solenidade inaugural da Conferência, da mesma forma como sempre atuei, no Senado e fora dele, para consolidação do Pólo Industrial de Manaus, hoje uma das mais gratas realidades econômicas do Brasil.

NA TERRA DAS ÁGUAS, FALTA ÁGUA NA TORNEIRA

Outra notícia relevante – e é de uma contradição terrível: falta água nas torneiras da capital da Terra das Águas.

Leio na lúcida coluna “Na Mira do Belmiro”, do jornal *O Estado do Amazonas*, informação aparentemente mirabolante e que, dita Brasil adentro, chega a ser difícil de acreditar: está faltando água nas residências de Manaus. Difícil, sim. Afinal, Manaus é capital da Terra das Águas.

Não é só água que falta nas torneiras. Falta vergonha na cara. Na cara de quem tem obrigação de administrar. Na Lei máxima, que é a lei moral, governar começa por uma espécie de artigo 1º e absoluto, que diria:

Não pode faltar água para a população.

Absoluto significa: que não depende de outrem ou de uma coisa; independente, que não tem limites, sem restrições, irrestrito, infinito, não sujeito a condições, isto é, incondicional.

E mais: absoluto é algo superior a tudo o mais, único, firme, que não admite contradição, incontestável, pleno, completo, cabal!

Assim deveria ser. Com água nas torneiras.

Não obstante, a realidade triste e verdadeira é que está faltando água em Manaus, repito: a capital da Terra das Águas.

Belmiro considera grave a situação do Prefeito Serafim Corrêa, responsável, em última instância, por equacionar o drama criado por seus antecessores. Em minha opinião, o menos culpado pelo caos é, precisamente, o atual Prefeito. O ex-Governador Amazonino Mendes promoveu ruínosa privatização do sistema estatal de águas e, dos cerca de R\$180 milhões recebidos da empresa francesa compradora, menos de R\$10 milhões foram para os cofres da municipalidade. A parte do leão, dizem, foi para os cofres, aí, sim, de empreiteiras e fornecedores amigos do poder de então. Culpa

maior teve o Governador Eduardo Braga, que passou quase quatro anos fingindo não ter nada com o assunto e deixando o desgaste para a Prefeitura. E culpa máxima coube e cabe ao ex-Governador Amazonino, que “idealizou” a privatização que quebrou o sistema.

Estou anexando, Sr^a Presidenta, a este pronunciamento o artigo do jornalista Belmiro Vianez Filho, mencionado, para que passe a constar dos *Anais* do Senado da República.

APOIO À IDÉIA DE JUIZ: TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA

Finalmente, Sr^a Presidente, faço aqui um registro que sei que agradará muito a V. Ex^a.

O Juiz Rafael de Araújo Romano, da Vara da Infância e da Juventude de Manaus, tem sido incansável defensor dos direitos básicos, assegurados por lei à população infanto-juvenil. Sua preocupação é garantir principalmente educação e saúde às crianças. Como Juiz, exarou diversas sentenças, obrigando o Governo a oferecer tratamento fora do domicílio a crianças cardiopatas. Nessa missão, toda ela merecedora de aplausos, o Dr. Rafael de Araújo Romano atua há 30 anos, bem antes, portanto, do Instituto da Criança e do Adolescente, criado há 16 anos.

No final de julho último, li matéria assinada por André Alves, no jornal *Correio Amazonense*, com a entrevista do ilustre magistrado em que, além de outras considerações, sugere mudança firme na atuação do Governo do Amazonas, para que, no meu Estado, seja implantado, em regime integral, o ensino fundamental. Aplaudo a idéia do Dr. Romano. É uma das teses a que dedico especial empenho. Como bem diz ele, o tempo integral no ensino, além de oferecer educação de qualidade às crianças, ensinaria aos pais oportunidade de trabalhar com tranqüilidade, sabendo que os filhos estariam bem cuidados.

Por ser uma entrevista bem adequada aos tempos atuais e por ser uma entrevista de interesse nacional e não só de interesse do meu Estado, eu o estou anexando, em seu inteiro teor, a este pronunciamento, para que também passe a constar dos *Anais* do Senado da República, Sr^a. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

ARTHUR VIRGÍLIO AVISA QUE OBSTRUIRÁ
TUDO NO SENADO SE ATENTAREM
CONTRA A ZONA FRANCA

18-8-2006

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão querendo acabar com o Pólo Industrial de Manaus. A gente do Amazonas, no Norte do Brasil, a mais pobre das regiões brasileiras, está convencida de que passou a ter um inimigo. Infelizmente, um colega nosso, o ilustre Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações.

De minha parte, o canto não é apenas de contristação. É um canto de guerra. Não contra a pessoa do Ministro, que prezo, mas contra, sim, seu gesto impensado. Desculpe-me o Sr. Hélio Costa, nosso prezado colega, que sempre soube honrar esta Casa Legislativa, desculpe-me, caro Ministro, mas a luta será franca e dura, e o Amazonas não sairá derrotado.

Leio, Sr^a Presidente, o seguinte requerimento de informações, dirigido ao Sr. Ministro das Comunicações:

“Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações informações acerca de declarações publicadas na imprensa e a ele atribuídas relativas à pretensa alteração na legislação, que, se confirmadas, representariam desrespeito à decisão soberana das duas Casas do Congresso Nacional, além de comprometer a existência do Pólo Industrial de Manaus.

Indago:

1– Confirma o Ministro sua suposta iniciativa de levar ao Presidente da República minuta de medida provisória que contraria uma decisão do Parlamento e, portanto, da sociedade brasileira, com inevitáveis prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus?

2 – O Ministro sabe que esse suposto desrespeito agride de imediato uma decisão majoritária da sociedade brasileira e, ademais, é a iniciativa considerada inconstitucional por setores de notório saber jurídico?

Leio, Sr^a Presidente, a justificativa:

O noticiário da imprensa brasileira, exaustivamente veiculado esta semana, dá conta de que o Senhor Ministro das Comunicações, Senador

Hélio Costa, anunciou a intenção de propor ao Presidente da República a edição de medida provisória que, contrariamente ao que dispõe claramente a legislação vigente, amplia para outras áreas do País as isenções que o legislador brasileiro estabeleceu para dar à mais pobre de nossas regiões, a região Norte, condições para seu desenvolvimento econômico e, sobretudo, social.

A se confirmar esse impatriótico, extemporâneo e até inacreditável propósito, a região Norte passa a ter os dias contados para retornar a uma situação de pobreza em desfavor de suas populações.

Mais ainda: a Zona Franca de Manaus, tal como foi concebida e em razão dos benefícios criados pelo Congresso e pelo Governo, é hoje uma grata realidade que concorre para o equilíbrio entre as regiões do País. O simples comparativo entre as condições econômicas da Amazônia e as demais regiões deixa evidente que a Zona Franca de Manaus, com seu Pólo Industrial, representa este fator de equilíbrio. Os habitantes da Amazônia não se conformam e não entendem as razões dessa atitude do ilustre Ministro, mormente por ser ele também senador, com assento na Casa Legislativa que representa os estados. S. Ex^a chegou a participar dos debates em que, ao final e ao cabo, concluiu o Senado da República que era e continua sendo necessário preservar a Zona Franca de Manaus como elemento indispensável para que os habitantes da região consigam sobreviver.

Concluo a leitura, Sr^a Presidente, da justificativa e faço, desde já, dura advertência às Lideranças da base governista: a se confirmar essa pretensa e surda guerra contra o Amazonas, revidarei com outra guerra, implacável, uma guerra sem fim para defender o meu Estado e sua ativa população. A partir do esforço concentrado de setembro já não se votará mais nada neste plenário. Quem duvidar, que pague para ver.

Minhas armas serão os procedimentos regimentais, que usarei à exaustão. O Amazonas prefere não ter inimigos. Porém, se alguém se crendenciar a esse triste papel, muito bem, guerra é guerra!

Passo a historiar os fatos, Sr^a Presidenta.

O brutal golpe que se arquitetava contra Manaus, contra o Estado do Amazonas, contra a Amazônia Ocidental e mais o Amapá, que está, infelizmente, sendo confirmado pelas recentes declarações do nosso colega Senador Hélio Costa, digno Ministro das Comunicações, visa atingir o principal pólo do meu Estado, que é o pólo eletroeletrônico, responsável por 63% de um faturamento de US\$22 bilhões, neste ano, e por metade dos cem mil empregos diretos que são gerados no Pólo de Manaus.

Em visita ao pólo industrial de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, no fim da semana passada, segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de sábado, dia 12, o Ministro “garantiu que o Governo Federal

vai considerar todos os equipamentos usados no sistema de tevê digital como bens de informática”.

No mesmo jornal, edição do dia 17, outro Ministro, o da Fazenda, Guido Mantega, confirma a ameaça ao anunciar que o Presidente da República está para editar medida provisória estabelecendo incentivos fiscais para a implantação de fábricas de semicondutores no Brasil. E acrescenta Guido Mantega: “Será mais abrangente e não tratará apenas de semicondutores”. Conterá – abro aspas novamente, lamentando fazê-lo, para o Ministro – “outras medidas que buscam facilitar a implementação da tevê digital no Brasil”.

Isso significa, é claro, a concretização do que o Ministro Hélio Costa declarou em Santa Rita do Sapucaí: o Governo Federal se prepara para considerar “bem de informática” todo equipamento relacionado com a tevê digital.

Com isso, esses bens passarão a ter os benefícios previstos na Lei de Informática, como redução do IPI, isenção de PIS e Cofins, além de direito a financiamentos especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

“Dessa forma – como o jornal mesmo informou –, não só empresas do Pólo Industrial de Manaus terão competitividade para produzir os equipamentos, mas empresas localizadas em qualquer Estado brasileiro”.

A se concretizar esse intento, qualquer lugar das regiões ricas do País passaria a poder produzir tevê digital, pelas suas desvantagens comparativas, menos o Estado do Amazonas, que é o tradicional fabricante de televisores neste País, inclusive concorrendo para cumprir papel brilhante de defesa do equilíbrio da balança comercial brasileira.

Mas esse, Sr^a Presidente, é o golpe que se articula, um tremendo golpe contra o pólo principal de Manaus, o coração do meu Estado, o setor de televisão. O pólo eletroeletrônico representa, repito, 63% do faturamento de mais de US\$20 milhões anuais e de 50% dos empregos da Zona Franca de Manaus.

A medida provisória que se anuncia representa também clara afronta a uma decisão do Congresso Nacional, que, ao votar a nova Lei de Informática, deixou, expressamente, com Manaus a fabricação de televisores e o que a eles, aos televisores, se relacione.

O Governo Lula pretende estraçalhar o que aqui foi aprovado. Terá, porém, de passar por cima deste Congresso Nacional, por cima da banca amazonense, que estará coesa em defesa de um legítimo interesse do Estado.

Lutarei com todas as minhas forças, usarei de todas as armas parlamentares e regimentais para impedir que se concretize essa iniquidade contra o povo amazonense, contra uma das regiões mais pobres do País.

Para falar português claro, Senador Geraldo Mesquita, é melhor nem convocarem o esforço concentrado de setembro, porque não se votará nada aqui a depender de mim e dos outros senadores do Estado do Amazonas. É perda de tempo, é fazer turismo em Brasília. Não se votará nada. Que deixem as sessões continuarem discursivas porque prometo que sessões deliberativas não acontecerão.

O Amazonas, portanto, não assistirá a isso de braços cruzados!

O Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Sr. Maurício Loureiro, já declarou ao mesmo jornal, *O Estado de S. Paulo*, edição do último dia 15, considerar inaceitável a posição do Ministro das Comunicações, posição, a seu ver, tendenciosa. E faz a concessão de imaginar que o Ministro não falou pelo Governo, embora os dias estejam confirmando que, infelizmente, parece que falou, sim.

O Sr. Loureiro, de qualquer modo, adianta que o Pólo Industrial de Manaus vai brigar pela produção do receptor-decodificador, o *set top box*, e por todos os produtos que vierem a ser incluídos no sistema de tevê digital, que, segundo o Governo, deverá movimentar R\$100 bilhões em uma década.

Há coisas, segundo o Presidente do Centro das Indústrias, que poderão ser feitas em outras regiões do País. O que não se pode é transformar um eletroeletrônico comum, como é o caso do conversor de sinais, o *set top box*, em produto de informática, para poder ser fabricado, com incentivos, em outra parte do País e, com isso, acabar com a competitividade da indústria do meu Estado.

O *set top box* não é senão uma caixinha que, acoplada a um televisor analógico, desses existentes hoje no País, permite a captação de sinais emitidos pela tevê digital. É, portanto, um eletroeletrônico, não um produto de informática.

A admitir-se que o conversor de sinais é bem de informática, estará aberto o caminho para que Manaus deixe de ter exclusividade também na fabricação dos televisores. Esse seria o passo seguinte.

Graças à tenaz luta que travamos aqui, nós todos da bancada amazônica, e com muita compreensão dos demais segmentos deste Parlamento, a nova Lei de Informática, aprovada em fins de 2004, excluiu expressamente dos seus benefícios os produtos do segmento de áudio, vídeo, laser e entretenimento, “ainda que” – friso isto, que é texto da Lei de Informática – “incorporem tecnologia digital”. Ou seja, não importa se tem *chip* ou não, não importa a forma que o televisor assuma, se é televisor, a produção é no

meu Estado, e não é, portanto, algo a ser beneficiado por incentivo da Lei de Informática.

Isso está dito expressamente na lei. De forma que a pretensão do Governo Lula de considerar todos os equipamentos usados no sistema de tevê digital como bens de informática significaria atropelar, passar por cima de uma solução a duras penas negociada nesta Casa. Mudar a lei, ainda por cima por meio de medida provisória, equivalerá a declarar guerra ao povo amazonense.

Não creio que o Governo Lula tenha coragem de chegar a esse ponto. Vai recuar. Terá de recuar!

O Ministro das Comunicações disse, em Santa Rita do Sapucaí, que o mercado que se abrirá com a futura TV digital deve ser compartilhado por todo o País. Bonitas palavras, mas não à custa da mola propulsora do desenvolvimento do Estado do Amazonas e da Amazônia Ocidental mais o Amapá.

Se o *set top box* e o futuro televisor digital ganharem os incentivos da Lei de Informática, Manaus perderá sua competitividade. Seria golpe de morte no setor de televisores. Manaus ficaria com a produção dos televisores analógicos, sistema fadado ao desaparecimento em dez anos no máximo, enquanto as regiões ricas do País ficariam com o novo, o televisor digital.

É isto que deseja o Governo do Presidente Lula da Silva: acabar com o principal Pólo Industrial de Manaus? Acabar com milhares de empregos? Destruir o Pólo Industrial de Manaus, que tantos benefícios trouxe e vem trazendo, não apenas para o Amazonas e para o Brasil, do ponto de vista da segurança nacional, do ponto de vista do financiamento do interior do Estado, do ponto de vista da defesa ecológica da floresta mais intocada da região amazônica, que é do meu Estado e que mantém mais de 98% da sua cobertura florestal intacta?

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mequita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, caro amigo e companheiro, Senador Arthur Virgílio. Louvo, admiro o esforço compenetrado que faz V. Ex^a em defender os interesses do Estado do Amazonas e daquela população briosa, trabalhadora. O País inteiro reconhece que esse esfirli tem fundamentos sólidos. Pode-se dizer que o Parque Industrial do Amazonas, tendo surgido há muitos anos e se consolidado cada vez mais, representa muita coisa para este País. Representa, Senador Arthur Virgílio, a democratização do esforço de industrialização deste País; representa a descentralização do esforço de industrialização deste País; representa, sobretudo, o enorme esforço feito pela população do seu Estado – empresários, trabalhadores, classe dirigente e políticos –, ao acenar para este País tão prenhe de diferenças abissais. O povo do Amazonas se prepa-

rou, inclusive, para esse momento. Parece que estava adivinhando, vaticinando. Senador Arthur Virgílio, sobre essa decisão, admito até a discussão democrática, levando-se em consideração aspectos técnicos. Agora, V. Ex^a tem razão em não admitir a possibilidade de que uma decisão dessa seja tomada de cima para baixo, sem um debate acalorado, sem consulta. Admito, inclusive, que, aspectos técnicos, porque isso é um assunto técnico, devam ser introduzidos nesse debate.

Agora, não se pode tomar uma decisão dessa de cima para baixo. Não se trataria de um golpe de estado, mas de um golpe ao Estado do Amazonas, ao povo do Amazonas, que, durante estes últimos anos, num esforço fenomenal – o País é testemunha disso –, se organizou, de forma disciplinada, para ostentar o que tem hoje: um parque industrial fantástico! Um parque industrial fantástico. É como colocar uma viseira e só olhar um rumo neste País, só olhar um determinado segmento deste País, uma determinada região deste País. Precisamos descentralizar, precisamos democratizar. E isso passa pela distribuição de riquezas neste País. É inadmissível, portanto, que uma decisão como essa seja tomada de cima para baixo, sem um debate amplo, democrático. Precisamos perder o hábito de adotar medidas neste País de cima para baixo, o que representa uma verdadeira falta de respeito ao povo do Amazonas, ao povo de Manaus, que está ali, durante muitos anos, sofrido. Hoje, com galhardia, ostenta para todo o País, inclusive, Senador Arthur Virgílio, uma condição conquistada aos trancos e barrancos, conquistada com competência, conquistada com capacitação, conquistada com treinamento, conquistada com investimento. Portanto, V. Ex^a, mais uma vez aqui, ao defender os interesses do seu Estado, do povo que V. Ex^a tão brilhantemente representa, não o faz gratuitamente, mas por ter razões, razões profundas, razões inafastáveis para fazer a defesa dos interesses daquele seu Estado tão bonito, tão grandioso, que tanto serviço tem prestado a este País. Parabenizo V. Ex^a por seu discurso. V. Ex^a tem a nossa solidariedade, desde já, vizinhos que somos de seu Estado, acompanhando com simpatia, com prazer o que se desenvolve, o que se desenrola em seu Estado sob a condução do brioso e trabalhador povo do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. De V. Ex^a, aliás, eu não esperava mesmo gesto diferente. Passo a V. Ex^a o sentimento que hoje se espraia pelos amazonenses. Eles são sabedores de que, se de repente aquele Pólo tivesse desaparecido, a balança comercial brasileira entraria em parafuso. Imaginem se o Brasil tivesse de importar – para ficar só nos televisores – os televisores que são fabricados em Manaus. Já enfrentamos a concorrência predatória dos produtos chineses, e o Brasil deve apoiar, portanto, o Pólo de Manaus, como a China apoia suas zonas de exportação. E o que o Brasil fez foi considerar

a China uma economia de mercado, aquela patacoada que nós já vimos e que custou tanta ridicularia para cima deste Governo que aí está. A sensação que se tem é de que se faz necessário ao Amazonas enfrentar os chineses duramente.

Produzir o televisor analógico fica com o Amazonas.

Na hora – V. Ex^a disse muito bem – do melhor, da grande consolidação tecnológica, do grande avanço que iria, de fato, significar uma bandeira de desenvolvimento irreversível para aquela região, tira-se de lá e, segundo o Ministro Hélio Costa, leva-se para Santa Rita do Sapucaí, para não sei onde, para regiões ricas, que devem ser apoiadas, que nunca deixaram de ter o meu apoio. Qualquer medida que visou beneficiar a indústria automobilística brasileira, por exemplo, que me tenha apanhado como deputado ou como senador, encontrou claro apoio de minha parte. Procuro olhar o todo do Brasil.

Quando eu era prefeito de Manaus, contra o então Senador Amazonino Mendes, apoiado pelo então Governador Gilberto Mestrinho, fui muito claro e, como prefeito, recusei brincar de estabelecer um pólo automobilístico lá, porque era uma coisa ridícula. Era uma fábrica que pertencia ao Sr. Gilberto Miranda Batista e que era defendida pelo Sr. Amazonino Mendes, como se aquilo fosse o pólo automobilístico do Amazonas. Eu disse: “Vamos deixar de ridículo! Vamos tratar com seriedade! Essa fábrica emprega seis funcionários – dois vigias, mais quatro pessoas. Isso não é fábrica de automóveis. Isso é montagem aberrante. É um friso no máximo que põem aqui. Não vou arrostar, enfrentar o rancor da Anfavea contra o Pólo de Manaus para beneficiar um grupo, uma pessoa, uma empresa”. Era a tal Kia Motors que estava fingindo que fabricava carros em Manaus.

Tive a hombridade de, como prefeito, dizer que não queria aquele pólo lá. Queria justamente mostrar para o Brasil que pretendíamos uma divisão social do trabalho em que a nós coubesse a fabricação de televisores, duas rodas, motocicletas, bicicletas e mais alguns itens que são essenciais para a chamada Zona Franca de Manaus. Disse: “Não venham brincar de automóveis aqui, porque nós não temos a menor possibilidade de enfrentar a concorrência com as outras regiões do País”.

Essas atitudes merecem ser entendidas com seriedade. Eu poderia ter feito todo aquele oba-oba, aquela história, afinal quem é que não quer um pólo de automóveis em sua região se puder tê-lo? Tive a coragem de dizer que a nossa região, a minha região, não podia ter e vim aqui dizer ao sempre Senador Eduardo Suplicy, ao então Senador Mário Covas, ao então Senador Fernando Henrique Cardoso e a tanta gente que queríamos a preservação dos pólos tradicionais da Zona Franca de Manaus e não aquela patacoada da Kia Motors.

Exijo agora o mesmo sentimento de brasilidade em relação ao que está consolidado na Lei de Informática, que nos dá o direito de produzir televisores com a exclusividade de incentivos fiscais que regem a Zona Franca de Manaus. Ou seja, bem de informática é bem de informática, e a Lei de Informática foi muito clara: televisores são televisores, não importa a feição tecnológica que assumam, ou seja, televisores e suas evoluções tecnológicas são do Amazonas. Isso vai ser mostrado por bem ou por mal ao Ministro Hélio Costa, ao Presidente Lula ou a quem mais se levante supondo que aqui se vota alguma coisa, até mesmo um voto de pesar, a partir do esforço concentrado de setembro se não recuarem dessa insanidade.

Sr^a Presidente, volto a dizer: isso que o Governo Lula tenciona concretizar seria um ato de insanidade. Senador Geraldo Mesquita, estão associados ao Pólo Industrial de Manaus os seguintes números: em 2005, o seu faturamento foi da ordem de US\$ 19 bilhões e, este ano, pode chegar a US\$ 22 bilhões; 100 mil postos de trabalho diretos e 350 mil indiretos, R\$10 bilhões de arrecadação tributária; investimentos anuais de US\$5 bilhões; exportações de US\$ 2,2 bilhões e que crescem em ritmo quatro vezes maior que o das importações.

São números expressivos. E não são apenas esses. O Pólo Industrial de Manaus apresentou, em 2005, o maior índice de crescimento industrial no Brasil. Cresceu 12,1%, quatro vezes mais do que o crescimento do próprio País, que foi de 3,1%.

Outro dado: 52% dos insumos industriais utilizados no Pólo Industrial de Manaus são brasileiros e, desses, 33% são da própria região amazônica.

O desenvolvimento industrial em Manaus se espalha pelo Estado, pela Amazônia Ocidental e pelo Amapá, portanto, beneficia o Brasil. E é sobretudo importante para uma região estratégica como a Amazônia.

Não vamos permitir que se perpetre esse golpe. Estou certo de que os amazonenses contarão com o apoio decidido de todos os brasileiros que amam a Amazônia e que desejam ver nela desenvolvimento sustentado com a preservação das florestas e sem agressão ao meio ambiente. É isso o que o Pólo Industrial de Manaus propicia.

O Ministro das Comunicações, nosso prezado colega Senador Hélio Costa, declarou também, e isto está nos jornais, que “não se justifica tanta histeria” nessa história do tremendo rombo que ocorreria na economia do Amazonas caso aconteça de fato a alteração por ele sugerida de criar centenas de zoninhas francas por todo o País.

Aqui abro parênteses, Sr^a Presidente, para responder a uma referência do Ministro. Ele está falando em histeria, e eu sou bom rimador: falarei em hipocrisia.

Histeria rima com hipocrisia, e há um escândalo brutal com os incentivos fiscais, que são justificados plenamente por um faturamento anual de US\$22 bilhões. Mas não há escândalo com os incentivos fiscais concedidos para as regiões ricas do País fabricarem os produtos capitulados na Lei de Informática como bens de informática. Ou seja, de repente, parece-me até um preconceito mesmo contra a minha região, algo que tem de ser olhado com atenção para não cairmos aqui num etnocentrismo imbecil do tipo: na divisão social do trabalho, fica aquela turma do Norte destinada a produzir o que não agregue grande valor, e as regiões mais ricas, destinadas a ficarem cada vez mais ricas, embora arcando elas com o ônus de um desequilíbrio interno muito grande que surge do fato de não se encarar o desenvolvimento regional como direito de cada região.

Não nos esqueçamos nunca de que São Paulo é a maior cidade nordestina do País, não nos esqueçamos nunca disso. Estamos em eleição, e é fundamental se falar em São Paulo para o eleitorado nordestino. Os nordestinos estão mais em São Paulo do que em qualquer outra cidade do País.

O Ministro votou a mudança da Lei de Informática conosco aqui. Por isso, estranho a posição que assume agora. É estranho que o Ministro Hélio Costa, meu prezado colega – espero até poder dizer meu prezado amigo –, como senador tenha ajudado a consolidar o Pólo Industrial de Manaus e, como ministro, disponha-se a destruí-lo. Como senador, ele só mereceu meus agradecimentos, como ministro, só terá o meu combate evidentemente, e não será um combate fácil, é bom que ele fique avisado desde já.

Devo dizer ao ministro que não há no meu estado nenhuma histeria.

Há, sim, uma reação natural de quem é atingido por golpes sorrateiros. Vejo, sim, um sentimento de revolta em função de tudo o que aqui já foi historiado.

Agora, se o Ministro entra pelo terreno médico e fala em histeria, faço o mesmo e defino esse gesto do Governo Federal como capitulado na psicopatologia. Manifestam-se sintomas de falta de controle e de sentido mórbido de autoconsciência em um Governo no mínimo insensível ao que significa equilíbrio entre as regiões que compõem o território brasileiro. Vejam como sou solidário: para o Ministro não ser processado sozinho pelo exercício ilegal da Medicina, aqui estou eu a fazer o mesmo – eu seria processado junto com ele –, adentrando o campo de conceitos da Medicina.

Só não esperava – e aí também sou franco – que declarações de animosidade contra a minha região partissem de um senador tão ilustre, hoje ministro. Ele, que acompanhou aqui, neste plenário, a imensa luta que despendi ao lado dos senadores do Amazonas e com a adesão dos demais estados da região Norte e até mesmo do próprio Líder do Governo, Senador

Mercadante, declarou o seu apoio à Amazônia, antevendo o futuro do Brasil. Surpreende-me o Ministro Hélio Costa.

Foi aqui, em um aparte do Mercadante, que nasceu a minha idéia de fazer a PEC, Proposta de Emenda à Constituição, que muda o nome de Zona Franca, até porque aquilo não é mais zona franca. Vamos ser francos: não é zona e não é franca. Lá se recolhem mais tributos federais do que em todos os estados da região Norte juntos. Sessenta e quatro por cento dos tributos federais da região são arrecadados no meu Estado, 36% nos demais estados. Então, não tem nada franco ali, não é parede fiscal coisa alguma.

Muito bem. E o Senador Aloizio Mercadante dizia: “Eu lhe sugiro uma PEC trocando o nome para o Brasil perceber que se trata de um pólo industrial de alta definição tecnológica”.

Fiz a PEC, que foi aprovada por unanimidade no Congresso, portanto, com o voto do ilustre Senador Wellington Salgado, suplente do Ministro Hélio Costa. Aprovou no plenário por unanimidade, e por unanimidade em todas as comissões. E já foi aprovada na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados por unanimidade também. Falta agora o Plenário da Câmara dos Deputados.

Se fosse aqui, já não ia ser mais aprovada porque não ia deixar aprovar minha própria PEC, pois vou barrar todas as matérias a partir de setembro, todas, todas, enquanto o Governo não recuar dessa insanidade que supostamente estaria disposto a perpetrar.

Dirijo-me agora ao meu prezado colega Ministro Hélio Costa.

Meu caro Hélio Costa, retorne à sua serenidade habitual, que é cativante. Acostumei-me com a sua serenidade e lhe peço que reveja a idéia de prejudicar o meu Estado.

Meu caro Ministro Hélio Costa, V. Ex^a veio para o Senado com os votos de um Estado que sempre soube ser excelso. Não é à toa que me encantei, quando ainda estudante, com a frase de Milton Santos; o mundo é grande, mas Minas é muito mais. A grandeza de Minas não se resume às suas altas montanhas. Minas é grande por si só, e sempre com G maiúsculo.

Repasso ao caro Ministro, digno representante das Minas, as reações que mexeram com o meu Estado. Estarei ao lado de Minas Gerais toda vez que os interesses de quem quer que seja não colidirem com os do Amazonas, é evidente.

Sr^a Presidente, nesta fase do discurso, gostaria de me dirigir ao Ministro Hélio Costa, advertindo-o de que a mudança que pretende é inconstitucional e pode ser barrada no Supremo Tribunal Federal. Antes disso, ela será barrada no Senado – com certeza – e espero que na Câmara também. Antes disso, o Governo terá tantos problemas para encaminhar suas soluções que convoco-o a raciocinar, a meditar, a pesar as conseqüências, a

procurar entender as coisas com boa leitura. Ele verá que, na relação custo/benefício, é muito melhor cumprir o seu compromisso com o que estabelece a Lei de Informática e com o Amazonas – e, portanto, com o Brasil – do que brincar de editar medida provisória que desestabilize a economia de um Estado como o meu. É o papel de senador pelo Amazonas que vou cumprir à risca.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, recebi um *e-mail* muito interessante do Sr. Antônio Simões dos Reis Sobrinho, da cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, sugerindo que o Governo do Amazonas estimule, em Manaus, a geração de um parque industrial de apoio para as indústrias que lá funcionam. Ele se refere, basicamente, a uma longa história que tem implicações legais, mas louvo o seu patriotismo. Ele pretende ver mais indústrias de componentes em Manaus.

Ele consegue compreender – e escreve com muita firmeza, com muita lucidez, com muita simplicidade, com muita clareza – que com isso se baixaria o custo Amazonas e se facilitaria o esforço exportador.

O Pexpam, que gerou o *boom* exportador da chamada Zona Franca de Manaus, foi uma idéia do Ministro José Serra quando Ministro do Planejamento. Correspondeu a um esforço também do Ministro José Serra de moralização daquele órgão, que ficou fora completamente daqueles escândalos que abalaram SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Isso se deve a um cidadão chamado José Serra.

Muito bem, faço o registro da diferença entre o Governo, que deveria compreender e não compreende, e um cidadão que diz assim: “Moro aqui em São Paulo, mas entendo que era melhor concentrarmos horizontal e verticalmente a produção de motocicletas, por exemplo, no Amazonas”. E isso é um gesto que registro com muito agradecimento.

Mas, Sr^a Presidente, aproveitando o fato de termos esta sessão tão íntima, inicialmente presidida pela Senadora Heloísa Helena e agora, com muita alegria para mim, presidida por V. Ex^a, Senadora Iris de Araújo, falo um pouco da questão nacional.

Com o início da campanha política nas emissoras de rádio e televisão, tenho de admitir que o programa do PT é o melhor. O programa do Presidente Lula chamou minha atenção. Ficou evidenciado que o PT não existe mais. Não existe mais o vermelho do PT, já estão querendo ficar com nossas cores. Azularam, que nem o PSDB. Uma coisa complicada. Eles querem ser nós. É uma coisa meio freudiana. E o interessante é que eles começaram tão orgulhosos que chegaram a colocar a estrela vermelha do PT nos jardins do Palácio da Alvorada, em flagrante desrespeito à lei da impessoalidade no exercício do poder.

O Presidente Lula não compareceu ao debate da Bandeirantes na última segunda-feira. Acho que ele abandonou o vermelho, cor marcante nas suas campanhas anteriores, e amarelou de vez, além de deixar muito claro que passou a ter vergonha do partido que ele ajudou a criar há 26 anos. Ou tem vergonha, ou quer se distanciar dos escândalos e pretende passar para o seu partido o ônus pelos escândalos que ele e seu Governo geraram; escândalos que não podem deixar de ser examinados nesta campanha eleitoral, sob pena de avalizarmos que escândalos não foram aqueles escândalos tão escandalosos que, por isso, escandalizaram o País.

Mas o programa de Lula que foi ao ar, após revisão final do Duda Mendonça – está de volta o Duda, impressionante, trabalhando para a Petrobras... Tudo aquilo foi bobagem, tudo aquilo que se apurou na CPI foi bobagem, aquelas confissões que ele próprio fez... Está todo mundo reabilitado, está todo mundo bem, mas aquele mesmo Duda que recebeu recurso do Delúbio no exterior atropelou, mais uma vez, os fatos e apresentou números que não correspondem à realidade. Mais uma vez, o candidato Lula volta a vender ilusões ao povo brasileiro. Depois de não ter visto nada, não saber de nada do que se passa em seu Governo e em seu partido, voltou a exercitar a mentira no seu programa de ontem, com a mesma retórica e as bravatas que marcaram a sua vida política.

Veja, Sr^a Presidente, que até a refinaria de Pernambuco ele anunciou como obra realizada. A obra nem recebeu autorização ambiental para execução do projeto, e ele já a vê como obra devidamente acabada.

Sugiro, Presidente Lula, que compareça aos debates e que apareça nos programas e que apareça com seu partido, apareça com sua face inteira, para que o País o julgue por inteiro também.

Prefiro o Lula natural, o Lula original, não o Lula maquiado pelos programas idealizados ainda por Duda Mendonça.

Prefiro o Lula que esteve no Jornal Nacional, aquele que estava tenso, que não resiste a debater com ninguém assunto nenhum, por falta de profundidade ao fazê-lo. Prefiro o Lula que contrariou o depoimento de Okamoto em uma CPI sob juramento. Prefiro o Lula que disse que iria demitir o Palocci e o José Dirceu, embora os dois tenham saído a pedido, e ele os tenha coberto de elogios. Prefiro o Lula que disse que foi traído, mas não disse por quem. Prefiro o Lula porque esse é o Lula verdadeiro. É aquele que, com essa face, precisa ser julgado, sem maquiagem e sem fantasias pelo povo brasileiro. É esse o Lula que precisa ser conhecido e visto no âmago, no seu coração, no fundo da sua alma.

E mais, Presidente Lula, apresente em seus programas os companheiros de longas datas. Onde estão os seus companheiros Ministro Palocci e

Ministro José Dirceu? Onde está o seu companheiro Delúbio? Onde está o seu companheiro Sílvio Pereira? Vai apagar?

Há pouco, lembrei-me do Mário Covas. Dá para apagar o Mário Covas da minha vida? Dá para apagar o Fernando Henrique Cardoso da minha vida? Dá para apagar o José Serra da minha vida? Dá para apagar o Geraldo Alckmin da minha vida? De repente, dá para apagar toda essa gente da vida do Presidente Lula? De repente, assim, como se o povo brasileiro fosse imbecil, como se o povo brasileiro fosse composto por imbecis? E não o é. Espero muito fortemente que não o seja mesmo e tenho convicção de que não o é.

O Presidente não vai expor Waldomiro Diniz, que tinha uma sala quase contígua à sua sala de trabalho? Não vai expor a dançarina do mensalão, a deputada que dançou aquele balé deplorável comemorando a absolvição dos mensaleiros?

O Presidente estava muito sozinho no programa e muito isolado. Tem de chamar os amigos! Política é equipe, é grupo.

Tem de estar com o seu pessoal, com a sua turma. Então, sugiro mais solidariedade, mas também mais companhia, o Presidente tem de mostrar essa gente. E dos outros partidos também, aquela turma toda.

Faço um parêntese para dizer que já estão agora renunciando. Uns, acredito que renunciam até com um restinho de vergonha que possam ter, renunciam para sair da vida pública. Outros dessas sanguessugas estão renunciando para voltarem como candidatos. Cumpre ao povo barrá-los. Se o povo não barrar, é sinal de masoquismo mesmo; é sinal de que estamos diante de uma sociedade que supostamente gostaria de ver esses fatos repetidos e a impunidade grassando.

Mas, muito bem, peço, portanto, ao Presidente que se apresente ao povo de forma natural, como ele apareceu no Jornal Nacional. Não precisava ficar tão nervoso nem tão gaguejante como estava no Jornal Nacional, mas que se apresente de uma vez, mostre sua cara e suas intenções “chavistas” – que ele mal consegue esconder – para um eventual segundo mandato que, tenho certeza, o povo não lhe concederá. Mas digo, Presidente, uma coisa bem simples. Presidente Lula conte onde estão os seus companheiros. Renegar seus companheiros de uma vida? Que história? Que coisa? Como se pode fazer isso? Volto a dizer, Presidente, não escondo Mário Covas, não escondo Fernando Henrique Cardoso, não escondo Geraldo Alckmin, não escondo José Serra, não escondo Tasso Jereissati, não escondo ninguém. Não é justo que o senhor esconda seus companheiros que tanto esforço despenderam para construir esse partido que é o PT, a começar pelo José Dirceu. Estou esperando a hora em que o José Dirceu vai aparecer no programa do Presidente pedindo votos para ele. Tem de mostrar aquelas fotos.

Acho que a gente tem de ser o que é mesmo. Vai ver que o José Dirceu tem muitos votos e vai ajudar o Presidente a se reeleger.

Mas, muito bem. O Presidente Lula agora foi multado em R\$900 mil por propaganda fora do tempo.

Agora, o Presidente Lula está empinando papagaio novo de R\$900 mil de multa por propaganda ilegal; multa que lhe aplicou o TSE por propaganda eleitoral antecipada. Vou dizer ao povo brasileiro, aos leitores, aos ouvintes, aos telespectadores: com o seu dinheiro, brasileiro! O Lula teria de pagar com o dinheiro dele, mas a propaganda que motivou a multa foi feita com o dinheiro do povo brasileiro.

Em janeiro, a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência e o Ministério do Planejamento mandaram imprimir e distribuir nada menos de um milhão de cartilhas que se chamava “Brasil, um País de Todos”. A frase é uma das marcas publicitárias do Governo Lula e se dedicava a comparar as realizações desse Presidente com as do anterior, Fernando Henrique Cardoso – tudo, claro, tendenciosamente favorável, adivinhem a quem? E, por isso, a multa. O PSDB acionou o TSE, e Lula perdeu por 4 a 2. O seu advogado agora vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Vou dar uma sugestão: o Okamoto quando era pobre podia pagar. Quem sabe agora ele mete a mão no bolso e paga R\$900 mil e salda essa dívida presidencial?

E temos de convocar o Paulo Okamoto aqui para ele dizer se confirma ou não que mentiu à CPI, porque o Presidente Lula, na sua entrevista ao Jornal Nacional, disse que o Okamoto mentiu à CPI.

Sr^a Presidenta, finalmente, eu gostaria de anunciar que estou endereçando ao Ministério dos Transportes, baseado em matéria publicada nas revistas que circularam no fim de semana, uma série de perguntas, em requerimento de informações, sobre o tal programa tapa buracos, que parece eivado de irregularidades.

Da mesma forma, encaminho à Mesa requerimento de informação solicitando informações do Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o perfil dos declarantes do Imposto de Renda de Pessoa Física, o IRPF, por faixa de renda, baseado nas declarações entregues entre os anos de 2000 e 2006.

Então, são várias perguntas que visam defender o contribuinte.

Ainda, Sr^a Presidente, requeiro Voto de Pesar pelo falecimento do maestro e compositor Moacir Santos, ocorrido no último dia 6 de agosto e, igualmente, pelo editor Armando Campos, ocorrido em 4 de agosto deste ano.

Finalizo, agradecendo a V. Ex^a pela paciência proverbial de sempre e conclamando o Ministro Hélio Costa a fazer, de fato, uma reflexão. Não vai sair barato esse intento do Governo de prejudicar o pólo de Manaus, não vai sair barato. Estou aqui precisamente para dizer isso. Estou aqui preci-

samente para anunciar que se essa medida provisória sair nesses termos... Duvido que o Governo tenha a coragem de fazê-lo, duvido da coragem do Governo.

É bom nem o Presidente Renan Calheiros convocar o esforço concentrado em setembro, é bom deixar apenas as sessões discursivas, o plenário às moscas mesmo, como está. É bom deixar assim, porque estarei aqui cedinho para obstaculizar a votação de qualquer matéria. E não se vota nada nem antes nem depois das eleições enquanto o Governo não recuar dessa insanidade, que é golpear de morte a economia do meu Estado.

Por ora era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

AS BAIXARIAS DE LULA

22-8-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a cada dia, é possível constatar mais e mais que o candidato-presidente à reeleição parece mesmo pouco afeito a participar em nível elevado da campanha eleitoral. Mas ele insiste. Imagina que palanque aceita tudo. Só que o linguajar de Sua Excelência – digo isso com desprazer – de encosta em ordinária vulgaridade, inadmissível para um Presidente da República.

O que Lula diz e repete, como aconteceu no último final de semana, é próprio de quem tem comportamento reles. Não serve de modelo para os futuros presidentes. As palavras que Lula pronuncia em seus comícios tocam as raízes da grosseria e da má educação.

A Nação acompanha com tristeza essas aparições em que o Presidente não diz nada serio. Apenas, como registra o editorial de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*, desfia um rosário de baixarias.

Leio o título do editorial:

“A baixaria do presidente

Primeiro, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates ‘quando (lhe) interessar’ – completan-

do, no melhor estilo autocrático, ‘não posso ir só porque outros acham que devo’, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.”

Mais aspas para o *Estadão*:

“Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.”

Completa o editorial:

“Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. ‘O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes’, criticou o tucano. ‘Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, das sanguessugas, do valerioduto.’ Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos.”

Foi o que fez também o candidato tucano ao Governo de S.Paulo, José Serra:

Não respondo a grosserias (de Lula e outros petistas)

Não é, nem de longe, – repito – o que o Brasil quer de um Presidente. O Presidente tem de ser superior, para se mostrar à altura do mandato outorgado pelo povo. Não é o que se vê nesse momento.

Digo, pois: há, sim, falta de nível. A Nação ouve entristecida os destemperos de quem deveria ao menos se controlar. Se lhe falta preparo intelectual, é certo, porém, que ele tem experiência de uma longa participação política.

Lula usa, então, essa sua experiência apenas para encobrir o cenário que o cerca. Hoje até evita aparecer no palanque com seus amigos mensaleiros.

Foi assim em Osasco, base política de alguns decaídos petistas, a começar pelo ex-Presidente da Câmara. João Paulo Cunha. Dele Lula fugiu que nem o Diabo fuge da cruz.

A platéia que ouvia o candidato-presidente reclamou. Primeiro, o grito de aflição de um mulher, no meio da multidão: *Chama o João Paulo, Lula!*

O coro veio logo. Muitos dos que ali estavam igualmente protestaram e gritaram: *João Paulo, João Paulo!*

Em vez de chamar o antigo companheiro petista, Lula jogou a culpa na mulher:

Leio o que está nos jornais:

Olha, gente, deixa eu terminar aqui porque a Dona Marisa é brava e, se eu não chego em tempo para almoçar, vocês sabem que o pau quebra!

O pau quebra! Vejam só!

Não é de bom tom prometer não baixar o nível da campanha e, em posição reversa, ficar a repetir palavrório sem nexos, palavras com pouco ou nenhuma importância, para não dizer palavras chulas. O oposto do que o Brasil esperava ouvir do candidato-presidente.

O Presidente encena que está descontente com a postura da oposição. Critica-a e diz:

“Podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem. Eu não moverei uma palha.”

E mais, instiga o povo a se voltar contra a oposição, o que, aliás, é próprio das mentes que não aceitam a democracia. Abro aspas novamente para Lula, ao instigar o povo, supondo que tem poderes de atraí-lo para o jogo sujo, que, assim, vai se tornando a característica do PT:

(...) eu não moverei uma palha (...) porque vocês moverão o paiol contra eles..(...)

Eles, quem, Presidente? A oposição que denunciou a corrupção criada em seu Governo, no Palácio do Planalto? A oposição que criou a CPI que comprovaram a corrupção desenfreada no seu Governo? A oposição, que descobriu o valerioduto, o delubioduto, o silvioduto, o waldomiroduto?

A oposição, Presidente, continuará denunciando excessos e essa corrupção que insiste em ser prioridade no seu Governo.

Não é por acaso que o Presidente usa sua afeição a práticas comuns aos vivaldinos. Agora, torna-se ainda mais esperto e mete a mão no dinheiro do povo para fazer sua campanha pela reeleição.

Não sou a dizer. Está na *Folha de S.Paulo* de ontem, segunda-feira:

“Estratégia do Planalto ajuda PT a reduzir gastos com viagens de Lula “

Abro aspas para o grande jornal paulista, que relata o *aproveita-tudo* do candidato-presidente:

“Para diminuir os gastos do PT com a campanha à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto passou a agendar eventos oficiais nas mesmas cidades em que o petista tem compromissos como candidato. O uso da estratégia faz com que despesas com o combustível da aeronave presidencial sejam pagas pela União, e não pelo partido.”

Um exemplo disso acontece hoje. À noite, na condição de candidato à reeleição, Lula participa de jantar na casa do Ministro Gilberto Gil (Cultura), no Rio de Janeiro. Antes disso, também no Rio, marcará presença, como presidente, em um congresso mundial de saúde.

Dessa forma, todos os custos do traslado de ida e volta do petista entre Brasília e o Rio de Janeiro serão pagos pelo Planalto. A legislação eleitoral autoriza o uso de aeronave oficial, mas diz que gastos de viagem (combustível, transporte terrestre e hospedagem) serão pagos pelo comitê do candidato.

Nos últimos dias, o Presidente do PT, Ricardo Berzoini, tem reclamado do alto custo dessas viagens. Em prestação de contas entregue no início do mês ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o comitê de Lula afirmou ter gasto R\$206,3 mil com transporte ou deslocamentos, sendo R\$156 mil no ressarcimento à Presidência.

A estratégia do Planalto tem sido aguardar a definição da agenda petista para, em seguida, encaixar algum evento oficial no próprio município.

Na semana passada, por exemplo, a Presidência modificou a rota de Lula ao Sul do País para adequar a agenda oficial a um comício em Criciúma (SC).

O PT também consegue poupar quando a agenda oficial é em cidade próxima à de campanha. Em 11 de agosto, como presidente, Lula teve evento em São Paulo, de onde seguiu ao Rio de Janeiro para comícios. Nes-

te caso, a União bancou o trajeto Brasília-São Paulo, enquanto o PT arcou com São Paulo-Rio de Janeiro-Brasília.

Bem traduzido e em palavras bem claras essa chamada estratégia do Planalto significa o seguinte:

O Presidente Lula usa a máquina pública, portanto o dinheiro do povo para fazer sua tentativa de reeleição.

Nem com extrema boa vontade é possível qualquer outra conclusão. E que o povo saiba – é a imprensa a denunciar: o dinheiro público, o dinheiro dos impostos pagos pela população está sendo usado para fins partidários pelo Presidente Lula.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, eu tinha uma leve esperança, e o povo brasileiro também, de ver uma campanha eleitoral civilizada. Já não tenho.

E o povo também não! Lula dela participa!

Além de se locomover às custas do dinheiro público, usando sem pagar o avião presidencial, Lula vale-se de suas ditas atividades como chefe do Governo, usa essas ocasiões para politiquice e – aí sim, há preconceitos – volta toda sua ira e seu desvario contra o que ele, sem saber de nada –, diz ser a elite brasileira.

Primeiro, ele foi contra a classe média. Praticamente liquidou-a. Agora, volta-se enfurecido contra as oposições e as liberdades. Promove verdadeiro festival de baixarias e insiste em jogar o povo contra algumas categorias da sociedade, como, por exemplo, os empresários, que trabalham de sol a sol.

Ontem à noite, na reunião político-partidária (paga pelo povo) na residência do Ministro da Cultura, no Rio, disse o candidato-presidente:

“Fui atacado por uma elite que queria me sangrar.”

Quem foi, Presidente? Sangrá-lo como?

A essas alturas, ensaiou o choro acebolado e disse, conforme registra o jornal *Folha de S.Paulo*:

“Quem fará minha vingança será o povo.”

Mais baixarias:

“O que aconteceu com Getúlio Vargas? Foi levado à morte. O que aconteceu com João Goulart? E com JK?”

Antes, no comício do final de semana, em Osasco, mereci, sem entender, uma agressão estúpida, grosseira e, além de tudo, descabida.

O Presidente confundiu tudo e não sei porque tentou estabelecer um paralelo entre o percentual que ele supostamente deteria nas pesquisas de intenção de voto no meu Estado e o meu igualmente suposto percentual como candidato ao Governo do Amazonas.

Lula, como registra o noticiário, ironizou os 3% de intenção que eu teria no Amazonas, segundo ele acha.

E fez comparações grosseiras, logo comigo, que não sou candidato a Presidente.

Se é para comparar, vamos lá, Presidente. Vamos colocar os pingos nos *ís*.

– Os tais 3% que o candidato-presidente me atribui, a serem verdadeiros, são meus, limpos e legítimos.

– Não se confundem com nada que envolve o Presidente. Rodeado por mensaleiros, por esquemas de valerioduto, de Dudas Mendonças, de aparelhamento da máquina estatal, tudo isso cheirando a chama crime. Crime de constranger alguém, mediante esquemas de corrupção, e com o intento de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer algo.

– Os meus ínfimos 3% que ele espera que eu alcance, se forem reais, são meus, são legítimos. Não sou chefe oculto de 40 ladrões.

– Sabe direitinho a Nação que esse esquema de formação de quadrilha nasceu no outro lado da praça e o *cep* é o do Palácio do Planalto, numa sala vizinha ao gabinete do Presidente Lula. Ali, bem ao lado do então todopoderoso Ministro José Dirceu.

– O que eu tiver de votos, Presidente, terá sido conquistado com lisura.

Por isso, Presidente, tenho as mãos limpas e a consciência em paz.

Pergunto se Sua Excelência pode dizer o mesmo?

Consciência em paz, talvez. É característica dos que, pobres de espírito, entendem que o Poder pode tudo, inclusive deixar que, ao seu redor, viesse a se formar o mais repugnante esquema de formação de quadrilha jamais visto no Brasil. Nisso, Lula é o campeão absoluto dos últimos 500 anos.

Índices de pesquisa, mesmo, só no final das eleições. Mas, desde logo, sabe a Nação, que é séria, que quem paga minhas contas sou eu e não Paulo Okamoto, o “mecenas” financeiro de Lula.

Antes de encerrar, faço advertência direta ao Presidente e peço que ele tenha ouvidos bons para ouvir e gravar.

Digo-lhe, Presidente, que para mim não serve o tipo de conduta de seu partido. Não a aceito nem cabe na linha de conduta de quem conduz sua vida pela ética.

Aceito convivência com todas as correntes de opinião, contrárias ou a favor, incluindo as próprias correntes da parte do PT que se salvou. Lamentavelmente, o outro bocado virou o PT de Lula, essa facção que, no poder, no Governo, se deixou impregnar pela corrupção de um grupo instalado na chefia da Nação, no Palácio do Planalto.

E mais: não aceito – e que Lula entenda isso em definitivo – conviver com a patifaria ou com correntes que se deleitam em velhacadas. Lula só ainda tem relevância porque é Presidente da República. Fora disso, virou trambolho cívico.

Meu perfil, saiba o Presidente, passa distante dessas condutas maroteiras, tão a gosto do seu Governo, a ponto de gerar as ações acobertadas por Lula ao insistir de que nada sabia.

Aí está a verdade brasileira. Os amigos mais próximos de Lula pintaram e bordaram, escandalizando a Nação, num momento em que o normal seria festejar o ato convocatório às urnas.

Por último, digo ao Presidente que não gostaria de ouvi-lo pronunciar novamente meu nome. Por uma questão de profilaxia ética.

Prefiro, Presidente, como diz Edgar Allan Poe, que seus disparates fiquem apenas como (...) o som de alguém levemente batendo, batendo a minha porta. (...) Que se resuma a “uma visita, de alguém batendo a minha porta (...) Só isso e nada mais”.

Por ora é o que tenho a dizer.

AMAZONAS FAZ 117 ANOS

2-9-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje é feriado no meu Estado do Amazonas, que comemora 117 anos de criação, com o seu desmembramento da então Província do Grão-Pará, antes Capitania.

Ao cumprimentar o povo amazonense, estou pedindo ao Senado Voto de Aplauso ao meu Estado pelo transcurso da significativa data.

Não posso, contudo, em data tão especial, deixar de mencionar o resultado de estudo realizado por cientistas dos Estados Unidos e do Brasil,

comprovando, inclusive com o uso de satélites, que a expansão da cultura da soja é o grande vilão no desmatamento da Amazônia. Em 2003, segundo esses pesquisadores, as lavouras de soja responderam por 23% do desmatamento da região, ceifando uma área pouco menor do que a do Distrito Federal.

Seja, pois, o aniversário do Amazonas um motivo a mais para alertar todo o Brasil, já que a Amazônia, sendo Terra-Brasil, pertence aos brasileiros de todos os Estados.

Enfatizo o alerta, repetindo o que diz o estudo hoje divulgado: a soja substitui a floresta diretamente, sem contar o efeito conhecido do grão, de empurrar a fronteira agrícola, estimulando, ademais, a pecuária a ocupar novas áreas.

Requeiro, Senhor Presidente, que passe a constar dos *Anais* a matéria publicada pela *Folha de S.Paulo*, com dados sobre esse estudo.

Parabéns, Amazônia. Alerta, Brasil!

ESTÁ CRIADO NO BRASIL O SISTEMA PETISTA, PARA ESPALHAR MENTIRAS E DIVIDIR O BRASIL

3-9-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, cheguei esta manhã no vôo da madrugada de Manaus e tive tempo, a bordo, de conferir o noticiário desses últimos dias.

Já não há dúvida de que o Brasil vive sob uma indesejável escalada de mentiras, arquitetada com o propósito, por sinal inatingível, de prejudicar a candidatura tucana à Presidência.

No entanto, essa postura progressiva de armas, cada vez menos ética numa guerra existente apenas no imaginário petista, prejudica duramente as populações mais pobres do Brasil. Gente simples que agora vive clima de pavor, de medo.

Querem um exemplo? No pequeno Município de Maniquiri, a população vive sob esse espectro do medo, criado pelos cabos eleitorais de Lula, que andam mentindo escancaradamente, de norte a sul do Brasil. Suas presas são as pessoas mais pobres.

Ali, a ribeirinha Marineuza Pereira Pinheiro, disse ao jornal *Folha de S.Paulo*:

– O pessoal está falando que se o Lula perder vão tirar a luz e a bolsa (bolsa família). Aí ficamos com medo.

Esse “pessoal” a que ela se refere (*O pessoal está falando...*) são os agentes do Sistema Petista-SP, algo execrável e próprio apenas de regimes totalitários.

O Sistema Petista-SP é real, existe. E no momento prega a cizânia entre os brasileiros. O jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* desta semana já estampam dois mapas diferentes, os Brasis, resultado da escalada de impropriedades que aqueles sinistros agentes se dispõem a espalhar.

Os agentes do SP devem ter freqüentado cursos de terrorismo. Agem tanto nas pequenas como nas grandes cidades Brasil adentro.

Agora, eles se propõem, criminosamente, a minar as bases da Zona Franca de Manaus. Eis o que o aposentado José Raimundo Lopes, de Andiroba, disse, também à *Folha de S. Paulo*:

– Tenho fé que ele (Lula) vai ganhar. Esse outro (Alckmin) vai tirar a Zona Franca de Manaus; vi isso na televisão. Não voto nele é nunca.

Existe mentira maior?

Afora isso e todo o desserviço dos agentes petistas, a mentira mais presente é a de que Alckmin, se eleito, vai acabar com o Bolsa-Família, tirar a energia elétrica e fechar as escolas.

Lamento, profundamente, esses desvãos petistas. Não há registro de nada igual na história política brasileira.

Tudo isso ocorre por outro medo. Não o medo que toma conta das populações pobres, vítimas da mentira. O medo é outro. É o medo que os petistas têm de uma derrota.

Há outros fatos que explicam o temor petista.

O desnível entre Alckmin e Lula no debate da Band explica, por exemplo, o frenesi do Presidente, que só após a noite do domingo se recompôs do susto de enfrentar o candidato tucano.

Ontem, Lula retomou seu habitual estado de delirante excitação e derramou impropérios que não ficam bem para um Presidente.

Recolho as palavras com que, desesperado, Lula supõe atingir Alckmin:

– Alckmin se comporta como “cidadão do samba de uma nota só”;

– Alckmin se comportou como um “delegado de porta de cadeia”.

O Presidente começa errando e agride os delegados de Polícia de todo o Brasil. Não há delegado de porta de cadeia! Delegado é o guardião da cadeia. O ditado popular menciona *advogado de porta de cadeia*. Nem é advogado; no máximo esses que ficam de espreita nas delegacias são *rábulas*.

E mais:

– Alckmin é “arrogante, pedante, que fala com o nariz em pé, como se tivesse mais autoridade que os outros”;

– Alckmin parecia uma “velha sanfona quebrada que só faz o mesmo som”;

– Alckmin é o candidato das elites.

Lula pode falar o que quiser. A Nação sabe que suas palavras não formam frases corretas; formam no máximo palavreados chochos, sem suco, secos, sem miolo, sem grão; engelhados, ocos, fúteis, vãos, tolos, tontos, simplórios, enfraquecidos, débeis.

Enfim, o que Lula fala é goro, o ovo choco, aquele que falhou.

Não faça essas comparações com gosto nem com alegria. Faça-as lamentando que quem anda destrambelhado e se põe a esse tipo de adjetivação é, nada mais, nada menos do que o Presidente da República Federativa do Brasil. O mesmo que agora quer se reeleger à custa de uma postura inadequada para o mais alto posto da Nação.

Infelizmente, como trombeteiro, Lula se coloca no lugar do sem graça, sem espírito, sem sal, insípido, o insulso Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil até 31 de dezembro, nem mais um dia!

O PT acha que pode iludir o povo brasileiro com essa tática de inspetor de quarteirão. Equivoca-se.

Lula, coitado, faz pena e merece certa comiseração. Não é equívoco o que ele diz. Não é, mesmo!

Ele, simplesmente, não sabe o que diz e vacila mesmo quando lê o que escrevem no Planalto para ele recitar.

Era o que tinha a dizer.

NAZISTAS PETISTAS

11-10-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Lula diz que vai ganhar a eleição. Duvido. Mas se ganhar, será difícil apontar essa suposta vitória com o mesmo argumento de sempre, de que decisão do povo é soberana.

É soberana, sim. E assim seria se o Brasil estivesse vivendo uma fase normal. Não, não está. A fase do Brasil da era Lula é de completa anormalidade. Fase nazista, como bem definiu o Deputado e Vice-Governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman.

Formalmente, denuncio: o Brasil vive sob o signo petista da mentira, do terror, do medo, que o sistema petista de São Paulo propaga com o uso da máquina pública, do dinheiro público.

O sistema petista de São Paulo é uma incrível versão lulista do Ministério da Propaganda Nazista, que, durante o regime de Hitler na Alemanha, era conduzido por Joseph Goebbels. Era a época da 2ª Grande Guerra Mundial.

A Alemanha de Hitler queria dominar o mundo por anos e anos a fio. Lula quer implantar o SPSP no Brasil por 30, 40 anos. Goebbels estava certo de que qualquer mentira repetida à exaustão acaba se tornando verdade. O Sistema Petista de Lula segue o mesmo caminho. E mentem de norte a sul do Brasil.

Como agem os agentes do sistema petista de São Paulo? Primeiro, cadastram famílias pobres que recebem o Bolsa Família e, atrás vão os agentes petistas, espalhando brasas em forma de mentiras. Brasa quente para minar a alma do ordeiro povo brasileiro.

Dizem mais ou menos isso: se Alckmin ganhar a eleição, vai acabar o Bolsa Família, vai acabar a energia elétrica, vão ser privatizados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras.

Mais atrás um pouco, lá vem um Ministro, o Paulo Bernardo, do Planejamento, e anuncia: a CPMF vai se tornar permanente. Tradução: o sistema petista vai manter a pesada carga tributária que sacrifica o povo brasileiro.

Por último, nessa fila, aparece o Presidente Lula, como se tivesse um realejo nas mãos e sai por aí realejando, fazendo a única coisa que ele sabe: pilhérias, gracinhas sem graça. Foi o que ele fez ontem, ao dizer: “Faltam 20 dias para a oncinha beber água”.

Isso é linguajar de um presidente da República?

Quem é oncinha? Pelo jeito, o que Lula quer mesmo é bancar o amigo-da-onça dos brasileiros. Quem é oncinha, Presidente? E que água é essa?

Agora, pois, a Nação fica sabendo que, se por acaso der o desastre no domingo 29, o número de Ministérios de Lula vai aumentar. Ele vai criar o Ministério da Propaganda, com retrato de Goebbels na parede.

Depois, é só prosseguir na mentira, já então institucionalizada, a partir do Palácio do Planalto.

Não se trata de previsão vazia, como são as mentiras do sistema petista. São deduções claras, à luz claríssima de tudo que vem ocorrendo no Brasil.

Vamos falar às claras: Lula vai fazer de tudo para se sustentar no poder. Se preciso for e as mentiras se mostrarem insuficientes, não se duvide: ele venderá a própria alma!

Por enquanto, ele se vale das mentiras. Como essas que o sistema petista anda espalhando sobre privatização. E bem a propósito de privatização, alguém observou ontem que Antonio Palocci, (aquele do caseiro) foi prefeito de Ribeirão Preto e privatizou a Companhia Telefônica da região. Ele deu o começo e a privatização se completou no mandato de seu sucessor na Prefeitura de Ribeirão.

Lula e os petistas estão mesmo é apavorados. Sabem que a vitória de Alckmin vai significar o retorno do Brasil à decência, sem vez para mãos petistas de aproveitamento.

E como eles aproveitam! É só ler o noticiário, como este de ontem:

Saques em dinheiro vivo no Governo. Tribunal de Contas da União investiga uso de cartões corporativos para retiradas em espécie por funcionários da Presidência da República.

O que é cartão corporativo? É um cartão de crédito criado corretamente no Governo passado, para facilitar as compras de itens urgentes.

É, não! Era! A partir do Governo Lula, cartão corporativo de crédito virou sinônimo de farra com dinheiro do povo.

Quem diz isso não é a oposição. É o Tribunal de Contas da União.

Leio o noticiário:

(...está no gabinete do ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, um pedido de devassa em todas as prestações de contas com cartões de crédito corporativos de funcionários do Governo Federal...)

E mais:

(...O que o tribunal vai decidir, em suma, é a quebra do sigilo dos cartões de crédito corporativos utilizados por funcionários do Palácio do Planalto para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto – onde o presidente Lula reside com sua família – e dos ministros que assessoram diretamente o presidente...)

Mais TCU:

(...Até a última quinta-feira 18, as faturas dos cartões corporativos do governo federal somavam exatos R\$10.268.310,98, segundo dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro da Administração Federal (Siafi). Do total, R\$5.670.849,53 referem-se a despesas do gabinete do presidente...)

Afirma ainda o noticiário da revista *Istoé Dinheiro* (reportagem do jornalista Hugo Studart):

(...O que mais inquieta os ministros do TCU, no entanto, é o volume de saques em dinheiro vivo feito por funcionários do Planalto através dos cartões corporativos. Entre janeiro e agosto de 2004, de um total de R\$3,2 milhões em faturas, esses funcionários sacaram R\$2,2 milhões em espécie – o outro R\$1 milhão foi usado para pagamento de despesas, aquela que deveria ser a função primordial dos cartões...)

Aí está: dinheiro vivo, tinindo...

Quem paga a farra dos cartões corporativos é o trabalhador brasileiro.

(... os saques em dinheiro vivo representaram, em média, dois terços das faturas dos cartões do Governo Lula...)

A farra parece não ter fim. E não se trata de previsão sem fundamento. Em tudo, por tudo, a era Lula é nociva. Só beneficia os petistas incompetentes que ocupam cargos comissionados no Governo e não trabalham.

Não se trata de previsão. Baseio-me em análises sérias. Esta manhã, por exemplo, mudando de política para o esporte, recebi uma boa análise de um jornalista esportivo de 84 anos, portanto com larga experiência na área. Seu nome é Evandro Guerreiro.

Esse correto jornalista fez um levantamento e concluiu que Lula é um tremendo azarão no esporte. E menciona:

- O Brasil foi desclassificado na Copa do Mundo da Alemanha;
- O cavalo do campeão Pessoa quebrou a perna e está definitivamente inutilizado para competições;
- A Seleção Brasileira de Basquete feminino era favorita e ficou em quarto lugar;
- Guga ameaça deixar o tênis;
- Os dois Ronaldos estão com desempenho pífios;
- Como ficará o Pan-Americano do Rio, no ano que vem, se o azarão Lula ganhar a eleição?

Todas essas são conclusões do jornalista Evandro Guerreiro.

A elas, acrescento: e o pé-frio de Lula contra o Corinthians, ameaçado de rebaixamento?

Era o que tinha a dizer.

CAPITÃO ARMINDO SONHAVA COM A AMAZÔNIA. E VEIO A CHEFIAR EQUIPE DE RESGATE DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE COM AVIÃO DA GOL

18-10-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estou requerendo hoje um Voto de Aplauso às equipes militares que participaram das operações de localização e resgate das vítimas do acidente com o avião da Gol que, no final de setembro, cumpria o vôo 1907, na rota Manaus–Brasília.

Além do requerimento, estou anexando a este pronunciamento matéria publicada pelo *Diário do Amazonas*, edição do domingo 15 de outubro. É uma excelente reportagem da jornalista Rosiene Carvalho, que entrevistou o Capitão do Exército Armindo Nunes Medeiros Júnior.

O Capitão Armindo comandou equipe de 20 militares especializados em operações na selva. Ele foi o comandante desse grupo, destacado pelo

Centro de Instrução de Operações na Selva, de Manaus, no resgate das vítimas do acidente com o avião da Gol.

Ele e seus companheiros foram, pois, heróis de uma batalha que, embora triste, se conduziu com êxito.

O Capitão Armindo é instrutor do CIOG de Manaus, onde vive há sete anos, ao longo dos quais aperfeiçoou a carreira que escolheu.

Desde os 11 anos, ele, que é pernambucano, acalentava o sonho de um dia, como o tio militar, vir a envergar a farda verde-oliva. Conseguiu. Como pôde demonstrar na selva paraense, onde caiu o avião da Gol. Hoje, é militar adestrado para operações na selva, da qual diz ter grande orgulho.

Termino, Senhor Presidente, pedindo que a matéria da repórter Rosiene passe a integrar este pronunciamento e, assim, constar dos *Anais* do Senado.

Era o que tinha a dizer.

ESTELIONATO ELEITORAL

19-10-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, começo com a leitura de duas manchetes de jornais, uma do sábado, outra do domingo. No sábado, primeira página da *Folha*:

PT vai dar reajuste menor a servidor se vencer eleição

No *Estadão*, manchete parecida:

Reajustes do funcionalismo poderão ser menores, diz coordenador da campanha de Lula.

Isso foi no sábado. Do domingo, o frenesi tomou conta dos petistas, que tentaram corrigir o desastre e o próprio Lula saiu na frente para dizer que haverá cortes nos gastos, sim, mas sem atingir os servidores. Ele adiantou que só vai cortar despesas supérfluas.

Supérfluo é o próprio Governo Lula.

Se fosse para carimbar, como a propaganda petista – aquela do não troque o certo pelo duvidoso – essa seria a hora de dizer: Dá para acreditar nessa gente?

Ou um carimbo parecido: o certo é o que diz a manchete do sábado, afinal Lula sempre tratou mal os servidores públicos. Duvidoso é o que diz o Presidente na manchete do domingo: cortes só nos supérfluos.

Ao povo brasileiro vai se tornando difícil levar a sério o que fala esse Governo do quadriênio perdido. Lula e os petistas passam a impressão de que o objetivo é mesmo o de ir no vai-da-valsas: viver ao sabor dos acontecimentos, sem projetar nada, sem preocupar-se; ir levando. Bem traduzido: curtir o o vai-da-valsas e levar o povo no mesmo vai-da-valsas.

Indago se é ou não é vai-da-valsas o que falou no fim de semana o Ministro das Relações Institucionais de Lula, Tarso Genro. É bom ler a manchete de página dessa segunda-feira:

“Para Tarso, debate sobre ética já cansou eleitorado”

Em bom latim clássico, qualquer um diria:

É o fim da picada!

Não é difícil concluir que isso equivale a dizer que o PT disse adeus à ética. Tanto que prossegue com o que mais lhe agrada, que são invenções tolas, como essa história de espalhar que o Governo Alckmin, que se instalará em 1º de janeiro, vai extinguir o Bolsa Família.

Ou essa outra de estimular a cizânia, a rixa, a discórdia entre os brasileiros, tentando, por exemplo, jogar o povo gaúcho contra a candidata Yeda Crusius, sob a alegação de que ela é paulista.

Não dá mesmo para levar a sério Lula e sua gente petista!

Na semana passada, denunciei aqui, com base em afirmações de amazonenses, a onda da gente petista no meu Estado, espalhando que, a partir de 1º de janeiro, data da posse de Alckmin, seria extinto o Programa Luz para Todos.

Leio o noticiário de hoje, neste fim do Governo Lula:

“Pela possibilidade de a execução do Programa Luz para Todos provocar uma explosão tarifária, o Governo (o atual, esse que está findando) limitou o repasse para o consumidor em até 8%. Quando o aumento da tarifa causado pelo programa ultrapassar esse teto, o consumidor não terá mais acesso à energia.”

Isso, essa ameaça, está ocorrendo no Governo Lula, é bom que se diga.

E tem muito mais, muito desacerto nesse Governo que felizmente vai se encerrar. Bastaria continuar na leitura das manchetes dos jornais, página por página:

ESTADO VOLTA A INCHAR – *O Estado de S. Paulo*
SEM FISCALIZAÇÃO, ESTATAIS E FUNDOS DISTRIBUEM
DINHEIRO A MUNICÍPIOS – *O Estado de S. Paulo*
PREFEITOS DO PT RECEBERAM MAIS DO BNDES – *O Estado de S. Paulo*
LULA TERÁ DE CORTAR R\$ 3 BI PARA FECHAR CONTAS
DO ANO – *O Estado de S. Paulo*
UM CHANCELER NO PALANGUE DO PT
ITAMARATY CAI NA CAMPANHA DE LULA E CELSO AMORIM
VIRA MINISTRO DAS RELAÇÕES INTERIORES – *O Estado de S. Paulo*

Uma pequena pausa na leitura das manchetes para exibir aqui a primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, segunda-feira:



A manchete diz tudo e comprova que a era Lula vai passar à História como o quadriênio perdido. Eis o que diz:

“Indústria no Brasil cresce até 7 vezes menos que a de outros emergentes

Expansão no País foi de 2,2% nos últimos 12 meses, enquanto na China, por exemplo, o avanço atingiu 17%”

Nilson Brandão Junior

A indústria de países emergentes cresce a taxas até sete vezes superiores à do Brasil. Enquanto o crescimento da produção industrial do País acumula alta de 2,2% nos 12 meses encerrados em julho, um grupo de economias em desenvolvimento registra altas na produção que vão de 4,5% a 17%, este último, o caso da China. Embora o setor esteja avançando mais no Governo Luiz Inácio Lula da Silva do que nos dois mandatos anteriores, aumenta a distância que separa o desempenho nacional com relação a países com os quais compete diretamente.

Os dados constam de um levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Nada parecido com a louvação petista, inclusive aqui neste plenário, tentando mostrar como real um quadro irreal, da mesma forma como irreal é esse Governo em fim de linha.

Se fosse para fazer uma radiografia do malogro do Governo Lula, viria bem a propósito o título do editorial da edição de ontem do *Estadão*:

“A herança bendita que Lula esconde”

Diz a abertura do texto:

“Quem quiser avaliar os efeitos econômicos do atual Governo e compará-los com o de seu antecessor, deve olhar, antes de mais nada, para as condições mundiais e regionais.”

E acentua:

“Se a economia brasileira crescer 3,5% neste ano, terá acumulado em quatro anos uma expansão de 11,6%. Terá crescido em média, portanto, modestíssimos 2,8% ao ano.”

Acrescenta:

“(...) No mesmo período, a produção mundial terá aumentado robustos 4,8% ao ano, enquanto a América Latina terá avançado ao ritmo anual médio de 4,2% – um desempenho raramente observado na região.”

E oferece uma primeira conclusão:

“(...) Foi desperdiçada uma fase de oportunidades excepcionais (...)”

Está aí, dito, e bem dito: Lula jogou pela janela a grande oportunidade de fazer a economia brasileira avançar.

Tinha tudo para isso.

Ao contrário do que seus desinformados e aéticos auxiliares proclamam sem dados concretos, o Presidente Lula absolutamente não recebeu um País quebrado e imerso na inflação e que precisou reerguê-lo.

Cego, Lula nunca teve grandeza para reconhecer, como até o ex-Ministro Palocci, o Presidente do Banco Central e o próprio PT, a importância do que fora realizado nos anos 90, sem o que não poderia ter tido o êxito que teve em sua política macroeconômica.

Por exemplo:

– A diversificação de mercados não é novidade. Há décadas, o Brasil comercia com países de todas as partes do mundo. Isso, pois, não começou no Governo Lula, que, para poder mentir mais e mais, chegou a comprar um avião de grande luxo, o malfadado Aerolula, que será posto à venda no dia 2 de janeiro.

– A expansão das exportações, como mostra um estudo da Funcex – nota o editorial – já havia começado antes do Governo petista. Em 2002, a China já era um dos maiores parceiros comerciais do Brasil e o comércio com a Índia e a Rússia já estava em expansão.

– A decantada auto-suficiência em petróleo também não resultou da ação deste Governo do quadriênio perdido, mas de um processo iniciado há décadas e acelerado a partir dos anos 70, com a exploração da plataforma marítima.

Esse é um dado relevante e desmente a propaganda que Lula faz na TV, proclamando-se o autêntico rei da cocada preta, o responsável por tudo. O *superman* que se cuide! Quanto à melhora das condições de consumo – finaliza o editorial – tem resultado em grande parte da expansão da oferta de

alimentos, permitida pela modernização do agronegócio: grandes, médios e pequenos produtores de verdade, tratados absurdamente como inimigos pelo Governo petista.

Assim, quando prevalece o bom senso – que anda bem distante desse Governo de malogro – esses são fatos que o Presidente Lula procura esconder, para não ter de admitir que as políticas sociais que lhe renderam a momentânea liderança na disputa eleitoral não teriam sido possíveis sem a herança bendita do bom Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Isso é real. O Governo FHC entregou a Lula um País bem arrumado. E inclusive com redução no índice de fome. Basta, uma vez mais, ter bom senso, para a leitura, mesmo rápida do Índice Global de Fome, que o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares, de Washington, promove periodicamente.

Na sexta-feira, dia 13 último, saiu mais uma dessas pesquisas:

O Brasil diminuiu seu índice de fome pela metade, entre 1981 e 2003, passando de 10,43 para 5,43, num *ranking* de zero a cem, em que zero é o melhor resultado.

Repito: entre 1981 e 2003, portanto, nada ocorreu no Governo Lula, a não ser o êxito do Bolsa Família, ensejado exatamente pela melhoria ocorrida no período FHC, o Governo que deixou a herança bendita, que Lula e seus cegos seguidores insistem em chamá-la de herança maldita.

Era o que tinha a dizer.

ENGODO

24-10-2006

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva tem um hábito principal e um defeito também principal, além de outros tantos hábitos e defeitos, menos capitais.

O hábito principal é o de levar no vai-da-valsas e de acobertar com mentiras a verdadeira situação do País. Prefere acreditar que apenas a distribuição de bolsas família resolve tudo. O defeito principal mostra que ele, o Presidente-candidato, sabe que a prática do engodo é um artifício para

enganar o povo. E finge que não sabe que isso é um mal. Para o povo. Para os do baixo PT isso é ótimo!

O Brasil, sim, vive uma fase do tipo da adulação astuciosa, arquitetada para confundir as camadas mais pobres, com duas ações, uma assistencial, com o bolsa família, e outra com terrorismo nazistóide. Mais ou menos assim: Lula dá o bolsa família e manda que seus amigos difundam ações terroristas, à base de ameaças que sujeitam o programa assistencial ao voto nele, Lula. Do contrário, tudo vai acabar no dia seguinte ao do pleito.

A realidade que Lula pretende encobrir é bem diferente dessa que ele, até com ironia barata e sem o mínimo pejo, destila com freqüência, como ontem no debate da TV Record.

O candidato petista esquece sua condição de Presidente e desfila no papel de valentão irônico, nada parecido com a figura criada por Gonçalves Dias (Obras Poéticas II, p. 34), aquela do Valente que chora sem pejo. Travestido de Valentão, Lula, em vez de chorar, mente sem pejo.

O povo não quer no Governo um Presidente sem pejo.

Esta manhã, telefonou-me o Vice-Prefeito de Caiapônia, um município de Goiás, de forte agricultura e pecuária. Telefonou para dizer que, apesar dos bons índices econômicos dessas duas atividades econômicas no País, a população de Caiapônia não vê nenhum avanço social. Ao contrário do que diz Lula (mentindo), a situação é triste. Ali, muito próximo de Brasília e de Goiânia, o que se vê é miséria; o povo anda triste, os jovens não conseguem emprego. E, como no Nordeste, muitos levam a vida na suposição de que o bolsa-família resolve tudo. Vão na onda do vai-da-valsa.

Se hoje o quadro não é nada róseo, o que esperar num eventual novo mandato de Lula? Novo mandato que, felizmente, não se deverá confirmar.

Nesse quadriênio perdido, o Governo Lula não investiu nada em infra-estrutura. E o Brasil corre o risco de retrocesso e de um apagão elétrico, previsto pelo próprio Governo, pela Aneel. Está nos jornais de hoje:

“RISCO DE APAGÃO PODE CHEGAR A 50% EM 2008

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) começa a definir na próxima sexta-feira qual é o real risco de racionamento de energia no País. O novo cenário será desenhado a partir da redução do volume de energia assegurada no sistema elétrico nacional, com a retirada das térmicas sem gás para funcionar. Segundo simulações do mercado, a medida pode elevar o risco

de déficit muito acima dos 5% aceitos pelo sistema, atingindo 25% no Sudeste em 2007. Para 2008, chegaria a 50%.

O primeiro reflexo, segundo especialistas, é a alta do custo da energia no curto prazo, acompanhando o aumento do risco de desabastecimento. Isto é, com menos usinas, a construção ou operação de geradores mais caros se torna necessária. “A Aneel está tomando a atitude correta, porque, se há falta de gás, isso precisa estar contabilizado nos dados sobre a segurança do sistema”, avalia o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ.

Na opinião de Almeida, a situação atual remete ao período anterior ao racionamento de 2001, quando o governo contava em seus dados com um volume de energia que não poderia ser entregue pelo parque gerador nacional. A falta de correção dos dados retardou o alerta sobre o risco de desabastecimento, reduzindo o tempo hábil para reverter a crise.

“A situação é crítica, mas o nível dos reservatórios ainda é melhor do que em 2000”, pondera o professor Luiz Pinguelli Rosa, do programa de planejamento energético da Coppe/UFRJ, que foi presidente da Eletrobrás no início do governo Lula.

Para evitar surpresas, a Aneel determinou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) uma revisão – considerando a falta de gás – da curva de aversão a risco, instrumento que determina a adoção de medidas emergenciais. A idéia é calcular com quanta energia das térmicas o País pode contar. Já a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi chamada para calcular o impacto dessa mudança no custo da energia. Procuradas pelo Estado, as duas empresas, responsáveis, respectivamente, pela operação e pela comercialização da energia, se negaram a comentar o assunto.

Simulação feita pelo mercado aponta que, considerando apenas mil megawatts (MW) de térmicas a gás – volume efetivamente gerado pelas térmicas em setembro, quando foi solicitada pelo ONS a produção de 5,3 mil MW –, o nível dos reservatórios das hidrelétricas teria batido, naquele mês, o nível mínimo de segurança.

Isso porque, sem usinas a gás, o nível de segurança dos reservatórios tem de ser maior do que o atual, que está em torno dos 30%. O cálculo sem as térmicas aponta um nível mínimo

entre 40% e 50% para essa época do ano. Segundo o ONS, os reservatórios da região Sudeste estão com 45,15% de sua capacidade de armazenamento.

A oposição acusa o governo de maquiagem os números sobre a energia, evitando debater o tema em período eleitoral. Para o presidente da Light, José Luiz Alqueres, porém, o risco de falta de energia é pequeno, pois há usinas a óleo que podem suprir a carência. “Faltar não vai, o problema é o preço”, diz o executivo, que prevê alta de 40% a 50% no custo da eletricidade nos próximos anos.”

Isso na economia.

O lado institucional também não é nada risonho. E, na verdade, a democracia brasileira corre riscos. A começar pela sede do atual Governo, que, num eventual mandato, não deverá dirigir olhares sorridentes para a democracia.

Eis, por exemplo, uma amostra disso. A Europa já vê com suspeita a democracia brasileira. Está nos jornais de hoje:

“Liberdade de imprensa retrocede no Brasil

AGÊNCIA EFE (ESPANHA)

O Brasil caiu da 63ª posição para a 75ª no *ranking* de liberdade de imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras. Acima do País, em melhores condições, estão Coréia do Sul (31ª) e Taiwan (43ª), por exemplo. Bolívia deu um salto, ficando em 16ª, ao lado de Canadá e Áustria. Em último lugar, na posição 168, ficou a Coréia do Norte.”

Quando se sabe – a Nação sabe, quem costuma não saber de nada é o Presidente – repito, quando se sabe que Lula não tem apreço pela democracia, o que se pode esperar é o pior. Dele, com suas amigas sul-americanas e com seus amigos do baixo PT.

Termino, dizendo com tristeza: O Brasil, com Lula, transformou-se num grande deboche nacional. E corre o risco de se inscrever no livro do *Guinness*, como o país do super deboche.

Era o que tinha a dizer.

JORNAIS INDICAM VANTAGEM DE LULA, MAS CERCO APERTA SOBRE SEU GOVERNO

27-10-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passa-se fato estranho no País, porque os jornais noticiam o que seria uma ampla vantagem do Presidente Lula na sua luta pela reeleição contra o candidato da coligação PSDB/PFL, Geraldo Alckmin, que é dado pelos proprietários dos institutos de pesquisa Vox Populi e Ibope como inviabilizado neste segundo turno da eleição.

Ao mesmo tempo, um rápido lançar de olhos sobre o noticiário exhibe o que, a meu ver, é uma clara demonstração de fragilidade do Governo que aí está.

O jornal *O Globo* começa estampando o que tem sido a tônica deste Governo, a mistura da corrupção com a mentira: “Lula lança programa para estradas, com privatização”. Concordo com isso, é correto, é uma medida administrativa justa, mas ele passou a campanha inteira, o segundo turno inteiro tentando criminalizar a figura das privatizações, como se elas fossem danosas para a economia nacional – está privatizando estradas.

Logo embaixo diz: “Laranja diz que deu R\$250 mil a Lacerda”. O Sr. Hamilton Lacerda recebe R\$250 mil de um “laranja” para comprar o tal dossiê, que, forjado e falso, visava incriminar o candidato do PSDB que venceu a eleição no primeiro turno em São Paulo, José Serra.

Mas, ainda no *O Globo*, tem: “Plano do PT prevê privatização. Programa de Lula para transportes diz que fará concessão de rodovias à iniciativa privada”. Aí o jornal mostra o que ele disse sobre privatizações e as suas contradições. É uma contradição ambulante, sobretudo no campo da ética.

Há uma declaração do Presidente Fernando Henrique: “Lula privatiza, mas mente”. E diz o ex-Presidente: “Agora mesmo, na Amazônia, o que fizeram? Concessão de terras”.

Embaixo tem um primor de declaração de cinismo, que é o Sr. Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha de Lula, dizendo o seguinte: “No 2º turno, decidimos fazer uma campanha de esquerda”.

Alguém é de direita ou de esquerda, se quisermos ficar nessa definição que, para mim, está velha, mas que um dos meus autores preferidos, que é Norberto Bobbio, insistia em dizer que não havia falecido essa definição entre esquerda e direita. Digamos que Bobbio esteja certo e que exista ainda a figura da esquerda e da direita ou do centro ou do que mais seja: ou

se é de direita ou se é de esquerda. Não se faz uma campanha de direita no primeiro turno e uma campanha de esquerda no segundo turno, a não ser quando se é cínico, a não ser quando não se tem apego nenhum à verdade, à coerência, à limpeza política.

Então, diz Marco Aurélio Garcia que, no segundo turno, resolveram fazer uma campanha de esquerda. Se tivesse um terceiro turno, talvez fizessem uma campanha de costas; se houvesse um quarto turno, fariam uma de centro; num quinto turno, fariam uma de rebola; num sexto turno, uma de carambola; num sétimo turno, fariam uma de bola. E aí eles iriam, de incoerência em incoerência, procurando engodar, embair a opinião pública.

Vejo aqui o jornal *Folha de S. Paulo* de hoje, Sr. Presidente. Veja bem: se é verdade, se os institutos têm razão, e Lula vence as eleições, espero que isso seja confirmado ou não na pesquisa verdadeira, que é a das urnas, que se estarão abrindo aos olhos da Nação a partir das cinco da tarde do próximo domingo. Mas aqui temos o Presidente com uma cara assim aparvalhada, rindo não sei de quê, enfim, e a manchete “Casa de câmbio admite o uso de laranja”, ou seja, o cerco está se fechando contra esse Governo que está cada dia mais encalacrado nessa fraude do dossiê.

Não adianta, desculpe-me o nosso criminalista preferido lá do Governo, Márcio Thomaz Bastos: “Casa de Câmbio admite uso de ‘laranja’”; “Polícia Federal indícia donos da Vicatur por irregularidades na venda de dólares que podem ter sido usados no caso do dossiê”. Lá vem de novo a figura do Sr. Hamilton Lacerda e de toda aquela quadrilha petista que fez isso, essa compra do dossiê, fajuta, enfim.

Ainda na *Folha*, Sr. Presidente: “Polícia Federal investiga em Minas padeiro que disse ter levado R\$250 mil a petista”. A padaria mais rentável do mundo é essa padaria do PT. “Casa de câmbio de Santa Catarina entrega à Polícia Federal operações”; “Polícia Federal indícia donos de casa de câmbio por uso de ‘laranja’”.

Aí nós temos o jornal *O Estado de S. Paulo*. Vamos seguir aqui. A manchete diz: “Lula teria 23 milhões de votos de vantagem” e traz uma declaração de Geraldo Alckmin dizendo que “Lula foi tolerante com a corrupção” – uma declaração muito boazinha do meu candidato, porque ele foi mais do que tolerante com a corrupção. Ele foi praticamente o mentor de toda ela.

Embaixo dessa suposta vantagem de Lula, se diz: “PF indícia donos de casa de câmbio”, ou seja, supostamente – se isso é verdade –, estaria sendo reeleito um Presidente que, no dia seguinte, tem que prestar contas à Justiça, conforme ainda vou demonstrar ao longo deste discurso.

Vamos agora para o *Jornal do Brasil*. A manchete do *Jornal do Brasil* está antológica, Sr. Presidente Heráclito Fortes, porque diz assim: “Pesquisas: Lula aumenta favoritismo sobre Alckmin”. A manchete está antológica. Quero parabenizar o *Jornal do Brasil* por esta manchete: “Céu de brigadeiro em semana de laranjas”. Ou seja, pesquisas favorabilíssimas ao Presidente. E o cerco se apertando contra o Governo a partir do desmascaramento dos laranjas que eles utilizaram. Estamos vendo que ou as pesquisas serão desmentidas pelas urnas ou estamos vendo o sintoma da crise, com muita clareza, a explodir logo a seguir. Aí vem Lula tentando rachar o Partido Verde, com o Deputado José Sarney Filho muito grato pelo apoio que o Lula presta à sua irmã, Senadora Roseana, e o Gabeira dizendo que de jeito algum, que levar o Partido Verde para apoiar Lula seria uma punhalada nos eleitores desse partido.

O jornal *Correio Braziliense* tem também matéria extremamente relevante na primeira página. O jornal dá uma notícia menor, de que “Lula mantém dianteira” nas pesquisas; tem o Osvaldo Bargas, que é outro peitista desses enrolados – o que mais tem por lá –, nova suspeita, e a manchete é: “O ‘laranja’ de R\$250 mil”. É o cidadão que levou o dinheiro para o Sr. Hamilton Lacerda para comprar o dossiê falso. Depois, ele reconheceu quem era Hamilton Lacerda quando o viu exposto no horário nobre das televisões.

Nas páginas de dentro do *Correio Braziliense* tem: “R\$250 mil do dossiê saíram de Minas”. E olhe que lá tem gente especializada, que já foi denunciada por nós desta tribuna, em forjar dossiês. Ali tem um cidadão... Como é o nome daquela figura, meu Deus? Eu tenho o condão de esquecer coisa ruim; é uma coisa boa, que me faz feliz; por isso é que eu cheguei a esta idade sem ter úlceras, sem ter nada. Mas há um sujeito que é especializado em fabricar dossiês; fabrica em série, fabrica ao gosto dos fregueses; não sei se ele está envolvido nisso ou não.

Então, passemos para o *Valor Econômico*. O jornal fala apenas nas eleições nos estados, e, na sua capa, não se trata de escândalos. Fala nas vantagens de Lula nas pesquisas e se esqueceu da corrupção. Está aqui uma lembrança de que Delúbio vive em regime de reclusão voluntária. Claro, ele não foi punido por nada, também não foi preso, ninguém se lembrou de ir à sua casa. O Senador Flexa Ribeiro sofreu um constrangimento brutal outro dia, quando a Polícia Federal foi lá por ordem sei lá de quem; expuseram o senador a um constrangimento como se ele fosse responsável por uma publicação apócrifa que estaria rolando lá na eleição do Pará. Mas, o Delúbio, ninguém se lembrou de mandar vistoriar a casa dele, ver o computador dele, nada disso. Então, ele está em regime de reclusão voluntária. É claro! Não tem quem o puna. É impune. Está lá porque quer.

Se ganhar a eleição, daqui a pouco volta. Não duvido nem que volte a ser tesoureiro do PT.

Então, vamos lá, à *Gazeta Mercantil*. Também é um jornal específico para economia.

Agora vamos ver o *Estado de Minas*: “Empresário mineiro bancou parte da compra do dossiê”. Aqui está o *Estado de Minas*. Exibe o mesmo cidadão, o laranja que passou o dinheiro para o Sr. Hamilton Lacerda, e esse dinheiro foi parte do total usado para se comprar o tal dossiê falso.

Chamo atenção, Sr. Presidente, para este fato: estamos às vésperas de um pleito, as pesquisas apontam o favoritismo para o Presidente Lula. V. Ex^a há pouco me dizia da fé inquebrantável que tem na vitória de Geraldo Alckmin. Eu não quero mais fazer prognóstico qualquer, quero esperar o dia da eleição. Para mim, eleição é um fato normal. Anormal é o Lula, mas eleição é um fato normal. O resultado que vier eu respeitarei, porque o povo, quando erra, arranja um jeito de dar dois passos adiante na próxima etapa, e o povo tem o direito de escrever o seu próprio processo histórico. Ninguém pode escrever a história do povo por ele. Ele pode escrever a sua própria história e só ele. Então, ele vai decidir como achar melhor. O que o povo decidir, a isso eu me curvarei.

Mas volto a dizer: o cerco está se fechando. Não tem nada que se diga assim: agora vamos passar uma esponja. Não tem esponja nenhuma. No dia seguinte tem crise, se acontecer mesmo essa vitória do Presidente Lula. Se Lula perde, fica respondendo aos milhares de processos dele na Justiça e – nesses problemas públicos que ele criou – ele terá problemas pessoais. Se ele se mantiver Presidente, esses problemas públicos que ele criou que poderiam virar problemas pessoais serão problemas da Nação inteira, porque ele é o nome da crise. Lula é o nome da crise: Luiz Inácio Lula “Crise” da Silva.

“Empresário mineiro bancou parte da compra do dossiê”, aqui está essa imoralidade.

Jornal do Commercio de Pernambuco, deixe-me ver do que trata. Na primeira página, ainda está muito local.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que já fiz a minha advertência. Vou pedir que se insiram nos *Anais* só esses títulos e subtítulos. Fiz questão de estar aqui hoje sem dormir, peguei um avião antes de ir ao Rio, porque, junto com V. Ex^a, acompanharei o Geraldo Alckmin no debate. Fiz questão de passar por aqui, porque para mim é simbólico marcar, hoje, às vésperas de uma decisão, de novo, esta advertência para o povo brasileiro.

Há uma notícia, Sr. Presidente, com a qual precisamente quero encerrar este pronunciamento. Eu destaco matéria publicada na coluna de

hoje do jornalista Cláudio Humberto sobre as cartilhas pagas pela Secom, cartilhas que, todos nós sabemos, não foram confeccionadas.

Simplesmente alguém embolsou R\$12,5 milhões. Este é o fato: ninguém confeccionou cartilha nenhuma. Eis aí mais um escândalo no Governo Lula, esse triste personagem que sempre insiste em dizer que não viu nada e que de nada sabe. Como sempre, no final, acabam achando mais um boi de piranha qualquer para assumir a autoria de mais um crime, de mais outro crime contra a administração pública. Nesse caso, o bode expiatório da vez é o PT, ou seja, o partido do Presidente Lula foi escolhido para ser o bode expiatório, porque teriam sido entregues as cartilhas na sede do PT, de onde sumiram.

O TCU, porém, não concordou com essa argumentação e, portanto, não concordou com as justificativas inconsistentes apresentadas pelo Governo. Assim, o assunto vai rendendo, a verdade sobre a corrupção na Secom vai aparecendo, e, mais uma vez, a verdade sobre a corrupção se aproxima do Presidente Lula e do seu gabinete no Palácio do Planalto.

Dessa vez, por meio de uma ação popular protocolada na Justiça Federal por um cidadão brasileiro, o advogado Vinícius Rodrigues Bijos, fica demonstrada que a Justiça brasileira não faltou com a sua responsabilidade, porque o juiz Marcos Augusto de Sousa determinou a citação do Presidente Lula e de mais outras pessoas e empresas, entre elas Duda Mendonça, pelo desvio de mais de R\$12 milhões.

Leio nas pesquisas que o Presidente Lula estaria obtendo uma eleição. Isso é o que dizem os jornais. Ao mesmo tempo, o cerco se fecha contra o chantagista do dossiê. Ao mesmo tempo, ele é citado como réu em uma ação popular que investiga sumiço no dinheiro das cartilhas. Deve ser daí – estou agora me dando ao direito de especular –, dessa avalanche de dinheiro desviado, que estão surgindo os laranjas que hoje povoam, lamentavelmente, as manchetes dos jornais brasileiros.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, para acomodar todo esse dinheiro desviado, creio que não bastam laranjas. O Governo teria de realizar uma obra de cunho eminentemente prático, que seria construir um pomar, um laranjal, algo assim. Não é, com um laranja aqui e outro acolá, que eles vão conseguir dar conta de tanta corrupção e de tanto desmando. Um pomar, talvez, e com o cuidado de não exportar esses laranjas, porque teremos problemas diplomáticos se começarmos a exportar gente desse tipo para países amigos, que são nossos tradicionais clientes, compradores das laranjas produzidas no Brasil.

Leio, então, a nota do jornalista Cláudio Humberto, cujo título é “Cartilhas: Lula é réu em ação popular”:

O juiz Marcos Augusto de Sousa, da 2ª Vara Federal, de Brasília, determinou nesta quinta-feira a citação do presidente Lula e de mais 20 pessoas e empresas acusadas, em ação popular, pelo desvio de R\$12,5 milhões das cartilhas da Secretaria de Comunicação que nem sequer teriam sido impressas. A citação será feita por Oficial de Justiça ou por cartas precatórias, dependendo do caso. O autor é Vinícius Rodrigues Bijos e o advogado é seu pai, Jairo Rodrigues Bijos, residentes em Taguatinga (DF). A ação popular pede também a “declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio”, revogação e anulação de ato administrativo e a nulidade dos contratos referentes às tais cartilhas.

Além de Lula, são processados na Justiça Federal os ex-Ministros Luiz Gushiken (Secom), e mais 12 funcionários do Governo Lula, as agências de propaganda Matisse e Duda Mendonça, as empresas Web Editora Ltda., a Editora Gráficos Burti Ltda., Pancrom Indústria Gráfica Ltda, Kriativa [e essa criativa é criativa mesmo, porque é com “k”; não é com “c”, é com “k”; é uma coisa impressionante; é uma laranja com “k”, acabou] Gráfica e Editora Ltda., Takano Editora Gráfica Ltda., além de Cid Marques Faria.

É aquela máxima do Governo Lula, Sr. Presidente: um escândalo novo aparecendo para abafar o anterior. Tem sido essa a tônica lamentável. Não se esgota a figura do escândalo. Os escândalos ficam sempre pendentes e insolúveis. Vem um novo e, aí, a opinião pública, que termina anestesiada, levada de roldão por esse caudal de corrupção, começa a se concentrar no escândalo novo.

Eu quero chamar a atenção da Nação para um fato: a maioria dos mensaleiros candidatos, Sr. Presidente, se elegeram. Quem não se elegeram? Os que protagonizaram o escândalo das sanguessugas. Os das sanguessugas não se elegeram, por uma razão simples: foi o escândalo mais recente, o escândalo que, ainda, está na lembrança das pessoas. Os envolvidos nos escândalos mais velhos – no Governo Lula, escândalo velho é escândalo ocorrido há seis meses – passaram tranqüilamente. Isso dá a todos a impressão de que, de fato, isto aqui seria uma cloaca, que ninguém prestaria. Não tenho dúvida nenhuma de que isso tenha facilitado os passos do Presidente. Muita gente diz assim: “Ninguém presta, ninguém presta”, e vota em quem esta aí, como se isto aqui fosse uma cloaca, como se não houvesse a separação entre as pessoas corretas e as pessoas incorretas, que existem e convivem em qualquer ambiente de trabalho.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que os *Anais* da Casa acolhessem o resumo que vem da Seção Judiciária do Distrito Federal, com a consulta processual. Consta o número do processo, a classe, a Vara, o nome do juiz, que é o Dr. Marcos Augusto de Sousa, que parabenoza pela firmeza com que age, a data da autuação, a distribuição e o objeto da petição, que é a “declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio” – Lei nº 4.717/65 –,

revogação e anulação de ato administrativo, atos administrativos e por aí afora.

Observação: ele decreta a nulidade do Contrato nº 551. Enfim, em outras palavras, condena o Governo Lula por ter embolsado o dinheiro das cartilhas, para sermos bem claros e sermos curtos e grossos. Aqui vem todo o histórico do processo.

O que me constrange, Sr. Presidente, é que sou de uma época em que, na minha casa, com respeito, diziam: “ O Ministro Fulano passou por aqui hoje”. O Ministro era uma pessoa de uma seriedade enorme. Havia certa majestade, não é? Eram pessoas ilustres realmente. Ocorre-me o nome de Santiago Dantas, de Evandro Lins e Silva, de Gustavo Capanema. Esses nomes povoaram a minha infância. Hoje, se alguém perguntar ao Presidente Lula o nome dos ministros dele, eu duvido que ele saiba. São tantos que nem ele os conhece.

Vou ler os nomes dos citados como réus nessa ação popular, e V. Ex^a, Sr. Presidente, clarividente como é e dotado de inteligência privilegiada, vai entender. Na lista de nomes citados nessa ação popular, consta o de Luiz Gushiken, que já foi ministro, deixou de ser, já voltou a ser e deixou de ser, já foi marechal, foi soldado. Parece que agora está como cabo no Palácio do Planalto. O autor da ação é Vinícius Rodrigues de Bijos.

Sr. Presidente Heráclito Fortes, veja o que me choca: vem o nome de Luiz Gushiken, o do autor da ação... Os nomes vão sendo citados. O terceiro nome é de um cidadão chamado Luiz Inácio Lula da Silva, réu, misturado com Marcus Vinícius di Flora. Depois vem Jafete Abrahão; depois vem Luiz Antonio Moreti; depois, Expedito Carlos Barsotti; depois vem Sílvia Sardinha Ferro; depois vem Gabriela Santoro de Castro; depois, Elizabete Pereira da Rosa; depois, Maria Elisa Cesarino Mendes Coelho; depois, Lúcia Maria Mendes; depois, Alexandre Antunes Vieira; depois vem uma empresa, Matisse Comunicação de *Marketing* Ltda.; depois, Web Editora; depois, Editora Gráficos Burti Ltda.; depois, a Pancrom Indústria Gráfica Ltda; Kriativa Gráfica e Editora Ltda; Takano Editora Gráfica Ltda.; depois, Duda Mendonça & Associados Propaganda Ltda.; depois, Cid Marques Faria e, depois, o advogado Dr. Jairo Rodrigues Bijos, pai e advogado do Sr. Vinícius Rodrigues Bijos.

Quero chamar a atenção para o fato de que se banalizou de tal forma o poder neste País, banalizaram-se de tal forma a corrupção, o desmando, o desrespeito à coisa pública que o nome do Presidente da República vem citado aqui como três de uma lista que tem uns vinte: Luiz Gushiken, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcus Vinicius di Flora, Jafete não sei de quê, Luiz Antônio Moreti, Carlos Barsotti, Silvia Sardinha.

Prefiro aguardar o dia da eleição, Sr. Presidente, e reiterar que o povo brasileiro é dono do seu destino. Há uma expressão muito usada – e usada de maneira autoritária – que eu não aceito, eu a repudio. E todos nós que, em algum momento, já lançamos mão dessa expressão, devemos meditar sobre ela e recuar dela, até pelo conteúdo autoritário de que ele se reveste. É quando alguém que se julga melhor do que o povo, se julga fora do povo, diz assim: cada povo tem o governo que merece. Essa expressão, para mim, é quase fascista, autoritária. Não é assim. O povo tem o governo que merece, sim, mas não é pejorativo, ou seja: eu, iluminado, sei votar, e o povo, coitado, não sabe votar. Não é assim. O povo sabe votar muito bem e faz parte do seu aprendizado histórico acertar e errar em eleições. Então, o povo tem o direito de escolher quem ele queira, porque as conseqüências são arcadas por ele mesmo.

Esse processo é de um profundo conteúdo dialético, cria antítese aos próprios erros que possa estar cometendo. Em seguida, ele acerta. O povo vai vivendo as suas epopéias, vai vivendo seus desafios. Então, quando o povo acerta, ele consegue determinado avanço; quando ele erra, num primeiro momento pode ter um retrocesso, mas pode ser que, em seguida, ele recomponha isso de modo a obter avanços até mais rápidos no seu passo histórico seguinte.

Então, eu repudio esta expressão “o povo não sabe votar” e, mais ainda, esta outra expressão, aquela coisa soberba, arrogante, de quem supostamente se acha dono de todos os títulos, de toda a cultura do mundo: cada povo tem o governo que merece. Eu não encho a boca para dizer essas coisas. Eu, pura e simplesmente, respeito a decisão popular. Respeito e respeitarei sempre a manifestação do povo.

Evidentemente que meu dever de parlamentar é o tempo inteiro denunciar irregularidades. Neste momento, antevéspera de uma eleição que vai decidir por quatro anos os rumos do País, quero dizer que não me ocorre outro momento da história republicana brasileira que tenha sido coberto de tanto opróbrio, de tanta ignomínia, de tanta desonestidade, de tanta falsidade, de tanto desrespeito à coisa pública, de tanta bandalheira, de tanta vulgarização do poder, a ponto de ter aqui o próprio Presidente da República citado como se fosse um qualquer. Onde está a majestade do cargo? O cidadão – vejam como a democracia brasileira é bonita e como ela amadureceu –, Sr. Vinícius Rodrigues Bijos, contrata seu filho como advogado, Jairo Rodrigues Bijos, fazem uma ação popular contra o Presidente, essa ação encontra provimento na decisão corajosa do Juiz Marcos Augusto de Sousa. Aqui há um monte de gente citada: empresas, pessoas, algumas são figurinhas já conhecidas – o Gushiken eu conheço, conheço o Marcus di Flora de nome, outros são desconhecidos. E lá está o nome de quem, no meio dessa confusão toda? O nome de Sua Excelência o Senhor Presidente

da República Luiz Inácio Lula da Silva, envolvido como um qualquer, sob uma acusação de desvio de R\$12.500,00 de cartilhas que não foram confeccionadas e que, quem sabe, não seja daí, também, o dinheiro abastecedor desses “laranjas” que foram lá comprar o tal dossiê.

Eu tenho uma notícia, e com isso encerro, de que na revista *Época*, que circulará, há uma matéria referente a que também teriam comprado o dossiê fraudado para tentar incriminar o Senador Antero de Barros, homem de bem, como o País reconhece. Portanto, essas mentiras de pernas curtas – todas elas têm pernas curtas – vão caindo por terra, umas após as outras.

Eu estou ansioso por ter mais detalhes desse caso – e o Senador Heráclito Fortes certamente falará sobre isso –, mas, por ora, encerro dizendo que aguardo com muita reverência, com muito respeito o pronunciamento popular. Porém, ressalto a dicotomia publicada na imprensa entre o que seria um momento bom para o Presidente, vantagem nas pesquisas – se as pesquisas estiverem certas, ele seria, provavelmente, vencedor da eleição – e, ao mesmo tempo, junto da notícia de que ele tem vantagem nas pesquisas, mais escândalos, mais corrupção, a ponto de eu repetir: o nome dele era Luiz Inácio da Silva, aí ele acabou acrescentando Lula. Ficou Luiz Inácio Lula da Silva. Eu queria agora fazer outra sugestão: Luiz Inácio Lula “Crise” da Silva, porque ele é uma fonte permanente de crise. Está aqui com seu nome arrolado no meio de alguns desconhecidos, não ilustres, como réu de uma ação de desvio de dinheiro público referente às tais cartilhas que não foram confeccionadas.

Muito bem. Então, no *site* da revista *Época* está o seguinte:

Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia. O título é :

“Vedoins foram indicados por políticos de Mato Grosso. Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia que seus assessores Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti (...)”

Fico impressionado. Osvaldo Bargas! De repente, eu tive de conviver com esse tipo de gente aqui, sou obrigado a ler o nome de Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti, Turcão. Tudo isto entrou na nossa vida, Senador Heráclito: o Turcão, o Barcelona – eu pensei que Barcelona era só o time de futebol, mas não –, tem aquele doleiro, tudo isso veio como contribuição para a história brasileira deste Governo apodrecido que aí está.

Mas, muito bem, vamos continuar a leitura:

“Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia que seus assessores Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti negociavam o dossiê com

a família Vedoim desde o início de agosto. Eles foram aos Vedoim levados por políticos de Mato Grosso, depois que Vedoim acusou o Senador tucano Antero Paes de Barros de envolvimento no esquema de superfaturamento de ambulâncias.

Segundo as informações governistas, o depoimento dos Vedoim contra Antero teria custado R\$2,5 milhões.”

Nossa Senhora!

Desde o início, portanto, o PT sabia que as informações dos Vedoim não sairiam de graça.

E aqui para nós: com uma quadrilha dessas, eles queriam de graça? Queriam agora virar gigolôs dos Vedoim? Eles tinham de pagar mesmo. Se estão envolvidos nisso até o talo, como diz na minha terra, eles tinham mesmo era de embarcar e aprofundar o pé nessa lama.

Mas, prossigo na leitura, Sr. Presidente:

“Na primeira conversa com o então Diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso (...)”

Significou a privatização do Banco do Brasil para o crime. Olha o Banco do Brasil privatizado no Governo Lula. Isso é privatização, diferentemente da exitosa privatização da telefonia, que deveria ter sido defendida até com muito mais garra na nossa campanha, nesta campanha que está se encerrando.

Privatizaram a Caixa Econômica Federal, quando violentaram o caseiro Francenildo e lhe quebraram o sigilo para ocultar crimes; privatizaram os Correios e por isso houve uma CPI; privatizaram, no Governo Lula, a Petrobras, haja vista a gorjeta do Land Rover para o Sr. Sílvio Pereira; privatizaram o Banco do Brasil no escândalo Visanet; privatizaram o Banco do Brasil, quando colocaram lá este cidadão Veloso, essa figura de péssimos bofes, envolvendo-se em compras de dossiês.

Mas, muito bem. Prossigo:

“Na primeira conversa com o então diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso, e o ex-Secretário do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas, os Vedoim pediram R\$20 milhões e foram baixando até chegar a R\$2 milhões.”

Quer dizer, foi um negócio de bazar mesmo. Começaram com vinte, foram fazendo a conta, e o preço julgado justo pelas duas partes ilustres, pelo PT do Berzoini e pelo Vedoim, ficou em R\$2 milhões. O PT deve ter

dito a ele: olhe, não quero ser explorado, vamos fazer um negócio de pessoas direitas, não me explore. Ai, o outro: não, mas, em compensação, tenho muito que te dar. Eu posso arruinar a reputação de inimigos de vocês. Vinte, dezoito, dez, dois... bateram o martelo em dois milhões. Devem ter apertado as mãos. Acordo de cavalheiros, apertam as mãos. No fio do bigode, homens de palavra, homens de honra.

Também prometeram que a família não seria “perseguida” num eventual segundo Governo Lula.

Quer dizer, não perseguir a família Vedoim significa não metê-la na cadeia. E, a meu ver, ela merece toda ser metida na cadeia, a família Vedoin.

Então, segundo tradução de dois ministros ouvidos por *Época*, tratar-se-ia de uma promessa de interferência nos inquéritos policiais contra a família. A assessoria minha deu uma vacilada aqui, porque não está com “g”, está “família”. Seria melhor *famiglia*, que se pronuncia família do mesmo jeito, mesmo no italiano, mas é muito mais mafioso e se escreve com “g”, *famiglia*, significando *cosa nostra*.

Quando a negociação chegou aos R\$2 milhões, segundo a apuração paralela do Planalto – quer dizer, apuração paralela do Planalto, o negócio está interessante –, Berzoini foi avisado e autorizou o recolhimento do dinheiro, incluindo o que havia sido recebido por fora. Dois ministros e um coordenador da campanha de Lula que relataram a apuração paralela à *Época* reclamaram da dificuldade de obter detalhes da transação.

Incrível! Olha a falta de consideração com os dois ministros! Dois ministros e um coordenador da campanha queriam saber notícia dessa transação, mas colocaram-nos de fora. Isso é desprestigiar pessoas ilustres. Não têm consideração. Esse mundo de hoje está assim muito atravessado. Minha avó Luíza da Conceição, coitada, se fosse viva, hoje não toleraria isso; ela diria: “Meu Deus do céu, não respeitam mais as pessoas”.

Dizem que, depois de terem contratado advogados, os principais envolvidos passaram a se preocupar mais em não serem processados do que em ajudar a esclarecer o episódio.

Há divergências no Planalto sobre qual a participação de figuras relevantes do Governo. O Sr. Hamilton Lacerda foi quem levou as malas de dinheiro para o pagamento aos Vedoim. Os ministros ouvidos por *Época* acreditam que haja figuras relevantíssimas com ciência desse episódio todo.

E fico por aqui. Essa é uma matéria do Thomas Traumann.

E encerro, Sr. Presidente, chamando a atenção de novo para o fato de que está arranhado o poder neste País. Uma ação popular por desvio de dinheiro público mistura o nome do Presidente da República a alpinistas, a aproveitadores, a pessoas que estão espreitando neste e em qualquer Governo, se puderem, e levam à parada o nome do Presidente da República misturado ali como um dos

possíveis responsáveis pelo desvio de dinheiro público referente a cartilhas não confeccionadas, porém pagas com o dinheiro do povo, Sr. Presidente.

Que Deus ilumine os brasileiros! Que Deus os leve a tomar a decisão mais sábia que lhes possa ocorrer no próximo domingo! Que Deus ilumine a todos nós!

Ressalto que, para mim, não há retrocesso no regime democrático brasileiro. Seja qual for o resultado, a democracia brasileira se consolida, porque ela vive de percalços e de avanços; os percalços são contornados por avanços, e quem tem de viver os percalços e fazer os seus próprios avanços é o povo brasileiro.

Portanto, é com muita fé na capacidade do povo brasileiro de escrever a sua própria história que volto a dizer que tenho certeza de que Deus a todos vai nos iluminar nessa decisão tão relevante que tomaremos no dia 29 próximo, domingo, data decisiva do segundo turno dessa eleição presidencial, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

INFRA-ESTRUTURA É MAIS UMA FALÁCIA DO GOVERNO LULA

4-12-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, Senador Eduardo Suplicy, requeiro Voto de Reconhecimento à Dr^a Zilda Arns, no momento em que ela se afasta da Pastoral da Criança, após um trabalho notabilíssimo, para se dedicar apenas à Pastoral da Pessoa Idosa, e Voto de Pesar pela morte da psicóloga Margarete de Paiva Simões Ferreira, que se dedicou ao trabalho de prevenção à Aids, falecida ontem, no Rio de Janeiro, após dez anos dolorosos de luta contra essa doença tão devastadora.

Sr. Presidente, faço um registro que, para mim, é de justiça. Li no *Correio Braziliense* de ontem, sob o título “Estrela é apagada”, que o Presidente Lula determinou que se retirasse a estrela do PT da paisagem do Palácio da Alvorada. Foi errado ter colocado a estrela. Foi correto ter suprimido a estrela. Só lamento que entre um acerto e um erro tenham gasto duas vezes dinheiro público em algo que não deveria ter acontecido. Mas, de qualquer maneira, prefiro esse pequeno gasto, sem a estrela, ao gasto anterior, com a estrela, a mostrar uma inaceitável mistura entre o público e o privado, o

que, para mim, é um dos grandes defeitos do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, o Presidente Lula, repetidas vezes, vem admitindo a necessidade de “destravar” o País – e aspeio essa palavra, que é muito usada pelo Presidente –, embora, na semana passada, tenha confessado não fazer idéia do que precisaria fazer para isso acontecer.

Depois de quatro anos, vem ele a público dizer que não sabe o que fazer? Pergunto: estaria brincando o Presidente com o povo brasileiro? Ora, Sr. Presidente, para ganhar a eleição, Lula prometeu crescimento e, hoje, não tem a menor idéia de como cumprir isso. Mais ainda: após a vitória eleitoral, reafirma o compromisso de levar a economia brasileira a crescer à média de 5%, entre 2007 e 2010. Ao mesmo tempo, nega que o País tenha necessidade de promover reformas estruturais, apesar de ter ouvido candente apelo, no sentido de realizá-las, ontem, de um aliado – o Presidente da CNI. Aliás, no evento, o Presidente declarou que não serão economistas a dar um jeito numa economia medíocre, e sim, um bando de mágicos! Assim, iremos de mal a pior!

Lula garantiu, porém, que não será mágica o que o seu Governo fará para buscar o crescimento. Ora, se não fará mágicas para buscar o crescimento e se não está disposto a promover reformas estruturais, penso que pode haver muito de misticismo nas propostas até aqui apresentadas e que só prevêem mais gastos, sem dizer de onde virão os recursos para bancá-los.

Parece mesmo que Tarso Genro estava certo: a “era” Palocci chegou ao fim, apesar de Lula ter sido eleito com base no êxito do conjunto de políticas econômicas herdadas de Fernando Henrique e continuadas pelo ex-Ministro da Fazenda.

Agora se fala em elevar o percentual do Programa Piloto de Investimento Público (PPI) para alavancar investimentos em infra-estrutura – mais uma falácia governamental. É a falta de rumo evidente na economia, e, se já houve uma “era” Palocci, parece que agora não haverá mais era nenhuma.

Voltando ao caso das PPI, temo que tudo não passe de balela contábil que não se aplica à realidade de nossa economia. Vejam só: essa possibilidade das PPI foi uma concessão do FMI para redução do superávit primário, mediante a aplicação da diferença em projetos de infra-estrutura. A balela está em que pedem aumento dos atuais 0,16% para os pretendidos 0,50%, e até agora só conseguiram aplicar 0,08%, ou seja, metade do percentual do PIB, que julgam insuficiente. É também uma forma diferente de dizer que não mais pretendem cumprir a meta de 4,25% a título de superá-

vit primário. Isso se tiverem competência para realizar os gastos e as obras de infra-estrutura.

Chamo a atenção de novo para o fato, Senador José Agripino. O Governo diz que 0,16% para as PPI significa pouco e pede 0,50%. Isso significa anunciar que, no fundo, não pretende mais cumprir a meta de superávit primário e que, no fundo, estaria se despreocupando em manter a estabilidade, e a estabilidade está sendo posta em nível elevado. O ideal seria que a estabilidade estivesse decrescente. A dívida pública, com proporção do PIB, está à razão de 50%. Isso é muito. Mas pior que isso é 52%, 53%, 54%.

Na medida em que o Governo anuncia que pode burlar isso, ele começa a se desacreditar perante os mercados. Mas duvido que o Governo tenha capacidade técnica para gastar isso. Ou seja, ele tinha autorização para fazer 0,16%; ele não se dá por satisfeito e pede agora 0,50%. Mas vamos ver o que eles conseguiram efetivamente gastar: 0,08% na média dos dois anos. Ou seja, o Governo se desgasta à toa sem ter a garantia de que tem competência técnica para efetivamente efetuar os gastos e realizar as obras de infra-estrutura.

Essa foi a realidade no primeiro Governo do Presidente Lula. E o segundo Governo começa atarantado, começa sem rumo, começa sem eira, começa sem beira.

Entendo pura e simplesmente que desejavam usar esse argumento para maquiagem o superávit primário, que poderá não ser cumprido. A consequência disso é que acabará faltando dinheiro para cumprir os compromissos internos em função da elevada dívida interna e da ainda muito elevada taxa de juros. A consequência poderá ser colocar-se em risco, mais uma vez, a credibilidade do Brasil no cenário econômico internacional. Seria o risco Lula mais uma vez rondando a nossa economia e acenando com o triste cenário de 2002. A proposta pode até ter boa repercussão política imediata, porém terá alto custo alto de mercado por comprometer o controle da dívida pública e, certamente, a queda dos juros.

De cortes mais robustos nas despesas correntes para permitir mais investimentos produtivos ninguém do Governo fala, ou seja, nada se indica no caminho da melhora das condições gerais da economia. E o pior de tudo é que vão mandar a conta, mais uma vez, para toda a sociedade.

Se o Presidente Lula pretende realmente alavancar investimentos para o País retomar o caminho do crescimento sustentado, sugiro-lhe que adote as seguintes medidas, entre outras tantas possíveis, imagináveis e realizáveis – e sem mencionar aqui tantas das mais corriqueiras e necessárias reformas estruturais que fazem parte do abecedário de qualquer criança que lê os jornais.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo-lhe em um segundo, Senador José Agripino.

Que o Presidente, então, se está falando sério, adote as seguintes medidas:

– Execute, na prática, o orçamento de investimento já devidamente aprovado para o atual exercício financeiro;

– dê andamento ao projeto dos marcos regulatórios que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados;

– estabeleça condições que permitam a entrada substancial de investimentos estrangeiros, produtivos na economia;

– execute as reformas estruturais de que o Brasil precisa, sob pena de se manter, por mais quatro anos, algo parecido com o modelo mexicano: inflação baixa, o que é excelente, e crescimento pífio, o que é péssimo;

– corte gastos supérfluos e dê eficiência administrativa à gestão pública;

– “despetize” e desaparelhe a estrutura da máquina pública.

Sinto cheiro de irresponsabilidade fiscal no ar. Isso é nocivo para o Brasil e nem será bom para o próprio Governo Lula.

Estou muito atento e espero que a Nação tome o mesmo cuidado.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, parece que trocamos de ouvido, porque daqui a pouco pretendo abordar tema semelhante. Ouço V. Ex^a com relação à preocupação de parlamentar zeloso pelo desenvolvimento nacional e por sua função de Líder de Oposição, cobrando e até apontando caminhos. Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a um dado que quero apresentar daqui a pouco. Não sei se V. Ex^a tomou conhecimento dos desinvestimentos estrangeiros no País. O crescimento do PIB foi de 0,5% no terceiro trimestre e de pouco mais de 2% no ano de 2006. Para alcançarmos os 3,2% prometidos pelo Ministro Mantega, precisaremos crescer cerca de 5,5% no último trimestre. Impossível!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nem chamando os mágicos a que se referiu o Presidente. Nem com os mágicos, não tem jeito.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Lamentavelmente, lamentavelmente. Eu gostaria muito que tivéssemos crescido os 5,5%, porque agora a sorte está lançada. Quando anuncia 0,5% de crescimento do PIB no terceiro tri-

mestre, o Governo se vangloria da retomada de investimentos, que aconteceram em duas áreas específicas. A importação de bens de capital não é para se venderem coisas dentro do Brasil, mas para se importarem bens de capital, como máquinas. Devido ao dólar baixo, trazem-se equipamentos para se produzir para o mundo comprador. V. Ex^a sabe que importações, na hora em que se faz a conta, puxam para baixo o valor do PIB. Ao invés de somarem, subtraem, porque é moeda que saiu do País. Então, é investimento feito na base de importação de bens de capital e construção civil, criada artificialmente por meio de financiamentos da Caixa Econômica. Aí, lembro a razão do meu aparte: V. Ex^a sabe o que aconteceu com os investimentos estrangeiros no País? Senador Arthur Virgílio, em menos de quatro anos, de janeiro de 2003 a outubro de 2006, foram embora US\$19 bilhões de investimentos de empresas estrangeiras. Os ativos foram vendidos – empresas ou participações inteiras – e foram para o México, a China, a Tailândia e a Índia. Saíram do Brasil por conta de quê? De credibilidade nas instituições, nos marcos regulatórios, no padrão ético de Governo, na estabilidade institucional, numa série de coisas. Daqui a pouco, pretendo falar e vou começar do ponto em que V. Ex^a parou, mas não pude me conter quando V. Ex^a falou em investimentos. Acrescento modestamente este dado, que a mim preocupa sobremaneira: US\$19 bilhões de venda de ativos de empresas estrangeiras, batendo todos os recordes, todos os recordes! Isso representa a perda de confiabilidade do empreendedor estrangeiro numa nação chamada Brasil, lamentavelmente. Cumprimentos a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Líder José Agripino.

Encerro, Senador Sibá Machado, Presidente desta sessão, dizendo que alguns fatos são muito estranhos. Naquele ano grave do risco Lula, do risco PT – o ano foi 2002 –, que tumultuou o final do último momento do Governo do Presidente Fernando Henrique, os investimentos estrangeiros diretos foram muito mais fartos do que no ano que estamos a findar. E não vejo melhora.

Os chamados Brics – Brasil, Rússia, Índia e China, os grandes emergentes –, e a mídia já bate muito nisso, viraram Rics – Rússia, Índia e China –, pois o Brasil está lá atrás, na rabeira, com um crescimento pífio. O Brasil não se credencia a fazer parte dos Brics e está ficando para trás, realmente, pois é o País que menos recebe investimentos estrangeiros diretos dos quatro grandes emergentes.

Tudo já foi dito por V. Ex^a e eu tentava ir na mesma linha: marcos regulatórios inexistentes ou inconfiáveis, ameaça de quebra de contratos e ameaça ao direito de propriedade – está aí o MST a provocar o desinvesti-

mento no campo. No entanto, dou-lhe alguns dados, Senador José Agripino: nos últimos 12 meses, o Brasil cresceu apenas 2,5%.

Eu vinha, de semanas para cá, insistindo em afirmar que o Brasil crescerá 2,8% e, agora, insisto em que não crescerá nem isso. O Brasil não crescerá nada acima de 3,5% no ano que vem – isso se não acontecer algum acidente, senão, pode crescer menos. Os 3,5% serão muito facilmente explicáveis. Eles se darão quase que vegetativamente, porque a base de comparação deste ano estará deprimida, ou seja, em relação a um ano pífio, em que era para ter crescido 4,5%, como o mundo, cresce 2,6% ou 2,7%. Automaticamente, o simples fato de, no último trimestre, haver uma pequena reação, faz com que isso, em cadeia, leve a um crescimento de cerca de 3%, o que não é coisa alguma, é muito pouco, é insuficiente para se receberem os jovens que chegam ao mercado de trabalho todos os anos.

Fiquei espantado, porque essa figura doce que é o Ministro Guido Mantega pecou ao dizer, durante a campanha eleitoral, que o Brasil crescerá 4%. Isso sempre induz ao voto. O Brasil, ao final de tudo, crescerá 4% neste ano.

Faltou qualificação técnica ao Ministro? Não quero crer. É doutor em Economia, não quero crer. Agiu como cabo eleitoral? As duas hipóteses são graves, mas o fato é que o Ministro Mantega não poderia ter dito algo que sabia não ser verdade. Ele sabia que o Brasil jamais atingiria 4% neste ano. Não havia possibilidade alguma. A dúvida era entre um pouco mais ou um pouco menos de 3%, mas o Brasil não crescerá os 4%. E nada está sendo feito, nenhuma condição está sendo posta para o Brasil crescer os tais 5% que disseram ao Presidente Lula ser possível atingir. E não é possível atingir esse patamar de 5%, é bom que eles fiquem, desde já, aclarados quanto a isso. Não crescerá 5%. Esporadicamente, a depender do exterior, poderá, num ano ou outro, uma vez ou outra, crescer 5%, mas não existe, no Brasil, condição posta para crescer, durante quatro anos, à média de 5% ao ano, a não ser que promovamos as reformas estruturais que ele tem-se recusado a sequer discutir. Ele se recusa a discutir as reformas estruturais, talvez sempre de olho na pesquisa e cada vez menos de olho na História. O Presidente precisa atentar para isso.

Não sou muito a favor dessas comparações, mas o fato é que o Presidente Fernando Henrique tem uma marca, sim: ele fez a estabilidade econômica. Foi ele quem fez a estabilidade econômica e teve a participação essencialíssima de quem o liderou no primeiro momento, o Presidente Itamar Franco.

O Presidente Fernando Henrique consolidou a democracia. Não houve ameaça à imprensa, Ancinav ou algo que assustasse qualquer cidadão. Podia-se fazer contra ele a mais aberta oposição. Isso não é o que vemos

nos dias de hoje, quando a imprensa está sempre se precavendo contra medidas ou propostas de medidas que venham do Governo.

O Presidente Fernando Henrique promoveu o primeiro leque de reformas estruturais, o que lhe garantirá – ele pode ficar tranqüilo quanto a isso – um lugar de honra na História.

O Presidente Lula não tem marca. Não é marca dizer que ganhou eleição, que fez o Bolsa Família. Isso não é marca. A marca é ter coragem de enfrentar as reformas estruturais necessárias agora, ainda que fique impopular. Fora disso, terá um lugar medíocre e pequeno reservado na História, não há o que discutir.

Eu diria, finalmente, que o Presidente Lula tem três opções.

Uma delas, pela qual, graças a Deus, sei que não enveredará, seria deixar a inflação galopar em busca de altas taxas de crescimento, que enganariam por um ano, dois ou três, mas, depois, o Brasil mergulharia em uma recessão brutal, voltando a tempos que o mundo inteiro praticamente já expurgou. Hoje em dia, é a coisa mais cafona no mundo ter inflação alta. No mundo inteiro, quase ninguém tolera mais a figura da inflação alta, então, não seria o Presidente Lula, com sua perspicácia e inteligência, a cair nessa.

A segunda opção é essa que ele está seguindo. É fácil. A conjuntura internacional está boa, a China compra tudo o que se quer vender. É fácil. Vai crescendo 3% ou pouco mais de 2%, a inflação é baixa, dá uma sensação de bem-estar nas camadas de menor renda. Isso é fácil. É o que vem acontecendo no México. O México cresce um pouco mais. Este ano, o México, atinge 4%. O México tem crescido, por outro lado, uma média de 3% ao ano, com uma inflação de 3%. O Brasil pode repetir isso. Mas isso é pouco; isso é medíocre. O Brasil pode fazer mais, pode fazer melhor.

Então, o Brasil precisaria ir para a terceira opção, que seria preparar não necessariamente, Senador Suplicy, ou exatamente para o Governo do Presidente Lula, mas para qualquer governo que venha depois dele e até para algum ano do Governo dele, a figura do crescimento potencial possível: altas taxas por longos anos com inflação baixa. E aí precisa atacar as reformas; aí precisa, realmente, ver qual é o leque de reformas necessário, convocar o Congresso e falar a sério num subcontinente que está me preocupando.

Quando vejo a vitória do General Chávez falando que quer reeleição ilimitada; quando vejo o populismo superado do Presidente do Equador, Rafael Correa; quando vejo essas bobajadas sucessivas do Presidente Evo Morales que, com certeza, apontam para o caminho de mais um desastre de uma república latino-americana que mereceria melhor sorte – já estou vendo o que vai acontecer –, eu me preocupo, porque nunca mais pensei que tivéssemos de discutir democracia na América Latina. E estamos discu-

tindo. O Coronel Chávez pensa que é um imperador. Ele pensa que dá para ficar a vida toda no governo, que merece essa coroa, merece esse trono. Mas do Presidente Lula espero que ele se defina perante a Nação. Dá-me a impressão, hoje, de alguém atarantado, que não sabe o que propor; dá-me a impressão de alguém que está em busca de idéias; dá-me a impressão de alguém que está em busca de propostas, mas que não tem a noção nítida do que fazer no seu segundo Governo. Ou seja, governou o primeiro Governo falhando no flanco ético, falhando no flanco fiscal, falhando no flanco político, falhando no flanco regulatório e, indo, eu diria, bastante bem no flanco macroeconômico e no flanco monetário. O resto falhou!

Ele acertou naquilo que ele herdou do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele herdou a possibilidade do *boom* das exportações; ele herdou uma economia muito mais produtiva, com ganhos sistêmicos consideráveis de produtividade. Nesse segundo Governo, quando ele precisa imprimir a sua marca pessoal, vejo o Presidente Lula perdido. Ele precisa agora dizer o que ele quer, qual é o seu projeto. Não é possível que, ao longo de quatro anos, ele não tenha amadurecido idéias para dizer o que quer fazer do País.

Volto àquela velha história: para mim, não está aqui o bate-pé, conversa, não-conversa, aquela bobajada de que fui vítima algumas semanas atrás: “Devia ter entrado no avião”, “não devia ter entrado no avião”. Só não entro no avião do Pablo Escobar; mas entro em qualquer outro avião a hora que eu quiser! A hora que eu quiser, sem ter de dar satisfação a ninguém, até porque não admito ser policiado nem ser patrulhado! Mas conversa política, negociação política, teria de haver uma agenda clara. E essa agenda clara o Presidente não está apresentando à Nação. Então, discutiríamos o vazio.

Ou o Presidente promove reformas estruturais graves ou ele deixa uma bomba de efeito retardado para o seu sucessor e patina em níveis medíocres de crescimento econômico. Se a conjuntura internacional ajudar, como tem ajudado, ele vai patinar em níveis medíocres de crescimento econômico. E ele pode muito bem, aí sim, fazer a sua marca. Não ligar para a popularidade agora – que se dane a popularidade! –, mas fazer aquilo que é preciso ser feito no Brasil. Agir como um estadista, porque ele é um Presidente sem marca hoje, não tem marca, e para ter marca é preciso ter a coragem do estadista e não a perspicácia do bom ledor de pesquisa de opinião pública.

Fiz as minhas sugestões. Tenho procurado, de minha parte, alterar a minha própria linguagem; tenho procurado, de minha parte, alterar a minha própria postura. Não estou aqui para ficar em discursos estridentes. Estou aqui para, a cada momento, mostrar os defeitos do Governo e, a cada momento, mostrar as soluções que julgo cabíveis para adiantar o processo brasileiro.

A palavra fica com o Presidente Lula que, a cada dia mais me inquieta, porque vejo a tentativa que alguns fazem de retalhar o seu Governo, de lotear o seu Governo. A velha fisiologia campeia. E por que campeia a fisiologia? Porque se não há um projeto a unir as forças políticas, o que pode unir mais as forças políticas senão a fisiologia, senão cargo para cá, cargo para acolá? Vejo os jornais dizendo que a Eletrobrás tem não sei quanto, que a Petrobras tem não sei quanto. E daí? Isto quer dizer o quê? Que alguém vai se apropriar disso? Quer dizer que alguém vai chegar lá e meter a mão nisso? Vamos ter agora outras hipóteses de corrupção, além daquelas que já vivemos no passado recente e que ainda estão aí na Procuradoria-Geral da República? O Presidente tem uma chance de ouro diante de si e não terá outra. Ele não sabe até que ponto vai esse cheque, que não é em branco, mas esse cheque-ouro que ele abriu à população brasileira. Não pense ele que isso é para sempre, não. Não pense ele que se ele titubeia, se ele não se organiza, se ele não diz o que quer, se ele fala francamente, se ele não dialoga com a Nação...

De lá para cá mudou o quê? Diz que ia falar com a imprensa. Falou com a imprensa quando a última vez? Qual foi o método que mudou? Antigamente outros faziam as conversas sobre cargos, agora ele próprio que está fazendo. Não sei nem se isso é bom para a majestade presidencial. Não sei se isso é bom. Não sei se isso é realmente bom. Antigamente tinha em quem pôr a culpa. Daqui a pouco estoura um escândalo. Se é ele próprio quem está cuidando, aí não tem como sequer colocar a culpa em outro.

Estou a aguardar do Presidente que ele se defina. O que pretende, Presidente? O Brasil não precisa de reformas? O Brasil não precisa de cortes de gastos? O Brasil precisa de que reformas? O que vem no seu “pacotão”? Vem um arremedo de reforma tributária? O que vem no seu “pacotão”? O que o senhor pensa da reformulação da legislação trabalhista?

Vou dizer algo com muita sinceridade. Alguns dizem: “Esse patrimônio das leis trabalhistas de Vargas é intocável”. Não é intocável, não. Tudo envelhece. Tenho tanto apreço pela figura histórica e pelo conjunto da obra administrativa do ex-Presidente Getúlio Vargas – e não pela figura do Vargas ditador; se eu fosse um jovem da época, o teria combatido – que não tenho nenhum minuto de hesitação em dizer, Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, que, se Getúlio Vargas fosse Presidente da República hoje, ele proporia, hoje, a mudança das leis trabalhistas que ele compôs naquele tempo. Não tenho dúvida de que Getúlio Vargas veria, com a inteligência política que tinha, que as leis estão caducas e têm de ser alteradas. Ele o faria com coragem. Não estou discutindo o Getúlio ditador, que eu combateria; não estou discutindo o Getúlio do outro governo infeliz; estou discutindo a figura histórica, que teve a capacidade de ser contemporâneo do seu tempo, de ser brilhante no seu tempo. Então, se Getúlio Vargas encontrasse

as chamadas leis trabalhistas, feitas por ele, caso ele retornasse ao mundo e as visse agora, não tenho dúvida de que ele partiria para mexer nelas.

Por isso, Sr. Presidente, estou muito seguro de que o Presidente Lula – que, para mim, não vai partir para a inflação desenfreada, com crescimento fictício; ele não vai voltar aos anos 60, ele não faria uma coisa tresloucada dessa – tem dois caminhos: o crescimento a “*la México*” – inflação baixa e crescimento pífio; aí o Brasil vai levando, “vai levando”, como diz a música – ou reformas estruturais densas, e aí, sim, preparar o Brasil para crescer no seu Governo ou nos dos outros aquilo que o Brasil precisa e merece crescer pelo seu potencial, Senador Sibá Machado.

Muito obrigado a V. Ex^a pela condescendência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Presidente Lula se aborrece quando comparam o crescimento do Brasil, em seu governo, com o resto do mundo. Vinicius Torres Freire abordou o assunto em lúcido e recente artigo na *Folha de S.Paulo* do dia 19 de novembro.

“(…)

No primeiro FHC (1995-98), o Brasil cresceu o equivalente a 70% do crescimento mundial. No segundo FHC (1999-2002), a economia planou mais raso, a 60% do que crescia o planeta. Para que o governo Lula empate com o segundo FHC, será preciso crescer uns 3,8% neste ano.

Sabemos que não atingirá sequer os 2,8% que eu havia cravado desta tribuna, em contraposição aos otimistas e absolutamente delirantes 4% do Ministério da Fazenda.”

Volto a Vinicius Torres Freire:

“Na sexta-feira, economistas da Febraban, o supersindicato dos bancos, também passaram a estimar em 3% a alta do PIB 2006. O crescimento luliano seria assim equivalente a 56% do desempenho mundial.”

Para não contrariar o Presidente Lula à toa, fui conferir os dados. É mais ou menos como Freire diz, ou pior. Confirmamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Peguei as taxas de crescimento do PIB brasileiro, apuradas pelo IBGE, no *site* do Banco Central. As do produto bruto mundial, fui recolhê-las no *site* do FMI. Comparando os dados, temos que:

– Nos primeiros quatro anos de FHC, de 1995 a 1998, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 3,7% ao ano e o do Brasil, 2,6%, equivalentes, portanto, a 69% do crescimento mundial.

– Nos primeiros três anos de Lula, de 2003 a 2005, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 4,7% ao ano e o do Brasil – espetáculo! –, os mesmíssimos 2,6%, só que equivalentes a 54% apenas do crescimento mundial.

Vantagem de 15 pontos percentuais para o Governo Fernando Henrique Cardoso. A coisa não muda muito se forem incluídas as estimativas de crescimento do mundo e do Brasil para 2006.

Eu também poderia comparar os quatro últimos anos de FHC com os três primeiros de Lula, como faz Freire. A vantagem de Fernando Henrique Cardoso, nesse caso, fica em 4,6 pontos percentuais. Mas a comparação é, no mínimo, extemporânea. Vamos esperar Lula completar o segundo mandato para ver como é que ficam os quatro últimos anos dele em relação aos quatro últimos do seu antecessor.

Se é para estender unilateralmente o período de comparação, em todo caso, que tal esta: nos 10 anos a partir do Plano Real, de 1993 a 2002, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 3,5% e o do Brasil, 2,9%, equivalentes a 83% do crescimento mundial. A vantagem de Fernando Henrique sobre Lula, nesse caso, pula para 29 pontos percentuais. Ou o crescimento do Brasil, entre 1993 e 1994, não teria nada a ver com a gestão de Fernando Henrique como Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco?

Pois é; Lula comparar o crescimento da economia brasileira no seu Governo e nos períodos imediatamente anteriores, sem levar em conta o crescimento da economia mundial, é mais ou menos como cotejar o desempenho de dois aviões, sem levar em conta a força e a direção do vento.

Lula teve a sorte de pegar a economia brasileira com um fantástico vento de cauda. Faz, no mínimo, um quarto de século que o mundo não vivia três anos seguidos de crescimento tão forte como em 2003/2005. Se, apesar disso, o Brasil está patinando, é por uma de duas razões ou por ambas.

Primeira, falta potência nas turbinas, porque Lula se agarrou à política de juros e câmbio de Fernando Henrique, porém não continuou as reformas estruturais necessárias para melhorar o desempenho econômico do País.

Segunda, como piloto da economia, Lula é, sob os critérios fiscal e administrativo, inadequado para enfrentar turbulências, contrariar interesses e navegar com segurança na direção do futuro.

O Governo Lula sai mal quando se compara o crescimento econômico do Brasil com o mundo. Mas a comparação mais significativa é com a própria América Latina, porque pega o impacto da turbulência financeira do mundo sobre a região na segunda metade da década de 90 e o vento a favor na primeira metade da década de 2000. Ou seja, turbulência para os seus antecessores e absoluta bonança no período lulista. Nesse confronto, o Governo atual apresenta desempenho ainda mais pífio.

O resumo da ópera é o seguinte: a América Latina cresceu modestos 2,5% ao ano no começo da década de 90, enquanto o Brasil mergulhava na recessão do Governo Collor.

Em 1993 e 1994, a região acelerou para 4,6% ao ano, a economia saiu do atoleiro e acelerou ainda mais, para 5,4% ao ano, graças ao Plano Real, que, à época, Lula e seu partido, o PT, no puro estilo “quanto pior melhor”, chamavam de estelionato e daí em diante.

O fato é que o Plano Real não só deu certo como permitiu ao Brasil atravessar inúmeras e sucessivas crises financeiras externas e sistêmicas, crescendo só um pouco menos do que a América Latina (2,6% e 3,2%, respectivamente), no primeiro Governo Fernando Henrique, e muito mais do que ela no segundo Governo (1,2% e 2,1%). Ou seja: as crises fizeram estrago em toda a região, mas o Brasil, graças às reformas estruturais, resistiu melhor e sofreu menos.

E o Governo Lula, dentro da relatividade das coisas, como se saiu? Muito mal, como sabemos! Classificando o Brasil na “lanterna” da América Latina em matéria de crescimento, à frente apenas do paupérrimo e desagrégado Haiti. Mas como exatamente? Falhando no *front* ético, com escândalos que polarizaram o País; fracassando na frente administrativa, pela inércia e pelo aparelhamento petista; claudicando no capítulo dos marcos regulatórios e restringindo a inserção de investimentos em nossa combalida infra-estrutura; vacilando no capítulo do respeito ao direito de propriedade, a partir da leniência com que tratou MST e afins; errou redondamente no campo fiscal, com a ganância pré-eleitoreira, a criação de cargos comissionados para “companheiros”, o exagerado número de ministérios, e por aí afora. Onde acertou foi na política monetária, que garantiu inflação baixa e equilibrou o quadro.

Na disputa com a pobre África subsaariana e os países retardatários da Ásia, o Brasil de Lula perdeu também. A África subsaariana, por exemplo, cresceu 5,5%, em 2005, e deve fechar este ano em posição ainda mais favorável, em torno de 5,8% ou 6%, de crescimento anual.

As opções de que dispõe o Presidente Lula – e já concluo – são cristalinhas: a mediocridade, com baixo crescimento e nenhuma reforma estrutural, ou o olhar na direção da história, desviando-o das pesquisas de opinião pública, enfrentando o que tiver de ser corrigido, ainda que a de impopularidade. Repito, Senador Gilberto Mestrinho, se continuar como está, ele pode obter uma popularidade que talvez não seja duradoura e garantir o retrato três por quatro na galeria da história, ou impopularidade talvez não duradoura, com direito a registro respeitoso pelos que escreverão, no futuro, os dias que ora vivemos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Líder, Senador Arthur Virgílio.

Convido o Sr. 1º Secretário para a leitura dos trabalhos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Estou inscrito pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª terá a palavra após a Ordem do Dia, como primeiro Líder inscrito. (*Pausa.*)

Senador Demóstenes Torres, a Presidência concede cinco minutos a V. Exª enquanto organiza os trabalhos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Educação tem muito serviço a prestar ao Brasil, pois o setor rasteja em diversas das suas áreas de atuação. Em vez de suprir seus gargalos, a Pasta agora está servindo de assessoria de imprensa para divulgar decisões judiciais, mesmo aquelas equivocadas e das quais cabem recursos para corrigir seus erros. No fim de novembro, o Ministério da Educação gastou dinheiro público, por meio do uso de seus servidores e material, para propagar um suposto “estudo de medidas necessárias a preservar os interesses dos milhares de alunos da Universidade Salgado de Oliveira”, e aqui citei um trecho da nota oficial do Ministério. A medida necessária para preservar o interesse dos alunos é o respeito.

No caso, o MEC se refere a uma decisão do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro que o próprio Ministério reconhece na nota ser passível

de recursos. É muito mais do que isso. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou acerca do assunto. Passo a ler trecho escrito pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio de Mello, que mandou a União se abster “da prática de quais atos que impeçam a continuidade de instalação de cursos e *campi* da Universo em qualquer localidade em que exerça suas atividades”. Correto está o Ministro Marco Aurélio, que cita inclusive que a instalação de unidades da Universo obedece a seu estatuto aprovado pelo MEC. Conforme muito bem lembrou o Ministro do STF, o Ministério da Educação serve de arauto de decisões que contrariam a Corte Maior e as próprias autorizações do MEC.

Tudo isso poderia ser apenas uma sucessão de lapsos de um setor do Ministério da Educação e Cultura e uma seção especializada do Tribunal Regional Federal. Não entanto, não é. Esse tipo de decisão, divulgada oficialmente pelo órgão federal da área, acende um pavio que explode em fofocas, mal-entendidos, disse-que-disse. Essa comédia de erros tem efeito de tragédia quando chega à porta da universidade. Eu estive na unidade de Goiânia, na qual estudam milhares de goianos, centenas deles ex-alunos meus, amigos e minha filha Aline, que só optou pelo curso de Direito ali, após se certificar que era a escola que mais aprovava candidatos no exame da OAB/GO. Muitos estavam apreensivos, menos pela decisão do TRF, mais pela nota oficial do Ministério da Educação.

Sr. Presidente, eu conheço a estrutura da Universo de dezenas de palestras que fiz em diversos cursos daquela unidade de ensino. Tem excelentes bibliotecas, laboratórios, auditórios e um magistral quadro de professores e servidores. Se as universidades do MEC possuísem estrutura tão privilegiada, o ensino público federal não viveria o caos em que se encontra. Gestos que desconhecem esse quadro beiram a irresponsabilidade. São 75 mil alunos atualmente matriculados em 26 cursos de graduação. Ali atuam 5.746 professores e demais trabalhadores. Possui uma atuação social relevante, pontuada por quase 30 mil bolsas de estudo a universitários carentes.

Nem desço aos detalhes do julgamento, que teve até voto de desembargador impedido de o proferir. O que interessa é o nível do ensino, que na Universo é muito acima da média. Interessa é a qualidade dos profissionais que a Universo forma, capazes de serem absorvidos pelo mercado. Interessa são as jovens mentes, que a Universo prepara para a vida. Interessam os postos de trabalho. Interessa a estabilidade, a tranqüilidade e, sobretudo, o respeito à instituição, ao ensino, aos funcionários, aos professores, aos estudantes e suas famílias. Interessa o respeito igualmente à decisão do Supremo Tribunal Federal e aos documentos aprovados pelo próprio MEC. Que se respeitem ao menos as leis!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, há expediente a ser lido.

Quero comunicar à Casa que, há pouco, tivemos uma conversa com os Líderes partidários e que ficou definida a possibilidade de votarmos as autoridades, evidentemente se esse for o desejo do Plenário. Os líderes combinaram isso, e existem indicações de autoridades sobre a mesa que precisamos votar. Haverá sessões deliberativas hoje e amanhã, na quarta-feira e na quinta-feira, com *quorum* que nos possibilite isso.

Desse modo, faço um apelo aos líderes, ao Plenário, ao Senador Heráclito Fortes, para que possamos votar pelo menos três autoridades.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, sabe V. Ex^a o respeito, a admiração e o carinho que lhe tenho, mas não há a menor condição de se votar hoje qualquer matéria. E quero poupar as autoridades do constrangimento do anúncio dos seus nomes.

Nós não podemos votar matéria, Senador Renan Calheiros, no momento em que o ex-Presidente da República José Sarney, nesta Casa, faz uma denúncia grave sobre uma votação da qual nós e os trabalhadores brasileiros fomos vítimas. Votamos matéria vinda do Governo, que foi modificada aqui pela base do Governo, trazendo prejuízo, talvez, em relação a uma das últimas conquistas que o trabalhador brasileiro tem.

Em segundo lugar, Sr. Presidente Renan Calheiros, o caos aéreo se abate sobre o Brasil, com vários aeroportos paralisados. E o Governo minimiza a crise, anunciando que, para o Natal, tudo vai correr às mil maravilhas, mas famílias e mais famílias penam horas e horas no aeroporto de Brasília, no aeroporto de Salvador, enfim nos aeroportos brasileiros. Tudo isso nos motiva a, nesta tarde, fazermos aqui, em forma de protesto, a obstrução.

Dessa forma, Senador Renan Calheiros, faria um apelo a V. Ex^a, para que não submetesse o nome das autoridades a esse constrangimento.

Espero que o Líder do meu partido, a quem já invoquei para a compreensão deste fato, esteja de acordo ou, então, me libere para que eu adote uma posição divergente. É um protesto pela maneira como fomos tratados na matéria que aqui foi votada e em solidariedade aos brasileiros que estão padecendo nos aeroportos, sem nenhuma medida enérgica a ser tomada para minimizar a crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, entendo que esta Casa é dinâmica, como deve ser dinâmica qualquer casa política, mas tínhamos acabado de fazer um acordo. Se pudéssemos, pelo menos, votar os dois nomes das agências, seria de muita importância, porque há agências paralisadas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não quero ser injusto com os outros... Não concordo!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu estou fazendo um apelo! Existem agências paralisadas. Seria importante que votássemos, pelo menos, esses dois nomes. Se os líderes e os demais senadores concordarem, está feito o meu apelo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Levanto uma questão de ordem ao Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Esses nomes estão dependendo de preenchimento há quantos meses?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB. Fora do microfone.) – Há um ano.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Há um ano. Então, não queira resolver hoje. O que esperou um ano pode esperar mais um dia. V. Ex^a é um homem compreensivo, um homem generoso. Evidentemente, em homenagem aos brasileiros que estão vivendo pânico e caos em nossos aeroportos, V. Ex^a será o primeiro a concordar, tenho certeza, democrata que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vejo que há uma questão estrutural. Há algo que está por trás, é pano de fundo nesta pequena crise que o Plenário vive neste momento.

A matéria veio da Câmara, já com aquele prazo apertado, o Senado sobre ela não pode interagir...

É sempre isto que a Oposição ouve: é o Brasil que está em jogo, é a governabilidade, é a economia, enfim. O fato é que passou por nós, sem que nós crivássemos, sem que nós alterássemos, essa parte da lei de conversão que agride um direito do cidadão, que é a preservação do bem de família, a preservação do direito à impenhorabilidade do seu salário, no caso exposto.

Isso nos remete a uma análise profunda – o ano está acabando e, entra ano, sai ano, é a mesma coisa – da questão das medidas provisórias e do modo pouco sóbrio com que o Governo faz uso desse instrumento. Estamos com a pauta trancada, a rigor, por nove medidas provisórias. E há mais algumas outras que já poderiam ser lidas. Uma poderia ser lida hoje, e outras que poderiam ser lidas ficarão para o ano que vem fatalmente.

Primeiramente, quero recriminar o Governo pelo uso imoderado, abusivo, de medidas provisórias. Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero instar o Presidente da República a, de fato, demonstrar sensibilidade social nesse episódio e vetar o parágrafo e o artigo questionados, com muita pertinência, com muita lucidez, pelo Senador Heráclito Fortes. Creio que se trata menos de pressão de quem quer que seja sobre o Presidente da República e mais de se o chamar à sua própria consciência. Ele, que passa sua vida dizendo que tem compromisso com os menores, com os de renda mais baixa, com os mais pobres, tem agora um momento muito claro para demonstrar, na prática, que tem compromisso com os de renda menor, fazendo esse veto e salvaguardando o imóvel de família, salvaguardando o salário dos que ganham pouco, na questão levantada tão bem pelo Senador Heráclito Fortes.

Portanto, Sr. Presidente, dito isso, eu gostaria de, aqui, por outro lado, fazer a ponderação ao Senador Heráclito Fortes. Fizemos um acordo, o qual foi fruto de um debate, na sala da Presidência do Senado, com a participação de praticamente todos os líderes dos partidos da Casa, e não considero que seja justo nem correto recuarmos do que acordamos. Um meio termo, sim, o Senador Suassuna disse bem. Um meio termo, sim. Afinal de contas, temos de fazer um protesto, simbólico que seja, contra o caos da navegação aérea. Nem sei como é que o Presidente Lula mantém ainda o Sr. Valdir Pires como Ministro da Defesa, porque Ministro não é mais, porque atitude não está tomando, porque o caos se instalou, porque as pessoas têm de pensar três vezes antes de marcarem seus compromissos aéreos de fim de ano.

Está na hora, portanto... Poderíamos romper o acordo – não é o que pretende o PSDB; o PSDB quer manter o acordo –, mas a formulação do Senador Suassuna me parece adequada. Nós nos restringiríamos aos dois nomes das agências. Se eu pudesse optar, optaria por votar os embaixadores primeiro e não votaria agora os nomes das agências, mas não posso, porque me comprometi na semana passada a votar nesta semana os nomes das agências. Não quero fugir um milímetro da palavra que empenho, um milímetro sequer.

Por isso, Sr. Presidente, faço a proposta – aliás, já foi formulada pela Liderança do PMDB – de deixarmos para depois os demais nomes e votarmos os das agências. Seriam dois nomes. Não é isso, Senador Ney? Creio que assim estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria fazer um apelo à Casa para que votássemos, pelo menos, dois nomes, Senador Heráclito Fortes e Senador José Agripino. Reduziríamos o acordo para votarmos dois nomes. Senador Heráclito Fortes, é um apelo que reitero a V. Ex^a: apenas dois.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me deixa em uma posição delicada. Meu coração é mole diante de apelo de V. Ex^a, mas não quero ser injusto com os outros. E não há um critério que defina quem privilegiar nesta tarde. Sugiro que V. Ex^a, com sua liderança, resolva essas questões pendentes junto ao Governo, inclusive indicando, na questão aérea, pessoas responsáveis para resolver o problema.

Agora, faço um apelo a V. Ex^a: não me cause esse constrangimento de, pela primeira vez, nesta Casa, divergir de V. Ex^a. A minha biografia e o meu currículo não permitem isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que sempre procuro pautar as minhas manifestações pela sensatez, pelo equilíbrio e pelo compromisso. Sou homem de compromisso e quero reiterar aqui: acabamos de fazer uma reunião onde ninguém tocou no assunto que está incomodando todo o País, que é o colapso completo dos vôos em Brasília, o qual está provocando colapso parcial no restante dos aeroportos do Brasil.

Isso é o fim da picada, porque não é um fato novo, é a repetição. E a autoridade responsável está se saindo com evasivas. Esse é o fato que está nos chegando de última hora.

Considero de bom alvitre fazer, da parte do Senado, um grito de alerta para que, amanhã, a imprensa, a mídia registre que o Senado, a bem do funcionamento dos serviços no Brasil, entra em greve, não vota, para ver se acontece alguma coisa.

Quero fazer um apelo a V. Ex^a para que o Senado siga essa orientação, mas estou aqui tomando o compromisso de amanhã votar, de qualquer maneira, porque é preciso definir isso e porque foi feito um acordo. Reconheço que, se insistirmos em votar agora, haverá manifestação protelatória de alguns companheiros meus, com quem não vou entrar em rota de colisão. Não vou, não há hipótese. Então, a obstrução pode ser perfeitamente praticada por companheiros do PFL, do PSDB e dos outros partidos que não concordem com a posição dos líderes e queiram dar um grito de alerta ao País, dizendo que o Senado, depois de fazer um acordo, rebelou-se e deu um grito para mostrar ao País que não está de acordo com a passividade do Governo com um fato que está incomodando o País inteiro.

Apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, ao Líder Arthur Virgílio e ao Líder Ney Suassuna para que não votemos rigorosamente nada, com o meu compromisso de amanhã votarmos os nomes de todas as autoridades e as medidas provisórias pactuadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a e ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Renan Calheiros, eu inverteria a sugestão feita pelo Senador José Agripino. Sugiro que, a partir de amanhã, não votemos nada, mas vamos votar hoje, como V. Ex^a está propondo, pelo menos dois nomes para agências reguladoras. Houve um acordo de Líderes e, creio, S. Ex^{as} já sabiam da situação caótica dos aeroportos. A palavra está empenhada, vamos cumpri-la.

O PDT vota hoje dois nomes, como V. Ex^a propõe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a está vendo o clima do Plenário e, por outro lado, a disposição dos líderes de cumprimento do acordo. Eu não gostaria de me afastar um milímetro do que foi acordado na sala de V. Ex^a, gostando ou não de todos os itens de soluções adotados por nós.

O Senador Ney Suassuna diz que o PMDB está de acordo; o Senador José Agripino, com a ponderação e com a lucidez de sempre, argumenta que se poderia fazer a votação amanhã, sendo hoje um dia marcado para o protesto – e vamos deixar bem claro que se trata de protesto, que é simbólico, porque o caos não desaparecerá amanhã. Nenhuma providência séria está sendo tomada. Está-se aproximando o Natal, e será o caos; está-se aproximando o período de férias escolares, e será o caos nos aeroportos. Ou seja, amanhã, nada ficará resolvido, mas nosso gesto ficará marcado como sendo de protesto.

O PSDB, portanto, não se opõe a que se faça a votação amanhã e se mantém de acordo com todos os itens acordados.

Fiz ressalva a algumas medidas provisórias. Fiz ressalva à Medida Provisória nº 316, quando, no interior da Oposição, há posições diversas que discuto de maneira fraterna com o Senador José Agripino, e pretendo expor a minha com muita clareza. Tenho de consultar minha bancada nordestina em relação à Medida Provisória nº 317. Tenho problemas em relação à Medida Provisória nº 320, que regulamenta o porto seco. Tenho uma emenda que pretendo seja contemplada; é uma emenda de autoria do eminente Senador Leonel Pavan, de nº 321.

O PSDB não tem mais problema algum, nada a obstar em relação às demais medidas provisórias. Está disposto a votar a indicação dos embaixadores e quer cumprir o acordo em relação aos diretores das agências.

No entanto, se é essa a vontade da maioria dos líderes, o PSDB coloca-se à disposição e de prontidão para cumprir o acordo amanhã, chamando a atenção do Governo para dois fatos. O primeiro deles é o exagero e o abuso na emissão de medidas provisórias, até na futilidade de algumas delas, na desnecessidade de tantas delas. A segunda advertência que faço é quanto a existência desse caos aéreo, que, a meu ver, vai trazer prejuízos grandes para a economia e para a vida dos brasileiros, sem deixar de mencionar na emissão de medidas provisória, até na futilidade de algumas delas, na desnecessidade de tantas delas. A segunda advertência que faça é quanto a existência desse caos aéreo, que, a meu ver, vai trazer prejuízos grandes para a economia e para a vida dos brasileiros, sem deixar de mencionar um terceiro ponto: o veto que o Presidente Lula, por senso de justiça, deverá apor à medida provisória da habitação, para cumprir com seu dever de proteger os segmentos de renda mais baixa da população.

Estou, portanto, Sr. Presidente, às ordens dos demais líderes para cumprirmos o acordo no momento em que se ofereça a ocasião azada.

Quero cumprir o acordo.

APAGÃO INQUIETA POVO BRASILEIRO

6-12-2006

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes ou depois da Ordem do Dia – não sei qual será o fôlego das votações –, peço a inscrição do Senador Tasso Jereissati, como orador, pela Liderança do PSDB.

Neste momento, cumpro com um dever que me parece essencial para ser desincumbido por um líder de partido nesta Casa.

Fizemos uma reunião muito relevante no gabinete do Presidente do nosso partido, Senador Tasso Jereissati, reunindo os senadores da composição atual do PSDB e alguns senadores que aportarão a esta Casa a partir do dia 1^a de fevereiro. E não conseguimos reunir todos, por uma razão simples: porque o Senador Antero Paes de Barros, Senadora Marisa Serrano, Senador Cícero Lucena, todos ficaram reféns do caos aéreo.

Esta Casa não pode virar-se de costas para o caos aéreo. Ou seja, quero ver defeitos nítidos, Sr. Presidente, precisamente onde eles existem.

Vejo no jornal *Correio Braziliense*: “Pane em Brasília inferniza aeroportos”; vejo no jornal *Folha de S.Paulo*: “Pane em rádio fecha três aeroportos”; vejo no jornal *O Globo*: “Falha em rádios provoca a maior pane da aviação civil”. É tudo manchete. Peço até que esses cabeçalhos todos sejam inseridos nos *Anais* da Casa.

E aqui falo como brasileiro. Não estou aqui falando como Líder de um partido de Oposição. Falo como brasileiro. É preciso mesmo que o Presidente da República desperte para a pane, para o apagão logístico deste País. Estamos precisando, Sr. Presidente, de medidas urgentes. Agora é que é hora de o Presidente Lula se dirigir à Nação. Agora é que é hora de vermos em conjunto o que falta para se acertar isso que está arriscando a vida de todos nós.

Não consigo mais ver o Sr. Waldir Pires como ministro – não é mais ministro –, e não estou vendo nenhuma iniciativa no sentido de demiti-lo, não estou vendo nenhuma proposta do Governo para resolver uma questão que

é aflitiva. Homens de negócios estão perdendo, por prazos fatais da Justiça, milhões de reais; uma criança perdeu a oportunidade ontem de fazer um transplante de rim; senadores e deputados não se deslocam ao Congresso.

Dizia hoje uma pessoa que é indicada para um cargo de agência reguladora – não sei o nome: “Terá quórum hoje, Senador?” Eu digo: terá, e muito ajudado esse quórum pelo fato de que em Brasília, hoje, ninguém entra; e, de Brasília, ninguém sai. Quem está fora não entra, e quem está dentro não sai. É um caos. A Capital Federal, sem que o Brasil esteja vivendo uma guerra civil, está ilhada, está isolada.

Isso tudo me leva ao constrangimento de dizer que já tarda uma manifestação do Senhor Presidente da República. Ele precisa falar, demonstrar agora autoridade, demonstrar comando, demonstrar que não pode continuar essa pendência, essa pendenga entre Aeronáutica e controladores de vôo. Tem de haver um ministro da Defesa que seja capaz de empalmar a liderança do setor e tem de haver um presidente da República que agora, sim, mostre que merece essa liderança bonita que lhe concederam cinquenta e oito milhões de brasileiros.

Não sou daqueles, Sr. Presidente, que dizem que Alckmin teve os votos ilustrados, e Lula, os votos das pessoas menos letradas, porque esses mesmos votos, das camadas menos favorecidas da população em renda e educação, elegeram duas vezes Fernando Henrique Cardoso. Não julgo que o voto de um beneficiário do Bolsa Família valha menos do que o voto do sociólogo Fulano de tal ou do professor Bolívar Lamounier. Não! Quero o voto igual.

Portanto, não desdenho do voto de quem quer que seja, por questão social ou por questão financeira ou educacional. Mas é uma liderança muito bonita, Sr. Presidente. O Presidente da República tem cinquenta e oito milhões de votos e, neste momento, não está dizendo à Nação, que nele confiou tão maciçamente, o que vai fazer para tranquilizar este País, que está intranquilo. Vidas sendo arriscadas no ar e vidas sendo desperdiçadas na terra.

Vamos ser claros: há um caos, há uma pane logística, e não é só na aviação; é nos transportes, é nas rodovias, é no setor elétrico, que já ameaça com um apagão para 2009.

Venho, portanto, de maneira construtiva, conclamar o Presidente da República a se manifestar. Agora, sim, é hora de uma cadeia de televisão ser usada por ele para dizer o que pretende fazer para tirar todos nós brasileiros, eleitores dele ou não, deste momento de aflição, deste momento de horror que está sendo vivido pela Nação. Mais ainda: nós sabemos que esse surto pode amainar, mas ele retornará, porque as providências não estão sendo tomadas.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que inscrevo o Senador Tasso Jereissati para falar como líder do nosso partido, eu, neste pedido de palavra pela ordem, fiz este desabafo que, imagino, deve repercutir profunda-

mente no coração de todos aqueles que, sem olhar a questão de partidos, querem o bem do País.

Eu não torço pelo quanto pior, melhor. Espero que o Presidente da República acerte, e, para acertar neste momento, ele precisa de alguns ingredientes: coragem intelectual e honradez intelectual; coragem moral e afirmação da liderança. Eu não estou vendo, neste momento, nenhuma das três pré-condições preenchidas. E o Brasil está com seus aeroportos à deriva e com a vida dos brasileiros pendurada em cima de uma crise que acontece porque o Governo não foi capaz de resolver a questão da logística neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

GOVERNO GASTA MUITO E MAL

6-12-2006

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não acredito em homem público que não adota posições com clareza e procuro adotar as minhas com o máximo de nitidez.

Ainda hoje tivemos uma reunião no gabinete do Senador Tasso Jereissati, extremamente esclarecedora, porque nela configuramos, Senador Mercadante, o apoio à pretensão do Senador José Agripino de se tornar, pelo voto dos Srs. Senadores, Presidente desta Casa.

Ao fim da reunião, eu colocava a S. Ex^a, o Senador José Agripino, que, em alguns temas, eu e muitos do meu partido temos divergido da orientação do PFL. Significa ruptura do Bloco de Oposição? Não, porque significaria, ao contrário, se tentar castrar meu próprio direito de me manifestar da maneira que meu mandato e minha consciência mandam. Foi assim no episódio do décimo terceiro salário para o Bolsa Família, por exemplo. É assim neste outro episódio.

Encontro defeitos terríveis no Governo Lula e quero, substantivamente, atacar o Governo Lula no que julgo os seus defeitos essenciais, por exemplo: a economia cresce pouco porque houve o apagão ético; a economia cresce pouco porque houve o apagão administrativo; a economia cresce pouco porque houve o apagão regulatório; a economia cresce pouco porque houve o apagão fiscal; ela cresce pouco porque o Governo Lula gasta muito, e gasta mal, e gastou muito para se reeleger.

Poderia denunciar e denuncio o Governo do Presidente Lula por ter feito, às vésperas da eleição, uma brutal e cruel concentração de renda nas mãos de alguns aposentados – bilhões para aposentados do Banco do Brasil, por exemplo, e um ínfimo reajuste para aqueles que percebem a menor pensão.

Por outro lado, não me ponho de acordo com – a esta altura, quando denuncio que há um nó fiscal que tem de ser desatado no País – sugerir que o Governo gaste mais. Ao contrário, entendo que ele precisa cortar despesas. Entendo que ele precisa, na verdade, ter coragem para enfrentar o drama fiscal que aí se põe. Entendo que, se eu tiver um discurso que prega austeridade fiscal numa hora e, em seguida, conchamar o Governo a aumentar os seus gastos, eu perco o discurso – a meu ver, cheio de razão – de dizer que o Governo está gastando muito, está gastando mal e está gastando injustamente.

Portanto, digo ao Senador José Agripino – e já disse hoje – que temos entendimentos macro.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Senador Antonio Carlos, com muito prazer.

Juntos, construímos uma Oposição sólida e forte no Senado Federal; constituímos uma Oposição presente, responsável pelas CPI que desnudaram os casos de corrupção, os escândalos que varreram o Governo do Presidente Lula. Nós nos colocamos, uns com os outros, de acordo na maioria dos temas.

Neste, eu não estou de acordo com a proposta do PFL. Neste, libero a minha bancada. O Senador Flexa Ribeiro tem outro tipo de observação a fazer. No meu partido, há quem pense como pensa o PFL e há quem pense como eu penso.

Desejo apenas dizer, de maneira frontal, clara e sincera, para os meus amigos – mais do que companheiros – do PFL, que não entendam como delito o que é uma divergência democrática, o que é um direito meu de dizer, neste momento, o que vem no meu coração, o que vem no meu arrazoado, o que vem na minha compreensão da economia brasileira.

Portanto, encaminharei o voto no sentido de não passarmos desses 5%. Houve injustiça na distribuição desses 5%...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a fechou a questão na bancada?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, ao contrário. V. Ex^a, que sempre me ouve com tanto carinho, dessa vez, não me ouviu abrir a questão.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eu ouvi. Agora, o que eu acho é que não são os aposentados que vão aumentar os gastos desta Nação; são os banqueiros, são os salários do Judiciário, os salários dos parlamentares. Isso é muito mais do que dar 16% para os aposentados. Quando todos nós ficarmos de acordo com isso, aí o discurso de V. Ex^a caberá melhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a, que é um amigo tão querido, se estivesse mais atento aos discursos seguidos que tenho feito, veria que eles têm uma linha de coerência nessa questão fiscal. Não me furtarei a nada que signifique corte de despesas.

V. Ex^a haverá de me compreender que eu dizia ser necessário haver um espaço na nossa relação para a divergência, sob pena de sermos o único partido... Mais do que isso: reunimos uma bancada de 12, 13, 14 senadores, e lá há divergência; nem sempre queremos a mesma coisa. Demoramos semanas até unificar a nossa posição em favor da candidatura do Senador José Agripino, ou seja, mesmo num partido há espaço para divergências.

Estou explicitando de maneira clara qual a minha posição. Apóio V. Ex^a em qualquer outra iniciativa que leve à austeridade fiscal. Sou contra qualquer coisa que signifique desperdício de recursos no Legislativo, no Judiciário, no Executivo, mas, neste episódio específico, eu também, até por coerência com o que tenho dito, não posso acompanhar esse entendimento.

Fiz questão de falar daqui, porque quero ser compreendido. Quero que a minha posição seja aceita como legítima. Alguém pode dizer que é errado, e posso dizer muito bem que aceito que achem que eu errei. Agora, eu entendo que acertei. No momento em que considerar que a posição que julgava acertada estiver superada, mudaria ou mudarei a minha posição.

Portanto, toda vez que o Governo Lula nos pilha ou pilha a Oposição propondo aumento de gastos, lá posa ele da figura responsável que não tem sido, e lá exhibe a Oposição como se responsável ela não fosse.

Quero dizer o contrário: Presidente, há uma crise fiscal no País causada pelo seu Governo, causada pela incompetência do seu Governo, causada até pela má-fé do seu Governo. Então, não serei eu, agora, a propor mais gastos, a propor um rombo fiscal a mais. Eu não posso fazer isso, e muito leve de alma, porque compreendido pelos meus companheiros de Oposição, seguros de que toda vez que houver denúncia de corrupção estaremos juntos, seguros de que toda vez que houver desmando administrativo estaremos juntos.

Ainda há pouco, vivemos uma bela e, ao mesmo tempo, triste sessão de condenação ao apagão da Aeronáutica, ao apagão da aviação civil. Fico feliz de saber que nós temos, uns nos outros, a capacidade de reconhecer o direito de cada um de divergir, de opinar, de se manifestar, sem que signifique algo a ser criminalizado, até porque PFL e PSDB não são entidades totalitárias, não são entidades de pensamento único, não são entidades que exigem a submissão intelectual de uma parte para manter a sua boa relação com a outra. Isso não poderia vingar.

É nessa condição que aqui libero a minha bancada, mas manifesto a minha opinião, que vem respaldada na minha sensibilidade, na minha visão da economia brasileira, e vem respaldada na minha preocupação com o País, à minha moda. Que outros expressem do seu jeito. Eu expresso do meu jeito, e o meu jeito é esse, e eu não saberia ser diferente.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, não vai ser essa divergência que vai afastar a relação fraterna que nós vimos tendo há quatro anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não tenho dúvida disso. Não tenho dúvida.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Que fique claro que essa divergência é eventual, circunstancial, uma divergência que em nada afeta as relações entre o PFL e o PSDB – ainda hoje me deram uma manifestação clara de apreço, de entendimento partidário. Quero que fique claro que o desentendimento circunstancial é para este destaque, mas, nesta matéria, em outros destaques, teremos posição assemelhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tenho dúvida disso.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – A discussão vai acontecer, e o fato vai ficar claro pela manifestação de V. Ex^a e pela minha manifestação, a minha compreensão à posição de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão, Senador José Agripino.

Digo que costumo tratar com fraternidade meus adversários, sobretudo meus companheiros, e considero o PFL um partido companheiro. Estou pronto para ser criticado, como estou pronto para criticar. Estou pronto para ouvir críticas, estou pronto para fazer críticas. Estou pronto até para

não criticar e não ser criticado, porque não há delito de opinião. Seria terrível se um dos lados tivesse de dizer “voto, porque senão contrario Beltrano, Sicrano”. Não seria justo, seria o pensamento único, algo que não enriquece o debate que tem de ser travado aqui. Estou leve por entender isso. Duas entidades democráticas compreendem o espaço interno para o debate, e foram bonitos, por exemplo, o debate e a luta entre V. Ex^a e o Senador José Jorge para ver quem seria o candidato a Vice-Presidente da República pelo PFL, os dois são irmãos de luta, companheiros. Foi um episódio democrático, os votos se contam e a democracia se reforça.

Entendo, Senador José Agripino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos de tratar até com banalidade a divergência. A divergência não pode ser no essencial. Terrível seria ter um escândalo e nós divergirmos: um querendo a apuração do escândalo e outro não querendo. Seria um escândalo dentro do escândalo, e seria um motivo capital para divergência insanável. Não é esse o caso da opinião quanto àquilo que mais serve ao País. Entendo que serve mais ao País recomendarmos ao Governo e cobrarmos dele cortes de gastos, porque o Governo é irresponsável sob o ponto de vista fiscal. Quero denunciar isso com clareza e pegar o Governo em seus defeitos e, a partir daí, mostrar o que se pode fazer de melhor por este País. Esta é a minha opinião, com todo respeito por toda e qualquer opinião que de mim venha a divergir.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

JUSSARA, A PEQUENA VÍTIMA DO APAGÃO AÉREO

7-12-2006

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei à Mesa voto de solidariedade – e faço isso com forte teor simbólico – à pequena Jussara, a menina de dez anos que passou quase 30 horas no Aeroporto Internacional de Brasília, enquanto aguardava seu vôo para Belém, depois de ter sido entregue à Gol, que não deu qualquer informação à família da criança.

Vamos justificar a empresa – não pretendo fazê-lo, mas até posso: a empresa não está preparada para esse clima de guerra civil! Não está. Está preparada para a normalidade, e o que estamos vendo é um clima anômalo. O fato é que essa criança passou 30 horas longe de sua família, Sena-

dor Tuma, e correndo toda sorte de perigos; por toda sorte de perigos ela passou. Bem sabemos – e não quero citá-los – os perigos que essa menina correu, durante 30 horas, à mercê de possibilidades que é de se bater na madeira. Nós, que temos filhos – e muitos de nós temos netos –, sabemos disso.

Mas, se lermos os jornais de hoje, vamos perceber que não é preciso se fazer nenhum discurso. A impressão que dá é que não há espaço para esporte, não há espaço para coluna social, não há espaço para notícia internacional, não há espaço nem para se discutir escândalos de corrupção, que são tão fartos neste Governo.

Manchete de *O Globo* – e peço que tudo vá para os *Anais*: “Sem ação do Governo, País tem novo dia de caos aéreo. Antes de viajar ao exterior, Tarso diz que crise não pode ser enfrentada com pressa neurótica ou temperamental” – acho difícil imaginar como é que uma pessoa, deitada no chão de um aeroporto, não possa ficar no mínimo neurótica e temperamental. No mínimo.

Outro subtítulo: “O drama de cada um. Mãe com bebê passa dois dias na fila”.

Muito bem, Sr. Presidente, vou agora para o jornal *Valor Econômico*: “Atrasos mudam rotinas e geram perdas”. Reportagem de Patrícia Nakamura, Raquel Landim e Roberta Campassi, de São Paulo.

“Clientes de transporte de carga migram dos aviões para o modal rodoviário” – agora vão se arriscar aos assaltos nas estradas e aos buracos!

Valor Econômico, primeira página: “Empresas perdem negócios e gastam mais com crise aérea”.

Ontem, em um aparte ao Senador Tasso Jereissati, eu dizia a ele que o apagão aéreo acrescentou mais uma variável ao custo Brasil. É mais um problema de logística a dificultar investimentos na nossa economia.

Valor Econômico: “Relatório mostra que existem pontos cegos” – Sérgio Leo, São Paulo.

Valor Econômico: “Congresso cria Comissões para fiscalizar setor” – Thiago Vitale Jayme, de Brasília.

Valor Econômico: “Crise aérea: Presidente cobra solução permanente para problema e acha que controladores boicotam o Governo”.

“Lula culpa a Aeronáutica por todos os problemas.” O Presidente Lula não tem de culpar a Aeronáutica, ele tem de comandar a Aeronáutica. A matéria é de Cristiano Romero e de Paulo de Tarso Lyra, de Brasília.

Folha de S. Paulo – Aqui há duas colunas com cerca de duas dezenas de dúvidas, ou seja, como o refugiado, nos aeroportos, deve agir para não ser abatido pela crise. É como se fosse uma guerra civil. É o caos!

Folha de S.Paulo, Editorial: “O caos como rotina. No terceiro colapso aéreo seguido, fica patente a incapacidade do Governo de resolver a crise e de dar satisfação aos passageiros”.

Folha de S.Paulo, primeira página: “Governo cria gabinete de crise contra o caos aéreo. Em todo o País, ao menos 122 vôos foram cancelados e 436 atrasaram. Uma cena patética. Um Papai Noel de brincadeira e sofrendores de verdade ao lado dele perto do Natal”.

“Atraso cancela dois transplantes de órgão no País. Planalto deve trocar cúpula do setor de aviação” – deve, não diz que vai; a indecisão permeia esse quadro lamentável de falta de liderança.

Eliane Cantanhêde, *Folha de S.Paulo*: “Sejam fortes”. Ela termina fazendo uma blague com ar até de lamentação: “Não se esqueçam do conselho do Ministro Waldir Pires aos controladores: ‘Sejam fortes’”. Faltou fortaleza ao Ministro, faltou fortaleza ao Presidente. Instalou-se o caos, o apagão logístico neste País e o apagão aéreo no País.

Folha de S.Paulo: “Senado e Câmara criam comissões para apurar a crise”.

Folha de S.Paulo: “Para Lula, a situação de Pires é insustentável. Presidente também espera o pedido de demissão de Luiz Carlos Bueno, do Comando da Aeronáutica, e de Félix, do GSI. Tarso Genro e Ronaldo Sardemberg, Embaixador do Brasil na ONU, foram nomes cogitados para assumir o Ministério da Defesa”, em matéria de Kennedy Alencar.

O Presidente não tem de esperar que alguém peça demissão. Se ele não está satisfeito com quem serve ao seu Governo, com quem lhe presta serviço, ele o demita. A caneta é dele, a caneta não é só para dar benesses a aliados, a caneta é para punir também seus auxiliares incapazes e incompetentes.

Folha de S.Paulo: “Após novo caos, Lula cria gabinete de crise. Presidente põe Dilma Rousseff, da Casa Civil, no comando de equipe encarregada de acabar com mais uma pane aérea”.

“Lula tem dito ainda que não sabe se o problema resulta do boicote dos controladores ou da falta de infra-estrutura e de condições de trabalho na área” (Kennedy Alencar e Eliane Cantanhede, ambos da *Folha*).

Folha de S.Paulo, Jânio de Freitas: “Respostas omitidas: por que os documentos, com suas implicações sobre a vida de milhares de pessoas, não produziram providências da FAB e da Pasta da Defesa”?

Folha de S.Paulo: “Caos nos aeroportos provoca suspensão de dois transplantes. Atraso nas decolagens nos aeroportos prejudicaram o transporte dos órgãos. No Rio, dona-de-casa aguardava rim. Em São Paulo, garoto de um ano deixou de receber um fígado e foi transferido para o segundo da lista. Em Brasília, passageiros foram alojados em motel”.

Folha de S.Paulo: “No Rio, vôo para Brasília decola com atraso e vazio”. (Elvira Lobato)

Folha de S.Paulo: “Congonhas e Cumbica voltam a registrar atrasos.” (Afra Balazina e Kleber Tomás)

Jornal do Brasil: “Empresas perdem 4 milhões de reais/dia.” (Juliana Rocha)

Jornal do Brasil: “Dois meses depois, Lula assume comando das ações”. Dois meses depois de todos sabermos que, há anos, o Ministro Viegas, que perdeu injustamente o cargo de Ministro da Defesa, havia alertado sobre o que iria acontecer, Senador Mão Santa.

Jornal do Brasil: “Só 37% da verba utilizada. Orçamento da Aeronáutica para 2006, aprovado pelo Congresso: 1 bilhão e 360 milhões. Desembolso até agora: apenas R\$555,2 milhões. Contingenciados: R\$804,8 milhões. Percentual de Orçamento gasto até agora: 40,6%. Para a segurança do vôo: previstos R\$531,4 milhões. Efetivamente gastos: R\$200,65 milhões. Percentual investido de apenas 37% do previsto”.

Jornal do Brasil, Informe Econômico: Finalmente, uma boa notícia: “O Governo já tem uma solução para a aviação”. Eu torço e rezo para que isso, de fato, seja uma notícia quente.

Jornal do Brasil: “Demissão de Waldir Pires está decidida”. Eu acredito em demissão no *Diário Oficial*, e não fora dele.

Sérgio Pardelas e Carla Correia, do *Jornal do Brasil*: “Militares dificultaram inspeção”. Lorena Rodrigues. Dá a impressão mesmo de acefalia, de falta de comando, de falta de liderança. Vou repetir isso mil vezes neste discurso; “Apagão aéreo venceu o Governo”, *Jornal do Brasil*.

Fantástica uma inserção do *Jornal do Brasil*: “Direito de ir e vir”, ou seja, os brasileiros estão cerceados no seu direito de ir e vir.

Eu, por exemplo, estou sem opção. Não sei se vou passar o Natal na minha terra natal, porque não estou com a mínima disposição de ficar enfrentando essa humilhação em aeroportos. É possível que fique aqui mesmo.

Jornal do Brasil: “Apagão aéreo: Direito de ir e vir”, “Céu em transe: ápice da crise atinge segundo dia”, “Só 36% da verba utilizada”.

Jornal do Brasil, Villas Boas Correia: “Coisas da política: Um País triste, acuado e tenso”. O Governo não tem como jogar a culpa na herança amaldiçoada do antecessor. Não dá, dessa vez, para dizerem que é herança recebida do Presidente Fernando Henrique.

Jornal do Brasil, manchete: “Virou baderna”; Editorial: “É hora de demitir os incompetentes”; e aqui, Congonhas: “Passageira abandonada pela

empresa aérea é obrigada a acreditar em Papai Noel”. É uma moça dormindo perto de um boneco do Papai Noel.

O Estado de S. Paulo: “Câmara e Senado vão apurar apagão aéreo”. “Sem solução do Governo para a crise que já dura 48 dias, congressistas pedem a saída do Ministro da Defesa e criam duas Comissões de Investigação”; primeira página do *Estadão*, Dora Kramer: “Morosidade exasperante”, e por aí vai o primoroso artigo dessa grande jornalista.

O Estado de S. Paulo: “Editorial: O caos dentro do caos. O assunto exige solução urgente, não o trabalho de comissões”.

O Estado de S. Paulo: “O Presidente da ANAC critica clima de terror”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo para concluir. De qualquer maneira, tenho os meus minutos de Líder, que gostaria de acrescentar, até para esgotá-los de uma vez.

A matéria é de Isabel Sobral. O Presidente da ANAC acha que os terroristas são aqueles que estão vivendo aquele clima de Bagdá no aeroporto, aquele clima de refugiados da guerra do Iraque.

O Estado de S. Paulo: “Congresso cobra demissão de Pires. Crise no ar e sabotagem ainda é investigada. Oficiais da Aeronáutica e até a Abin não descartam essa possibilidade”. Bruno Tavares e Tânia Monteiro, de Brasília.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a. Só um segundo mais, Senador Mão Santa.

Aqui dentro está toda uma descrição, que peço vá para os *Anais*. A pane atingiu a central de rádio. E conta a formulação a técnica que leva a essa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio pediu V. Ex^a cinco minutos mais, é isso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pedi. É o meu tempo de Líder, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Darei mais cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu quero concluir esta matéria, terminar de ler e conceder o aparte ao nobre Senador Mão Santa. É o tempo bastante.

Miriam Leitão: “Aos navegantes”. Ela faz também um primoroso artigo sobre a crise da navegação aérea.

Volto ao jornal *O Globo*: “Apagão Aéreo: nem Bispo escapa do tumulto. E o Ministro Gilberto Gil é obrigado a cancelar compromissos em meio ao caos e ao desenrolar dos dramas. Espera malograda por um transplante, criança sozinha no aeroporto e perda de conexões são reflexos da crise. Personagem da crise. Paciência. O suplício de Wanderley Chaves durou quinze horas no aeroporto internacional do Rio. Ele embarcou com a família para Belém às 8 horas e 30 minutos, mas o voo foi remarcado para 23 horas. E diz ele: “A falta de respeito...”

Aqui tem o caso da menininha que passou trinta horas à mercê do perigo, abandonada no aeroporto.

Mal-estar em Congonhas. A passageira Sônia Correia passou mal na fila para o *check in* da TAM e foi levada ao centro médico do aeroporto.

“Drama: Com uma lesão no fígado, Gabriel, de um ano, não pôde receber parte do um órgão que seria transportada ontem.”

“Impedimento. A equipe do Internacional, de Porto Alegre, perdeu a conexão em Paris para o Japão.”

Ou seja, o Governo acaba fazendo o Internacional perder o jogo de futebol. Estamos chegando a esse ponto.

O Globo: “Apagão aéreo. Autoridades não isentam os controladores de responsabilidade pelo caos da última terça-feira. Aeronáutica investiga possível falha plantada. Segundo fontes, a alteração teria sido feita, há algum tempo, por profissionais com acesso ao equipamento”.

Desencontros na sala de desembarque. Diversos dramas de diversos cidadãos que tiveram prejuízo concreto com essa crise e com o desgoverno.

Editorial de *O Globo*: “Voo cego. Faltam explicações e um plano contra o apagão aéreo”.

Carlos Alberto Sardenberg, em artigo muito lúcido intitulado “Mais mentiras”, dissecou o drama fiscal que o Governo faz o País viver e diz muitas verdades sobre a crise aérea no País.

Estado de Minas – manchete: “Desrespeito. Apagão aéreo”.

Jornal do Commercio – PE: “Crise aérea ameaça o Ministro da Defesa”. Eu diria que o Ministro da Defesa é que tem ameaçado a segurança de nós, que voamos.

Nas entrelinhas de Luiz Carlos Azedo, *Correio Braziliense*: “O apagão na Defesa. Além da falta de recursos, a crise que ronda as Forças Armadas

também tem como ingrediente certa ambigüidade na estratégia de defesa nacional, que se reflete nas prioridades de gastos”.

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Falhas já são antigas, rotina. Quinze relatórios de supervisores alertavam para as falhas nos equipamentos. Situação de risco no espaço aéreo”.

E começa a dizer: julho, setembro, outubro e novembro, situações de risco no espaço aéreo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a. Permita-me concluir, Senador Mão Santa, e, em seguida, ouvirei V. Ex^a com muito prazer.

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Lula se irrita com Waldir. Não quero culpados, quero soluções”, diz Lula. Mas as soluções vêm com afastamento de culpados e o Presidente não precisa desta vez, nem pode, fingir que não é ele o responsável fundamental pelo problema.

Correio Braziliense: “Segurança de vôo. Trinta horas de agonia”. O drama da menininha que correu todos os perigos à mercê do imponderável no aeroporto.

Correio Braziliense: passageiros com nariz de palhaço, protestando por essa via. “A ressaca do caos. Passageiros enfrentam mais um dia de filas nos aeroportos, após pane no sistema. Diretoria da Anac diverge sobre prazo para o fim dos problemas e 36% das decolagens atrasam. Bebê perde transplante.”

E aqui uma aula sobre Direito do Consumidor. Antônio Machado: “Apagão de gerência. Novo caos na aviação reflete falência da infra-estrutura pública e o deserto de competência do Governo”.

Editorial do *Correio Braziliense*: “Falta comando”.

Correio Braziliense, manchete: “Até quando?” Foto de uma moça e de algumas outras pessoas com nariz de palhaço, evidenciando o desrespeito com que se sentem tratados pela falta de gerenciamento do Governo.

Merval Pereira, do *Globo*: “Apagão gerencial”.

Jornal do Brasil: “Quando o destino cruza o aeroporto. Vítimas. Em meio ao descaso, passageiros contam os dramas vividos à espera do embarque. Crise aérea é rotina para procuradores”.

E por aí nós vamos. Sr. Presidente, tenho mais notícias: “O colapso no Cindacta 1”.

Editorial do *Jornal do Brasil*: “É hora de demitir os incompetentes”.

Folha de S.Paulo: “Após novo caos, Lula cria gabinete de crise. Põe Dilma Rousseff no comando da equipe encarregada de acabar com a pane aérea”.

Muito bem, Sr. Presidente. Eu não precisaria fazer discurso. Eu quero tranquilizar a Taquigrafia, porque não estou sobrecarregando muito. Eu tenho certeza de que eu não disse nada meu, eu só fiz retratar em tópicos aquilo que os jornais registraram, mostrando que, neste País, não tem mais espaço para se discutir.

Futebol só se discute agora para saber se o Internacional perde por causa da crise ou se ele vai ser, heroicamente, capaz de superar a crise que abalou, com certeza, o preparo psicológico e físico dos seus jogadores.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a tranquilizou os que desejam voar, mas eu fiquei tranquilo com o pronunciamento de V. Ex^a. Ontem, eu estava temeroso do nosso grande Líder, o índio louro do Amazonas, que reencarna aqui Rui Barbosa, Arthur Virgílio, o pai, Mário Covas, Ramez Tebet, Ulysses, aqueles opositoristas. Hoje, V. Ex^a falou em futebol e volta a vestir a camisa 10 das oposições brasileiras. Eu estava até me aprontando no preparo físico para tentar, embora soubesse que seria muito difícil. Seria assim como Amarildo substituir Pelé. Mas eu queria dizer a V. Ex^a e ao Senador Romeu Tuma, que está na Presidência – olhem a Bandeira ali, a Bandeira que traduz a ordem e o progresso – que me lembro, quando ouço esse assunto de avião...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há um vôo da TAM que faz Brasília, Teresina e Fortaleza. Há dois anos, quando eu fazia esse trajeto, caiu um temporal em Teresina, e o avião não conseguiu voar e pousou em Fortaleza. Atentai bem! Eu até que gostei, porque a companhia nos hospedou em um hotel cinco estrelas, na beira da praia, e ainda nos ofereceu um jantar, uma peixada com lagosta. Eu gostaria de saber se aquele tempo da ordem e do progresso, em que havia governo, admiração, responsabilidade, respeito aos consumidores, se está valendo, se este povo está sendo convidado como eu fui, há dois anos, em função de um atraso. Foi uma tempestade, coisa de São Pedro. Mesmo assim, no dia seguinte, às 6 horas, eles já nos colocaram no avião para chegarmos a Teresina. Era isso o que eu queria relatar para comprovar a gravidade do momento, do desgoverno. Houve tempo em que olhávamos para a Bandeira e líamos “Ordem e Progresso” como rezávamos o Pai-Nosso, ou seja, acreditando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso mesmo, Senador Mão Santa.

Encerro precisamente, incorporando seu aparte ao meu discurso. Aliás, discurso meu, não; discurso da Nação, que falou pela imprensa com muita clareza. A imprensa falou pela Nação. Aqui não há praticamente nenhuma palavra minha.

Estranho porque algo parecido ao volume de denúncias e notícias sobre um tema se deu só mesmo no auge da crise do mensalão. Mais volume do que a crise das sanguessugas, mais volume do que a crise dos vampiros.

Parece até que o Brasil está se acostumando com essa história de crise e, a cada dia, dá menos importância às denúncias, que estão ficando corriqueiras. Qualquer dia, uma pessoa não rouba e vai ser presa porque não roubou. Qualquer dia, vai acontecer isso. O cidadão culpa. Não roubou, pronto e acabou. Prendeu Fulano porque não roubou. Qualquer dia, vai acontecer isso.

Mas este é um tema do qual o Governo não pode escapar sem resposta convincente. Volto aqui a manifestar minha esperança de que o Presidente da República vá à televisão, vá às rádios não para fazer proselitismos, mas para dar o diagnóstico e apontar as soluções efetivas para a crise. E sem essa histórica flácida de esperar que Fulano se demita, quando é dele o dever de demitir quem não está operando bem no seu Governo. É dele o dever de tomar atitude. Porque o que acontecer de ruim, de lesivo à vida das pessoas – eu perdi amigos queridos naquele acidente da Gol; aquele avião saiu da minha terra –, é responsabilidade do Governo não atentar para os seus deveres fundamentais. E o primeiro dever de um Presidente, no presidencialismo, é precisamente ter liderança. E liderança é o que está faltando neste momento. O Presidente não comanda a crise; o Ministro da Defesa não comanda a Aeronáutica; a Aeronáutica não comanda os controladores; os controladores estão indo a um desespero psicológico que salta aos olhos, e a Nação está perplexa. Dez por cento das reservas, contrariando a tendência do fim de ano, estão sendo desmarcadas, o que é uma ponderável desvantagem, um ponderável prejuízo para as empresas de turismo, para as companhias aéreas, para a economia brasileira.

Como é que se pode falar em crescimento de 5%? Como é que se pode falar em melhoria das condições econômicas do País, se não se consegue resolver os apagões logísticos, se temos as estradas na petição de miséria que elas estão, se temos as crises dos portos, se temos, agora, mais esta variável de custo Brasil, que é o apagão aéreo?

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que de minha parte só tem este final. O resto é a Nação falando pela imprensa; e a imprensa falando pela

Nação em volume de aturdir. Peguei os principais jornais do País, e aqui está o retrato do caos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, há uma coisa que estamos esquecendo. É claro que a segurança da sociedade está em primeiro lugar. Mas e a carga que deixa de ser transportada? Em seu Estado a carga é transportada principalmente por rio ou, principalmente, por ar. E o prejuízo que estão tendo essas indústrias? Será que vão ser ressarcidas disso?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não tem nenhuma dúvida: prejuízo econômico, prejuízo moral, prejuízo psicológico, prejuízo político. Quantas pessoas não perderam, Sr. Presidente, prazos fatais nos tribunais? E vão se queixar a quem? Qual é o bispo de plantão para resolver a pendência? Se é prazo fatal, é prazo fatal. A parte que se sente vitoriosa vai dizer: precluiu o prazo de reclamação do senhor Fulano de tal. Aí, vai reclamar de quem? Vai jogar tudo para as costas das empresas, enfim?

É um quadro de caos. Se o Presidente não se conscientizar disso, poderá perder as rédeas do seu Governo, como demonstrou estar operando mal a articulação política, tendo perdido o primeiro embate depois do tal Governo de coalizão. Tantos aliados, tanta gente e funcionou como uma espécie de Titanic o prélio ontem na Câmara: oito partidos derrotados por um candidato do PFL, que soube muito bem trabalhar as ambigüidades e as indecisões, as dificuldades do Governo, o clima de autofagia que reina neste Governo, que está envelhecendo antes da posse do Presidente.

Digo isto com a maior tranqüilidade e com boa-fé em relação ao País: o Governo do Presidente Lula ameaça envelhecer antes do começo. O Governo do Presidente Lula ameaça envelhecer antes da posse em 1^a de janeiro. Está envelhecendo, porque está repetindo vícios antigos, sem credibilidade política, para pedir cheque em branco à Nação mais uma vez. Então, é preocupante a situação. Que o Presidente saiba zelar pela governabilidade, porque essa é sua função número um. E não está cheirando a clima de boa governabilidade o apagão aéreo que está sendo vivenciado de maneira torturada pela população brasileira.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O POVO NÃO TEM A QUEM APELAR

8-12-2006

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, trago aqui três assuntos.

Considero, primeiro, que tem razão a jornalista Eliane Cantanhêde e não tem razão o Presidente da República e o seu Governo. A jornalista vê o quadro caótico, de apagões, equívocos e afagos em culpados e clama: “Quero minha mãe!” Não tem a quem apelar. O povo também não!

Ali, do outro lado do Eixo Monumental, uma monumental seqüência de improvisos, mas de muita (também monumental) promessa de colocar tudo nos eixos.

Acolá, em todos os pontos do País, é o povo a querer imitar a fala da jornalista. O bom seria não incomodar tantas mães que também sofrem com os mesmos desacertos.

O exemplo mais recente é o desespero da mãe de Jéssica, a menina que passou a noite dormindo no banco frio do aeroporto de Brasília à espera do vôo que não saía para Belém.

Trago estas observações ao Plenário para homenagear outra mãe, a mãe de Maria Cláudia, a jovem de Brasília que foi vítima da violência, que é, infelizmente, uma constante no Brasil de hoje.

Estou encaminhando à Mesa um Voto de Lembrança nesta véspera de aniversário de um triste episódio: o dia em que uma jovem, em sua residência, no Lago Sul, foi brutalmente violentada e assassinada por um caseiro.

Com esse voto, homenagem a mulher brasileira na pessoa de Cristina Del’Isola, a mãe de Maria Cláudia, hoje empenhada num movimento de cidadania que clama por justiça e pelo fim da impunidade neste País.

Cristina conseguiu um milhão de assinaturas em um manifesto que entregou à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. É essa a sua luta neste momento brasileiro de incertezas. É essa a reação de Cristina, plena de humanismo, como também a da jornalista Eliane Cantanhêde, na linha de frente da imprensa, a bradar, como a mãe de Brasília, também pelo fim do descontrole que é hoje o cenário da Pátria.

Sr. Presidente, eu já estava a caminho do Senado esta manhã quando fui informado de outro ato de violência, dessa vez atingindo as duas mais altas autoridades do Poder Judiciário: a Presidente do STF, Ministra Ellen

Gracie, e o Vice-Presidente da Suprema Corte do País, Ministro Gilmar Mendes, com os quais me solidarizo.

Os dois foram vítimas, no final da tarde de ontem, no Rio de Janeiro, de um arrastão.

Assalta-se, neste País sem segurança, até mesmo a Presidenta da Suprema Corte Nacional e o Vice-Presidente do STF. Felizmente, saíram ilesos e a eles, repito, presto minha solidariedade.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, o requerimento com o Voto de Lembrança à jovem assassinada há dois anos em Brasília.

Sr. Presidente, tem tema da maior importância que deve ser abordado com serenidade e com firmeza. Refere-se à Radiobrás e à liberdade de informação no País.

O papel reservado à Radiobrás no contexto do Estado brasileiro, sobre se deve ser ela uma agência de propaganda do Governo, como querem setores obscuros do Partido dos Trabalhadores, ou se deve ser uma agência noticiosa do Estado, está nas mãos do Presidente Lula, e sua decisão revelará o que de fato entende por democratização da informação.

Até agora, apesar de o relacionamento do Governo com a imprensa nunca ter sido dos melhores e de o Governo jamais haver demonstrado compreender o verdadeiro significado e a importância da liberdade de imprensa para os cidadãos e para a democracia, o Presidente Lula permitiu ao presidente da Radiobrás, jornalista Eugênio Bucci, imprimir rumo correto à empresa. Ponto, nesse episódio, a favor de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Bucci, que ocupou importantes cargos em órgãos de relevo da mídia e foi professor de Ética Jornalística da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, pôs a empresa a serviço do cidadão e das liberdades. Para ele, a Radiobrás é empresa do Estado e não do Governo e muito menos de um partido político. Ele a fez funcionar realmente como uma agência noticiosa.

Agora, às vésperas da remontagem do Governo para o segundo mandato, aflorou o desagrado que a conduta da Radiobrás vinha procurando em setores do PT e do Governo. O assessor palaciano Bernardo Kucinski tornou-se o porta-voz do descontentamento ao dizer, publicamente, que a Radiobrás teve vergonha de ser estatal. Ou seja, para o Sr. Kucinski, a Radiobrás deveria ser deslavadamente petista, deslavadamente do Governo, e não uma agência noticiosa a serviço do Estado brasileiro. É um tema que deve trazer este Senado a um momento de reflexão respeitosa e profundo.

Eugênio Bucci, o atual Presidente, não aceitou a crítica. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, publicada na edição do dia 29 do mês passado, respondeu à altura:

“A Radiobrás e seus funcionários – disse – jamais tiveram vergonha de ser integrantes de um sistema estatal. A Radiobrás é uma estatal e, portanto, tudo que ela não pode ser é partidária. Sendo uma estatal, ela não pode se arvorar a ser porta-voz do Governo ou fazer propaganda do Governo. Essas funções são da administração direta. (...) Ela não existe para assumir a defesa de autoridades. Ela existe para bem informar o cidadão.”

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A meu ver, é perfeita a posição do Sr. Eugênio Bucci. Só merece respeito e aplauso de quem luta pelo aperfeiçoamento democrático do País. Mas vale a pena voltar a uma declaração anterior de Bucci, esta colhida em entrevista concedida a Rosângela Gil, do *Boletim NPC*, em outubro de 2003. Esclarece ele:

“Uma informação cidadã é aquela que ajuda as pessoas a tomar consciência de direitos, a exercer seus direitos, tornando-se titulares desses direitos.”

Sobre o papel da Radiobrás, nessa mesma entrevista, Eugênio Bucci foi claro – de novo, tenho a honra de abrir aspas para o atual Presidente da Radiobrás:

“Eu creio que a justificativa da Radiobrás, num regime democrático, passa pela informação cidadã. Ou ela é capaz de proporcionar uma informação a toda a sociedade, que tenha qualidade e respeite os direitos e oriente o cidadão no exercício e na busca do entendimento de seus direitos, ou ela não tem razão de existir.”

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou seja, Sr. Presidente, para sintetizar, é basicamente o seguinte: o jornal *Folha de S.Paulo*, a meu ver, tem o dever de noticiar o escândalo e o direito e até o dever de comentar o escândalo. A Radiobrás não tem, a meu ver, o direito de comentar o escândalo, mas tem o dever de noticiar o escândalo. É isso que Bucci entende e é isso que Kucinski não aceita, porque gostaria, por exemplo, que a Radiobrás não tivesse tomado conhecimento do “mensalão”, para dar um exemplo bem inteligível a todos que se interessem por esse tema.

Mas, de fato, ou a Radiobrás é uma agência noticiosa do Estado, como bem entende seu presidente, ou passa a ser órgão de propaganda, destinado a simplesmente proclamar as “maravilhas” da administração e a louvar o Presidente da República. Como tal, porém, deixa de ser empresa estatal. Passa a funcionar, de fato, como órgão da administração direta. Passa a ser uma espécie de DIP, o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda da ditadura Vargas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como empresa do Estado, porém, e não do Governo, a Radiobrás deve divulgar todas as notícias, agradem ou não ao Governo, tendo apenas o cuidado – e esse cuidado está na sua linha atual – de se ater aos fatos e às declarações identificadas, não fazendo especulações e muito menos interpretações. É noticiar os fatos e deixar que os ouvintes os interpretem.

Diante da pressão de setores autoritários do PT para tornar a Radiobrás – a palavra é deles – “mais partidária” ou, em outras palavras, para se “aparelhar” a empresa, seu presidente, elegantemente, endereçou carta ao Presidente Lula pondo o cargo à disposição. Espero que o Presidente repila as pressões e mantenha a linha que Bucci imprimiu à empresa.

Quem sabe, esse poderia ser um sinal efetivo de que o Presidente Lula estaria mesmo disposto a iniciar aquele novo convívio com a imprensa, prometido logo após a reeleição, quando disse que os jornalistas iriam “se cansar de tantas entrevistas coletivas”. Quem sabe ele demonstraria ter começado a entender o papel da mídia, como proclamado ainda há pouco pelo Presidente da Costa Rica e Prêmio Nobel da Paz...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... Oscar Arias, na abertura do seminário promovido, em seu país, pela Sociedade Interamericana de Imprensa.

Disse o Presidente Arias, citado pelo Professor Carlos Alberto di Franco em artigo publicado na edição de ontem de *O Estado de S. Paulo*:

“Junto com eleições periódicas e com a separação dos poderes, a liberdade de imprensa é o instrumento mais poderoso para realizar, efetivamente, uma das grandes conquistas da civilização ocidental: a idéia de que o poder político, se pretende ser legítimo, deve estar submetido a limites. (...) E quanto mais livre for a imprensa, mais limitado estará o exercício do poder e

maior será a probabilidade de que nossas liberdades individuais permaneçam a salvo.”

Em vez de dar ouvidos aos que, no seu partido e ao seu redor, criticam a imprensa, almejam “partidarizar” a Radiobrás ou pensam em criar órgão para “democratizar a informação”, o Presidente Lula deveria ler e reler o que Rui Barbosa disse:

“A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que malfazem e tramam, devassa o que lhe sonegam, ou roubam. (...) Para a Nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistérios; e toda encoberta, sonegação ou reserva, em matéria de seus interesses, importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o País.”

Sr. Presidente, usando mais uns poucos minutos e, portanto, não precisando usar o inteiro do tempo de que eu disporia, abordo agora, no terceiro item, um pouquinho de economia.

Aos poucos vão aparecendo as razões que explicam o fato de que quanto mais o câmbio se mantém, mais a economia iria mal. O dólar barato, Sr. Presidente, não é a única razão do estrago. Juros ainda muito elevados no cotejo com o restante do mundo (a taxa real brasileira é três vezes maior do que a do México,...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...país latino-americano que mais se aproxima das características econômicas básicas do Brasil) e um ambiente pouco propício aos negócios também têm parte na culpa. O que a *Folha de S.Paulo* trouxe, recentemente, em manchete (“Estrangeiro tira do país US\$19 bi do governo Lula”) permite explorar todos esses aspectos e fornece um bom retrato dos males que a administração atual nos tem causado.

O valor que empresas estrangeiras retiraram de investimentos produtivos no Brasil mais que dobrou, no Governo do PT, em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique.

Entre janeiro de 2003 e outubro de 2006, companhias estrangeiras se desfizeram de US\$18,90 bilhões em negócios no País – 112% a mais que os US\$8,95 bilhões registrados nos quatro anos anteriores.

O movimento se intensificou em 2005 e 2006, quando o desinvestimento atingiu US\$13,2 bilhões, uma cifra recorde, próxima dos US\$14,7 bilhões que saíram do País nos seis anos anteriores. Esses valores se referem ao encerramento de atividades ou à venda do capital que os estrangeiros tinham em empresas nacionais [informa o jornal].

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Basta observar, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem está tirando dinheiro daqui para ver a relação quase direta entre o desinvestimento e a efetiva falta de uma agenda de ações econômicas por parte do Governo Federal.

Este ano, quem lidera o *ranking* de saída é o setor elétrico: foram retirados US\$1,5 bilhão até outubro ou um quarto do total.

Trata-se de área em que é flagrante o bate-cabeças oficial, a ponto de, na semana passada, ter sido anunciado que o risco de racionamento de energia para 2007 e 2008 mais que dobrou com a frustração de fornecimento de gás natural por parte da Petrobras para usinas. Informo, a propósito, que o risco será reestimado em janeiro.

Analistas ouvidos pela *Folha* dizem que a valorização do real é a principal razão para a retirada de investimentos...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez fosse bom, Sr. Presidente, conceder-me o tempo necessário, porque não vou usar os vinte minutos de que disponho. Eu teria 25 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estávamos buscando o espírito da lei de Montesquieu. Eu teria dado a palavra, primeiro, como Líder, cinco minutos improrrogáveis, e alternaria os oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não entendi isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Primeiro, V. Ex^a usaria como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço escusas a V. Ex^a. Tenho duas laudas para ler.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu daria a palavra ao Senador que, pacientemente, está esperando, Delcídio Amaral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço desculpas ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois, V. Ex^a voltaria como orador inscrito, tendo vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço desculpas a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Senador Delcídio Amaral. Não entendi assim. Entendi o contrário, que eu usaria muito menos que os 25 minutos de que disponho. Usaria menos da metade disso para terminar minha leitura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, estamos de acordo. Concedo mais cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Analistas ouvidos pela *Folha* dizem que a valorização do real é a principal razão para a retirada de investimentos, embora sustentem que os números atuais ainda não refletem aversão dos investidores estrangeiros em relação ao Brasil. Diz a *Folha*: “Se o dólar está barato, é melhor comprar dólar e voltar quando o real estiver mais desvalorizado”.

Tudo somado, aí está a herança sobre a qual Lula terá de construir o seu segundo mandato. Se nos primeiros quatro anos pegou um País relativamente preparado para avançar, nos próximos quatro anos terá de se deparar com um cenário que é fruto direto do que o seu Governo plantou. Como se vê, assim como ocorre com a agricultura, a sementeira foi fraca.

O outro drama é o da carga tributária. O jornalista Ribamar Oliveira mostrou, em *O Estadão*, que a carga fiscal vai subir de novo este ano, como o Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária, IBPT, havia previsto na sexta-feira, projetando um número global entre 38,5% e 38,9% do PIB. Com base nessa pesquisa, fica evidente essa verdade: no primeiro mandato de Lula, o peso dos impostos federais subiu 1,2% do PIB, muito pouco comparado ao índice registrado no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, que foi de 16,3% do PIB. O dado mostra a incoerência de Lula e de sua equipe econômica em particular.

Em abril de 2005, a equipe econômica encaminhou ao Congresso um projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias com limite de 16% do PIB para a carga federal, que ainda estava em 16,2% do PIB (registrados em 2004). A

promessa era a de redução da carga, mas o que aconteceu foi o oposto: em 2005, a receita da Secretaria de Receita Federal subiu para 17,2% do PIB e este ano, já sabemos, atingirá pelo menos 17,5% do PIB. Ou seja, o quadro está longe de crescimento sustentável: crescimento com inflação baixa e altas taxas em curto prazo.

Com as despesas, deu-se o oposto, igualmente para pior. Em abril de 2005, a equipe econômica prometeu, no projeto da LDO, que as despesas correntes primárias da União – aquelas que não incluem o pagamento dos juros das dívidas e os investimentos – não ultrapassariam 17% do PIB.

Elas estavam então em 16,5% do PIB em 2004. Mas a realidade foi outra: os gastos correntes ficaram em 17,6% em 2005. Este ano – e aí tem o efeito eleição –, poderão atingir a marca de 18,6% do PIB, segundo o Ipea, órgão respeitável, pertencente à estrutura administrativa do Governo.

O Presidente Lula deve acordar para a realidade ou o Brasil patinará mediocrementemente, ao longo dos seus próximos anos de mandato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, repetindo o pedido de desculpas, tanto a V. Ex^a quanto ao Senador Delcídio Amaral.

UMA PIADA: OKAMOTO É MANTIDO NO SEBRAE

12-12-2006

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo período do Governo Lula está a duas semanas de sua inauguração, há expectativas internacionais favoráveis e uma razoável dose de esperança popular nesse novo mandato. Os sonhos dos brasileiros podem, no entanto, morrer na praia, se novas e melhores atitudes não forem firmemente adotadas doravante.

Em primeiro lugar, a hora não é para leviandades, como essa que está nos jornais de hoje, com a fala mais do que extemporânea do Ministro da Defesa, a respeito da crise no transporte aéreo.

Agora, segundo Sua Excelência, além do bilhete e de alguma bagagem, os brasileiros devem rezar.

E por falar em fatos de mau gosto, o noticiário de hoje informa que Lula resolveu manter Paulo Okamoto à frente do Sebrae.

O pior: não é piada.

Piada é a justificativa para mantê-lo na Presidência do importante órgão, sobretudo a partir do próximo ano, quando se dará a implantação (em julho) da nova lei geral da micro e pequena empresas.

A nova piada deve ter arrepiado até os petistas mais convictos, com uma sonora exclamação do tipo “o que é isso, companheiro?”

Aí vai:

“Se Okamoto fosse desalojado do Sebrae, Lula teria de encontrar outro lugar para ele.”

Isso está no noticiário de hoje, que completa:

“Okamoto é detentor de segredos estratégicos sobre o PT e a vida financeira de Lula.”

O mesmo noticiário, da *Folha de S.Paulo*, recorda que Paulo Okamoto teve pedido de indiciamento aprovado pela CPI dos Bingos, em junho último, depois de se apresentar como responsável pelo pagamento de uma dívida de R\$29,4 mil do Presidente Lula com o PT.

Ontem, neste plenário, fiz um alerta Ao Presidente Lula, mostrando que ele erra “ao provocar expectativas irrealistas na sociedade, relativamente ao crescimento de 2007”.

Baseei-me em dados do *Boletim Focus*, para mostrar que, sem projetos definidos, sem metas, sem sul e sem norte nem os 3.5% previstos pelo *Boletim Focus* poderão realizar-se.

E mais: adverti que, sem retomar o ciclo das reformas estruturais, Lula não só estará condenando seu próprio governo a taxas medíocres de evolução do PIB como, ainda por cima, estará comprometendo o desempenho do seu sucessor. Aí, sim, configurar-se-ia uma herança maldita.

A hora da verdade começa no dia 1º de janeiro, não há mais como alegar que qualquer culpa haverá de ter sido da “herança” recebida do Governo anterior.

Tanto que eis aí a boa surpresa deste Natal: na execução dos projetos pretendidos pelo Governo, Lula vai seguir um modelo de administração semelhante ao utilizado no *Avança Brasil*, o programa de infra-estrutura do Governo Fernando Henrique (*O Estado de S. Paulo*, 12-12-06).

Deixei de lado o anedotário, que ainda ronda a administração petista, para falar de coisas sérias. Coisa séria é o título dessa matéria a que me refiro, publicada no *Estadão* de hoje:

“Programa de FHC é modelo para Lula.”

Se esse é um avanço, não é possível deixar de reprimir e, alto e bom som, exprobar o que estaria ocorrendo do lado de lá do Congresso. Está em *O Globo* de hoje:

“Envolvidos em escândalos podem ter anistia”

Esse é o título, que tem um subtítulo:

“Mesa da Câmara muda projeto para dificultar reabertura de processos contra mensaleiros e sanguessugas.”

O que está acontecendo não cabe na fase atual, em que o País se prepara para um novo mandato presidencial. A sociedade brasileira, estou certo!, deve estranhar o texto de um Projeto de Resolução da Câmara – tem até número, 279, de 2006 – que anistia os envolvidos em escândalos como o do mensalão e o das sanguessugas.

Leio o noticiário de *O Globo*:

“A Mesa da Câmara alterou um projeto de resolução e incluiu um parágrafo que impede a reabertura, na próxima legislatura, de processos contra deputados processados por quebra de decoro parlamentar, a não ser que apareça algum “fato novo.”

Se eu pudesse formular um voto, para 2007, ele seria, seguramente, pelo fim da impunidade e por uma nova era, desta vez com pleno respeito à dignidade do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

